

Relatório de Atividades Ipea 2013

Relatório de Atividades Ipea 2013

ipea

Governo Federal

Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

Ministro Marcelo Côrtes Neri



Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente, Substituto

Sergei Suarez Dillon Soares

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Luiz Cezar Loureiro de Azeredo

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Daniel Ricardo de Castro Cerqueira

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

Cláudio Hamilton Matos dos Santos

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Rogério Boueri Miranda

Diretora de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura

Fernanda De Negri

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Sergei Suarez Dillon Soares

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Renato Coelho Baumann das Neves

Chefe de Gabinete, Substituto

Bernardo Abreu de Medeiros

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação

João Cláudio Garcia Rodrigues Lima

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Relatório de Atividades Ipea 2013

ipea

Brasília, 2014

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (DIDES)	9
DIRETORIA DE ESTUDOS E POLÍTICAS DO ESTADO, DAS INSTITUIÇÕES E DA DEMOCRACIA (DIEST)	43
DIRETORIA DE ESTUDOS E POLÍTICAS MACROECONÔMICAS (DIMAC)	57
DIRETORIA DE ESTUDOS E POLÍTICAS REGIONAIS, URBANAS E AMBIENTAIS (DIRUR).....	69
DIRETORIA DE ESTUDOS E POLÍTICAS SETORIAIS DE INOVAÇÃO, REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA (DISET).....	79
DIRETORIA DE ESTUDOS E POLÍTICAS SOCIAIS (DISOC).....	95
DIRETORIA DE ESTUDOS E RELAÇÕES ECONÔMICAS E POLÍTICAS INTERNACIONAIS (DINTE).....	107
GABINETE DA PRESIDÊNCIA	123

APRESENTAÇÃO

Durante o ano de 2013, o Ipea superou, com grande folga, as suas metas institucionais globais, com um percentual médio superior a 130% em relação ao projetado. Da mesma forma, as metas institucionais intermediárias passaram por um processo de ampla superação ou pleno cumprimento, com pequenas variações. Tudo isto num contexto de revisão dos direcionadores estratégicos do instituto, processo que tomou uma grande quantidade de tempo e energia de muitos de seus colaboradores, um grande número de reuniões plenárias e setoriais, discussões via fórum, entre outros eventos de treinamento e disseminação.

Durante a revisão do Plano de Trabalho ocorrido em 2013, uma parte dos projetos foi adaptada aos novos conceitos já consensuais na Casa.

Ao mesmo tempo, esse foi o ano de desenvolvimento dos processos de governança e de controladoria, que virão a facilitar os trabalhos e a percepção da Casa sobre o caminho que está sendo trilhado. A criação do sistema IpeaProjetos, a adaptação do sistema de controle de bolsas em função do Plano de Trabalho, bem como o desenvolvimento do sistema de apreciação de custos administráveis, as primeiras experiências com o DEA e outras atividades mais, vieram a tornar mais claras as ações e decisões emanadas da alta direção.

Além disso, o desenvolvimento de ferramentas técnicas de última geração, como o Extrator de Dados, o IpeaGeo e o IpeaMapas, e o início de uso e treinamento em outras ferramentas estatísticas, de novos estimadores estatísticos, enfim uma ampla gama de ferramentas de facilitação e aprofundamento das análises técnicas, possibilitam maior robustez aos trabalhos das diversas unidades do Ipea, na realização de sua missão institucional.

Desta forma, tanto na área de gestão quanto na área técnica, procurou-se seguir o caminho da inovação de métodos e processos, para o que se obteve o envolvimento maciço de todos os diretores, seus adjuntos, suas equipes técnicas e administrativas.

Os resultados foram animadores, o que leva à conclusão de que 2013 foi um ano a ser comemorado como o momento em que se definiu, em conjunto, o norte institucional do Ipea.

Marcelo Côrtes Neri

**Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos
da Presidência da República (SAE/PR)
Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)**

**Diretoria de Desenvolvimento Institucional
(DIDES)**

1 PLANEJAMENTO, GESTÃO ESTRATÉGICA E ORÇAMENTO

1.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA EM 2013

TABELA 1

Execução orçamentária (2013)

ITENS DE DESPESAS	LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL	LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL + CRÉDITOS ADICIONAIS	DESPESAS EMPENHADAS	CRÉDITO DISPONÍVEL
1. Folha de pagamento	246.311.899,00	261.430.704,00	255.834.304,45	5.596.399,55
1.1 Pessoal ativo	105.293.825,00	109.393.825,00	105.557.047,69	3.836.777,31
1.2 Aposentadorias e pensões	119.018.129,00	130.036.934,00	129.237.959,62	798.974,38
1.3 Contribuição previdenciária PSSS	21.999.945,00	21.999.945,00	21.039.297,14	960.647,86
2. Benefícios aos servidores	3.615.789,00	4.155.589,00	3.991.191,85	164.397,15
2.1 Assistência médica e odontológica	1.587.789,00	1.812.589,00	1.711.532,57	101.056,43
2.2 Assistência pré-escolar	72.000,00	72.000,00	52.925,65	19.074,35
2.3 Auxílio-transporte	36.000,00	36.000,00	31.207,77	4.792,23
2.4 Auxílio-alimentação	1.920.000,00	2.235.000,00	2.195.525,86	39.474,14
3. Administração da unidade	33.422.573,00	41.020.573,00	36.438.826,33	4.581.746,67
3.1 Despesas correntes	29.959.573,00	37.607.573,00	35.230.216,35	2.377.356,65
3.2 Investimentos	3.463.000,00	3.413.000,00	1.208.609,98	2.204.390,02
4. Formação e capacitação de recursos humanos	300.000,00	300.000,00	167.048,67	132.951,33
5. Concessão de bolsas para pesquisa econômica	16.442.000,00	11.344.000,00	10.133.653,21	1.210.346,79
6. Diagnósticos, prospecções e estratégias	8.665.427,00	12.149.143,00	3.937.824,21	8.211.318,79
6.1 Diagnósticos, prospecções e estratégias	2.665.427,00	3.521.143,00	2.937.824,21	583.318,79
6.2 Programa Ipea-Pesquisa	1.000.000,00	3.628.000,00	1.000.000,00	2.628.000,00
6.2.1 BID	810.000,00	3.438.000,00	810.000,00	2.628.000,00
6.2.2 Contrapartida	190.000,00	190.000,00	190.000,00	0,00
6.3 Emenda de comissão	5.000.000,00	5.000.000,00	0,00	5.000.000,00
7. Construção do edifício-sede do Ipea	500.000,00	0,00	0,00	0,00
8. Aquisição do edifício do BNDES para sede do Ipea ¹	0,00	102.957.920,00	0,00	102.957.920,00
9. Amortização e encargos da dívida externa	443.555,00	443.555,00	79.241,97	364.313,03
Total	309.701.243,00	433.801.484,00	310.582.090,69	123.219.393,31

Nota:¹ Os recursos alocados ao Ipea para aquisição do Edifício do BNDES não foram executados em função da não liberação pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) do limite necessário para emissão de empenho.

1.1.1 Execução de despesas discricionárias em 2013

TABELA 2

Execução de despesas discricionárias (2013)¹

ITENS DE DESPESAS	LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL	LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL + CRÉDITOS ADICIONAIS	VALOR CONTINGENCIADO	LIMITE AUTORIZADO	DESPESAS EMPENHADAS
1. Administração da unidade	33.422.573,00	41.020.573,00	-	-	36.438.826,33
1.1 Despesas correntes	29.959.573,00	37.607.573,00	-	-	35.230.216,35
1.2 Investimentos	3.463.000,00	3.413.000,00	-	-	1.208.609,98
2. Formação e capacitação de recursos humanos	300.000,00	300.000,00	-	-	167.048,67
3. Concessão de bolsas para pesquisa econômica	16.442.000,00	11.344.000,00	-	-	10.133.653,21
4. Diagnósticos, prospecções e estratégias	8.665.427,00	12.149.143,00	-	-	3.937.824,21
4.1 Diagnósticos, prospecções e estratégias	2.665.427,00	3.521.143,00	-	-	2.937.824,21
4.2 Programa Ipea-Pesquisa	1.000.000,00	3.628.000,00	-	-	1.000.000,00
4.2.1 BID	810.000,00	3.438.000,00	-	-	810.000,00
4.2.2 Contrapartida	190.000,00	190.000,00	-	-	190.000,00
4.3 Emenda de comissão	5.000.000,00	5.000.000,00	-	-	0,00
5. Construção do edifício-sede do Ipea	500.000,00	0,00	-	-	0,00
Total	59.330.000,00	64.813.716,00	13.827.020,00	50.986.696,00	50.677.352,42

Nota: ¹ Foram executados 99,39% do limite orçamentário efetivamente autorizado pelo MP para execução das despesas discricionárias do Ipea.

1.2 DESPESAS COM DESLOCAMENTO DE PESSOAS NO EXTERIOR E NO PAÍS EM 2013

TABELA 3

Despesas com deslocamento de pessoas no exterior e no país (2013)

ÓRGÃO	CUSTO TOTAL DA VIAGEM	LIMITE AUTORIZADO	SALDO DISPONÍVEL	UTILIZADO (%)
Ipea	1.352.923,01	1.490.000,00	137.076,99	90,80
DPGU - ACT	78.529,99	78.529,99	0,00	100,00
FUNPEN- ACT	109.159,55	109.159,55	0,00	100,00
CNJ-01- ACT	25.386,63	25.386,63	0,00	100,00
TST- ACT	294.133,29	294.133,29	0,00	100,00
CJF- ACT	56.144,44	56.144,44	0,00	100,00
SPU- ACT	87.580,12	87.580,12	0,00	100,00
Subtotal ACTs ¹	650.934,02	650.934,02	0,00	100,00
Total	2.003.857,03	2.140.934,02	137.076,99	93,60

Fonte: Sistema e Concessão de Passagens e Diárias – SCPD.

Nota: ¹ ACTs = acordos de cooperação técnica.

1.3 MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Atualmente, na Dides, a equipe do Núcleo de Escritório de Projetos e Processos (NUEPP) também é a mesma que executa parte das funções da Divisão de Planejamento e Projetos Institucionais (DVPPI). Desse modo, o NUEPP é responsável pelo gerenciamento do planejamento estratégico, metas, projetos, processos e agenda da Dides.

As atividades de gestão do conhecimento e a implementação do Repositório do Conhecimento do Ipea fazem parte das funções atribuídas à equipe coordenada pelo técnico de planejamento e pesquisa (TP) Fábio Ferreira Batista.

As diversas ações citadas nas subseções a seguir representam uma amostra do impacto positivo da adoção de novas práticas relacionadas à modernização administrativa do Ipea.

1.3.1 Gestão de projetos

A gestão de projetos tem o objetivo de garantir que os projetos sejam concluídos no prazo e orçamento planejados, evitando desperdício de recursos.

O Escritório de Projetos foi implantando em julho de 2011, como resultado de um trabalho de consultoria contratado junto à firma Macrosolutions. Sua institucionalização só ocorreu a partir da publicação da Portaria nº 29, de 29 de janeiro de 2013.

Em relação ao Escritório de Projetos da Dides, destacam-se os dados a seguir.

- Localização: Dides/DVPPI/NUEPP.
- Total de projetos prioritários selecionados para 2013: doze projetos.
- Total de projetos com recursos do BID, selecionados em 2013: nove projetos.
- Total de projetos acompanhados pelo Escritório de Projetos em 2013: 21 projetos.

1.3.2 Gestão de processos

A gestão de processos tem por objetivo conhecer os processos de trabalho, documentá-los, melhorá-los e acompanhá-los por meio de indicadores.

Desde 2010, o Escritório de Projetos realiza melhorias de processos. Convém ressaltar que, em dezembro 2012, antes mesmo da priorização dos processos críticos da Dides, definiu-se um total de seis processos críticos para serem trabalhados em 2013.

Durante a seleção dos referidos processos, somente quatro foram considerados efetivamente críticos e, destes quatro, somente um foi considerado prioritário para ser imediatamente trabalhado.

Diante da previsão irreal, decidiu-se pela revisão da meta para ajustá-la à efetiva necessidade do Ipea.

Entre os dados relevantes, podem-se destacar principalmente:

- total de processos selecionados em 2013: quatro processos; e
- total de processos prioritários que foram trabalhados em 2013: um processo (prestação de contas de auxílio financeiro a pesquisador).

1.3.3 Gestão da estratégia

Os trabalhos de detalhamento da estratégia no âmbito da Dides, com o uso da metodologia *balanced scorecard* (BSC), são feitos desde 2010. A revisão da estratégia e a implantação de uma nova metodologia de trabalho, com o apoio da firma de consultoria Macroplan, foram realizadas durante o exercício de 2013.

As metas de 2013 foram instituídas pela Portaria SAE nº 81, de 27 de dezembro de 2012, e publicadas no *Diário Oficial da União* (DOU) de 28 de dezembro de 2012. A revisão destas metas ocorreu mediante Portaria nº 226, de 16 de outubro de 2013, e publicação no DOU nº 203, de 18 de outubro de 2013.

O nível de obtenção de tais metas, definido por uma média ponderada dos diversos indicadores de resultados estabelecidos na portaria citada, define o índice geral de desempenho institucional da Dides. Para o exercício de 2013, este índice chegou a 95,4%, montante bem superior aos 75%, que é o máximo de pontos relativos à avaliação de desempenho institucional para fins da GDAIpea, de acordo com o art. 16 da Portaria Ipea nº 157, de 31 de maio de 2012.

Convém ressaltar, ainda, que foram registrados excelentes índices de atendimento e satisfação às solicitações registradas no sistema e-pedidos. Em 2013, a Dides recebeu 13.169 pedidos, dos quais 99,09% foram plenamente atendidos. O referido trabalho foi muito bem avaliado pelos usuários do sistema, com um índice de satisfação de 99,81%.

O detalhamento dos resultados alcançados pela Dides em 2013 pode ser observado na tabela 4.

TABELA 4

Painel detalhado de medição das metas intermediárias da Dides (jan.-dez. 2013)

ÁREA	INDICADOR	META	RESULTADO
CGPGO	Quantidade de processos estratégicos mapeados, redesenhados e implementados ¹	1	1
	Quantidade de práticas de gestão implementadas em cada coordenação-geral da Dides	3	13
	Porcentagem da publicação do conjunto de relatórios da execução orçamentária e financeira	100%	100%
	Elaboração de relatórios gerenciais trimestrais da Dides	4	4
	Realização de um mínimo de ações de gestão do conhecimento	5	46
CGPES	Número de participações em ações de capacitação previstas no plano anual de capacitação	300	554
	Índice de atendimento aos usuários de Gestão de Pessoas pelo e-pedidos	90%	92,82%
	Índice de satisfação dos usuários de serviços de Gestão de Pessoas pelo e-pedidos	80%	99,49%
	Número de ações de reconhecimento e valorização dos servidores executadas	4	6
CGCAP	Índice de processos licitatórios cuja instrução se concluiu em prazo igual ou inferior ao máximo estabelecido	70%	78,95%
	Índice de atendimento aos usuários de serviços gerais	90%	98,72%
	Índice de satisfação aos usuários de serviços gerais	90%	99,57%
	Índice de processos de contratação de consultor individual enviados ao Comitê Avaliador do Programa Ipea-Pesquisa no prazo máximo estabelecido	70%	100%
	Reduzir a porcentagem do índice de solicitações de passagem em excepcionalidade	10%	14%
CGTIC	Índice de atendimento aos usuários de TIC	92%	94,21%
	Índice de satisfação dos usuários de TIC	95%	99,38%
	Implantar processo de <i>software</i> do Ipea	1	1
	Implantar catálogo dos serviços de TI oferecidos aos usuários	1	1

1.3.4 Gestão do conhecimento

QUADRO 1

Implantação de práticas de gestão do conhecimento no Ipea

BENEFÍCIOS ESPERADOS DO PROJETO
<ul style="list-style-type: none">• Eliminar lacunas de conhecimento e contribuir, desta forma, para:<ul style="list-style-type: none">i) atingir os objetivos estratégicos do Ipea;ii) o cumprimento da missão do Ipea (“Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas”); eiii) Reconhecimento do Ipea como instituição de referência na implementação de práticas de Gestão do Conhecimento na Administração Pública Federal e, em especial, na implementação de repositórios institucionais.
AÇÕES REALIZADAS EM 2013
<ul style="list-style-type: none">• Inserção do terceiro nível de descritores do vocabulário controlado da OCDE (arquivo XML no RCIpea);• Inclusão de 1.410 objetos no RCIpea, o que possibilitou 13.890 acessos e 102.153 visualizações em sua página durante o exercício 2013;• Definição e apresentação do Projeto Narrativas;• Gravação de narrativas com dez servidores do Ipea para futura inclusão no RCIpea; e• Definição do protótipo do Repositório do Conhecimento Gerencial do Ipea.

QUADRO 2

Assessoria na implementação da gestão do conhecimento e de repositórios institucionais em órgãos e entidades da administração pública

BENEFÍCIOS ESPERADOS DO PROJETO
<ul style="list-style-type: none">• Reconhecimento do Ipea como instituição de referência na implementação de práticas de gestão do conhecimento, assim como na proposição de modelo e método de implementação da GC na administração pública federal e, em especial, na implementação de repositórios institucionais; e• Possibilitar a troca de experiências e transferência mútua de conhecimentos com outras instituições sobre práticas de gestão do conhecimento.
AÇÕES REALIZADAS EM 2013
Foram realizados trabalhos de consultoria e apoio à implementação de práticas de gestão do conhecimento em cinco órgãos públicos, conforme relação a seguir: <ul style="list-style-type: none">• Secretaria de Planejamento e Gestão de Minas Gerais (SEPLAG);• Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;• Superintendência de Aeronavegabilidade da Agência Nacional de Aviação Civil (SAR/ANAC);• Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz); e• Agência Nacional de Saúde (ANS).

QUADRO 3

Publicação de trabalhos sobre gestão do conhecimento

BENEFÍCIOS ESPERADOS DO PROJETO
<ul style="list-style-type: none">• Reconhecimento do Ipea como instituição de referência na publicação de trabalhos sobre gestão do conhecimento na administração pública brasileira.

(Continua)

AÇÕES REALIZADAS NO PERÍODO DE 2013

- Trabalho “A representação e a organização do conhecimento em uma instituição pública de pesquisa: a implementação do Repositório do Conhecimento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (RClpea)”. Aprovado para apresentação no II Congresso da International Society for Knowledge Organization – ISKO-Brasil. Autores: Fábio Ferreira Batista e Veruska da Silva Costa. Local: Rio de Janeiro, RJ. Período: 27 a 29 de maio de 2013.
- Elaboração e publicação do artigo: Alinhando o modelo, o método de implementação e a prática de gestão do conhecimento (GC): o caso do Repositório do Conhecimento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (RClpea). Autores: Fábio Ferreira Batista e Veruska da Silva Costa. Publicado na Revista do Serviço Público, v. 64, n. 1, jan./mar. 2013.
- Concluída a elaboração do Texto para Discussão Casos reais de implantação do modelo de gestão do conhecimento para a administração pública brasileira. O texto teve sua publicação recomendada e foi encaminhado para o Editorial do Ipea para publicação. Autores: Fábio Ferreira Batista (Ipea), Alceu Roque Rech (Correios), Cleide de Andrade Gomes (ANAC), Diana Leite Nunes dos Santos (DTI/MPDFT), Eron Campos Saraiva de Andrade (ABDI), Marthin Leo Mallmann (Correios), Rosane Maria Pimentel Magalhães Ferreira (Correios) e Veruska da Silva Costa (Ipea).
- Publicação do capítulo de livro intitulado Gestão do conhecimento na administração pública e resultados organizacionais. (Editora Intertexto, Niterói, RJ). O livro traz artigos dos palestrantes do III Seminário de Estudos da Informação, realizado pela Universidade Federal Fluminense nos dias 22 e 23 de maio de 2013.

2 GESTÃO DE PESSOAS**2.1 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL**

TABELA 5

Pessoal do Ipea

CATEGORIA	BRASÍLIA	RIO	SEM UNIDADE ESPECÍFICA	TOTAL
Ativos do Ipea em exercício	303	75	-	378
Carreira de exercício descentralizado ¹	12	2	-	14
Requisitados	4	2	-	6
Nomeados para cargo em comissão	4	2	-	6
Afastamentos/licenças	-	-	16	16
Cedidos	-	-	122	122
Aposentados	-	-	631	631
Pensionistas	-	-	103	103
Total	323	81	872	1276

Nota: ¹ Carreiras de exercício descentralizado: Procurador federal, analista de planejamento e orçamento, técnico de planejamento e orçamento, especialista em políticas públicas e gestão governamental.

TABELA 6

Força de trabalho ativa no Ipea

UNIDADE	BRASÍLIA	RIO	TOTAL
Servidores em exercício ¹	323	81	404
Terceirizados	145	40	185
Estagiários	35	24	59
Total	503	145	648

Nota: ¹ Servidores do Ipea ativos em exercício, carreira de exercício descentralizado, requisitados e nomeados para cargos em comissão.

2.2 CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

São oferecidas as categorias de capacitação relacionadas a seguir.

- Quanto ao público-alvo:
 - *Cursos gerenciais*: esta capacitação tem como objetivo instrumentalizar os gerentes do Ipea, mediante cursos de atualização e de reciclagem, para o emprego de estratégias e técnicas gerenciais que permitam aumentar a capacidade de resposta às demandas geradas pela sociedade; e
 - *Cursos de competências técnicas*: o foco destes cursos é adequar o perfil técnico dos servidores do Ipea aos requisitos exigidos para o cumprimento das competências institucionais nas diferentes áreas de atuação da fundação.
- Quanto ao prazo de duração:
 - *Capacitação de curta duração*: eventos de capacitação com carga horária inferior a 60 h/aula;
 - *Capacitação de média duração*: eventos de capacitação com carga horária superior a 60 h/aula, como às pós-graduações *lato sensu*, especializações e MBAs; e
 - *Capacitação de longa duração*: eventos de capacitação de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), pós-doutorado e pós-graduação *lato sensu* destinados aos servidores ocupantes de cargo de nível superior, em efetivo exercício na instituição, em função da missão institucional, dos eixos temáticos e do planejamento estratégico do Ipea (Portaria nº 454/Presi/Ipea/2012, de 26 de dez. de 2012 – Boletim de Pessoal Edição Extra nº 5, de 26 de dez. de 2012).
- Quanto ao local da capacitação:
 - *Capacitação interna*: turmas organizadas e cursos oferecidos e/ou realizados no Ipea.
 - *Capacitação externa*:
 - Cursos realizados em instituições do mercado, e/ou escolas de governo; também estão nesta categoria os eventos, seminários e congressos no Brasil – Art. 87 da Lei nº 8.112/90, regulamentado pelo Decreto nº 5.707/06;
 - Afastamentos para participação em eventos no exterior – Resolução CGP nº 135, de 29 de mar. de 2010;
 - Licença capacitação – Resolução CGP nº 65, de 07 de jul. de 2011); e
 - Cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado, doutorado ou pós-doutorado) – Portaria Ipea nº 454, de 26 de dez. de 2012.

TABELA 7

Pessoal capacitado, por categoria de capacitação (2013)

TIPO DE CAPACITAÇÃO	QUANTIDADE
1. Capacitação interna	441
1.1 Curso – Turmas fechadas para servidores do Ipea	441
2. Capacitação externa	113
2.2 Participação em evento no Brasil	4
2.4 Participação em evento no exterior	94
2.5 Licença capacitação	8
2.6 Pós-graduação stricto sensu	7
Total	554

2.3 QUALIDADE DE VIDA

Os programas de *saúde e qualidade de vida* objetivam facilitar mudanças no estilo de vida, combinando ações e campanhas para consciência, comportamento e envolvimento, que deem suporte a práticas de saúde e previnam doenças. Exemplo disto são as campanhas de vacinação e exames periódicos, que já existem no Ipea.

Para *ampliar a promoção da saúde e bem-estar do servidor e colaborador*, a Coordenação Geral de Gestão de Pessoas (CGPES) da Dides estruturou o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho do Ipea. Este se insere no Desafio nº 5 do Planejamento Estratégico, o qual contempla a promoção do fortalecimento institucional do Ipea, com ações que integrem as áreas finalísticas e corporativas.

2.3.1 Serviço médico

TABELA 8

Atendimento médico (2013)

AÇÕES	NÚMERO DE ATENDIMENTOS
1. Homologação de atestados médicos	267
2. atendimentos médicos	704
3. atendimentos de enfermagem	754
3.1 Controle de pressão arterial	375
3.2 Curativos	63
3.3 Medicação oral	165
3.4 Medicação injetável	29
3.5 Crioterapia	33
3.6 Nebulização	25
3.7 Glicemia capilar	42
3.8 Eletrocardiograma	22

2.3.2 Qualidade de vida no trabalho

As diversas ações do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho contaram com a participação dos servidores e colaboradores do Ipea, conforme se constata na tabela 9.

TABELA 9

Ações de qualidade de vida no trabalho realizadas em Brasília (2013)

AÇÕES	PERÍODO DE REALIZAÇÃO	NÚMERO DE PARTICIPANTES
1. Eventos realizados		
1.1 Comemoração do Dia da Mulher	Mar.	400
1.2 Campanha de Vacinação contra o vírus influenza H1N1	Maio	227
1.3 Campanha de vacinação hepatite B	Maio	87
1.4 Campanha de vacinação Tríplice Viral	Maio	35
1.5 Campanha de vacinação Dupla Adulta Reforço	Maio	96
1.6 Homenagem do Dia das Mães	Maio	(Apresentação de um vídeo na intranet do Ipea e do Coral)
1.7 Palestra "Prioridade na Aposentadoria e Projetos de Futuro"	Jul.	43
1.8 Homenagem ao Dia dos Pais	Ago.	(Apresentação de um vídeo na intranet do Ipea e do Coral)
1.9 V Semana de Qualidade de Vida no Trabalho com o tema "Alimentação Saudável" (Ipea-Brasília)	Ago.	373
1.10 Evento Outubro Rosa	Out.	45
1.11 Evento Dia do Servidor	Out.	98
1.12 Evento Novembro Azul	Nov.	25
2. Ações continuadas		Número de participantes
2.1 Coral	Abr. a set./2013	15 ¹
2.2 Apresentação do coral no Encontro de Coros do SESC	Jun.	15 ¹
2.3 Apresentação do coral no Seminário sobre Sustentabilidade no Ipea	Ago.	15 ¹
2.4 Apresentação do coral no Jubileu Ipea	Set.	10 ¹
2.5 Apresentação do coral na inauguração do 13º andar	Out.	10 ¹
2.6 Apresentação do coral na Creche São José Operário da Estrutural, com o apoio do grupo do voluntariado	Out.	40 ¹
2.7 Apresentação do coral no Seminário Casos Reais de Implantação do Modelo de Gestão do Conhecimento para a Administração Pública Brasileira	Nov.	10 ¹
2.8 Cantata de Natal	Dez.	16 ¹

Nota: ¹ Servidores, bolsistas, estagiários e terceirizados.

TABELA 10

Ações de qualidade de vida no trabalho realizadas no Rio de Janeiro (2013)

AÇÕES	PERÍODO DE REALIZAÇÃO	NÚMERO DE PARTICIPAÇÕES
1. Eventos realizados		
1.1 Comemoração do Dia da Mulher	Mar.	100
1.2 Campanha de Vacinação contra o vírus influenza H1N1	Maio	42
1.3 Homenagem do Dia das Mães	Maio	(Apresentação de um vídeo na intranet do Ipea)
1.4 Palestra "Prioridade na Aposentadoria e Projetos de Futuro"	Jul.	(Evento realizado no Auditório do Ipea-Brasília com videoconferência para o Ipea-Rio de Janeiro)
1.5 Homenagem ao Dia dos Pais	Ago.	(Apresentação de um vídeo na intranet do Ipea)
1.6 IV Semana de Qualidade de Vida no Trabalho com o tema Alimentação Saudável (Ipea-Rio de Janeiro)	Ago.	91
1.7 Evento Dia do Servidor	Out.	98

2.4 AVALIAÇÕES DE DESEMPENHO

QUADRO 4

Avaliação de desempenho para cálculo da GDAlpea

BENEFÍCIOS ESPERADOS DO PROJETO
<p>A avaliação de desempenho institucional visa aferir o desempenho coletivo ao alcance das metas e dos objetivos organizacionais do Ipea, utilizando-se como parâmetros indicadores que visem medir a qualidade dos serviços e atividades relacionadas à atuação finalística do Ipea ou que concorram para seu alcance.</p> <p>A avaliação de desempenho individual visa aferir o desempenho do servidor no exercício das suas atribuições do cargo ou função, com foco na contribuição individual para o alcance dos objetivos organizacionais.</p>
AÇÕES REALIZADAS EM 2013
<ul style="list-style-type: none"> • Período de avaliação ciclo 2012: recebimento dos formulários de avaliação de desempenho preenchidos no período de 1^o a 30 jan. 2013. • Elaboração das planilhas de vinculação das notas dos servidores que recebem GDAlpea. • Processamento e apuração das notas individuais da avaliação de desempenho ciclo 2012 pelo Núcleo de Planejamento e Desenvolvimento de Gestão de Pessoas (Nupes). • Envio da lista com os nomes e notas dos servidores que recebem GDAlpea para a Divisão de Administração de Pessoal (DVAPE), com vistas ao processamento na folha de pagamento. • Controle dos pedidos de reconsideração e recurso. Houve apenas um pedido de reconsideração de uma servidora que não recebe GDAlpea. • Realização de mapeamento de chefias (ocupantes de DAS 101) e subordinados do Ipea. • Orientação aos chefes para o preenchimento do formulário do Plano de Trabalho e Metas Individuais. • Elaboração de relatório comparativo de notas das avaliações individuais dos servidores que recebem GDAlpea por diretoria, referente aos ciclos 2010, 2011 e 2012. • Elaboração do primeiro termo de referência nos moldes do BID, com vistas à solicitação de automatização do processo de avaliação de desempenho. • Elaboração do artigo Avaliação de desempenho no Ipea: um estudo comparativo dos resultados entre cargos, de autoria dos servidores Helena Karla Barbosa de Lima, Leônidas Pires Neto e William Campos, apresentado pelo servidor Leônidas Pires Neto no Congresso Internacional de Administração, realizado pela Associação Comercial, Industrial e Empresarial de Ponta Grossa.

(Continua)

(Continuação)

- Preparação e realização de curso interno sobre processo de avaliação de desempenho.
- Elaboração de proposta de Acompanhamento de Servidores na Avaliação de Desempenho Individual e Institucional para apresentação ao diretor da Dides.
- Atualização da planilha com dados dos servidores.
- Montagem dos formulários de envio as unidades de avaliação para preenchimento das metas e notas dos fatores no início de janeiro/2014.
- Elaboração do segundo termo de referência nos moldes do BID, em parceria com a CGTIC, com vistas à automatização do processo de avaliação de desempenho.

QUADRO 5

Avaliação para progressão funcional na carreira

BENEFÍCIOS ESPERADOS DO PROJETO
A avaliação de progressão funcional tem por objetivo o acompanhamento do servidor pela chefia imediata a fim de que, de acordo com a pontuação recebida o servidor, possa adquirir padrões de vencimento superior, dentro de uma classe ou para padrão(ões) da classe seguinte àquela em que o servidor se encontrar.
AÇÃO REALIZADA EM 2013
O processo de progressão funcional dos servidores do Ipea regulado pela Resolução CGP nº 5, de 6 de maio de 2008 é anual e ocorre todo mês de junho. No segundo trimestre de 2013, foi realizada a ação descrita a seguir: <ul style="list-style-type: none">• Aplicação da Avaliação de Progressão Funcional referente ao período de 30/6/2012 a 1º/7/2013 para os servidores que não chegaram à última classe e Padrão "S-IV".

QUADRO 6

Avaliação para aprovação em estágio probatório

BENEFÍCIOS ESPERADOS DO PROJETO
A avaliação de estágio probatório tem por objetivo fornecer ferramenta para que a chefia imediata possa acompanhar o servidor a fim de avaliá-lo pela aptidão, pela capacidade e pelo desempenho das atribuições do cargo de provimento efetivo para o qual foi nomeado mediante aprovação em concurso público, garantindo assim a estabilidade adquirida pelo servidor.
AÇÕES REALIZADAS EM 2013
Foram realizadas as avaliações de 21 servidores do Ipea, tendo sido todos aprovados em seu estágio probatório.

2.5 PROJETOS PRIORITÁRIOS DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

2.5.1 REVISÃO DA CARREIRA

Histórico dos cargos e carreira do Ipea

- Os cargos do Ipea fazem parte do Sistema de Planejamento e Orçamento do Poder Executivo (ciclo de gestão) desde 1994.
- Chegaram a ser transformados em analista de planejamento e orçamento e técnico de planejamento e orçamento. Efeitos suspensos pela Ação Direta de Inconstitucionalidade – Adin nº 722/92 (motivo: transformação de cargos após CF).
- Até jun./2008 tinham a mesma tabela remuneratória dos cargos do Ciclo de Gestão nos níveis intermediários e superior. Em julho de 2008, com a edição da MP nº 440, convertida na Lei nº 11.890/2008, somente o cargo de técnico de planejamento e pesquisa (TPP) passou a ser remunerado pela tabela de subsídio. Entretanto, treze servidores ocupantes do cargo de TPPs ficaram em tabela suplementar, por não observar o cumprimento dos requisitos estabelecidos para o enquadramento, ou seja: *i*) aprovação em concurso

público, para aqueles investidos no emprego/cargo de TPP, a partir de 5/10/1988, data da Constituição Federal de 1988; *ii*) subsunção às regras constitucionais e legais vigentes à época da investidura, para os contratados para o emprego de técnico de planejamento e pesquisa, até 4/10/1988; e *iii*) graduação de nível superior na data da investidura no emprego/cargo de TPP. Os demais cargos de nível superior e intermediário foram enquadrados no plano de cargos em tabela salariais diversas da tabela do subsídio. Os TPPs aposentados foram posicionados na tabela de subsídio sem análise de mérito.

- Em 2010, houve uma comissão mista Ipea/SRH-MP que estudou o histórico da criação dos cargos do Ipea, identificando a existência de doze deles, cujas atribuições se assemelham, o que é passível de aglutinação. Infelizmente, houve tão somente um diagnóstico sem registro formal, o que não produziu nenhum efeito até a presente data.
- Existe, atualmente, uma afronta ao princípio constitucional da isonomia salarial, pois existem ocupantes do mesmo cargo, o de TPP, sendo remunerados de forma diferente, uns por subsídio e outros por tabela suplementar de menor valor.
- Em decorrência de decisão da Advocacia-Geral da União (AGU) e de denúncia feita junto ao Ministério Público, encontra-se em curso o enquadramento dos aposentados. Somente permanecerão na tabela de subsídio aqueles que efetivamente preencherem os critérios estabelecidos na lei. Estima-se que cerca de trinta servidores devem sair da tabela de subsídio, passando, portanto, a integrar tabela suplementar o que, em alguns casos, ocasionará uma redução salarial.

Proposta

- Revisão da carreira para, inicialmente, aglutinar os cargos possíveis e após incluir todos os cargos com a remuneração por subsídio e nos mesmos valores do ciclo de Gestão para resgatar a situação anterior à Lei nº 11.890/2008.
- Caso, no entendimento do MP, alguns cargos não possam ingressar na carreira e no subsídio e que, por força legal, tenham de compor tabela suplementar, a exemplo do que houve na implantação da carreira da AGU, que seja criado um mecanismo para que os valores recebidos nesta tabela sejam iguais à tabela do subsídio.
- Tendo em vista o pequeno quadro de pessoal do Ipea, o impacto financeiro – em torno de R\$ 612 mil mês – não é significativo para implementar esta proposta.

QUADRO 7

Proposta de revisão de carreira para os servidores do Ipea

BENEFÍCIOS ESPERADOS DO PROJETO
Regularização e consolidação da carreira. Isonomia entre os servidores. Motivação e incentivo para que os servidores permaneçam no Ipea. Evitar perda de recursos humanos.
AÇÕES REALIZADAS EM 2013
Agendamento de reunião com a coordenadora e o coordenador substituto da CGPES, diretor da Dides e diretor do Departamento de Planejamento das Estruturas e da Força de Trabalho do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) para tratar do assunto carreira. Por motivos de força maior, o assunto não pôde ser discutido. Tentativa de marcar reuniões para tratar do assunto com o Departamento de Normas e Procedimentos Judiciais de Pessoal do MP, no qual o processo se encontra. Devido à indisponibilidade de agenda por parte do ministério, não houve a realização de nenhuma reunião.

2.5.2 Concurso público

QUADRO 8

Proposta de realização de concurso público

BENEFÍCIOS ESPERADOS DO PROJETO
Assegurar a existência de um número suficiente de servidores para atender às necessidades de trabalho do Ipea. Superar a fragilidade causada pela previsão de aposentadoria para mais de 30% dos servidores do Ipea, nos próximos cinco anos. Possibilitar a renovação do quadro de servidores do Ipea.
AÇÕES REALIZADAS EM 2013
Encaminhamento da nota técnica solicitando à Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República a realização do concurso público para que o Ipea pudesse realizar concurso público para preenchimento de 123 cargos efetivos, sendo 100% para provimento em 2014, conforme discriminado a seguir: <ul style="list-style-type: none">• técnico de planejamento e pesquisa: 30;• técnico de desenvolvimento e administração: 58;• analista de sistemas: 15; e• auxiliar técnico: 20. Acompanhamento do andamento do processo da referida solicitação de autorização junto à Secretaria de Gestão Pública (SEGEP) do MP.

2.5.3 Mapeamento de competências

QUADRO 9

Proposta de mapeamento de competências

BENEFÍCIOS ESPERADOS DO PROJETO
Atender ao Decreto nº 5.707/2006, que instituiu a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, adotando o modelo de gestão por competências. Empreender melhorias no processo de gestão de pessoas, conforme relacionado a seguir. <ul style="list-style-type: none">• Identificar a discrepância entre as competências necessárias para concretizar a estratégia corporativa e as competências internas existentes na organização.• Plano Anual de Capacitação do Ipea.• Trilhas de aprendizagem: permitirão ao servidor a autogestão do seu processo de aprendizagem e a transparência dos requisitos de competência para cada área.• Banco de talentos: sistema de informação que permitirá identificar mais rapidamente as competências dos servidores e orientar o seu desenvolvimento profissional.• Políticas de gestão de pessoas: documento que definirá as diretrizes orientadoras dos processos de gestão de pessoas no Ipea.
AÇÕES REALIZADAS EM 2013
Os documentos (Competências Essenciais do Ipea, Plano Anual de Capacitação, Trilha de Aprendizagem, Política de Gestão de Pessoas) foram discutidos com os integrantes do Subgrupo do Comitê Técnico de Gestão de Pessoas (CTGPES), aprovado pelo CTGPES e pelo diretor da Dides e encaminhado ao presidente do Ipea, com a respectiva minuta de portaria, para aprovação e assinatura.

3 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES

3.1 AÇÕES DE TI

QUADRO 10

Ações para manutenção/melhorias em infraestrutura de hardware, serviços e capacitação

BENEFÍCIOS ESPERADOS DAS AÇÕES
<ul style="list-style-type: none">• Continuidade dos serviços prestados por meio da infraestrutura de TI;• Melhoria da produtividade do corpo de colaboradores; e• Melhoria da produtividade dos técnicos da CGTIC, no desempenho das suas funções de gestão e manutenção do ambiente computacional do Ipea.
AÇÕES REALIZADAS EM 2013
<ul style="list-style-type: none">• Implantação de novo contrato de terceirização de serviços de impressão departamental (45 impressoras) para atender a todas as unidades do Ipea em Brasília;• Sala de sigilo: definição da infraestrutura mínima de TI, construção de primeira minuta de institucionalização e normatização do uso da sala, transferência de três <i>workstations</i> do Ipea Rio para a sala de sigilo e elaboração de termo de referência para contratação de equipamentos para implantar a sala de sigilo do Ipea em Brasília;• Substituídos 399 computadores de mesa obsoletos e sem garantia contratual, em Brasília e no Rio de Janeiro;• Substituição e modernização dos equipamentos do mezanino do auditório utilizados nos trabalhos de transmissão <i>on-line</i>, videoconferência e gravação de eventos;• Orientação técnica e apoio logístico da CGTIC durante a 3ª Code 2013;• Implantação da infraestrutura (versão 2.0 do programa DSPACE) que sustenta o repositório do conhecimento;• Implantação da nova versão (3.0) do programa DSPACE;• Disponibilização de infraestrutura e testes de segurança para a implantação do portal do IDH – parceria PNUD, Ipea e Fundação João Pinheiro;• Disponibilização para homologação do sistema de Ouvidoria, disponibilizado no portal de <i>software</i> público e conduzido pelo MP/SLTI;• Recomendações técnicas para alteração da arquitetura do portal IDH com o intuito de torná-lo mais seguro e performático;• Sincronização de agendas (ambiente correio eletrônico) do ministro da SAE e do presidente do Ipea;• Reuniões com a Secretaria de Orçamento Federal (SOF) para acompanhamento do plano de trabalho, sob o escopo do ACT nº 017/2010, que prevê a implantação de ambiente de tecnologia da informação e comunicações redundantes e de alta disponibilidade nas instalações do Ipea e da SOF;• Encaminhado TR à DVCOC: para renovação do uso do serviço da rede metropolitana de governo – Infovia; para contratação de consultoria engenharia para avaliação e projetos de eletricidade da infraestrutura de TI da sede do Ipea; e para contratação de atualização do sistema de armazenamento de dados centralizado;• Inclusão do Ipea na Intenção de Registro de Preços (IRP) dos seguintes ministérios: MP, para a contratação de equipamentos de rede; e Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), para a contratação de equipamentos de rede;• Testes de correção e implantação da ferramenta de inventário (CACIQ) de ativos de TI, disponibilizada no portal de <i>software</i> público e conduzido pelo MP/SLTI;• Substituição dos bancos de baterias e manutenção preventiva dos sistemas de proteção elétrica em Brasília;• Reformulação da infraestrutura que sustenta o serviço de Webmail do Ipea, com vistas a corrigir os problemas de disponibilidade;• Disponibilização de ambiente (quatro equipamentos) baseado em <i>software</i> livre (libre office e Linux) para técnicos da Dimac em Brasília;• Disponibilização para testes de serviço de armazenamento e compartilhamento de dados: nuvem.ipea.gov.br;• Trinta e duas participações em eventos, cursos, treinamentos, <i>workshops</i> e reuniões;

(Continua)

(Continuação)

- Indicação de três analistas de sistemas para compor o comitê de governo eletrônico – subgrupo padrões de interoperabilidade;
- Elaboração de nota técnica sobre nova classificação contábil de ativos intangíveis – programas;
- Execução da classificação contábil de ativos intangíveis – programas;
- Implantação do portal IDH, com sistema de segurança e cluster dinâmico de cinco servidores para balanceamento de carga e resiliência;
- Implantação de cluster servidor para pesquisa Nossas Vozes, com redundância em Brasília e no Rio de Janeiro;
- Disponibilização em produção do serviço de armazenamento e compartilhamento de dados: nuvem.ipea.gov.br;
- Implantada infraestrutura com servidores e sistema de banco de dados para o desenvolvimento dos novos sistemas: de extração de dados da PNAD-ASTEC e de cadastro de projetos do Ipea – ASTEC/Dirur;
- Implantada infraestrutura com servidores e sistema de banco de dados para o desenvolvimento do novo repositório de conhecimento de gestão – DVPP/Dides;
- Renovado o contrato de prestação de serviços para acesso à Infovia do governo federal;
- Disponibilizado pacote com servidores virtuais e documentação para a implementação do *software* público de ouvidoria para instalação no Ministério da Pesca e Agricultura (MPA), com acompanhamento da CGTIC e da Ouvidoria do Ipea;
- Elaboração de novo conteúdo da área de TI para a intranet;
- Instalação do *software Brainstorming Web* nas instalações do Ipea e disponibilização na internet com o endereço prospectiva.ipea.gov.br;
- Recebimento e instalação do sistema de armazenamento de dados centralizado;
- Adaptação e ampliação do datacenter do Ipea, onde foi instalado novo rack de equipamentos da SOF (ACT nº 017/2010);
- Disponibilização de infraestrutura para a implantação do portal do IDHm – versão multilíngue; e
- Recebimento dos relatórios da consultoria de engenharia para avaliação e projetos de eletricidade da infraestrutura de TI da sede do Ipea.

QUADRO 11

Ações para manutenção e implantação de softwares de apoio

BENEFÍCIOS ESPERADOS DAS AÇÕES

- Manter atualizados *softwares* científicos, aplicativos e sistemas de informação, com a incorporação de novas funcionalidades, para apoio à produção de conhecimento; e
- Manter atualizados *softwares*, sistemas de informação e equipamentos de editoração de textos e outras mídias, com a incorporação de novas funcionalidades, para a disseminação do conhecimento.

AÇÕES REALIZADAS EM 2013

- Avaliação do TR para aquisição do programa de edição de vídeo (Adobe CS Production Premium);
- Renovação de uso das licenças do programa SAS, com o pagamento do uso das licenças em 24 parcelas mensais;
- Instalação do programa WPS para testes de desempenho e funcionalidade;
- Instalação do pacote Adobe CS6 (doze licenças), FontExplorer (dezesseis licenças) e Corel Draw (doze licenças) para o editorial;
- Instalação do programa estatístico R, versão 2.10;
- Contratação e instalação de licenças do *software* Adobe Creative Suite 6 – Production Premium;
- Instalação de licenças do MS Project na SAE;
- Disponibilizado *softwares* (fontes) para editorial e para sustentação do sistema Projetos Ipea; e
- Instalação de três licenças do *softwares* de reconhecimento de caracteres ABBYY Fine Reader 11, em três servidores de rede, para uso concorrente.

QUADRO 12

Ações para desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação e base de dados

BENEFÍCIOS ESPERADOS DAS AÇÕES
<ul style="list-style-type: none"> • Suporte para o atingimento de metas pela Dides e pelas áreas finalísticas; • Disseminação de informação; • Fortalecimento da imagem institucional junto à sociedade em geral; • Otimização de processos com a implantação de sistemas; • Redução do tempo para execução das atividades; e • Redução de erros humanos com a implantação de sistemas informatizados.
AÇÕES REALIZADAS EM 2013
<ul style="list-style-type: none"> • Recebimento e validação dos produtos I, II e III objeto de consultoria (projeto Ipea Pesquisa – BID) para planejamento e acompanhamento da contratação de serviço de desenvolvimento de programas e outros correlatos ao processo de desenvolvimento de sistemas do Ipea; • Definição da metodologia de desenvolvimento de sistemas de informação do Ipea, produto entregue pela consultoria contratada pelo projeto Ipea Pesquisa; • Modelagem de formulários para mapeamento das infraestruturas de pesquisa para a Diset – descontinuado; • Criação de formulário de coleta de dados para diagnóstico interno do Ipea realizado pela Macroplan; • Implantação da nova pesquisa de satisfação da Ouvidoria 2012; • Avaliação do <i>software</i> cedido pelo Ministério da Fazenda (MF) para impressão de carteira funcional; • TR para adesão à ata de serviços da Universidade de Brasília (UnB) para a construção de sistema para gestão das metas institucionais – inviabilizado pela Proju; • Sistema de ouvidoria, disponibilizado pelo Serpro e customizado pelo Ipea, para apoio às atividades da Ouvidoria do Ipea – considerado inadequado pela Ouvidoria; • Internalização e ajustes no aplicativo internet para consulta a dados sobre Emprego no Turismo; • Internalização da base de dados do SIASG para estudos pela Dimac no Rio de Janeiro; • Desativação do sistema SISPEC (controle de estagiários) em substituição ao novo módulo incorporado pelo SRHWeb, com melhorias ao módulo de controle adotado; • Desativação do cadastro de consultores da internet; • Criação da pesquisa Nossas Vozes que procurou mapear os motivos das recentes manifestações públicas no Brasil; • Replicação da base de três novas pesquisas contratadas à empresa Zaytec e desativação da replicação da pesquisa IEF e sua migração para a base de pesquisa; • Criação de formulário eletrônico (intranet e internet) para coleta de manifestação de interesse e para classificação dos interessados em afastamentos remunerados de servidores do Ipea; • Avaliação de sistema GDAFAZ, disponibilizado pelo MF, com o objetivo de ser adaptado e utilizado no processo de avaliação do desempenho individual dos servidores do Ipea – GDAlpea; • Melhorias no módulo de estagiário do Cadastro Unificado: inserção de Siape, supervisor, emissão de relatórios e de folha de ponto; • Implantação e suporte de ambiente para avaliação da ferramenta Talend para o gestor do Ipeadata e disponibilização das rotinas de automação de extração, transformação e carga de dados construídos pela DVSIS para os dados do SGS/Bacen; • Implantação e ajustes posteriores da interface construída para comparação dos dados extraídos automaticamente do SGS/Bacen com os equivalentes na base do Ipeadata inseridos por processo normal do sistema; • Ipeadata: inclusão de página para registrar o histórico de modificações, inclusão do metadado Tema na exibição de séries, nova escrita do código de funcionalidades para facilitar manutenções futura e documentação da calculadora do sistema Ipeadata e manutenções diversas (inclusive de acordo com a planilha de demandas itens 49, 98, 94, 122); • Desativação do antigo portal internet Site Maker; • Continuidade da migração do programa Ortodocs (<i>software</i> adquirido no mercado) para ferramenta da rede virtual de bibliotecas – RVBI do Senado Federal (Ascom/Biblioteca);

(Continua)

- Avaliação da aplicação do Atlas do desenvolvimento humano, disponibilizada pelo gestor do IpeaMapas para implantação no ambiente do Ipea;
- Internalização da base do Cadastro Único do governo federal (10 TeraBytes) e Bolsa Família, cedido pelo MDS, no Storage do Ipea;
- Instalação, configuração e suporte da ferramenta Joomla para criação do sítio do Mapa da Defensoria Pública;
- Migração do sistema de inventário bibliográfico – InvBib, da plataforma Delphi para C# ASP.NET, devido à desatualização e dificuldade de manutenção em Delphi;
- Suporte na obtenção de bases de dados da ANTT e disponibilização das bases do Ipeadata – em andamento;
- Alteração do formato do sistema Banco de Bases Estatísticas (BBE);
- Melhorias no sistema de Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (Cobradi) – implementação da funcionalidade de espelhamento de base;
- Migração do sistema de normas e modelos, da plataforma Delphi para PHP, devido à desatualização e dificuldade de manutenção em Delphi;
- Adequações e implantação em produção do aplicativo extrator de dados sobre finanças públicas do SISTN;
- Melhorias no sistema Sisbolsa;
- Elaboração dos guias de implantação de programas, ambiente, banco de dados e segurança para compor o processo de desenvolvimento de sistemas do Ipea;
- Automação da carga de dados sobre viagens na base da Quinzena Ipea;
- Documentação de alguns sistemas legados;
- Desenvolvimento de solução para geração de etiquetas para a Biblioteca a partir dos dados da base sistema Ortodocs;
- Manutenção nos formulários de entrada de dados sobre autos trabalhistas e sobre itinerância, este em andamento;
- Atualização do manual do sistema Seguir – Guias de recolhimento;
- Encaminhamento de contratação da filiação do Ipea ao IFPUG;
- Prospecção de componente Joomla para visualização de vídeos em *site* do Ipea e de ferramenta de conversão de bases;
- Manutenções diversas nos sistemas SESP, Seguir, SRH, SGI, SCB;
- Avaliação e estimativa de tamanho, para a SAE, da construção de aplicativo para disponibilizar na internet o Observatório da População Negra;
- Avaliação da migração dos dados do SILAB – sistema de legislação do Ipea para o LexML do Senado;
- Conclusão dos documentos de planejamento exigidos pela IN4 para contratação da Fábrica de *Software* e Fábrica de Métrica;
- Criação e tratamento de banco de dados para a pesquisa Especialização e Diversificação Industrial;
- Atuação na consolidação dos dados da pesquisa SEEPIX;
- Construção e disponibilização da pesquisa Mapeamento de Gênero e Raça no Ipea;
- Disponibilização da versão 2013 do formulário de solicitação de apoio a eventos;
- Criação e disponibilização de formulário para eleição de candidatos ao exercício provisório para atuação em projetos específicos fora da unidade de lotação;
- Disponibilização de ambiente e customização da pesquisa Trajetórias e Práticas Políticas no Serviço Público;
- Disponibilização de ambiente e customização da pesquisa Desafios da Produtividade e Competitividade;
- Desativação dos sistemas Sensor e Monitor Ipea, que deixaram de ser utilizados pelo instituto;
- Análise e manutenção de dados do sistema de protocolo;
- Manutenção na base do sistema Ortodocs;
- Criação do Boletim de economia e política internacional – Bepi no OJS de homologação para testes pela Dinte;
- Atualização da ferramenta de blog do Ipea (WordPress), disponibilização de plataforma WordPress em desenvolvimento, homologação e produção para migração do Blog Ipea, instalação e configuração da ferramenta WordPress e implantação do *site* Ipea móvel, iniciado com a Code;
- Suporte e resolução de problemas nos formulários de pesquisa e coleta de dados;
- Implantação do sistema Ipea Projetos nos servidores da TIC e suporte aos usuários;
- Definição e encaminhamento de tratativas para melhoria no IpeaData com projeto BID;

(Continuação)

- Internalização e disponibilização de bases de dados da ANTT para a Diset e outros usuários com SAS;
- Encaminhamento da contratação do Visual Studio 2012 e DevExpress, para manutenção do IpeaProjetos e Ipeadata;
- Avaliação e solução de ocorrências nos sistemas Cadastro de Bolsistas, SIGDOC, SRH, E-pedidos, Ipeadata;
- Divulgação da Metodologia de Construção de *Software* (MCS) do Ipea;
- Definição com a Biblioteca, do plano de trabalho para migração do sistema SILAB (legislações do Ipea) para o DSpace e integração com o LexML, do Senado;
- Qualificação e preparação dos dados do sistema de inventário bibliográfico InvBib para registro de bens bibliográficos e sua depreciação no sistema ASI;
- Fechamento das definições para migração dos dados do sistema Ortodocs para o Aleph da RVBI, no Senado Federal;
- Disponibilização de formulários para nova seleção de candidatos para exercício fora da unidade e para nova pesquisa de satisfação da Ouvidoria do Ipea; e
- Revisão e complemento de conteúdo da área na intranet.

3.2 DEMANDAS ATENDIDAS

As tabelas 11 e 12 apresentam a relação de alguns indicadores que expressam o nível de atividade da CGTIC e o consumo de recursos de TI, consolidados até 31 de dezembro de 2013.

TABELA 11
E-pedidos

ITEM	RESULTADO
Pedidos tratados ¹ pela CGTIC	5.634
Porcentagem de demandas atendidas ² (inclui as canceladas e pendentes)	99,11%
Nível de satisfação das solicitações executadas e avaliadas pelos usuários	99,39% indicaram como bom ou ótimo

Nota: ¹ Pedidos tratados representam aqueles solicitados no período avaliado e também os solicitados antes, mas que tiveram atuação da CGTIC no período avaliado.

² Demandas atendidas representam o total de demandas executadas, finalizadas (executadas que foram avaliadas), canceladas e pendentes. As canceladas e pendentes são consideradas, pois nestes casos também houve atendimento (atuação) da CGTIC.

TABELA 12
Mensagens eletrônicas

ITEM	RESULTADO
Quantidade de mensagens eletrônicas processadas em 2013	18.758.996 (média diária de 52.108), sendo 86% de mensagens externas e 14% internas
Porcentagem de demandas atendidas ² (inclui as canceladas e pendentes)	5,7 milhões (30%), das quais, 2.427 mensagens continham 22 tipos de vírus diferentes

3.3 PROJETOS PRIORITÁRIOS DE GESTÃO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

QUADRO 13

Elaboração do PDTI 2014/2015

BENEFÍCIOS ESPERADOS DO PROJETO
<ul style="list-style-type: none">• Direcionar as ações de TI aos objetivos estratégicos do Ipea;• Melhorar a gestão sobre os recursos de TI no Ipea; e• Atender à recomendação do SISP/MP.
AÇÕES REALIZADAS EM 2013
<ul style="list-style-type: none">• Apresentação para todas as diretorias e assessorias técnicas do Ipea sobre o novo modelo de contratação de serviços de TI e os seus impactos internos, bem como as ações e os recursos orçamentários que compõem o Plano Diretor de TI para o biênio 2013/2014;• Realização da primeira reunião do Comitê de TI, após a indicação das diretorias dos seus novos membros;• Recebimento de questionário do TCU sobre diagnóstico da situação de pessoal de TI na APF, encaminhado ao presidente do Ipea, cujo interlocutor indicado para consolidar os dados é o coordenador geral da CGTIC;• Encaminhada resposta ao questionário do TCU sobre pessoal de TI; e• Realizada reunião do Comitê de TI, em que ficou deliberado que as ações prioritárias do PDTI seriam estabelecidas por meio do Sistema IpeaProjetos, vinculadas ao processo de Planejamento Estratégico do Ipea, que está sendo realizado com suporte de consultoria externa.

QUADRO 14

Melhoria do indicador de governança de TI – iGovTI/TCU

BENEFÍCIOS ESPERADOS DO PROJETO
Melhoria da maturidade de governança de TI do Ipea e melhoria do indicador iGovTI, para que o Ipea se consolide como referência na esfera da APF.
AÇÕES REALIZADAS EM 2013
<ul style="list-style-type: none">• Publicação de portarias internas de normas de uso de equipamentos de TI e correio eletrônico;• Elaboração da metodologia de desenvolvimento de sistemas de informação e gerenciamento de demandas;• Publicação de portarias que definem o diretor da Dides como novo presidente do Comitê de TI e indicam novos membros do comitê de TI; e• Definição da metodologia de desenvolvimento de sistemas de informação e de gerenciamento de demandas do Ipea.

QUADRO 15

Aperfeiçoamento da segurança da informação e comunicações no Ipea

BENEFÍCIOS ESPERADOS DO PROJETO
<ul style="list-style-type: none">• Atender à recomendação do SISP/MP e DSIC/PR;• Melhoria da segurança da informação e comunicações do Ipea;• Redução dos riscos de segurança no Ipea; e• Redução da exposição dos usuários a fraudes eletrônicas.
AÇÕES REALIZADAS EM 2013
<ul style="list-style-type: none">• Atuação da Etir na avaliação de incidentes na rede computacional do Ipea;• Continuidade da avaliação do sistema que hospedará o Atlas do desenvolvimento humano;• Publicação de portarias (e fôlderes) que estabelecem as seguintes normas: nº 133, de acesso à rede de computadores do Ipea; e nº 135, de uso de correio eletrônico do Ipea;
<ul style="list-style-type: none">• Implantação dos mecanismos de segurança no sistema Atlas do IDHM; e• Realização de palestra técnica sobre segurança na internet, política de segurança da informação do Ipea e processo de cadastramento dos usuários da rede Ipea.

QUADRO 16

Adequação do contrato de serviços terceirizados às novas regras do SISP/TCU

BENEFÍCIOS ESPERADOS DO PROJETO
<p>Atender à recomendação do SISP para que as contratações de serviços de TI estejam orientadas a resultados e utilizem indicadores de produtividade e qualidade, como método de medição e remuneração dos serviços prestados, diferente do modelo homem/hora.</p> <p>Trata-se de projeto crítico para a manutenção do parque computacional do Ipea em função do contexto de redução do quadro de analistas de sistemas do Ipea e da falta de perspectiva, a curto prazo, de concurso público.</p>
AÇÕES REALIZADAS EM 2013
<ul style="list-style-type: none"> • Entrega do terceiro lote de produtos da consultoria, via projeto Ipea/Pesquisa (BID) para apoio à elaboração do edital de contratação e definição de metodologia para o processo de desenvolvimento de sistemas do Ipea – fábrica de programa; • Encaminhamento para a Proju/Ipea ata de adesão de registro de preços para prestação de serviços de infraestrutura de TI e atendimento ao usuário, a qual foi considerada inapropriada; • Aditamento do contrato de consultoria com a empresa Vision, estendendo o cronograma até julho de 2014; e • Realização de palestras sobre o novo modelo de contratação de serviços de TI e seus impactos internos.

QUADRO 16

Melhoria da infraestrutura predial

BENEFÍCIOS ESPERADOS DO PROJETO
<p>Superar a deficiência de infraestrutura elétrica do edifício BNDES, que não garante a autonomia e integridade do parque computacional durante a interrupção de energia elétrica pelo provedor local.</p>
AÇÕES REALIZADAS EM 2013
<ul style="list-style-type: none"> • Reestruturação do cabeamento lógico/elétrico e instalação de equipamentos de TI no 12º andar; • Transferência da sala de treinamento para o 6º andar – reestruturação do cabeamento lógico/elétrico e instalação de equipamentos multimídia e desktops; • Adequação das infraestruturas: de TI e apoio técnico ao IPC para sua transferência da SAE para o 10º andar do edifício BNDES e da infraestrutura lógica/elétrica do 18º andar; • Reestruturação do cabeamento lógico/elétrico do 13º andar; • Substituição do banco de baterias dos estabilizadores de energia elétrica que sustentam os equipamentos de TI do edifício BNDES; • Encaminhamento de TR à DVCOC para a contratação de consultoria especializada em engenharia para elaboração e acompanhamento de projetos executivos em engenharia elétrica e climatização para o ambiente de TIC do Ipea; • Contratação de empresa de consultoria para avaliar e propor melhorias na infraestrutura elétrica de TI; e • Entrega dos relatórios técnicos e projeto executivo da empresa de consultoria em engenharia para execução das obras de reforma elétrica e do centro de dados.

4 SERVIÇOS CORPORATIVOS E APOIO À PESQUISA

4.1 PROGRAMAS E SUBPROGRAMAS DE APOIO À PESQUISA

TABELA 13

Sistema de apoio à pesquisa – posição em 31 dez. 2013

PROGRAMAS		
NOME DO PROGRAMA	TIPO DE APOIO	QUANTIDADE
Programa de Mobilização da Competência Nacional para Estudos sobre o Desenvolvimento – PROMOB	Bolsas	289
	Auxílios	34
Programa de Cooperação internacional – Procin	Bolsas	3
	Auxílios	0
Programa de Apoio a Eventos Técnico-Científicos – PROEV	Bolsas	0
	Auxílios	9
Programa de Incentivo às Novas Gerações – PROING	Bolsas	0
	Auxílios	0
SUBPROGRAMAS		
NOME DO PROGRAMA	TIPO DE APOIO	QUANTIDADE
Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional – PNPB (bolsas e auxílios para atuação direta nos projetos do Ipea)	Bolsas	250
	Auxílios	14
Subprograma de Apoio a Redes de Pesquisas – Proredes (redes de pesquisa nacionais, cotas de bolsas e auxílios para universidades, secretarias de estado e instituições de pesquisa estaduais)	Bolsas	39
	Auxílios	20
Subprograma de Apoio a Projetos Especiais – PROESP/Cátedras: projetos especiais; apoio a periódicos; cátedras; e bolsa a professores	Bolsas	0
	Auxílios	0
Cooperação Internacional (bolsas e auxílios a estrangeiros no Brasil, para participação de cursos e ministrar palestras. Brasileiros no exterior – missão na Venezuela)	Bolsas	3
	Auxílios	0
Apoio a eventos técnicos e científicos (concessão de auxílio financeiro para financiamento da realização de eventos)	Bolsas	0
	Auxílios	9
Iniciação científica, mestrado e doutorado 1) Intercâmbio de estudantes de graduação 2) Bolsas de mestrado utilizadas pelas associações de pós-graduação	Bolsas	0
	Auxílios	

TABELA 14

Valores destinados a bolsas de pesquisa concedidas, por programa (2013)¹

PROGRAMA	NÚMERO DE BOLSAS	VALOR MENSAL (R\$)
PROESP/Cátedras	0	0
PNPD	250	646.500
PROING	0	0
Proredes	39	66.650
Procin	3	16.000
Total	292	729.150

Nota: ¹ Posição em 31 de dezembro de 2013.

TABELA 15

Valores destinados a auxílios concedidos, por programa (2013)

PROGRAMA	QUANTIDADE DE AUXÍLIOS	VALOR EXECUTADO (R\$)
PNPD	14	384.584
PROING	-	-
PROESP/Cátedras	-	-
Proredes	29	271.382
PROEV	9	562.885
Total	52	1.218.851

4.1.1 Subprograma de Apoio a Redes de Pesquisas – Proredes

TABELA 16

Valores destinados ao Subprograma de Apoio a Redes de Pesquisas – Proredes, por projeto (2013)

DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS: A JUSTIÇA ITINERANTE NO BRASIL								
	UF	Número de bolsistas	Custo mensal das bolsas (R\$)	Auxílio financeiro (R\$) ¹	Período de duração	Valor total a ser concedido (R\$)	Valor pago até dez./2013 (R\$)	Execução (%)
Total	4	2	4.000	56.016	-	318.816	69.266	21,73
MERCOSUL E REGIÕES DE FRONTEIRA								
	UF	Número de bolsistas	Custo mensal das bolsas (R\$)	Auxílio financeiro (R\$) ¹	Período de duração	Valor total a ser concedido (R\$)	Valor pago até dez./2013 (R\$)	Execução (%)
Total	4	4	8.000	35.960	-	233.960	111.762	47,77
MIGRAÇÕES INTERNAS NOS DECÊNIOS 1990 E 2000 EM UFS SELECIONADAS: MUDANÇAS E CONTINUIDADES								
	UF	Número de bolsistas	Custo mensal das bolsas (R\$)	Auxílio financeiro (R\$) ¹	Período de duração	Valor total a ser concedido (R\$)	Valor pago até dez./2013 (R\$)	Execução (%)
Total	4	7	10.500	57.530	-	201.530	147.240	73,03

(Continua)

(Continuação)

PLANEJAMENTO E GESTÃO GOVERNAMENTAL NA ESFERA ESTADUAL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DOS PROCESSOS, CONTEÚDOS E SISTEMAS DE ACOMPANHAMENTO DOS PLANOS PLURIANUAIS – PPAS								
	UF	Número de bolsistas	Custo mensal das bolsas (R\$)	Auxílio financeiro (R\$) ¹	Período de duração	Valor total a ser concedido (R\$)	Valor pago até dez./2013 (R\$)	Execução (%)
Total	10	10	25.000	77.730	-	377.730	268.558	71,10
COORDENAÇÃO E COOPERAÇÃO FEDERATIVA EM ÁREAS QUE RECEBEM GRANDES INVESTIMENTOS								
	UF	Número de bolsistas	Custo mensal das bolsas (R\$)	Auxílio financeiro (R\$) ¹	Período de duração	Valor total a ser concedido (R\$)	Valor pago até dez./2013 (R\$)	Execução (%)
Total	7	6	10.400	72.184	-	484.984	103.036	21,25
O QUE PODEM OS GOVERNOS ESTADUAIS NO BRASIL? TRAJETÓRIAS E PADRÕES DE DESENVOLVIMENTO EM UNIDADES DA FEDERAÇÃO (ESTUDOS COMPARADOS PARA O PERÍODO 1990-2010)								
	UF	Número de bolsistas	Custo mensal das bolsas (R\$)	Auxílio financeiro (R\$) ¹	Período de duração	Valor total a ser concedido (R\$)	Valor pago até dez./2013 (R\$)	Execução (%)
Total	10	5	8.700	106.800	-	495.300	96.650	19,51
TRAJETÓRIAS TECNOLÓGICAS, PADRÕES DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E CONFIGURAÇÕES URBANO-RURAIS								
	UF	Número de bolsistas	Custo mensal das bolsas (R\$)	Auxílio financeiro (R\$) ¹	Período de duração	Valor total a ser concedido (R\$)	Valor pago até dez./2013 (R\$)	Execução (%)
Total	7	-	-	46.760	-	251.960	52.570	20,86
MATRIZ INSUMO-PRODUTO REGIONAL								
	UF	Número de bolsistas	Custo mensal das bolsas (R\$)	Auxílio financeiro (R\$) ¹	Período de duração	Valor total a ser concedido (R\$)	Valor pago até dez./2013 (R\$)	Execução (%)
Total	18	8	14.400	103.180	-	1.290.120	509.030	39,46
INSTITUIÇÕES PARTICIPATIVAS NO ÂMBITO DA SEGURANÇA PÚBLICA BRASILEIRA: PROGRAMAS IMPULSIONADOS POR ORGANIZAÇÕES POLICIAIS								
	UF	Número de bolsistas	Custo mensal das bolsas (R\$)	Auxílio financeiro (R\$) ¹	Período de duração	Valor total a ser concedido (R\$)	Valor pago até dez./2013 (R\$)	Execução (%)
Total	3	7	8.100	65.480	-	276.680	75.178	27,17
ECONOMIAS BASEADAS EM BIOMAS								
	UF	Número de bolsistas	Custo mensal das bolsas (R\$)	Auxílio financeiro (R\$) ¹	Período de duração	Valor total a ser concedido (R\$)	Valor pago até dez./2013 (R\$)	Execução (%)
Total	3	7	12.100	45.168	-	277.968	101.368	36,47
MAPEAMENTO DA VULNERABILIDADE SOCIAL NAS REGIÕES METROPOLITANAS BRASILEIRAS								
	UF	Número de bolsistas	Custo mensal das bolsas (R\$)	Auxílio financeiro (R\$) ¹	Período de duração	Valor total a ser concedido (R\$)	Valor pago até dez./2013 (R\$)	Execução (%)
Total	8	7	12.500	77.696	-	485.696	88.240	18,17

(Continua)

(Continuação)

GOVERNANÇA METROPOLITANA NO BRASIL								
	UF	Número de bolsistas	Custo mensal das bolsas (R\$)	Auxílio financeiro (R\$) ¹	Período de duração	Valor total a ser concedido (R\$)	Valor pago até dez./2013 (R\$)	Execução (%)
Total	15	20	29.000	167.100	-	1.364.700	312.520	22,90
PROJEÇÕES MULTIRREGIONAIS DA MÃO DE OBRA QUALIFICADA NO BRASIL								
	UF	Número de bolsistas	Custo mensal das bolsas (R\$)	Auxílio financeiro (R\$) ¹	Período de duração	Valor total a ser concedido (R\$)	Valor pago até dez./2013 (R\$)	Execução (%)
Total	2	6	8.000	67.892	-	163.892	138.592	84,56
Total								
	UF	Número de bolsistas	Custo mensal das bolsas (R\$)	Auxílio financeiro (R\$) ¹	Período de duração	Valor total a ser concedido (R\$)	Valor pago até dez./2013 (R\$)	Execução (%)
Total	95	89	150.700	979.496	-	6.223.336	2.074.010	33,33

Nota: ¹ Valor destinado ao coordenador na instituição para aporte no projeto, sujeito a prestação de contas.

4.1.2 Subprograma de Apoio a Projetos Especiais – PROESP

Não houve projetos do PROESP no período considerado.

4.1.3 Programa de Cooperação internacional – Procin

TABELA 16

Valores destinados ao Subprograma de Cooperação internacional – Procin (2013)

UNIDADE	NÚMERO BOLSISTAS	PAÍS DE ORIGEM	VALOR DO APOIO (US\$)
Presi	3	Brasil	11.500
Presi	2	Venezuela	7.500
Total	5	-	19.000

4.1.4 Programa de Incentivo às Novas Gerações – PROING

Intercâmbio de estudantes de graduação

Não foi realizado intercâmbio de estudantes de graduação no período considerado.

Bolsas de mestrado destinadas às associações de pós-graduação

TABELA 17

Bolsas de mestrado destinadas às associações de pós-graduação (2013)

INSTITUIÇÃO	COTAS CONCEDIDAS	COTAS UTILIZADAS	VALOR MENSAL (R\$)
ANPEC	20	5	6.000
ANPED	20	-	-

(Continua)

(Continuação)

ANPUR	20	13	15.600
ANPOCS	20	-	-
Total	80	18	21.600

4.1.5 Programa de Apoio a Eventos Técnico-Científicos – PROEV

TABELA 18

Valores destinados à realização de eventos técnico-científicos, por evento (2013)

EVENTOS	MÊS DE REALIZAÇÃO	VALOR APROVADO (R\$)	VALOR CONCEDIDO (R\$)
XLI Encontro Nacional de Economia	Dez.	60.000	60.000
Encontro anual da ANPOCS	Set.	80.000	80.000
First Brazilian Conference Series on Public Procurement and Concession Design /Primeiro Ciclo Brasileiro de Conferências em Compras Públicas e Desenho de Concessões	Mar.	73.765	73.765
III Encontro de Pesquisa Empírica em Direito	Set.	25.000	25.000
LI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia Administração e Sociologia Rural	Jul.	60.000	60.000
Rising Powers and Contested Orders in a Multipolar System	Set.	47.365	-
35º Encontro Brasileiro de Econometria	Dez.	50.000	50.000
VII Encontro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública	Jul.	60.000	60.000
VII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa e I Encontro Sul-Americano de Defesa	Ago.	80.000	80.000
VIII Encontro da ANDHEP Políticas Públicas para a Segurança Pública e Direitos Humanos	Abr.	79.750	79.750
XIII Encontro Nacional da ABET	Out.	39.120	39.120
XV Encontro da ANPUR – Desenvolvimento Planejamento e Governança	Mai	65.000	65.000
XXII Congresso Nacional do CONPEDI: “Sociedade Global e Seus Impactos sobre o Estudo e a Efetividade do Direito na Contemporaneidade”	Nov.	80.000	80.000
Total	-	800.000	752.635

4.2 SISTEMA DE GESTÃO DE ACORDOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, CONVÊNIOS E CONTRATOS DE PESQUISA – SGAC

Criado em agosto de 2008 pela edição da Portaria nº 257, é uma sistemática que visa organizar de forma sistêmica e integrada as diversas ações e procedimentos necessários para análise de propostas, execução e acompanhamento de pesquisas desenvolvidas pelo Ipea, procedendo à gestão de acordos, convênios e contratos como instrumentos de pesquisa.

Tal ferramenta possibilitou a socialização, entre as unidades e previamente ao Ipea firmar o instrumento de parceria, das pesquisas a serem realizadas, incentivando a integração entre as unidades no planejamento das pesquisas.

Os acordos de cooperação técnica constituem em importante instrumento de desenvolvimento, como forma de superar restrições. Permitem transferir conhecimentos, experiências de sucesso e contribuem para capacitação de recursos humanos.

Nos últimos anos, o Ipea vem ampliando as parcerias para desenvolvimento de seus estudos, estendendo as perspectivas de análise e estreitando o relacionamento com diversos atores, com a manutenção atual de 203 instrumentos vigentes. Todo o conteúdo é disponibilizado em ambiente virtual por meio do Colabore.¹

1. Disponível em: <<http://colabore/sgac/default.aspx>>.

TABELA 19

Instrumentos firmados vigentes em 31 dez. 2013

INSTRUMENTOS FIRMADOS	QUANTIDADE
Acordos de cooperação técnica que não envolvem recursos	166
Termos e outros instrumentos de cooperação técnica que envolvem recursos financeiros	25

4.3 PROGRAMA IPEA PESQUISA

O Programa Ipea Pesquisa – Contrato de Empréstimo nº 1841/OC-BR, firmado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – tem como finalidade contribuir para uma melhor formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas brasileiras.

O contrato de empréstimo tem vigência de 15/9/2009 a 15/9/2014. O prazo para comprometer recursos é até 15/3/2014, e a data limite para último desembolso é 15/9/2014.

Os recursos do programa, que totalizam US\$ 8.800.000, estão alocados conforme detalhado na tabela 20.

TABELA 20

Recursos alocados no Programa Ipea Pesquisa

CATEGORIAS DE DESPESAS (EM US\$ MIL)	BID	LOCAL	TOTAL
I. Administração			
1. Unidade de coordenação	63	69	132
2. Monitoramento e avaliação	137	-	137
Subtotal	200	69	269
II. Custos diretos			
1. Desenvolvimento de projetos estruturadores	4.213	797	5.010
2. Cooperação e intercâmbio nacional e internacional	1.242	84	1.326
3. Desenvolvimento institucional	1.295	225	1.520
Subtotal	6.729	1.127	7.856
Total (I + II)	6.929	1.196	8.125
III. Sem alocação específica (imprevistos)	200	47	247
IV. Custos financeiros	-	428	428
Total	7.150	1.650	8.800
(%)	81.25%	18.75%	100%

4.3.1 Comprometimento de recursos do programa

TABELA 21

Comprometimento de recursos do programa¹

AQUISIÇÕES REALIZADAS				
2010, 2011, 2012 E 2013 (EM US\$)				
Componente	BID	Local	Total	% de execução
Componente 1	1.328.644	177.654	1.506.299	30
Componente 2	897.914	90.978	988.893	74
Componente 3	832.072	236.239	1.068.311	70
Total custos diretos	3.058.630	504.871	3.563.503	45
SALDO PARA COMPROMETIMENTO DOS RECURSOS (EM US\$)				
Componente	BID	Local	Total	
Componente 1	2.884.356	619.346	3.503.702	
Componente 2	344.086	-6.978	344.086	
Componente 3	462.928	-11.239	462.928	
Total custos diretos	3.691.370	619.346	4.310.716	

Nota: ¹ Posição em 26 de dezembro de 2013.

4.3.2 Desembolsos

Até 31 de dezembro de 2013, do valor total do empréstimo (US\$ 7.150.000) foram desembolsados 40% ou US\$ 2.839.806,94.

Do desembolso efetuado em agosto de 2013, o saldo restante é de US\$ 187.924,75 para fazer pagamentos. O total efetivamente gasto pela fonte 0148 é de US\$2.651.882,19; e pela fonte 2100, US\$ 402.052,39.

4.4 COMPRAS E CONTRATOS

TABELA 22

Contratos de terceirização vigentes em 31 dez. 2013 – Brasília

NÚMERO	OBJETO	EMPRESA	NÚMERO DE PESSOAS	TÉRMINO DA VIGÊNCIA	VALOR ANUAL (EM R\$ MIL)
04/2013	Prestação de serviços de apoio administrativo.	Plansul Planejamento e Consultoria Ltda.	145	12/2/2014	14.020.454
14/2008	Prestação de serviços técnicos continuados para a manutenção da infraestrutura do ambiente de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) do Ipea.	Poliedro Informática	23	31/7/2013	2.519.335
27/2012	Prestação de serviços de limpeza e conservação, a serem realizados de modo contínuo nas áreas do Ipea no Ed. BNDES, Brasília/DF.	RDJ Assessoria e Gestão Empresarial Ltda.	33	31/10/2014	998.846
10/2012	Prestação de serviços de garçomete, a serem realizados de modo contínuo nas áreas do Ipea BSB.	WR Comercial de Alimentos e Serviços	16	26/3/2014	507.617

(Continua)

(Continuação)

39/2010	Manutenção predial em instalações e bens móveis nas dependências do Ipea.	DLF Engenharia, Comércio e Representação	11	10/10/2014	371.590
41/2011	Prestação de serviços de locação de veículos, com motoristas, combustíveis e seguro franquiado em caráter permanente. Motofrete e aluguel eventual de veículos utilitários e de carga.	Exclusive Service Agência de Turismo	1	4/9/2014	57.549
42/2011	Prestação de serviços de locação de veículos, com motoristas, combustíveis e seguro franquiado em caráter permanente. Serviço de transporte rotineiro de servidores e colaboradores.	AMJ Auto Locadora Ltda.	5	4/9/2014	356.106
Total			234		18.831.497

TABELA 23

Contratos de terceirização vigentes em 31 dez. 2013 – Rio de Janeiro

NÚMERO	OBJETO	EMPRESA	NÚMERO PESSOAS	TÉRMINO DA VIGÊNCIA	VALOR ANUAL (EM R\$ MIL)
004/2012	Prestação de serviços de limpeza, conservação e asseio do Ipea/RJ.	Paisagem	8	30/6/13	166.780
012/2011	Prestação de serviços de copeiragem.	TGWX Recursos Humanos	3	31/10/14	70.888,32
002/2011	Prestação de serviços de manutenção das instalações prediais, dos bens móveis e fornecimento dos materiais necessários às referidas manutenções do Ipea/RJ.	SM21	4	5/1/15	229.478,74
005/2010	Prestação de serviços de vigilância desarmada a serem executados nas dependências do Ipea/RJ.	Juiz de Fora	8	4/4/14	403.244,16
007/2012	Prestação de serviços de auxílio e assistência, na área administrativa, necessários ao funcionamento do Ipea/RJ.	AD Terceirização	39	6/8/13	1.872.522
008/2012	Prestação de serviços de condução de veículos oficiais do Ipea/RJ.	AJS	2	30/9/14	52.750,20
005/2013	Prestação de serviços de limpeza, conservação e asseio do Ipea/RJ.	Sirena	8	30/6/14	187.137,85
007/2013	Prestação de serviços de auxílio e assistência, na área administrativa, necessários ao funcionamento do Ipea/RJ.	Base	40	14/7/2014	2.267.683,66
Total			65		3.211.182,93

4.5 GESTÃO DE ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO

TABELA 24

Gestão patrimonial

ATIVIDADES	SITUAÇÃO
1. Atendimento de E-pedidos ¹	712 E-pedidos atendidos
1.1 E-pedidos avaliados como Ótimo	93,4%
1.2 E-pedidos avaliados como Bom	6,2%
1.3 E-pedidos avaliados como Ruim	0,4%
2. Inclusão de bens móveis no acervo patrimonial	992 bens
3. Baixa de bens móveis no acervo patrimonial	1.068 bens móveis baixados
4. Acervo patrimonial de bens móveis	9.199 itens no acervo

Nota: ¹ Demandas de mudanças de mobiliário, solicitação de conserto de móveis, carimbos e atendimento em geral na área de patrimônio.

TABELA 25

Gestão de almoxarifado

ATIVIDADES	SITUAÇÃO
1. Programação de ressuprimento de almoxarifado em 2013	Realizado
2. Atendimento de requisições de materiais (via sistema ASIWEB)	1.180 requisições atendidas
3. Inventário geral dos itens em estoque no almoxarifado	Inventário realizado
4. Lançamento de notas fiscais no estoque de Almoxarifado	Lançamento de notas fiscais no valor de R\$ 310.969,11

4.6 SEDE IPEA BRASÍLIA – PROJETOS PRIORITÁRIOS

O Edifício BNDES foi inaugurado em 1962. Em 1970, parte do Ipea foi transferida para Brasília, ocupando inicialmente o 11º pavimento. A transferência definitiva da sede do Ipea ocorreu em 1976. A partir de 2013, o Ipea passou a ocupar todo o Edifício BNDES.

QUADRO 17

Reforma dos andares mais críticos do Edifício BNDES

BENEFÍCIOS ESPERADOS DO PROJETO
Manutenção necessária na infraestrutura do Edifício BNDES. Aperfeiçoamento da ocupação dos espaços e acomodação de mais postos de trabalho, além de promover mais equanimidade na distribuição de espaços entre servidores e colaboradores.
AÇÕES REALIZADAS EM 2013
Ocupação do 12º andar pela Diest. Finalização das obras do 13º andar e ocupação pelo IPC/PNUD.

QUADRO 18

Atualização da central telefônica

BENEFÍCIOS ESPERADOS DO PROJETO
Correção dos problemas técnicos existentes atualmente entre as duas centrais telefônicas convencionais instaladas no Ipea Rio e no Ipea Brasília. Implantação de nova tecnologia que possibilita a melhoria da comunicação e oferecimento de novos serviços, a depender da disponibilidade orçamentária.
AÇÕES REALIZADAS EM 2013
Aquisição priorizada no PDTI. Processo de elaboração de um termo de referência para contratação.

4.7 PROJETO ESPLANADA SUSTENTÁVEL – PES

QUADRO 19

Projeto Esplanada Sustentável – PES

BENEFÍCIOS ESPERADOS DO PROJETO
O Projeto Esplanada Sustentável (PES) tem como foco o incentivo aos órgãos e instituições públicas federais a adotarem modelo de gestão organizacional e de processos estruturado na implementação de ações voltadas ao uso racional de recursos naturais, promovendo a sustentabilidade ambiental e socioeconômica na administração pública federal. Visa catalisar no governo federal novos paradigmas em direção a ações racionais e eficientes para a produção, o consumo e a gestão mais sustentáveis. Os objetivos do PES são: <ul style="list-style-type: none"> • melhorar a qualidade do gasto público pela eliminação do desperdício e pela melhoria contínua da gestão dos processos; • incentivar a implementação de ações de eficiência energética nas edificações públicas; • estimular ações para o consumo racional dos recursos naturais e bens públicos; • garantir a gestão integrada de resíduos pós-consumo, inclusive a destinação ambientalmente correta; • melhorar a qualidade de vida no ambiente de trabalho; e • reconhecer e premiar as melhores práticas de eficiência na utilização dos recursos públicos, nas dimensões de economicidade e socioambientais.
AÇÕES REALIZADAS EM 2013
<ul style="list-style-type: none"> • Designação dos membros dos Grupos de Trabalho destinados à Execução Operacional do PES (GTPES) de Brasília e do Rio de Janeiro, que terão o papel de realizar diagnósticos, identificar e propor ações que visem à redução de consumo dos recursos para cumprimento das metas pactuadas; • Relançamento do PES, para sustentar a mensagem do projeto; • Elaboração do Plano de Comunicação Interna: criação do <i>e-mail</i> do projeto; criação de um <i>link</i> do projeto no portal do instituto; comunicação visual com uso de cartazes, fôlderes e etiquetas em todos os andares do Ipea; promoção de campanhas de incentivo à redução do consumo de papéis, copos, água etc., com premiação para os andares e as copeiras que mais economizaram (Selo PES); • Monitoramento das metas e ações pactuadas no SisPES; e • Elaboração e acompanhamento do Plano de Ação para PES/Rio e PES/Brasília.

(Continua)

(Continuação)

PES/BRASÍLIA:

- Troca de válvulas de descarga dos sanitários;
- Instalação de torneiras ecológicas em todos os banheiros;
- Instalação de sensores de presença nas lâmpadas de banheiros e escadas;
- Controle do consumo de papel A4;
- Disponibilização de xícaras nas copas, em substituição aos copos plásticos;
- Elaboração de Manual do usuário de telefonia;
- Adequação da sala do papel e espaço para coleta seletiva solidária; e
- Elaboração de um fluxograma de todo o processo de reciclagem do papel.

PES/RIO DE JANEIRO:

- Divulgação de vídeos com depoimentos de servidores e colaboradores sobre reciclagem, uso racional dos recursos;
- Aquisição de coletores, balança, trituradores e materiais da coleta seletiva concluída; e
- Publicação do processo seletivo de associação/cooperativa de catadores de materiais recicláveis em novembro, porém a 1ª chamada foi deserta, sendo marcada nova chamada para fevereiro de 2014.

**Diretoria de Estudos e Políticas do Estado,
das Instituições e da Democracia
(DIEST)**

1 TEMAS DE PESQUISA

O desenvolvimento econômico é um fenômeno multidimensional e está associado ao fortalecimento de boas instituições, entendidas como mecanismos para engendrar oportunidades econômicas, participação política e segurança protetora, conforme apontado por vários pensadores consagrados, como Douglass North, Amartya Sen e Joseph Stiglitz, entre outros. É sob essa perspectiva, no que diz respeito à contribuição para o fortalecimento das instituições e organizações do estado brasileiro, que se insere o foco do trabalho da Diretoria de Estudos e Políticas do Estado das Instituições e da Democracia (Diest).

A agenda de trabalho da diretoria pode ser resumida em oito temáticas, sendo elas: *i*) regulação econômica de mercados; *ii*) regulação e sustentabilidade do meio ambiente; *iii*) compras públicas; *iv*) capacidades estatais e desenvolvimento; *v*) representação e sistema político; *vi*) direitos humanos; *vii*) justiça; e *viii*) segurança pública.

A seguir, descrevem-se, sucintamente, o enfoque e as linhas de pesquisa adotadas em cada um desses temas.

1.1 Regulação Econômica de Mercados

O desafio principal dessa agenda de pesquisa é discutir como promover a regulação econômica e mitigar os potenciais problemas advindos das “falhas de mercado”, de modo a garantir o dinamismo dos setores produtivos e taxas de investimentos desejáveis, sem, contudo, comprometer o bem-estar dos consumidores. Neste sentido, busca-se propor aprimoramentos na relação entre arranjos regulatórios, eficiência econômica e incentivos adequados a setores econômicos regulados, sobretudo no que diz respeito aos investimentos nos setores de infraestrutura.

1.2 Regulação e sustentabilidade do meio ambiente

A agenda de desenvolvimento pós-2015, que sucederá os objetivos de desenvolvimento do milênio da ONU, terá como desafio integrar as múltiplas dimensões do desenvolvimento sustentável. Três critérios devem nortear este esforço de integração, quais sejam: *i*) desenvolver instrumentos de monitoramento que abranjam as múltiplas dimensões do desenvolvimento sustentável e tenham foco prático, contribuindo, assim, para o aprimoramento da tomada de decisão por parte de formuladores de políticas públicas; *ii*) ter como objetivo último o desenvolvimento humano universal e igualitário, respeitando a capacidade de suporte do meio ambiente (tetos ambientais); e *iii*) dar um tratamento balanceado e integrado às dimensões econômica, social e ambiental de modo a promover sinergias e evitar dilemas entre os objetivos associados às diferentes dimensões do desenvolvimento. As pesquisas da Diest seguem no sentido de contribuir para estes três subtemas supramencionados.

1.3 Compras públicas

Este tema tem ganhado destaque cada vez maior na literatura econômica e no desenho de políticas públicas. Nos últimos anos, atores importantes dos setores público e privado entabularam várias iniciativas e redes com o objetivo de compartilhar as melhores práticas de gestão de compras, tais como a International Federation of Purchasing and Materials Management (IFPMM), a International Purchasing and Supply Education and Research Association (ISPERA), a Public Procurement Network (PPN) e o EU Public Procurement Learning Lab (EU Lab). Várias questões emergem em torno desta temática, por exemplo: formato de leilões; formatação, implementação e renegociação de contratos; desempenho do setor público; práticas de corrupção e favoritismo; delitos contra a concorrência; compras sustentáveis (compras verdes); e políticas de desenvolvimento produtivo. De fato, as compras públicas formam o eixo principal de diversas políticas brasileiras recentes, tais como o apoio a Pequenas e Médias Empresas (Lei Complementar nº 123), o Plano Brasil Maior, o Regime Diferenciado de Contratações Públicas, o Plano de Aceleração do Crescimento e as políticas de compras ambientalmente sustentáveis. O Ipea percebeu a importância do tema e tem feito diversos estudos prospectivos na área, valendo-se, principalmente, de sua inserção institucional e do acesso aos dados de compras federais reunidos no Data Warehouse Comprasnet, cuja internalização no Ipea foi autorizada pelo Ministério do Planejamento em 2013.

1.4 Capacidades estatais e desenvolvimento

O protagonismo do Estado, num contexto de consolidação e fortalecimento das instituições democráticas, impõe às burocracias estatais o desafio de formular, executar e monitorar políticas públicas em constante interação com a sociedade civil, os atores do mercado, os partidos políticos e o Congresso, assim como com os seus próprios órgãos de controle. Numa primeira linha de investigação, procura-se compreender como as capacidades estatais existentes (em dimensões e políticas específicas) fortalecem as dinâmicas de desenvolvimento. Outra questão de extrema relevância para o bem-estar da população diz respeito à provisão de saúde, o financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS) e a regulação envolvendo o sistema suplementar. No referente às políticas de gestão de pessoal da administração federal, sabe-se que sua força de trabalho apresenta uma média etária elevada, havendo a expectativa de que um grande contingente de servidores venha a se aposentar nos próximos anos. Com isto, faz-se necessário fornecer um amplo diagnóstico dos aspectos de quantidade, de distribuição por órgãos e por unidade federativa, bem como de seu perfil demográfico e funcional. Simultaneamente, é necessário também realizar uma avaliação: *i)* das necessidades atuais insatisfeitas; e *ii)* das necessidades qualitativas e quantitativas previsíveis por meio uma projeção para as próximas duas décadas.

1.5 Representação, participação e sistema político

As escolhas e políticas públicas em um Estado democrático envolvem sempre complexos processos de coordenação e interesses desalinhados de grupos sociais e de entes federativos que se articulam por meio de instituições políticas representativas e por mecanismos de participação social.

1.5.1 Instituições políticas representativas

No que tange ao funcionamento do sistema político brasileiro – seus atores e instituições – e suas implicações no processo legislativo e no ciclo das políticas públicas, duas linhas de investigação são conduzidas. Na primeira, a representação nas instituições formais toma o foco das análises, em que se procura avaliar seu desenho institucional, de modo a propor mudanças para seu aprimoramento. Na segunda, procura-se investigar como as diferentes instituições e atores políticos se articulam e influenciam o processo legislativo, o ciclo das políticas públicas e o processo de desenvolvimento.

1.5.2 Mecanismos de democracia representativa

Nesse sentido, o objetivo é contribuir com o diálogo entre Estado e sociedade, a fim de que a participação qualificada do cidadão nas decisões políticas, no desenvolvimento das políticas públicas, na proposição de demandas e na construção coletiva de soluções e inovações possa ser uma realidade presente no cotidiano nacional. Para tanto, o foco recai sobre a produção e a divulgação de informações qualificadas e sistematizadas no que se refere ao conhecimento e à participação da população nos espaços políticos.

1.6 Direitos humanos

Há razões teóricas para que as políticas de direitos humanos, como políticas de desenvolvimento, sejam integradas do ponto de vista de suas instituições, atores e fontes de informação. Ocorre que, no Brasil, há poucos estudos de avaliação do grau de coesão institucional das políticas nacionais de direitos humanos. Sobre este tema, a principal linha de pesquisa da Diest objetiva avaliar as políticas nacionais de direitos humanos sob a ótica de seus arranjos institucionais e bases de informações úteis à avaliação e ao monitoramento destas políticas.

1.7 Justiça

Em 2010, existiam 83,4 milhões de processos em tramitação no sistema judiciário no Brasil, sendo que a maior demanda estava concentrada nos estados mais ricos (por exemplo, enquanto, em São Paulo, havia 6,6 habitantes por processo, em Alagoas, este indicador era de 62,4). Estas informações são suficientes para indicar

o tamanho do desafio da Justiça no Brasil e do acesso democrático a este serviço. Por seu turno, a alta demanda aliada a uma estrutura processual excessivamente burocratizada faz com que a taxa de resolutividade seja baixa, o que ocasiona um sistema judiciário lento e ineficiente. De fato, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2009, 54,4% dos indivíduos que demandaram a justiça nos últimos cinco anos não conseguiram obter uma solução quanto a seus conflitos. Ainda, segundo pesquisa do Ministério da Justiça, com 35 países, o Brasil possuía o sistema mais oneroso, que comprometia 3,7% do orçamento público, em comparação com a média de 0,97% do conjunto dos países e de 0,87% do Chile. Estas informações oferecem um pano de fundo da relevância e do desafio da agenda de estudos sobre Justiça no Brasil. Esta agenda tem sido desenvolvida há alguns anos e está no centro das atenções da Diest, uma vez que o efetivo funcionamento da Justiça é a pedra angular para dar sustentáculo ao Estado de Direito. A contribuição da Diest para 2013 segue no sentido de investigar a organização, o funcionamento, o desempenho e a efetividade das instituições responsáveis pela prestação dos serviços jurisdicionais nos âmbitos nacional e regional, bem como as ações de coordenação e regulação desempenhadas nestas áreas, conforme projetos destacados nas próximas seções.

1.8 Segurança pública

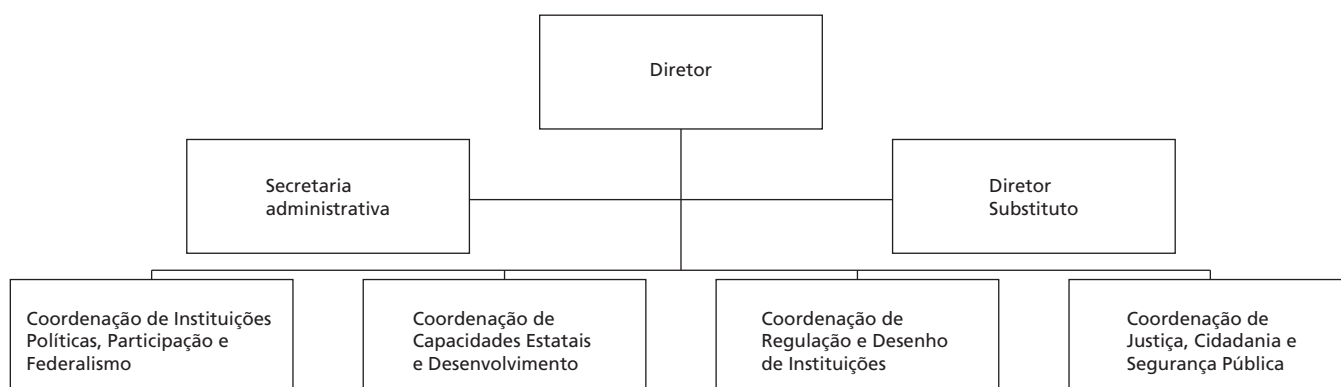
Um dos maiores desafios do Brasil na atualidade diz respeito à questão da violência urbana. Segundo os cálculos da diretoria, os homicídios de 60.000 brasileiros por ano, além de atentar contra os direitos civis fundamentais, representam um custo econômico de 2,3% do PIB, anualmente. O ciclo vicioso das violências quotidianas termina por drenar as atenções das autoridades e da sociedade para ações reativas aos dramas diários. Pouca atenção é devotada à produção de informação qualificada para a elaboração de políticas públicas efetivas, no sentido de pensar de forma estratégica e prospectiva o futuro; de produzir diagnósticos precisos locais, com base na complexidade do território; e de desenvolver análises quantitativas de custo-efetividade dos programas de prevenção e controle da criminalidade. Estes três eixos moldam os esforços da diretoria na investigação sobre segurança pública no Brasil.

2 ORGANIZAÇÃO INTERNA

Para levar a cabo o desafio de fazer as investigações mencionadas na seção 1, a Diest possui um corpo técnico altamente qualificado, que conta com 34 técnicos de planejamento e pesquisa, sendo 27 doutores e cinco mestres, nas mais diversas áreas, como economia, ciência política, sociologia, direito, saúde coletiva, políticas públicas, administração pública e governo, desenvolvimento sustentável e filosofia. Completam o quadro de colaboradores da diretoria duas secretárias e um auxiliar administrativo, além de 39 bolsistas e seis estagiários. A multidisciplinaridade e o domínio de métodos quantitativos sofisticados são importantes ativos da equipe para desenvolver com a devida qualidade os 58 projetos que constaram no plano de trabalho de 2013 da Diest.

A figura 1 reproduz o organograma da diretoria, e o quadro 1 apresenta os nomes dos componentes das coordenações e colaboradores.

FIGURA 1
Organograma da Diest



QUADRO 1

Corpo técnico e colaboradores da Diest

Diretoria de Estudos e Políticas de Estado, das Instituições e da Democracia (Diest)			
Daniel R. C. Cerqueira (Diretor)		Alexandre dos Santos Cunha (Diretor substituto)	
Coordenação de Instituições Políticas, Participação e Federalismo	Coordenação de Capacidades Estatais e Desenvolvimento	Coordenação de Justiça, Segurança e Cidadania	Coordenação de regulação e Desenho de Instituições
Antonio Lassance (coordenador) Acir dos Santos Almeida Félix Garcia Lopez Paulo de Tarso Constantino C. Mendes Joana Luiza Alencar Roberto Messenberg Roberto da Silva Rocha	Maurício M. Saboya Pinheiro (coordenador) Alexandre de Ávila Gomide Carlos Ocke Roberto Passos Nogueira Maria Martha cassiolato José Celso P. Cardoso Júnior Roberto Rocha Coelho Pires Ronaldo Coutinho Garcia Salvador T. Werneck Vianna Maria Paula Gomes dos Santos Valdir Ramalho de Melo	Alexandre Samy Almir de oliveira Júnior Danilo Coelho Fábio Costa M. de Sá e Silva Helder R. Sant'ana ferreira Rute Imanishi Rodrigues Luseni M. Cordeiro de Aquino	José Gustavo feres (coor-denador) Eduardo Fiuza Gabriel Fiuza Camillo de Moraes Bassi Maria Berndete G. P. S. Gutierri Lucia Helena Salgado e Silva
Bolsistas Diest			
Alexandre Hamilton Ana Monteiro Costa Anderson R. B. do Nascimento André Codo Jakob André Felipe Andréa de Souza Lobo Andréia de Oliveira Macêdo Bruner Titonelli Nunes Caio Vieira Rego Carla Coelho de Andrade	Carla Costa Teixeira Daniela C. Rabello Nogueira Elton Luiz da Costa Alcantara Eveline Ribeiro dos Santos Fernando Canto Michelotti Fernando Cardoso Lima Neto Gabriel de Souza Barbosa Gustavo Moreira de Souza Isadora Cru xen James Batista Vieira	Jessica Dandhara da Mata Silva Jony Arrais Pinto Junior Juliana Pittaluga Kaiza Leal Maciel Lilian Leite Chaves Luciene Gomes de Souza Manuella P. de Holanda Cavalcanti Mariana Vieira Martins Matos Patrícia Brandão Couto Priscilla Oliveira Xavier	Rodrigo Leandro de Moura Sérgio Ricardo Rodrigues Castilho Shirley Alves Torquato Soraya Garces Utsumi Tarcila Cardoso Queiroz Ramos Tatiana Daré Araujo Vera Ribeiro de Almeida Victor Abreu Yacine Guellati
Estagiários Diest			
Maria clara Turra Guimarães Priscila Martins de Araujo	Renan Pinheiro de Almeida Marisa Martins de Barros	Lucas M. Tomaz de Algarenga Eveline Ribeiro dos Santos	

Obs.:1. O técnico Bernardo Abreu de Medeiros foi cedido para a PRESI.

2. O técnico Igor Ferraz da Fonseca está de licença para doutoramento.

3. A Coordenação de Justiça e Segurança não possui coordenador por falta de DAS.

4. Apoio administrativo: Verônica Couto de Araújo Lima (secretária); Tania C. da Silva Monteiro (secretária); Gustavo Marcelo Pereira Alves (auxiliar administrativo).

A Diest produz o *Boletim de análise político-institucional*, que, em 2014, passará a ser quadrimestral. Este é um dos mais importantes veículos de comunicação da diretoria, que traz sempre uma reflexão sobre a agenda política e institucional do Brasil, além de vários artigos e notas técnicas, em que são apresentados os trabalhos e os achados dos pesquisadores. Além de produzir e promover a distribuição física do boletim, a diretoria providencia seu encaminhamento por meio digital para autoridades, embaixadas brasileiras, acadêmicos e para universidades estrangeiras que têm como enfoque de pesquisa o tema América Latina e Brasil.

3 ACORDOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

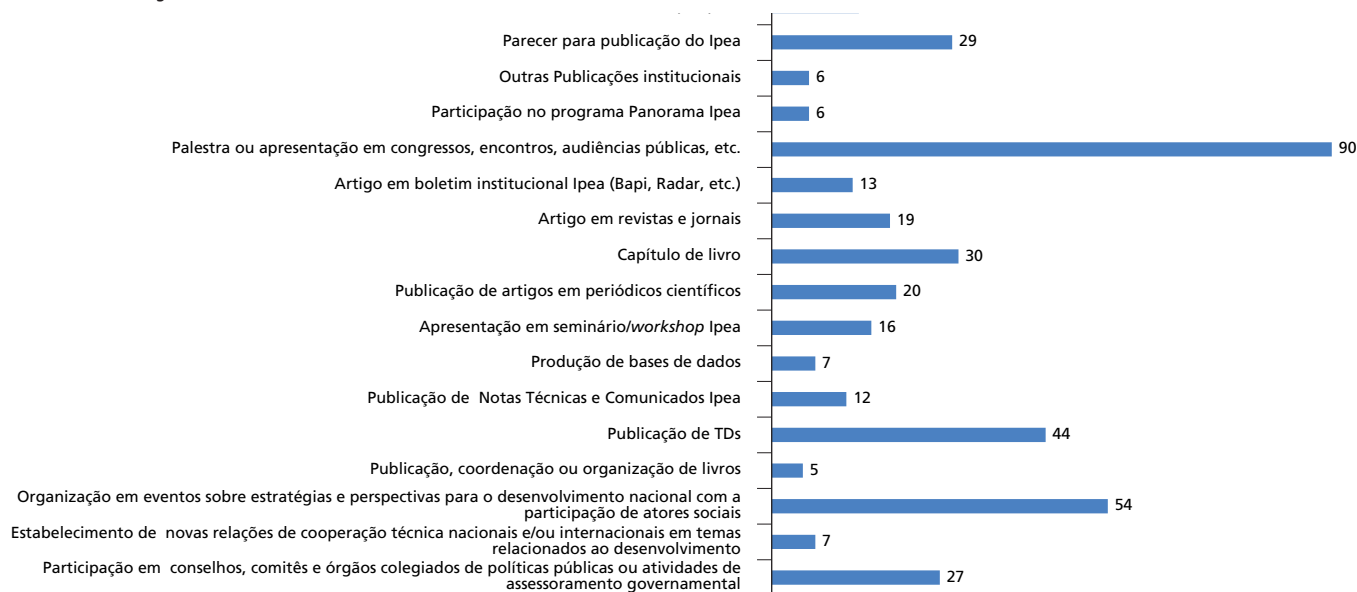
Atualmente, a Diest possui catorze acordos de cooperação técnica (ACTs), relacionados a seguir:

1. Termo de Cooperação Técnica com o Tribunal Superior do Trabalho e com o Conselho Superior da Justiça do Trabalho para execução do projeto de pesquisa Banco Nacional de Autos Findos de Ações Trabalhistas;
2. Renovação do Termo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Assuntos Legislativos para continuidade da execução do projeto Pensando o Direito;
3. Protocolo de Intenções com o Senado Federal;
4. Convênio com o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo para execução do projeto Avaliação do estoque e da demanda de processos judiciais no TJSP;
5. Renovação do Acordo de Cooperação Técnica com o Conselho Nacional de Justiça, com vários projetos em discussão;
6. Acordo de Cooperação Técnica com a Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo;
7. Acordo de Cooperação Técnica com o Conselho Nacional do Ministério Público;
8. Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Reforma do Judiciário, para cooperação na execução do projeto Atlas do Acesso à Justiça no Brasil;
9. Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria Nacional do Consumidor;
10. Acordo de Cooperação Técnica com o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;
11. Acordo de Cooperação Técnica com o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios;
12. Acordo de Cooperação Técnica com o Departamento de Polícia Federal;
13. Acordo de Cooperação Técnica com a Controladoria Geral da União.
14. Acordo de Cooperação Técnica com o Conselho Nacional do Ministério Público, objetivando uma agenda de pesquisa em parceria com este órgão (em tramitação).

4 PRODUTOS E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2013

Em 2013, os técnicos de planejamento e pesquisa, junto com os colaboradores da Diest, produziram 399 produtos, conforme aponta o gráfico 1. Apenas para destacar alguns números: foram organizados 54 eventos sobre estratégias e perspectivas para o desenvolvimento nacional, com a participação de atores sociais; foram produzidos 44 textos para discussão, doze notas técnicas e comunicados e catorze relatórios de pesquisa; e foram publicados cinco livros, além de vinte artigos em periódicos científicos.

GRÁFICO 1
Produção da Diest em 2013



Os quadros a seguir detalham alguns dos trabalhos mais importantes produzidos pela diretoria em 2013.

QUADRO 2
Participação em conselhos, comitês e órgãos colegiados de políticas públicas ou atividades de assessoramento governamental em 2013

<p>Participação em conselhos, comitês e órgãos colegiados de políticas públicas ou atividades de assessoramento governamental</p> <p>Banca de avaliação de candidaturas, projeto Diálogos em Rede, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Brasília, DF, Brasil</p> <p>Fórum Governamental de Participação Social (FOGOPS) – coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República</p> <p>Assessoramento ao Ministério do Meio Ambiente na elaboração do Modelo Lógico do Programa Brasil + 20</p> <p>Assessoramento à SPI. Ministério do Planejamento na elaboração do Modelo Lógico do PRONATEC</p> <p>Atuação como integrante do Fórum de gestores para participação social – SG/PR</p> <p>Comitê Técnico de Acompanhamento do Sistema Nacional de Indicadores de Direitos Humanos</p> <p>Grupo de Trabalho para apoio à Coordenação-Geral de Fomento às Penas e Medidas Alternativas do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça (CGPMA/DEPEN/MJ)</p> <p>Participação no GT Marco Regulatório das Organizações civis</p> <p>Sistema de Assessoramento Federativo do Governo Federal (SASF), da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República (11 reuniões)</p> <p>Subcomissão Técnica responsável pelo julgamento das propostas técnicas relativas às três concorrências destinadas à contratação de serviços de pesquisa de opinião pública no âmbito da Secom/PR</p> <p>Participação no CDES para discutir o Pacto sobre a Reforma Política</p> <p>Pacto Nacional pela Mobilidade Urbana: técnico convidado para reunião com ministros de Estado</p> <p>Seleção da carteira de projetos para o PAC 2: mobilidade urbana</p> <p>Comissão Especial com a finalidade de providenciar a avaliação prévia de bens</p> <p>Comissão para adaptar o vocabulário controlado utilizado pela Biblioteca do Ipea ao vocabulário controlado utilizado pela Biblioteca do Senado (Portaria nº 177 de 10 julho de 2013)</p> <p>Comitê de avaliação do PROEV-Ipea</p> <p>Comite de tecnologia da informação do Ipea</p>

(Continua)

(Continuação)

Comitê permanente de classificação de informações do Ipea
Representante da Diest no comitê tático operacional do planejamento estratégico do Ipea
Participação no Comitê Organizador de Seminários do Rio de Janeiro
Participação no Conselho do Desenho Amostral da SIPS
Comissão de Ética do Ipea
Comissão Interna para elaboração da Proposta de Doutorado Interinstitucional (Dinter Ipea-UnB)
Boletim de Análise Político-Institucional (participação como membro do Comitê Editorial)
Participação no Comitê Técnico de Gestão de Pessoas do Ipea
Participação no Conselho da Revista Desafios
Participação no Conselho Editorial do Ipea

QUADRO 3

Organização de eventos sobre estratégias e perspectivas para o desenvolvimento nacional, com a participação de atores sociais em 2013

Capacidades estatais para o desenvolvimento: vantagens institucionais comparativas de países emergentes
Conferência Pesquisas sobre acesso à Justiça: Laura-Beth Nielsen
Conferência Qualidade da Regulação e da Legislação: Wim Voermans
Envelhecimento populacional e sustentabilidade ecossistêmica no Brasil: evidências através dos indicadores *ecological* e *water footprints*
Estado, democracia e desenvolvimento no Brasil contemporâneo: arranjos institucionais de políticas críticas para o desenvolvimento
III Encontro de Pesquisa Empírica em Direito
O papel dos arranjos institucionais de políticas públicas para o desenvolvimento socioeconômico e territorial
Oficina: a experiência institucional do SUS
Workshop Métodos mistos em pesquisa jurídicas: Laura-Beth Nielsen
Workshop Técnicas legislativas: Wim Voermans
Seminário sobre desarmamento no Ipea
Quem são e o que querem os manifestantes de junho?
Oficina Projeto: Planejamento e Gestão Governamental na Esfera Estadual: uma análise comparativa dos processos, conteúdos e sistemas de acompanhamento dos PPAs
Seminário nacional do projeto Planejamento e Gestão Governamental na Esfera Estadual: uma análise comparativa dos processos, conteúdos e sistemas de acompanhamento dos PPAs
III Encontro de Pesquisa Empírica em Direito
Seminário Ipea-RJ: Favelas do Rio de Janeiro, percurso histórico e estatuto legal
Oficina Projeto: EDD – Estado, democracia e desenvolvimento no Brasil contemporâneo: arranjos institucionais de políticas críticas ao desenvolvimento
Seminário nacional projeto EDD – Estado, democracia e desenvolvimento no Brasil contemporâneo: arranjos institucionais de políticas críticas ao desenvolvimento
Curso de economia aplicada para profissionais de comunicação – Federalismo brasileiro: uma análise política e financeira
Racismo e letalidade (seminário em parceria com a Disoc e a SEPPIR)

QUADRO 4

Publicação, coordenação ou organização de livros em 2013

Gestão e jurisdição: o caso da execução fiscal da União
Mapa da Defensoria Pública no Brasil
Pesquisa empírica em direito
Democracia e desenvolvimento no Brasil do século XXI: arranjos institucionais de políticas públicas
Acesso à Justiça Federal: dez anos de juizados especiais federais (Ipea e CEJ)

QUADRO 5

Publicação de textos para discussão em 2013

A gramática da moradia no Complexo do Alemão: história, documentos e narrativas
Ação coletiva e o problema de coordenação
As entidades sem fins lucrativos e as políticas públicas federais: tipologia e a análise de convênios e organizações (2003-2011)
As ONGs e as políticas públicas: o ponto de vista de gestores federais
Conselhos nacionais: elementos constitutivos para sua institucionalização
Os parques proletários e os subúrbios do Rio de Janeiro: aspectos da política governamental para as favelas, 1930-1960
Desproporcionalidade da representação dos estados no Congresso Nacional e seus efeitos na alocação dos recursos federais
Envelhecimento populacional e sustentabilidade ecossistêmica no Brasil: evidências através dos indicadores *ecological* e *water footprints*
Informação, delegação e processo legislativo: a política das medidas provisórias
Mecanismos para problemas de ação coletiva
O Legislativo em busca de informação: um estudo da estrutura de assessoria da Câmara dos Deputados
Obstrução e processo decisório na Câmara dos Deputados: 1991 a 2010
Problemas de ação coletiva: cooperação e deserção
Renúncia de arrecadação fiscal em saúde: a experiência institucional da Austrália, Brasil, Canadá e Estados Unidos
Representação de interesses na arena legislativa: os grupos de pressão na Câmara dos Deputados (1983-2012)
Mapa dos homicídios ocultos no Brasil
Valores e estrutura social no Brasil
O estudo 2010 de carga global da doença: uma breve apreciação
Pobreza e vulnerabilidade de agricultores familiares no Sul e no Nordeste brasileiro: uma análise da seca a partir da abordagem das capacitações
PRONATEC: múltiplos arranjos e ações para ampliar o acesso à educação profissional
Arranjos institucionais e desenvolvimento: o papel da coordenação em estruturas híbridas
Capacidades estatais no Programa Bolsa Família: o desafio de consolidação do Sistema Único de Assistência Social
Ativismo estatal e industrialismo defensivo: instrumentos e capacidades na política industrial brasileira
Os desafios do desenvolvimento e da inclusão social: o caso do arranjo político-institucional do Programa Nacional de Produção e uso do biodiesel
A ver navios? A revitalização da indústria naval no Brasil democrático
O Estado desenvolvimentista no Brasil: perspectivas históricas e comparadas
Democracia e desenvolvimento no Brasil contemporâneo: conflitos e articulação de interesses no Projeto São Francisco
Desenvolvimentismo, conflito e conciliação de interesses na política de construção de hidrelétricas na Amazônia brasileira
Democracia, arenas decisórias e políticas públicas: o Programa Minha Casa Minha Vida
A construção de um Estado democrático para o desenvolvimento no século XXI
Burocracia, democracia e políticas públicas: arranjos institucionais de políticas de desenvolvimento
Política industrial e empresas estatais no Brasil: BNDES e Petrobras
Caminhos para o investimento privado nas economias emergentes: as características institucionais e os *spreads* corporativos

QUADRO 6

Publicação de notas técnicas e comunicados em 2013

As condições de saúde nos BRICS (Nota técnica)

Custo da juventude perdida no Brasil

Envelhecimento populacional e sustentabilidade ecossistêmica no Brasil: evidências através dos indicadores *ecological* e *water footprints*

Experiências de monitoramento dos resultados de conferências nacionais

Mensuração dos gastos tributário: o caso dos planos de saúde (2003-2011)

Nota técnica nº 10: vidas perdidas e racismo no Brasil

A reforma da Lei nº 8.666/93 e do arcabouço legal de compras públicas no Brasil: contribuições do Ipea à Consulta Pública do Senado

Custo e eficiência dos novos Tribunais Regionais Federais: uma avaliação da Emenda Constitucional nº 73 no Encontro da Associação Brasileira de Direito e Economia (ABDE)

Mapa das armas de fogo e violência nos municípios brasileiros

Concentração de renda e despesas com planos de saúde

Tarifação e financiamento do transporte público urbano

Avaliação do Minha Casa Minha Vida (Nota técnica da Presidência)

Inclusão financeira (Nota técnica da Presidência)

QUADRO 7

Publicação de capítulos de livro em 2013

Percepções das ONGs sobre suas relações com políticos

Responsabilização e controle social da administração pública federal brasileira (capítulo do livro República, democracia e desenvolvimento)

Planejamento Governamental e Participação Social: encontros e desencontros na experiência brasileira recente (resultante do projeto Planejamento e Gestão Governamental na Esfera Estadual: uma análise comparativa dos processos, conteúdos e sistemas de acompanhamento dos PPAs)

A remuneração de profissionais de saúde (a ser publicado por Núcleo de Estudos de Saúde Pública – NESP/UnB); Capacidades humanas, desenvolvimento e políticas públicas (publicado por NESP/UnB)

Eventos climáticos extremos efeitos dos fenômenos El Niño e La Niña sobre a produtividade agrícola (capítulo do livro Brasil em Desenvolvimento 2013)

Firearms and crime in Brazil (publicado no livro Controlling small arms: consolidation, innovation and relevance in research and policy)

Introdução ao livro Gestão e jurisdição

Justiça e território: estado da arte, abordagens possíveis e questões problemáticas a partir de uma metanálise de estudos recentes

La función social de la propiedad em el derecho brasileño

Presidencialismo, federalismo e construção do Estado brasileiro (capítulo do livro República, democracia e desenvolvimento: contribuições ao Estado brasileiro contemporâneo)

Introdução do livro Políticas públicas e formas societárias de participação

Conferências Nacionais como interfaces socioestatais: seus usos e papéis na perspectiva de gestores federais (capítulo do livro Conferências Nacionais: atores, dinâmicas participativas e efetividade)

Economia e crime (capítulo do livro Crime, polícia e justiça no Brasil, a ser publicado pela Editora Contexto em abril de 2014)

A ver navios? A revitalização da indústria naval no Brasil democrático

Democracia e políticas desenvolvimentistas no Brasil do século XXI

A abordagem dos arranjos institucionais para análise de políticas públicas

(Continua)

(Continuação)

A revitalização da indústria naval no Brasil democrático

A singular dinâmica territorial dos homicídios no Brasil nos anos 2000

Arranjos de implementação e resultados de políticas de desenvolvimento

Democracia e políticas desenvolvimentistas no Brasil do século XXI

Mapa das armas de fogo nas microrregiões brasileiras

O impacto da adoção de ERP na produtividade das firmas industriais no Brasil

PRONATEC: múltiplos arranjos e ações para ampliar o acesso à educação profissional

A democracia no desenvolvimento e o desenvolvimento da democracia (capítulo do livro República, democracia e desenvolvimento)

Planejamento e gestão governamental na esfera estadual (resultante do projeto Planejamento e Gestão Governamental na Esfera Estadual: uma análise comparativa dos processos)

A atualidade da questão republicana no Brasil do século XIX: entrevistas com Gabriel Cohn e Luiz Werneck Vianna (capítulo do livro República, democracia e desenvolvimento: contribuições ao Estado brasileiro contemporâneo)

A república como referência para pensar a democracia e o desenvolvimento no Brasil (capítulo do livro República, democracia e desenvolvimento: contribuições ao Estado brasileiro contemporâneo)

Acesso à justiça: demandas de mais ou demandas de menos? (capítulo do livro Pesquisa empírica em direito)

Custo unitário do processo de execução fiscal na Justiça Federal

Arranjos federativos e desigualdades regionais no Brasil (capítulo do livro Brasil em desenvolvimento - 2013)

QUADRO 8

Relatórios de pesquisa elaborados em 2013

Ampliação da participação na gestão pública: um estudo sobre conferências nacionais realizadas entre 2003 e 2011

Relatório de temas relevantes da agenda federativa (onze relatórios da ACT Ipea-Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República)

Diagnóstico sobre os juizados especiais cíveis (relatório de pesquisa)

Dez relatórios do projeto Planejamento e Gestão Governamental na Esfera Estadual: uma análise comparativa dos processos, conteúdos e sistemas de acompanhamento dos PPAs (em versão *web*)

Relatório final/consolidado do projeto Planejamento e Gestão Governamental na Esfera Estadual: uma análise comparativa dos processos, conteúdos e sistemas de acompanhamento dos PPAs (publicado em versão *web*)

QUADRO 9

Publicação de artigos em periódicos científicos em 2013

Desenvolvimentismo e participação política: tensões ou sinergias na implementação de grandes projetos de infraestrutura? (artigo aceito para publicação em dezembro de 2013 no periódico *Interseções*)

Para além da participação: um mapeamento analítico das interfaces socioestatais no governo federal (artigo aceito para publicação em novembro de 2013 no periódico *Lua Nova*)

A remuneração de profissionais de saúde (a ser publicado pelo Núcleo de Estudos de Saúde Pública – NESP/UnB, no periódico *Capacidades humanas, desenvolvimento e políticas públicas*)

Aggress violent behavior (2013)

Violência e racismo institucional (artigo para a matéria de capa para a edição nº 408 da Revista Jurídica *Consulex*)

The organizational basis of rewarding regulation: contingency, flexibility, and accountability in the Brazilian labor inspectorate (artigo publicado em *Politics & society*)

Sob fogo cruzado III: letalidade da ação policial (artigo publicado no VII Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública 2013)

Envelhecimento populacional e sustentabilidade ecossistêmica no Brasil: evidências através dos indicadores *ecological e water footprints*

(Continua)

(Continuação)

A social and ecological assessment of tropical land uses at multiple scales: the sustainable Amazon network (publicado no periódico: Philosophical transactions - royal society, biological sciences)

Irrigação como estratégia de adaptação de pequenos agricultores às mudanças climáticas: aspectos econômicos (publicado no periódico: Revista de Economia e Sociologia Rural)

Pesquisa empírica em direito: impactos no Poder Executivo (publicado na série Pensando o direito)

Tipos e dinâmicas de mudança institucional: a criação das agências reguladoras de transportes no Brasil (artigo aceito para publicação)

A imprensa é inimiga da participação (e do controle)? Uma análise comparativa da implementação de programas estratégicos do governo federal (anais do 37º Encontro da ANPOCS)

Foreign capital and gender differences in promotions: evidence from large Brazilian manufacturing firms

Mobilidade urbana: uma agenda inconclusa ou o retorno daquilo que não foi (publicado em Estudos avançados)

Revista Planejamento e Políticas Públicas nº 40

Revista Planejamento e Políticas Públicas nº 41

Participação social e desigualdades nos conselhos nacionais (artigo publicado no periódico Sociologias, UFRGS)

QUADRO 10

Resumo das ações e publicações desenvolvidas pela Diest em 2013

Produto/atividade	Quantidade produzida
Participação em conselhos, comitês e órgãos colegiados de políticas públicas ou atividades de assessoramento governamental	27
Estabelecimento de novas relações de cooperação técnica nacionais e/ou internacionais em temas relacionados ao desenvolvimento	7
Organização em eventos sobre estratégias e perspectivas para o desenvolvimento nacional com a participação de atores sociais	54
Publicação, coordenação ou organização de livros	5
Publicação de TDs	44
Publicação de Notas Técnicas e Comunicados Ipea	12
Produção de bases de dados	7
Apresentação em seminário/workshop Ipea	16
Publicação de artigos em periódicos científicos	20
Capítulo de livro	30
Artigo em revistas e jornais	19
Artigo em boletim institucional Ipea (Bapi, Radar, etc.)	13
Palestra ou apresentação em congressos, encontros, audiências públicas, etc.	90
Participação no programa Panorama Ipea	6
Outras publicações institucionais	6
Parecer para publicação do Ipea	29
Relatório de pesquisa	14
Total	399

**Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas
(DIMAC)**

MISSÃO

À Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) compete a promoção e a realização de estudos, pesquisas e demais ações necessárias ao cumprimento da missão institucional do Ipea em questões relacionadas às áreas de acompanhamento e análise conjuntural, comércio exterior, finanças públicas, condução da política monetária, economia financeira, articulação entre o regime cambial e monetário, bem como questões relacionadas à trajetória de crescimento e desenvolvimento econômico.

OBJETIVOS E METAS

- Compreender adequadamente o ambiente econômico externo e suas consequências para a dinâmica macroeconômica brasileira.
- Identificar, com a máxima precisão possível, o estágio do ciclo de negócios em que a economia doméstica se encontra em dado momento, a natureza dos choques que desviaram a economia de sua trajetória de crescimento e os efeitos de cada instrumento de política na economia – subsidiando, assim, as discussões de políticas públicas relativas ao gerenciamento da economia no curto e médio prazo.
- Identificar e propor soluções para as fragilidades domésticas que possam comprometer o desempenho econômico do país, tanto no curto e médio prazo como no longo prazo, contribuindo para a retomada de uma trajetória de crescimento equilibrado.

ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

- Concentrar os esforços de pesquisa em projetos estruturantes, que apresentem economias de escala passíveis de serem exploradas na obtenção e manipulação de dados inovadores e/ou na análise de modelos macroeconômicos de médio/grande porte.
- Ampliar e aprofundar as atividades de assessoramento ao governo federal, visando: *i)* aumentar a visibilidade e o alcance dos estudos da casa para a formulação e o acompanhamento de políticas macroeconômicas; e *ii)* acumular experiência e conhecimento institucional sobre o processo de formulação de políticas públicas, o que deverá refletir positivamente na qualidade dos trabalhos futuros de pesquisa e assessoramento a serem realizados pela instituição.
- Ampliar e aprofundar os laços com centros acadêmicos e de pesquisa no Brasil e no exterior, apoiando grupos de estudos e promovendo projetos que possibilitem a internalização de novos conhecimentos pelos técnicos da casa.

PRINCIPAIS LINHAS DE TRABALHO

- modelagem da dinâmica da economia brasileira em termos agregados, por meio de modelos macroeconômicos de médio/grande porte;
- modelagem da dinâmica multissetorial da economia brasileira;
- acompanhamento das finanças públicas dos governos subnacionais;
- análise dos determinantes e condicionantes do crescimento e do desenvolvimento econômico do país no longo prazo;
- acompanhamento da conjuntura macroeconômica;
- análise dos efeitos macroeconômicos das políticas monetária e fiscal;

- acompanhamento da dinâmica do sistema financeiro nacional; e
- acompanhamento do ambiente econômico internacional e seus impactos na economia doméstica.

PRINCIPAIS ACORDOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA (ACTs) EM CURSO

- ACT com a Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda (SE/MF), com previsão de entrega dos seguintes produtos trimestrais: *i*) atualização de séries temporais de variáveis macrofiscais e diagnóstico das finanças públicas dos estados; *ii*) diagnóstico da inflação desagregada por produto do índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA); *iii*) análise da dinâmica do mercado de trabalho por setor da matriz insumo-produto (MIP); e *iv*) análise do investimento por setor MIP.
- ACT com a Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (SPE/MF), com previsão de entrega dos seguintes produtos, com periodicidade a ser definida: *i*) projeções de desagregações relevantes das receitas federais; e *ii*) projeções do consumo das administrações públicas em alta frequência.
- ACT com a Escola de Administração Fazendária do Ministério da Fazenda (ESAF/MF), com previsão de acompanhamento e análise pela Dimac dos resultados práticos de 23 projetos de pesquisa demandados pelo MF.

ESTRUTURA

Em 2013, as atividades referentes ao Plano de Trabalho da Dimac foram executadas por um corpo técnico composto por 28 técnicos de planejamento e pesquisa do quadro permanente da casa, auxiliados por um assessor administrativo e quatro secretárias, e apoiados por um corpo de 28 bolsistas Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) e quatro consultores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A diretoria está estruturada nas seguintes coordenações: *i*) Grupo de Estudos de Conjuntura (Gecon); *ii*) Coordenação de Finanças Públicas (CFP); *iii*) Coordenação de Crescimento e Estudos Multissetoriais (CCEM); *iv*) Coordenação de Modelagem Econométrica (CME); *v*) Coordenação de Economia Financeira (CEF); e *vi*) Coordenação Administrativa (CA). O novo organograma da diretoria é apresentado a seguir.

FIGURA 1
Organograma da Dimac (2013)



PLANO DE TRABALHO 2013

Como resultado de seu Plano de Trabalho, a Dimac produziu 27 textos para discussão, dezoito boletins de análise conjuntural, três números da revista *Pesquisa e planejamento econômico*, um livro e sete capítulos de livro, três notas técnicas ou comunicados, quatro tipos de eventos (que geraram múltiplos seminários) e um curso de capacitação dos servidores da casa. Além disto, a diretoria participou de dois grupos de acompanhamento de políticas públicas, implementou sete ações de fortalecimento institucional e estabeleceu duas novas relações de cooperação técnica nacionais.

PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES EM 2013

1. Ampliação e aprofundamento das atividades de assessoramento ao governo federal, por meio dos seguintes acordos de cooperação técnica:
 - a. Ipea/Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda – No âmbito deste ACT, a Dimac entregou ao MF relatórios trimestrais com indicadores e dados inéditos referentes ao acompanhamento das finanças públicas em alta frequência, ao mapa setorial do emprego, ao mapa setorial do investimento e ao acompanhamento setorial da inflação.
 - b. Ipea/Secretaria de Planejamento Econômico do Ministério da Fazenda – No âmbito deste ACT, a Dimac apresentou ao MF relatórios referentes à metodologia de construção da série do consumo do governo nas Contas Nacionais e à projeção de receitas tributárias federais por meio de modelos econométricos.
 - c. Ipea/Secretaria do Tesouro Nacional – No âmbito deste ACT, a Dimac atuou em conjunto com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) na definição da metodologia de construção de estatísticas fiscais trimestrais dos governos subnacionais segundo a metodologia do GSFM 2001.
 - d. Ipea/Escola de Administração Fazendária do Ministério da Fazenda – A Dimac atuou na gestão deste ACT e no apoio aos processos de formulação e acompanhamento dos respectivos planos de trabalho.
2. Acompanhamento da conjuntura macroeconômica e da condução das políticas monetária e fiscal, com a publicação trimestral da *Carta de conjuntura* e a divulgação de diversos estudos e pesquisas.
3. Gerenciamento, manutenção e aperfeiçoamento do banco de dados Ipeadata.

PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES ESPERADAS PARA 2014

1. Continuidade e aprofundamento das atividades de assessoramento ao governo federal, por meio da manutenção dos ACTs em vigor e da assinatura de novos ACTs com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) e outros órgãos federais.
2. Continuidade das atividades de acompanhamento da conjuntura macroeconômica, com a publicação trimestral da *Carta de conjuntura*.
3. Continuidade das atividades de gerenciamento, manutenção e aperfeiçoamento do banco de dados Ipeadata.
4. Publicação de resultados dos projetos de pesquisa em andamento, relativos às análises: *i)* dos ciclos econômicos, com foco na natureza dos choques que desviam a economia de sua trajetória de crescimento e nas medidas de política necessárias ao gerenciamento da economia no curto e médio prazo; *ii)* dos determinantes e condicionantes do crescimento e do desenvolvimento econômico do país longo prazo; *iii)* da condução das políticas monetária e fiscal no país; *iv)* da dinâmica macrossetorial da economia brasileira; e *v)* das inter-relações entre a economia doméstica e a economia internacional. Serão produzidos cinco livros contendo registros da reflexão da Dimac sobre estes temas.

PRODUTOS DO PLANO DE TRABALHO 2013

1	Efetuar pesquisas sobre os diversos aspectos da vida econômica/social brasileira
	<ol style="list-style-type: none"> 1. Metodologias e técnicas estatísticas para: <i>i</i>) construção de base de dados do sistema Finanças do Brasil (Finbra) extrapolado; e <i>ii</i>) previsão contemporânea a partir dos RREOs. Coordenador: Raphael Rocha Gouvêa. Cooperação: acordo de cooperação com a Secretaria do Tesouro Nacional. 2. Análise do consumo da administração pública brasileira, segundo o Sistema de Contas Nacionais (SCN). Coordenador: Claudio Roberto Amitrano. Cooperação: acordo de cooperação com a Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda. 3. Diagnóstico, acompanhamento e análise do investimento no Brasil. Coordenador: Claudio Roberto Amitrano. Cooperação: acordo de cooperação com a Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda. 4. Superávit primário ajustado ao ciclo econômico. Coordenador: Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti. Cooperação: acordo de cooperação técnica com a Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda. 5. Previsão de receitas tributárias do governo federal em nível desagregado. Coordenador: Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti. Cooperação: acordo de cooperação técnica com a Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda. 6. Acompanhamento e análise das finanças públicas e da política fiscal brasileiras: estimativas em alta frequência das transferências de assistência e previdência social e seus componentes. Coordenador: Raphael Rocha Gouvêa. Cooperação: acordo de cooperação técnica com a Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda. 7. Acompanhamento e análise das finanças públicas e da política fiscal brasileiras: estimativas em alta frequência da carga tributária bruta e seus componentes. Coordenador: Raphael Rocha Gouvêa. Cooperação: acordo de cooperação técnica com a Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda. 8. Acompanhamento e análise das finanças públicas e da política fiscal do Brasil: evolução recente do <i>superavit</i> primário dos estados. Coordenador: Raphael Rocha Gouvêa. Cooperação: acordo de cooperação técnica com a Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda. 9. Índice de pressão sobre a meta de inflação e composição setorial da inflação. Coordenador: Thiago Sevilhano Martinez. Cooperação: acordo de cooperação técnica com a Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda. 10. Acompanhamento e análise das finanças públicas e da política fiscal brasileiras: estimativas em alta frequência da formação bruta de capital fixo das administrações públicas. Coordenador: Raphael Rocha Gouvêa. Cooperação: acordo de cooperação técnica com Ministério da Fazenda. 11. Matriz insumo-produto regional. Coordenador: Gabriel Coelho Squeff. Cooperação: bolsas Proredes – Chamada Pública nº 001/2011. 12. Comitê organizador de seminários e oficinas semanais do Ipea no Rio de Janeiro. Coordenador: Estêvão Kopschitz Xavier Bastos. Cooperação: Diest e Disoc. 13. O efeito da expansão do crédito sobre as crises econômicas. Coordenador: Mário Jorge Mendonça. Cooperação: Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur). 14. O crédito imobiliário no Brasil e sua relação com a política monetária. Coordenador: Mário Jorge Cardoso de Mendonça. Cooperação: Dirur. 15. Impactos macroeconômicos das mudanças demográficas no Brasil. Coordenador: José Ronaldo de Castro Souza Júnior. Cooperação: Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc). 16. Estoque de capital da economia brasileira, 1940-2010. Coordenador: José Ronaldo de Castro Souza Júnior. Cooperação: Presidência do Ipea. 17. Estoque de capital nos setores industriais dos municípios brasileiros, 1996-2010. Coordenador: José Ronaldo de Castro Souza Júnior. Cooperação: Presidência do Ipea. 18. Efeitos sociais dos choques macroeconômicos. Coordenador: Ajax Reynaldo Bello Moreira.

(Continua)

19. Fatores globais e locais da alteração abrupta do fluxo de capitais externo. Coordenador: Ajax Reynaldo Bello Moreira.
20. Curva de Phillips: um teste abrangente. Coordenador: Alexis Maka.
21. Curva IS: um teste abrangente. Coordenador: Alexis Maka.
22. Análise descritiva da base de dados bancários do Banco Central do Brasil (BCB). Coordenador: Christian Vonbun.
23. Um modelo econométrico Keynesiano estruturalista para a economia brasileira: resultados preliminares. Coordenador: Cláudio Hamilton Matos dos Santos.
24. Mapa do emprego. Coordenador: Cláudio Roberto Amitrano.
25. Mercado de câmbio brasileiro, intervenção do Banco Central e controle de capitais de 1999 a 2012. Coordenador: Estevão Kopschitz Xavier Bastos.
26. Acompanhamento e análise da conjuntura econômica brasileira. Coordenador: Fernando José da Silva Paiva Ribeiro.
27. Onde ocorre a determinação de preços no mercado de câmbio brasileiro: mercado à vista ou futuro? Coordenador: Francisco Eduardo de Luna e Almeida Santos.
28. Política cambial no Brasil e sua interação com a política monetária: mecanismos e funcionamento do mercado. Coordenador: Francisco Eduardo de Luna e Almeida Santos.
29. Produto potencial como ferramenta de análise da política monetária e da capacidade de crescimento da economia brasileira. Coordenador: José Ronaldo de Castro Souza Júnior.
30. Determinantes do risco corporativo. Coordenador: Kátia Maria Carlos Rocha.
31. Fatores globais e locais da volatilidade do fluxo de capital para economias emergentes. Coordenadora: Kátia Maria Carlos Rocha.
32. Indicador de consumo aparente de bens industriais. Coordenador: Leonardo Mello de Carvalho.
33. Memória estatística do Brasil no acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro (BMF/RJ). Coordenador: Marco A. F. H. Cavalcanti.
34. Modelo dinâmico estocástico de equilíbrio geral (em inglês, dynamic stochastic general equilibrium – DSGE) para o Brasil. Coordenador: Marco A. F. H. Cavalcanti.
35. Ciclo da vida do consumo e da poupança das famílias brasileiras. Coordenador: Marcos Antônio Coutinho da Silveira.
36. A evolução do crédito entre 2003 e 2012. Coordenadora: Mônica Mora Y Araujo de Couto e Silva Pessoa.
37. A evolução recente da dívida estadual no Brasil. Coordenadora: Mônica Mora Y Araújo de Couto e Silva Pessoa.
38. Crescimento econômico e capital humano: uma análise do desempenho dos estados brasileiros. Coordenador: Paulo Mansur Levy.
39. Comportamento fiscal dos estados: uma análise de painel. Coordenador: Raphael Rocha Gouvêa.
40. Um macrodiagnóstico do sistema de transferências intergovernamental brasileiro. Coordenador: Raphael Rocha Gouvêa.
41. Política fiscal e ciclos políticos nas administrações públicas brasileiras. Coordenador: Raphael Rocha Gouvêa.
42. Eficiência relativa dos municípios na educação fundamental. Coordenador: Raphael Rocha Gouvêa.
43. Novas estimativas trimestrais das transferências públicas de assistência e previdência no Brasil no período de 1995-2012. Coordenador: Raphael Rocha Gouvêa.
44. Uma análise setorial da formalização do mercado de trabalho a partir das matrizes de transições com dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Coordenador: Sandro Sacchet de Carvalho.
45. Mercado de trabalho em modelos DSGE. Coordenador: Thiago Sevilhano Martinez.

(Continuação)

	<p>46. Modelos GARCH assimétricos com inovações <i>t-student</i>. Coordenador: Vinícius dos Santos Cerqueira.</p> <p>47. Fricções no mercado de crédito e política monetária. Coordenador: Vinícius dos Santos Cerqueira.</p> <p>48. Análise dos impactos da volatilidade da taxa de câmbio real efetiva e dos preços das <i>commodities</i> sobre a dinâmica da inflação no Brasil. Coordenador: Vinícius dos Santos Cerqueira.</p>
2	Participar de conselhos, comitês e órgãos colegiados de políticas públicas ou atividades de assessoramento governamental
	<p>1. Participação no Grupo de Acompanhamento do Plano Plurianual (PPA). Coordenador: Thiago Martinez.</p> <p>2. Participação no observatório da equidade do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES). Coordenador: Cláudio Hamilton Matos dos Santos.</p> <p>3. Participação no Grupo de Planejamento Estratégico. Coordenadores: Cláudio Hamilton Matos dos Santos, Marco Antônio Cavalcanti, José Ronaldo C. S. Júnior, Monica Mora Y. Araújo de Couto e Silva Pessoa, Raphael Rocha Gouvêa, Márcio Bruno Ribeiro.</p> <p>4. Participação no Grupo de Estágio Probatório. Coordenador: Cláudio Hamilton Matos dos Santos.</p> <p>5. Participação do Comitê de Editorial do periódico Pesquisa e planejamento econômico – PPE. Coordenador: Marco Antônio Cavalcanti.</p> <p>6. Participação do Grupo de Elaboração do Mestrado Interinstitucional. Coordenador: Cláudio Roberto Amitrano.</p> <p>7. Participação do Comitê Técnico de Gestão de Pessoas (CTGPES). Coordenador: Lucas Ferraz Vasconcelos.</p> <p>8. Participação no Grupo Técnico de Padronização de Relatórios – GTREL. Coordenador: Rodrigo Octávio Orair.</p> <p>9. Participação no Comitê de Tecnologia da Informação. Coordenador: Rodrigo Octávio Orair.</p> <p>10. Participação no Comitê do Conselho Editorial da revista Desafios. Coordenador: Márcio Bruno Ribeiro.</p> <p>11. Participação no Comitê de Seleção para Licença Capacitação – Ipea. Coordenador: Márcio Bruno Ribeiro.</p> <p>12. Participação no Grupo de Trabalho de Bases de Dados da Presidência – Ipea. Coordenador: Rodrigo Octávio Orair.</p> <p>13. Participação no Comitê Organizador de seminários. Coordenador: Estevão K. Xavier Bastos.</p> <p>14. Participação na organização de oficinas semanais. Coordenador: Estevão K. Xavier Bastos.</p> <p>15. Participação no Comitê Iniciativa Pró-Equidade, que visa reduzir a discriminação contra negros, mulheres e outros no serviço público. Coordenadora: Maria Andreia Parente Lameiras.</p> <p>16. Participação na Oficina de Capacitação em análise prospectiva. Coordenadores: Monica Mora Y Araújo de Couto e Silva Pessoa e Bernardo Schettini.</p> <p>17. Participação na Oficina em Formulação Estratégica. Coordenadores: Monica Mora Y Araújo de Couto e Silva Pessoa e Bernardo Schettini.</p> <p>18. Participação na Oficina de Trabalho sobre Análise Prospectiva, ministrada pela Macroplan. Coordenadores: Monica Mora Y Araújo de Couto e Silva Pessoa e Bernardo Schettini.</p> <p>19. Participação no Comitê do Conselho do Editorial do Ipea. Coordenador: Paulo Mansur Levy.</p> <p>20. Participação no Grupo de Código de Ética do Ipea. Coordenador: Vinícius dos Santos Cerqueira.</p>
3	Oferecer oportunidades de capacitação em questões relacionadas ao desenvolvimento brasileiro e à formulação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas para servidores
	<p>1. Curso de capacitação Matriz Insumo-Produto (MIP) Regional. Coordenador: Gabriel Coelho Squeeff.</p>

(Continua)

(Continuação)

4	Estabelecer relações de cooperação técnica nacionais e/ou internacionais em temas relacionados ao desenvolvimento (ao menos quatro novas)
	<ol style="list-style-type: none">1. Cooperação técnica com Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda (SE/MF). ACT assinado em mar. 2013.2. Cooperação técnica com a Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (SPE/MF). ACT assinado em mar. 2013.3. Cooperação técnica com a Escola de Administração Fazendária (ESAF/ Ministério da Fazenda). ACT publicado em fev. 2013.4. 2º Acordo de Cooperação Técnica com a Escola de Administração Fazendária (ESAF/ Ministério da Fazenda). ACT publicado em jul. 2013.
5	Implementar ações para o fortalecimento institucional do Ipea
	<ol style="list-style-type: none">1. Curso de capacitação MIP Regional. Coordenador: Gabriel Coelho Squeff.
6	Organizar eventos sobre estratégias e perspectivas para o desenvolvimento nacional com a participação de atores sociais (ao menos 33)
	<ol style="list-style-type: none">1. Seminários das quartas-feiras e oficinas das sextas-feiras, no Rio de Janeiro. Coordenador: Estevão Kopshitz.2. Seminário Novas Estimativas Trimestrais das TAPS 1995-2011. Coordenador: Cláudio Hamilton M. Santos.3. Seminário Ciclos Políticos Eleitorais e Investimento das Administrações Públicas no Brasil. Coordenador: Raphael Rocha Gouvêa.4. Seminário da Conjuntura Econômica nº 018. Coordenador: Fernando José Ribeiro5. Painel na Conferência do Desenvolvimento (Code): "Crescimento Econômico com Distribuição de Renda: o Caso Brasileiro e a Experiência Internacional". Coordenador: Cláudio Hamilton M. Santos.6. Mesa na Code: "A dinâmica recente do mercado de trabalho brasileiro". Coordenador: Claudio Roberto Amitrano.7. Mesa na Code: "A dinâmica recente da produtividade no Brasil". Coordenador: Gabriel Coelho Squeff.8. Apresentação: Conjuntura Econômica. Coordenador: Cláudio Hamilton M. Santos.9. Seminário Método RAWS/RAW para estimação anual da Matriz de Insumo-Produto na Referência 2000 das Contas Nacionais. Coordenador: Thiago Sevilhano.10. Seminário Análise de Sustentabilidade das Dívidas Estaduais: uma Abordagem Estocástica. Coordenador: Cláudio Hamilton M. Santos.11. Seminário Ásia e Brasil: perspectivas para o Crescimento Inclusivo e lançamento do Relatório Comissão Econômica e Social das Nações Unidas para a Ásia e Pacífico de 2013 no Brasil. Coordenador: Cláudio Hamilton M. Santos.12. Seminário O Crédito Imobiliário no Brasil e sua Relação com a Política Monetária. Coordenador: Mário Jorge Mendonça.13. Seminário Fluxos de Capitais para Economias Emergentes. Coordenadores: Ajax Moreira e Kátia Maria Rocha.14. Seminário da Dimac – Tendência Estocástica, Quebra Estrutural e Sazonalidade: Análise Agregada e Setorial do PIB Real Trimestral. Coordenador: Cláudio Hamilton M. Santos.15. Seminário Fluxo de Capitais: Capital Account Regulations and the Trading System: a Compatibility Review – Pardee Center Task Force Report. Coordenador: Cláudio Hamilton M. Santos.16. Seminário da Conjuntura Econômica nº 019. Coordenador: Fernando José Ribeiro.17. Seminário da Dimac – Curva de Phillips. Coordenador: Vinícius Cerqueira.

(Continua)

	<ol style="list-style-type: none"> 18. Seminário da Disoc às quintas-feiras: Volatilidade dos Preços e Inflação dos Alimentos. Coordenador: Thiago Sevilhano. 19. Seminário da Dimac – Novas Evidências Empíricas sobre a Dinâmica Trimestral da Formação Bruta de Capital Fixo Brasileira. Coordenador: Cláudio Hamilton M. Santos. 20. Seminário da Dimac – Planejamento Estratégico. Coordenador: Bernardo Schettini. 21. Seminário da Dimac – Curva IS. Coordenador: Alexis Maka. 22. Seminário da Conjuntura Econômica nº 020. Coordenador: Fernando José Ribeiro. 23. Seminário da Dimac – Uma Proposta Metodológica para Estimação das MAIs para o Período 2000-2009. Coordenador: Gabriel Squeff. 24. Seminário da Dimac – Determinação de Preços entre os Mercados de Futuro e à Vista de Câmbio no Brasil. Coordenador: Francisco Eduardo Santos. 25. Seminário da Dimac – Política Fiscal. Coordenador: Cláudio Hamilton M. Santos. 26. Seminário da Dimac – Evolução do crédito no governo Lula. Coordenadora: Mônica Mora Y Araújo de Couto e Silva Pessoa. 27. Seminário no Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB). Coordenador: Cláudio Hamilton M. Santos. 28. Seminário na Fundação Perseu Abramo. Coordenador: Cláudio Hamilton M. Santos. 29. Seminário Consumo do Governo. Coordenador: Bernardo Schettini. 30. Seminário Reinvesta a Dinâmica do Investimento no Brasil. Coordenador: Cláudio Hamilton M. Santos. 31. Seminário Dimac – Inferência Bayesiana em um Modelo GARCH Multivariado com erros <i>t-student</i>. Coordenador: Vinícius Cerqueira. 32. Seminário Dimac – Intermediários Financeiros em um Modelo DSGE para uma Pequena Economia Aberta. Coordenador: Vinícius dos Santos Cerqueira. 33. Seminário da Conjuntura Econômica nº 021. Coordenador: Fernando José Ribeiro.
7	<p>Publicar livros sobre as temáticas do desenvolvimento brasileiro e formulação e aperfeiçoamento das políticas públicas (ao menos cinco)</p>
	<ol style="list-style-type: none"> 1. Capítulo 9 do livro Brasil em desenvolvimento, intitulado Sistema de transferência para os municípios brasileiros: avaliação dos impactos redistributivos. Coordenador: Rodrigo Octávio Orair. 2. Artigo sobre Paradas e fugas súbitas dos fluxos de capital nos países emergentes: fatores globais e locais. Coordenador: Kátia Maria C. Rocha. 3. Capítulo do livro O futuro do Brasil: avanços e limites do desenvolvimentismo, intitulado Evolução dos investimentos nas três frentes de expansão da economia brasileira na década de 2000. Autores: Ricardo Bielschowsky, Gabriel Coelho Squeff e Lucas Ferraz Vasconcelos. 4. Livro Financiamento das corporações: perspectivas do desenvolvimento brasileiro (Série Comércio Internacional). Coordenador: Marcos Antônio M. Cintra. 5. Artigo em revista: CINTRA, Marcos Antônio Macedo; PINTO, Eduardo Costa. Substituição do dólar pela “moeda do povo” chinesa: retórica, possibilidades e limites. Carta maior, São Paulo, 6 nov. 2013. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Substituicao-do-dolar-pela-moeda-do-povo-chinesa-retorica-possibilidades-e-limites/7/29460>. 6. Artigo em revista: CINTRA, Marcos Antônio Macedo; PINTO, Eduardo Costa. América Latina y China en el siglo XXI: complementariedades y rivalidades. Voces en el Fenix, Buenos Aires, año 4, n. 26, jul. 2013. Disponível em: <http://www.vocesenelfenix.com/sites/default/files/pdf/9_3.pdf>.

	<p>7. Artigo em revista: CINTRA, Marcos Antônio Macedo; PINTO, Eduardo Costa. La internacionalización del renminbi: posibilidades y límites. Voces en el Fenix, Buenos Aires, año 4, n. 26, jul. 2013. Disponível em: <http://www.vocesenelfenix.com/sites/default/files/pdf/6_3.pdf>.</p> <p>8. Organização de livro: CINTRA, Marcos Antônio Macedo; MARTINS, Aline Regina Alves (Org.). As transformações no Sistema Monetário Internacional. Brasília: Ipea, 2013.</p> <p>9. Capítulo de livro: CINTRA, Marcos Antônio Macedo. O papel do dólar e do renminbi no sistema monetário internacional. In: CINTRA, Marcos Antônio Macedo; MARTINS, Aline Regina Alves (Org.). As transformações no Sistema Monetário Internacional. Brasília: Ipea, 2013.</p> <p>10. Capítulo de livro: CALIXTRE, André. Subdesenvolvimento, Sergio Buarque de Holanda e o homem cordial – A importância da especificidade radical da formação histórica do Brasil e de seu sujeito. In: CALIXTRE, André; ALMEIDA FILHO, Niemeyer (Org.). Cátedras para o desenvolvimento: patronos do Brasil. Brasília, Ipea, 2013.</p>
8	<p>Publicar textos para discussão (TDs) do Ipea (ao menos 24)</p>
	<p>1. TD Onde ocorre a determinação de preços no mercado de câmbio brasileiro: mercado à vista ou futuro? Coordenador: Francisco Eduardo de Luna e Almeida Santos.</p> <p>2. TD Índice de pressão sobre a meta de inflação e composição setorial da inflação. Coordenador: Thiago Sevilhano Martinez.</p> <p>3. TD O efeito da expansão do crédito sobre as crises econômicas. Coordenador: Mário Jorge Mendonça.</p> <p>4. TD: Impactos macroeconômicos das mudanças demográficas no Brasil. Coordenador: José Ronaldo Júnior.</p> <p>5. TD Fatores globais e locais da volatilidade do fluxo de capital para economias emergentes. Coordenadora: Kátia Rocha.</p> <p>6. TD Ciclo da vida do consumo e da poupança das famílias brasileiras. Coordenador: Marcos Antônio Silveira.</p> <p>7. TD Efeitos sociais dos choques macroeconômicos. Coordenador: Ajax Moreira.</p> <p>8. TD Fatores globais e locais da alteração abrupta do fluxo de capitais externo. Coordenador: Ajax Moreira.</p> <p>9. TD Indicador de consumo aparente de bens industriais. Coordenador: Leonardo Mello de Carvalho.</p> <p>10. TD Uma proposta metodológica para a estimação da matriz de absorção de investimentos (MAI) para o período 2000-2009. Coordenador: Gabriel Coelho Squeff.</p> <p>11. TD Revisitando a dinâmica trimestral do investimento no Brasil: 1996-2012. Coordenador: Cláudio Hamilton M. Santos.</p> <p>12. TD Uma análise setorial da formalização do mercado de trabalho a partir das matrizes de transições com dados da PME. Coordenador: Sandro Sacchet.</p> <p>13. TD Notas sobre as dinâmicas relacionadas do consumo das famílias, da formação bruta de capital fixo e das finanças públicas brasileiras no período 2004-2012. Coordenador: Cláudio Hamilton M. Santos.</p> <p>14. TD Política fiscal e ciclos políticos nas administrações públicas brasileiras. Coordenador: Raphael Rocha Gouvêa.</p> <p>15. TD Modelo DSGE para o Brasil. Coordenador: Marco Antônio Cavalcanti.</p> <p>16. TD Eficiência relativa dos municípios na educação fundamental. Coordenador: Raphael Rocha Gouvêa.</p> <p>17. TD Novas estimativas trimestrais das transferências públicas de assistência e previdência no Brasil no período de 1995-2012. Coordenador: Raphael Rocha Gouvêa.</p> <p>18. TD O crédito imobiliário no Brasil e sua relação com a política monetária. <i>E-pedido</i> nº 56.628. Coordenador: Mário Jorge Mendonça.</p> <p>19. TD Modelos GARCH assimétricos com inovações <i>t-student</i>. Coordenador: Vinícius Cerqueira.</p> <p>20. TD A evolução do crédito entre 2003 e 2012. Coordenadora: Mônica Mora Y Araújo de Couto e Silva Pessoa.</p>

(Continua)

(Continuação)

	<p>21. TD Produto potencial como ferramenta de análise da política monetária e da capacidade de crescimento da economia brasileira. Coordenador: José Ronaldo Júnior.</p> <p>22. TD Mercado de câmbio brasileiro, intervenção do Banco Central e controle de capitais de 1999 a 2012. <i>E-pedido</i> nº 59.001. Coordenador: Estevão K. Bastos.</p> <p>23. TD Determinantes do risco corporativo. Coordenadora: Kátia Maria C. Rocha.</p> <p>24. TD Mapa do emprego. Coordenador: Cláudio Roberto Amitrano.</p>
9	Publicar notas técnicas e comunicados do Ipea (ao menos dez)
	<p>1. Nota técnica: Índice de contribuição para o desvio da meta de inflação e desagregação do IPCA por natureza dos produtos. Coordenador: Thiago Martinez.</p> <p>2. Nota técnica: Identificando a demanda e a oferta de crédito bancário no Brasil. Coordenador: Mário Jorge Mendonça.</p> <p>3. Nota técnica: Uma análise econométrica da evolução da indústria de transformação brasileira no período 2002-2012. Coordenador: Marco Antônio Cavalcanti.</p> <p>4. Nota técnica: O comportamento e os determinantes das remessas de lucros e dividendos no Brasil. Coordenador: Fernando José Ribeiro.</p> <p>5. Nota técnica: Indicadores de consumo aparente de bens industriais por setores de atividade. Coordenador: Leonardo Mello de Carvalho.</p> <p>6. Nota técnica: Mercado de câmbio brasileiro e intervenções do Banco Central. Coordenador: Estevão K. Bastos.</p> <p>7. Nota técnica: A dinâmica das transferências públicas de assistência e previdência (1995-2012). Coordenador: Cláudio Hamilton M. Santos.</p> <p>8. Nota técnica: Elasticidade emprego-produto no Brasil. Coordenador: Cláudio Roberto Amitrano.</p> <p>9. Nota técnica: Efeitos da população economicamente ativa sobre a taxa de desemprego. Coordenador: Maria Andreia Lameiras.</p> <p>10. Nota técnica: Indicadores de consumo aparente de bens industriais por setores de atividade. Coordenador: Leonardo Lameiras.</p>
10	Publicar boletins e outros documentos institucionais
	<p>1. Boletim: Carta de conjuntura nº 018. Coordenador: Fernando Ribeiro.</p> <p>2. Boletim: Carta de conjuntura nº 019. Coordenador: Fernando Ribeiro.</p> <p>3. Boletim: Carta de conjuntura nº 020. Coordenador: Fernando Ribeiro.</p> <p>4. Boletim: Carta de conjuntura nº 021. Coordenador: Fernando Ribeiro.</p>

**Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas
e Ambientais
(DIRUR)**

INTRODUÇÃO

A Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) atuou em pesquisas relativas à infraestrutura urbana e a políticas vinculadas ao território. Realizou avaliação de resultados (saneamento, habitação/MCMV); avaliação de impactos, com ênfase na questão regional (fundos constitucionais – FNE, FNO, FCO – e programas – PRONAF, PNCF, PBF) e estudos voltados à sustentabilidade e à governança ambiental. A Dirur produziu ainda quinze propostas incluídas no Pacto da Mobilidade, por orientação da Presidência da República e da Secretaria de Assuntos Estratégicos. Produziu livro sobre as metrópoles que impactou na elaboração pelo relator de um substitutivo do Estatuto das Metrópoles.

Em 2013, a diretoria realizou, no total, 315 produtos, com destaque para a produção de 104 capítulos de livro, a organização de dez livros e a publicação de 38 textos para discussão. Além disso, capitaneou, junto com a Assessoria Técnica (ASTECA) e a Assessoria de Planejamento e Articulação Institucional (Aspla) o desenvolvimento do sistema IpeaProjetos.

Em 2014, a Dirur continuará as atividades referentes à avaliação da política habitacional e da mobilidade urbana, com estudos específicos previstos para análise de congestionamento e acidentes de trânsito. Também intensificará a avaliação e o monitoramento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), em parceria com o Ministério da Integração, bancos de desenvolvimento e superintendências regionais; e, ainda, implementará os observatórios de: *i*) desenvolvimento regional; e *ii*) imobiliário e políticas.

Além disso, a diretoria como um todo realiza a edição da revista de *Planejamento e políticas públicas*, o *Boletim regional, urbano e ambiental*, os Seminários Dirur e um projeto de vulto, com envolvimento de consultores internacionais, intitulado Modelagem de Sistemas Complexos para Políticas Públicas.

A tabela 1 apresenta o quadro de servidores da Dirur em 2013.

TABELA 1

Servidores lotados na Dirur, por tipo de vínculo

Pessoal Dirur	Quantidade
Equipe técnica Ipea (efetivos)	33
Equipe técnica Ipea – outros órgãos	2
Administrativos do Ipea e terceirizados	10
Bolsistas PNPD (presenciais e não presenciais, inclui Plataforma Ipea)	21
Total geral	66

A Dirur se organiza por temas em quatro coordenações: a de Estudos Regionais (Coere), a de Estudos Urbanos (Coesu), a de Estudos de Sustentabilidade Ambiental (Cosam) e a de Estudos Federativos (CODEF). A seguir encontram-se listadas as principais contribuições específicas de cada uma em 2013 e as intenções para 2014.

Em 2013, a Coere/Dirur desenvolveu um projeto estruturante de avaliação dos impactos regionais de algumas políticas públicas, o qual será consolidado na publicação de dois livros. Foram avaliadas políticas explicitamente regionais, tais como os recursos dos fundos constitucionais de financiamento para o Nordeste (FNE), o Norte (FNO) e o Centro-Oeste (FCO); e políticas de cunho nacional, como o Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), o Programa Bolsa Família (PBF) e o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), entre outros. Tal projeto buscou demonstrar a importância de se incluir a dimensão regional nas análises de políticas de abrangência nacional. Tal abordagem permite evidenciar desempenhos regionalmente diferenciados das diferentes políticas analisadas. Portanto, aperfeiçoamentos e modificações devem ser conduzidos de forma apropriada para dar uma resposta às especificidades de cada região do país.

Para 2014, a Coere/Dirur firmou acordo com o Ministério da Integração Nacional (MI) com o intuito de aprofundar e focar seus estudos de avaliação no projeto de Monitoramento e Avaliação dos Instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e aprimoramento do Observatório de Desenvolvimento Regional (ODR). Entre os objetivos deste projeto, pode-se citar: *i*) analisar as políticas de desenvolvimento regional em alguns países da América Latina e no mundo; *ii*) aperfeiçoar o Observatório de Desenvolvimento Regional, disponibilizando indicadores para os principais aspectos do desenvolvimento regional no Brasil; *iii*) elaborar diagnósticos da aplicação dos recursos dos fundos regionais, incentivos fiscais e fontes complementares à política regional brasileira; e *iv*) avaliar os impactos sociais e econômicos decorrentes da aplicação dos recursos da PNDR, especialmente dos fundos regionais e incentivos fiscais. A maior parte dos demais estudos que serão desenvolvidos tem uma relação com o projeto descrito e aborda temas pertinentes ao desenvolvimento regional, tais como agricultura brasileira e desenvolvimento rural, dinâmica industrial em termos regionais, capacidades econômico-financeiras e institucionais dos estados brasileiros, petróleo e desenvolvimento econômico dos municípios.

A atuação da Coesu/Dirur pode ser desdobrada em duas vertentes, uma dedicada à infraestrutura urbana, e outra, a políticas territoriais. Na primeira vertente, destacam-se as realizações relacionadas a seguir.

1. Saneamento: no âmbito do ACT com o Ministério das Cidades (MCidades), a Coesu elaborou proposta de matriz de avaliação de resultados de intervenções de saneamento incluídas no PAC. No momento, encontra-se em fase de conclusão um manual de avaliação, a ser utilizado pela Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA).
2. Habitação: o Ipea, ainda no âmbito do ACT com o MCidades, firmou termo de cooperação com a Secretaria Nacional de Habitação para a realização de pesquisa domiciliar com beneficiários do programa Minha Casa Minha Vida, em amostra de abrangência nacional. Este projeto, cuja coordenação cabe à Coesu, terá, em 2014, a elaboração e divulgação dos resultados da pesquisa. O tema dos assentamentos precários também foi tratado por técnicos da Coesu, em um capítulo incluído no livro *Brasil em desenvolvimento*, de 2013, intitulado *Caracterização e evolução dos aglomerados subnormais (2000-2010): em busca de um retrato mais preciso da precariedade urbana e habitacional em metrópoles brasileiras*.
3. Mobilidade urbana: o Ipea engajou-se em diversas frentes do chamado pacto da mobilidade urbana, com forte participação da Coesu e de vários técnicos de outras coordenações e diretorias. Destacam-se as seguintes contribuições: duas notas técnicas (NT); um conjunto de catorze propostas para o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES); o detalhamento de duas propostas para o Executivo (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP, MCidades e Ministério da Fazenda – MF) e acompanhamento da discussão do pacto da mobilidade no Conselho Nacional das Cidades (ConCidades). Em 2014, a Coesu dará ênfase aos estudos da mobilidade urbana: *i*) estabelecendo conexões entre o tema e diversos aspectos do desenvolvimento urbano, de modo a constituir um projeto estruturante da coordenação; *ii*) desenvolvendo estudos sobre os custos de acidentes de trânsito, bem como sobre os custos de congestionamentos; e *iii*) aprofundando estudos sobre tempos de deslocamento.

Na segunda vertente, de política territorial, destacam-se:

1. Metropolização e regiões metropolitanas: o Ipea publicou o livro *Território metropolitano, políticas municipais*, editado por técnicos da Coesu, que também fizeram várias contribuições aos capítulos. E, ainda, a Rede Ipea contou com seus técnicos para a realização do projeto Governança Metropolitana, coordenado pela Presidência do instituto. Mais recentemente, a convite da Comissão Especial da Câmara dos Deputados, técnicos da Coesu compuseram um grupo de trabalho para elaboração de um substitutivo ao projeto de lei do Estatuto das Metrópoles.
2. Instrumentos para o desenvolvimento urbano: o Ipea firmou convênio com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano do município de São Paulo para a realização de pesquisa, ao longo do próximo ano, sobre instrumentos próprios para o financiamento do desenvolvimento urbano, acesso à terra e requalificação urbanística da cidade de São Paulo. Tendo à frente técnicos da Coesu, este projeto constitui uma aplicação territorial inovadora da pesquisa sobre o tema.

3. Índices de preços de imóveis: dando continuidade ao assessoramento ao governo do Distrito Federal para a construção de um Observatório Imobiliário, técnicos da Coesu desenvolverão, em 2014, metodologias aplicadas ao DF e à cidade de São Paulo.

Ao longo de 2013, a Coordenação de Estudos em Sustentabilidade Ambiental (Cosam) produziu uma série de análises de políticas públicas e das condições para sua implementação no Brasil, que incluíram também aspectos de governança. Em sua maioria, estas análises foram compiladas sob a forma de dois livros, a serem lançados no início de 2014. São eles: *Governança ambiental no Brasil – instituições, atores e políticas públicas* e *Políticas agroambientais e sustentabilidade: desafios, oportunidades e lições aprendidas*.

Também se iniciou o processo de estruturação de um sistema integrado de avaliação de políticas públicas ambientais no Brasil, o qual resultará na criação de um Observatório de Políticas Ambientais, a ser lançado em 2014. Além do Ipea, integrarão o observatório outros órgãos federais que atuam na avaliação e no monitoramento de políticas públicas, tais como o Tribunal de Contas da União (TCU), a Controladoria-Geral da União (CGU) e o MP.

A CODEF também atuou junto ao Grupo de Trabalho Interministerial intitulado GT Política Nacional de Florestas Plantadas por meio de várias reuniões e discussões na Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), com vistas à formulação de uma política nacional para o setor de florestas plantadas. Neste sentido, ao final de 2013, a atuação da coordenação ganhou um novo reforço, quando se decidiu, para 2014, transformar a colaboração da CODEF em um projeto de pesquisa, com a finalidade de desenvolver o Plano Nacional de Desenvolvimento das Florestas Plantadas. O projeto é uma parceria entre a SAE e o Ipea.

Por sua vez, em 2014, o projeto A Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica e seu Impacto no Desenvolvimento dos Municípios Atingidos” trará resultados inéditos sobre a situação atual desta política de compensação quanto à sua influência no desenvolvimento socioeconômico dos municípios atingidos. Ao final da pesquisa, espera-se contribuir para o debate acerca da implantação de usinas hidrelétricas como modo de desenvolvimento das regiões afetadas.

Outra iniciativa da coordenação relacionada ao setor elétrico é o projeto As Implicações Regionais do Paradigma da Energia Elétrica Distribuída. Visto que, dependendo da configuração da matriz energética, há implicações socioambientais e econômicas nos locais afetados, o projeto visa estudar os diversos impactos do modelo de geração de energia elétrica na forma distribuída, com ênfase nos aspectos regionais.

Por fim, espera-se, em 2014, sob a coordenação da CODEF e por meio de um acordo de cooperação técnica, oficializar uma parceria entre o Instituto Florestal, vinculado à Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo (IF/SP), e o Ipea. O objetivo da parceria é estudar e avaliar, do ponto de vista social, econômico e ambiental, a eficácia da proteção de áreas naturais na mitigação da criticidade hídrica de regiões presentes a uma bacia hidrográfica no Estado de São Paulo. A expectativa com este estudo de caso é adquirir *expertise* para propor uma política de enfrentamento em situações de criticidade hídrica em nível federativo

Finalmente, a Dirur conta com a Assessoria de Métodos Quantitativo (ASMEQ), que dá apoio às coordenações e desenvolve trabalhos de cunho metodológico.

Em 2013, a ASMEQ teve cinco artigos publicados em revistas científicas (tabela 2). Além disto, foram realizadas diversas palestras em universidades brasileiras, entrevistas para televisão, rádio e jornais. Entre os destaques, deve-se citar o texto para discussão (TD) sobre a importância das estratégias de policiamento e das taxas de encarceramento para reduzir a taxa de homicídios. Cabe destacar também a assessoria da ASMEQ na elaboração do mestrado profissional em economia do Ipea. Por fim, ressalta-se a organização do *workshop* “Políticas Monetárias: Estudos para o Brasil”, que, posteriormente, transformou-se num volume especial sobre política monetária publicado pela *Revista brasileira de economia*.

Os Seminários Dirur foram transferidos para as terças-feiras à tarde e contaram-se 22 seminários ao longo de 2013, com cinco apresentações de convidados externos, duas apresentações de membros de outras diretorias, com média de público de doze pessoas.

Ao todo, a produção da Dirur contabilizou 315 produtos, sendo 104 capítulos de livros e 48 relatórios de pesquisa entregues para parceiros institucionais, além de 38 textos para discussão, dezessete artigos em eventos científicos e onze notas técnicas, entre outros, conforme demonstra a tabela 2.

TABELA 2
Produção da Dirur, por coordenação

Tipo de produto	ASMEQ	CODEF	COERE	COESU	COSAM	Total geral
Apresentação (de artigo) em evento científico (nacional ou internacional)		3	4	7	3	17
Apresentação de trabalho no seminário Dirur	1		2	5	4	12
Artigo em boletim periódico do Ipea (Boletim Dirur, outros boletins)	2		1		4	7
Artigo em periódico Qualis A1, A2				1		1
Artigo em periódico Qualis B1, B2		1	3	2	2	8
Artigo na revista Desafios e outros artigos de pequena monta (jornais e revistas)			3	1	3	7
Assinatura de ACT (ou equivalente, como termo de cooperação)			2	1		3
Capítulo de livro		2	63	16	23	104
Comunicado	1					1
Desenvolvimento de bases de dados desde que devidamente documentadas e depositadas no repositório de dados	1		3			4
Entrevista no Programa Panorama ou similar				1	1	2
Nota técnica	1		3	7		11
Organização de evento para divulgação de resultado de pesquisa (com público interno ou externo)			3	1	2	6
Organização ou edição de livro		2	5	2	1	10

(Continua)

(Continuação)

Palestra em evento sobre tema do plano de trabalho			5	3	14	22
Relatório de pesquisa (não publicado mas entregue para parceiros)	1	4	16	13	14	48
Relatório de pesquisa (publicado com editorial)				3	1	4
Representação do Ipea junto a outras instituições			1		2	3
Republicação em língua estrangeira			2	1		3
Sistemas, softwares, sites e afins			2		2	4
TD	1	2	19	11	5	38
Total geral	8	14	137	75	81	315

Nominalmente, os produtos editorados, de acordo com cada coordenação, encontram-se discriminados no quadro 1.

QUADRO 1

Títulos das publicações da Dirur, por coordenação

Coere
Demanda por gasto público no Brasil no período pós-redemocratização: testes da Lei de Wagner e da hipótese de Mill de ilusão fiscal
Avaliando o crescimento econômico no Brasil em múltiplas escalas espaciais utilizando modelos de painel espacial, 1970-2000
Evaluating multiple spatial dimensions of economic growth in Brazil using spatial panel data models (1970-2000)
Modelo Agroexportador, política macroeconômica e a supremacia do mercado: uma visão do modelo brasileiro de exportação de <i>commodities</i>
Disparidades do produto interno bruto (PIB) <i>per capita</i> no Brasil: uma análise de convergência em diferentes escalas regionais, 1970-2008
Aspectos metodológicos do Sistema Integrado de Informações sobre o Mercado de Trabalho no Setor Turismo (SIMT)
A agropecuária na região Norte: oportunidades e limitações ao desenvolvimento.
Dívidas estaduais, federalismo fiscal e desigualdades regionais no Brasil: percalços no limiar do século XXI
Governos estaduais no federalismo brasileiro: capacidades e limitações no cenário atual
Aglomeração econômica e migração: uma análise para o caso brasileiro

(Continua)

(Continuação)

Federalismo e autonomia fiscal dos governos estaduais no Brasil: notas sobre o período recente (1990-2010)
Governos estaduais no ambiente federativo inaugurado pela Constituição Federal de 1988: aspectos políticos e institucionais de uma atuação constrangida
Contradições em processo: um estudo da estrutura e evolução do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): 2000 a 2010
Avaliação dos impactos econômicos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) entre 2004 a 2010
A agropecuária na região Centro-Oeste: limitações ao desenvolvimento e desafios futuros
Perfil da mão de obra do turismo no Brasil nas atividades características do turismo e em ocupações
A agropecuária na região Sudeste: limitações e desafios futuros
Agriculture in Brazil's southeast region: limitations and future challenges to development.
Avaliação dos impactos regionais do Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF)
Avaliação dos impactos regionais do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)
Avaliação dos impactos econômicos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) entre 2004 a 2010
Federalismo sem pactuação: governos estaduais na antessala da federação
Coesu
Gastos das famílias brasileiras com transporte urbano público e privado no Brasil: uma análise da POF 2003 e 2009
O sentido da integração da política pública do Brasil na América do Sul
Heterogeneidades em receitas orçamentárias, eficiência e seus determinantes: evidências para municípios brasileiros em 2010
Tempo de deslocamento casa-trabalho no Brasil, 1992-2009: diferenças entre regiões metropolitanas, níveis de renda e sexo.
Commute time in Brazil (1992-2009): differences between metropolitan areas, by income levels and gender
Os papéis das companhias brasileiras na integração e desenvolvimento produtivo continental
Índice de vulnerabilidade das famílias 2000-2010: resultados
Experiências de governança metropolitana internacional: os casos dos Estados Unidos e do Canadá
Minha Casa Minha Vida, nosso crescimento: onde fica a política habitacional?
Rediscutindo a delimitação das regiões metropolitanas no Brasil: um exercício a partir dos critérios da década de 70
Elasticidade-renda dos gastos das famílias metropolitanas brasileiras com transporte urbano e aquisição de veículos privados
Experiências de governança metropolitana internacional: os casos da França, Espanha, Inglaterra e Alemanha
Metodologia de avaliação de resultados. O caso das intervenções do PAC Urbanização de Favelas
Instrumentos urbanísticos, jurídicos e tributários para o desenvolvimento urbano – Uma análise da sua implantação no Distrito Federal
Envelhecimento populacional, gratuidades no transporte público e seus efeitos sobre as tarifas na região metropolitana de São Paulo

(Continua)

(Continuação)

Instrumentos urbanísticos à luz dos planos diretores: uma análise a partir de um “circuito completo” de intervenção
Heterogeneidades e idiosincrasias: eficiências municipais na saúde básica a partir de gastos com pessoal
Cosam
Como impulsionar a bios prospecção no Brasil: bases para uma moderna regulação do acesso a recursos genéticos e ao conhecimento tradicional associado
A economia de ecossistemas e da biodiversidade no Brasil (TEEB-Brasil): análise de lacunas
Governança das políticas ambientais no Brasil: desafios à construção de um sistema integrado de avaliação
Ações do governo federal na área de influência do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as bacias hidrográficas do nordeste setentrional, uma avaliação dos investimentos nos municípios do plano de ação
O licenciamento ambiental federal como instrumento de política ambiental no Brasil
Diagnóstico dos resíduos sólidos do setor agrosilvopastoril: resíduos sólidos inorgânicos (relatório de pesquisa)
CODEF
O FPM e a estranha distribuição da população dos pequenos municípios brasileiros
Uma proposta para atualização dinâmica dos coeficientes do FPE
ASMEQ
Evolução e determinantes da taxa de homicídios no Brasil
Os efeitos da mídia sobre o suicídio: uma análise empírica para os estados brasileiros
Combatendo homicídios no Brasil: o que funciona em São Paulo funciona na Bahia?

No âmbito da ASMEQ, foram produzidos ainda os seguintes artigos:

1. NAKABASHI, L.; PEREIRA, A. E. G.; SACHSIDA, A. Institutions and growth: a developing country case study. *Journal of economic studies*, Bradford, v. 40, p. 30-45, 2013.
2. MENDONCA, M. J. C.; MEDRANO, L. A.; SACHSIDA, A. Um modelo econométrico para a previsão de impostos no Brasil. *Economia aplicada*, v. 17, p. 295-329, 2013.
3. FARIA, J. R. *et al.* Faculty promotion in academe: theory and evidence from U.S. economics departments. *Journal of economics and econometrics*, v. 56, p. 1-27, 2013.
4. OGURA, L.; FARIA, J. R.; SACHSIDA, A. Crime in a planned city: the case of Brasília. *Cities*, v. 32, p. 80-87, 2013.
5. SACHSIDA, A. Inflação, desemprego e choques cambiais: uma revisão da literatura sobre a curva de Phillips no Brasil. *Revista brasileira de economia*, v. 4, p. 121-132, 2013.

A Dirur editorou, ainda, os números 40, 41 e 42 da revista *Planejamento e políticas públicas*, e publicou os números 7 e 8 do *Boletim regional e urbano*.

As notas técnicas e comunicados publicados no âmbito da diretoria foram:

- *Estimativas do déficit habitacional brasileiro (2007-2011) por municípios (2010)*;
 - *Tarifação e financiamento do transporte público urbano*;
 - *Ampliação do acesso ao transporte público urbano – Propostas em tramitação no Congresso Nacional*;
 - *Transporte Integrado Social – uma proposta para o pacto da mobilidade urbana*;
 - *Estimativas do déficit habitacional brasileiro (PNAD 2007-2012)*;
 - *Criação de municípios depois do PLS 98/2002: uma estimativa preliminar*; e
 - *Indicadores de mobilidade urbana da PNAD 2012*.
- Também foram feitas contribuições para a revista *Desafios* no formato de pequenos artigos:
- *Biodiversidade e inovação no Brasil: incentivar é melhor que controlar*;
 - *Território metropolitano, políticas municipais*; e
 - *Como fortalecer os cofres municipais para financiar o transporte público*.

A diretoria publicou, em parceria com a Presidência, as três edições do projeto *Brasil em desenvolvimento*, bem como os seguintes livros:

- *Licenciamento ambiental para fins urbanísticos em estados e municípios selecionados*;
- *Economia de Maceió: diagnóstico e propostas para construção de uma nova realidade*;
- *Território metropolitano, políticas municipais: por soluções conjuntas de problemas urbanos no âmbito metropolitano*;
- Livro 2 – *Sociedade, política e desenvolvimento* (Série desenvolvimento nas Ciências Sociais: o estado das artes);
- Livro 3 – *Política externa, espaço e desenvolvimento* (Série desenvolvimento nas Ciências Sociais: o estado das artes); e
- *Políticas agroambientais e sustentabilidade: desafios, oportunidades e lições aprendidas*.

Finalmente, para o ano de 2014, foram aprovados oitenta projetos, com a previsão de 371 produtos.

**Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação,
Regulação e Infraestrutura
(DISET)**

1 EIXOS DE ATUAÇÃO E ATIVIDADES DA DISET EM 2013

A Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura (Diset) realiza estudos, avaliações e proposições de políticas públicas voltadas aos diversos setores produtivos. Tais pesquisas apresentam caráter: *i*) setorial (vertical), avaliando separadamente os setores de agricultura, indústria e serviços, e seus respectivos subsetores; e *ii*) transversal, abrangendo questões que perpassam todos os setores, como infraestrutura econômica, ciência, tecnologia e inovação (CT&I), mercado de trabalho e qualificação.

Para tanto, a Diset é estruturada em quatro coordenações:

- Coordenação de Estudos em Financiamento e Investimento (COFII);
- Coordenação de Estudos em Ciências e Tecnologia e Cooperação (COOPE);
- Coordenação de Estudos em Estratégias de Crescimento das Firms (COESF); e
- Coordenação de Estudos em Tecnologia da Informação e Comunicação (COTIC)

Apesar dessa divisão, parte dos trabalhos é realizada com participação de técnicos de coordenações distintas, em especial aqueles mais transversais, como os sobre inovação e qualificação de mão de obra, além de, em alguns casos, haver colaboração de técnicos de outras diretorias.

Durante o ano de 2013, a Diset deu início a um projeto cujo objetivo central era analisar a evolução dos indicadores de produtividade da economia brasileira e identificar políticas que pudessem contribuir para sua elevação. O projeto ampara-se na percepção de que a sustentabilidade do ciclo de crescimento que marcou a economia brasileira ao longo da década de 2000 requer, a partir de agora, a elevação de seus níveis de produtividade. O projeto, desenvolvido em parceria com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), já produziu resultados em 2013, que foram publicados em textos para discussão do Ipea e no boletim *Radar: tecnologia, produção e comércio exterior*.

A Diset analisou também a infraestrutura de pesquisa existente no país, com o propósito de subsidiar a formulação e avaliação de políticas de ciência, tecnologia e inovação. O projeto, que reúne parceiros como a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), envolveu o levantamento de dados sobre os laboratórios públicos instalados no país, de modo a amparar análises sobre os fatores que contribuem para sua maior interação com o setor produtivo e a orientar os investimentos federais na área.

Uma parceria envolvendo a Empresa de Planejamento e Logística (EPL), visando à construção de uma matriz origem/destino foi outro projeto desenvolvido pela Diset em 2013. Este projeto pode amparar ações de planejamento da infraestrutura de transportes no país.

Conforme descrito ao longo deste relatório, ao lado dessas iniciativas, a Diset desenvolveu uma série de outras pesquisas sobre políticas setoriais de inovação. Merecem destaque, por exemplo, as pesquisas sobre formação de mão de obra e mercado de trabalho – que se detiveram, inclusive, nos debates sobre a oferta de demanda por profissionais de engenharia no país –, pesquisas sobre a indústria naval, análises do complexo industrial de defesa e diversas outras questões. Todas essas ações materializam-se em publicações em variados formatos, como livros, textos para discussão e boletins, disponíveis em versões impressas e eletrônicas no sítio do Ipea.

A tabela 1 consolida os dados da produção da Diset em 2013.

TABELA 1
Dados consolidados da produção da Diset em 2013

	Classificação	Nº
1	Pesquisa sobre os diversos aspectos da vida econômica brasileira	10
2	Participação em conselhos, comitês e órgãos colegiados de políticas públicas ou atividades de assessoramento governamental	19

(Continua)

(Continuação)

3	Novas relações de cooperação técnica nacionais e/ou internacionais em temas relacionados ao desenvolvimento	11
4	Ações para o fortalecimento institucional do Ipea	14
5	Organização de eventos sobre estratégias e perspectivas para o desenvolvimento nacional com a participação de atores sociais	21
6	Edição de livros sobre as temáticas do desenvolvimento brasileiro e formulação e aperfeiçoamento das políticas públicas	6
7	Elaboração de capítulos de livros sobre as temáticas do desenvolvimento brasileiro e formulação e aperfeiçoamento das políticas públicas	30
8	Publicação de textos para discussão (TDs) do Ipea ¹	33
9	Publicação de notas técnicas e comunicados	51
10	Publicações institucionais da Diset (Radar: número de boletins publicados no ano e os respectivos números de edição)	7

Nota: ¹ Inclui textos produzidos em 2013, mas ainda em editoração. O total de TDs publicados por técnicos da Diset alcançou dezenove (ou 21, se forem incluídos os TDs publicados no âmbito da parceria Ipea/Cepal). Com isto, a Diset representa cerca de 18% da produção de TDs do Ipea.

Indicam-se, a seguir, as principais pesquisas sobre os diversos aspectos da vida econômica brasileira desenvolvidas na Diset em 2013. Estas pesquisas correspondem a projetos estruturantes que, em geral, envolvem um número maior de textos, eventos e acordos de cooperação.

- Desafios do crescimento da produtividade na economia brasileira e acompanhamento do Plano Brasil Maior.
- Mapeamento da infraestrutura de pesquisa em CT&I do Brasil e análise do Sistema Nacional de Inovação.
- Infraestrutura Econômica no Brasil: Avaliação de Políticas, Planejamento, Investimentos, Regulação e Estimativa da Matriz Origem/Destino de Carga.
- Mercado de Trabalho, Estruturas de Emprego e Educação.
- Agroindústria.
- Políticas de Inovação.
- Propriedade Intelectual.
- Grupos Econômicos.
- Dinâmica do Setor de Defesa no Brasil.
- Recuperação e Perspectivas da Indústria Naval Brasileira: Tendências para os Próximos 25 Anos.

Esses projetos, contudo, não esgotam a quantidade e variedade da produção técnica da Diset. Assim, diversos produtos indicados ao longo deste relatório podem não se enquadrar diretamente nos projetos estruturantes mencionados, ou podem, em vários casos, ter interfaces com mais de um deles. Este é o caso, por exemplo, de temas associados à heterogeneidade estrutural e às micro e pequenas empresas. Da mesma forma, pesquisas nas áreas de infraestrutura econômica e de educação, por exemplo, relacionam-se com pesquisas sobre o tema da produtividade. Contribuições à edição do *Brasil em Desenvolvimento 2013*, por sua vez, estão indicadas como capítulos de livro e não foram destacadas como um projeto à parte da Diset, uma vez que devem compor um tema do relatório de atividades do Ipea como um todo. Nas seções seguintes, descrevem-se brevemente algumas atividades associadas a cada um dos projetos estruturantes. Em seguida, listam-se os itens que compõem as classificações da tabela 1.

Em 2013, a Diset contratou bolsistas na área de estatística, visando fortalecer seu núcleo de apoio nesta área. A Diset contribuiu também para a criação de uma sala de sigilo no Ipea e produziu o relatório *Acesso de instituição governamental a bases de dados sob a tutela da administração pública*, que deverá ser transformado em TD em 2014.

Em 2014, pretende-se dar continuidade ao projeto sobre a evolução dos indicadores de produtividade da economia brasileira, com ênfase na identificação de fatores que podem concorrer para sua elevação e na análise dos impactos das políticas industriais adotadas no âmbito do Plano Brasil Maior. Com isto, pretende-se contribuir para a formulação de políticas que garantam a elevação dos níveis de produtividade da economia brasileira e a consequente sustentabilidade do ciclo de crescimento que se observou ao longo da última década. Por seu turno, os projetos nas áreas de CT&I e infraestrutura terão continuidade em 2014. Desta forma, o projeto sobre a infraestrutura de pesquisa existente no país avançará na análise dos dados coletados em 2013, e o projeto sobre a matriz de origem e destino poderá amparar a coleta, pela EPL, de dados sobre os fluxos de veículos e cargas nas rodovias do país. Além disto, pesquisas sobre formação de mão de obra e mercado de trabalho e sobre os temas ligados às políticas setoriais de inovação e infraestrutura terão continuidade. Com isto, a Diset pretende continuar contribuindo para a formulação e avaliação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento inclusivo do país.

A Diset contava, em dezembro de 2013, com 26 técnicos de planejamento e pesquisa, dois auxiliares administrativos, cinco auxiliares administrativos terceirizados e 25 bolsistas PNPD. Estes colaboradores atuaram nas diversas linhas de pesquisa da diretoria, produzindo textos para discussão, artigos e notas técnicas, além de assessorarem outras instituições da administração pública, conforme detalhamento a seguir, segundo cada grande linha de pesquisa.

1.1 PRODUTIVIDADE

No âmbito do projeto, cujo objetivo é analisar a evolução dos indicadores de produtividade da economia brasileira e identificar políticas que possam contribuir para sua elevação, foram produzidos, em 2013, diversos textos para discussão, notas técnicas e artigos para o boletim *Radar*. Também foram realizadas diversas reuniões, envolvendo técnicos do Ipea e interlocutores de outras instituições, e organizou-se, em dezembro de 2013, um evento que contou com a participação de Mauro Borges Lemos (então presidente da ABDI), de Wasmalia Bivar (presidente do IBGE) e de diversos especialistas sobre o tema:

- David Kupfer (UFRJ e BNDES);
- Regis Bonelli (FGV);
- Pedro Cavalcanti (FGV);
- Jorge Arbache (UnB e BNDES);
- Roberto Ellery (UnB);
- Ricardo Paes de Barros (Ipea e SAE);
- Mariano Laplane (UNICAMP e CGEE); e
- Carlos Azzoni (USP).

Sobre esse tema, foi publicada uma edição especial do boletim *Radar*, a qual contém os seguintes trabalhos:

- *Evolução recente dos indicadores de produtividade no Brasil* (de Fernanda De Negri e Luiz Ricardo Cavalcante);
- *Indicadores de produtividade: uma breve revisão dos principais métodos de cálculo* (de Alexandre Messa);

- *Produtividade do trabalho e rigidez estrutural no Brasil nos anos 2000* (de Gabriel Coelho Squeff e Fernanda De Negri); e
- *Produtividade total dos fatores no Brasil: impactos da educação e comparações internacionais* (de Lucas Ferreira Mation).

Em particular, o trabalho *Evolução recente dos indicadores de produtividade no Brasil* foi ampliado e enviado para publicação como TD ainda em 2013. Por meio de questionários, coletaram-se informações acerca da percepção das empresas sobre aspectos relacionados à produtividade. Estas informações serão usadas para a publicação, em 2014, de uma análise de autoria de Fernanda De Negri e João Maria de Oliveira.

Ao longo de 2013, por meio do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD), foram contratados diversos bolsistas para atuar no projeto.

1.2 INFRAESTRUTURA DE PESQUISA

O projeto em que se analisa a infraestrutura de pesquisa existente no país, com o propósito de subsidiar a formulação e a avaliação de políticas de ciência, tecnologia e inovação, envolveu, em 2013, a construção de uma base de dados para subsidiar esta análise. Estas atividades foram coordenadas por Flávia de Holanda Schmidt Squeff.

O projeto teve também uma edição do boletim *Radar* dedicado a ele. Os artigos que formaram essa edição foram:

- *Sistemas de inovação e infraestrutura de pesquisa: considerações sobre o caso brasileiro* (de Fernanda De Negri e Luiz Ricardo Cavalcante);
- *Sistema de inovação tecnológica no setor de petróleo e gás* (de José Mauro de Moraes e Lenita Turchi);
- *A política de inovação e a política de defesa: o caso da agência de inovação DARPA nos Estados Unidos* (de Mansueto Almeida);
- *Ciência, tecnologia e inovação em defesa: notas sobre o caso do Brasil* (de Flávia de Holanda Schmidt);
- *Panorama das inovações na pesquisa agrícola no Brasil: o sistema de propriedade intelectual* (de José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho e Adriana Carvalho Pinto Vieira);
- *O sistema setorial de inovação de Tics no Brasil e o surgimento de novas firmas* (de Luís Cláudio Kubota, João Maria de Oliveira e Roberto Carlos Mayer); e
- *Infraestrutura de pesquisa no Brasil: resultados do levantamento realizado junto às instituições vinculadas ao MCTI* (de Fernanda De Negri e Públio Vieira Valadares Ribeiro).

No âmbito deste projeto, inclui-se a publicação de um TD intitulado *Relações universidade-empresa no Brasil: o papel da infraestrutura de pesquisa*, de autoria de Fernanda De Negri, Luiz Ricardo Cavalcante e Patrick Alves.

1.3 INFRAESTRUTURA ECONÔMICA

A Diset atua fortemente no acompanhamento das políticas públicas relacionadas à infraestrutura econômica, que envolve transporte regional de cargas e passageiros, energia elétrica, petróleo, biocombustíveis e telecomunicações. Seus estudos abrangem as perspectivas do investimento, público e privado, a viabilidade socioeconômica dos projetos, as concessões, a contratação de obras públicas e a regulação econômica dos serviços associados à infraestrutura econômica.

Em 2013, por meio de um acordo de cooperação técnica (ACT), teve início um amplo projeto em parceria com a Empresa de Planejamento e Logística (EPL) para projetar a demanda por transporte de cargas

e passageiros entre as diversas regiões do país – a matriz origem/destino de transportes. Da mesma forma, por meio de um ACT com o Ministério Público Federal, firmou-se parceria para finalizar um estudo sobre os modelos de concessão do trem de alta velocidade (TAV). Além disto, a Diset iniciou ACT com a VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. para o aprimoramento do novo modelo de concessões ferroviárias e participou de discussões com empresas e órgãos públicos sobre a agroindústria brasileira. Adicionalmente, estudou os marcos regulatórios e as licitações de rodovias, portos e aeroportos, as mudanças ocorridas no setor elétrico e os procedimentos de contratação de obras públicas, em especial os benefícios inicialmente alcançados com o Regime Diferenciado de Contratação (RDC). A maior parte destes estudos continuará em 2014, especialmente a matriz origem/destino de transportes, que servirá de base para a EPL planejar a expansão da rede de transportes brasileira.

1.4 MERCADO DE TRABALHO, ESTRUTURAS DE EMPREGO E EDUCAÇÃO

Esse projeto é desenvolvido desde 2012, desde então como desdobramento de um projeto anterior, executado no biênio 2010-2011. Trata-se de um projeto que envolveu os técnicos Paulo A. Meyer M. Nascimento, Aguinaldo Nogueira Maciente (coordenadores) e Bruno César Araújo, além de técnicos de outras coordenações da Diset e de outras diretorias (particularmente Dirur e Disoc), de consultores financiados pelo BID e de bolsistas PNPD. O projeto gerou quatro textos para discussão em 2013 (um deles tendo como coautora uma consultora contratada pelo BID; outro tendo como coautores pesquisadores do Observatório da Inovação e Competitividade da USP); e uma edição especial inteira do boletim *Radar* (publicada em julho de 2013). Além disto, dois seminários movimentaram a rede de pesquisa Formação e Mercado de Trabalho, desdobramento deste projeto e fruto de parceria com a ABDI (ACT vigente desde 2010). A rede de pesquisa já conta com participação de diversos ministérios, do Senai, do Dieese, bem como de representantes de universidades e de entidades da sociedade civil. Em 2014, haverá a publicação de um livro da rede de pesquisa, alguns consultores contratados pelo BID deverão concluir seus trabalhos, e alguns TDs do projeto que ainda estavam inconclusos serão publicados.

1.5 AGROINDÚSTRIA

Sobre esse tema, registram-se a seguir algumas publicações e atividades da Diset em 2013:

- *Análise das principais NCMs agropecuárias importadas pelo Brasil* (Rogério Edivaldo Freitas);
- *Análise das principais NCMs agropecuárias transacionadas pelo Brasil* (Rogério Edivaldo Freitas);
- *Seguro agrícola no Brasil e o desenvolvimento do Programa de Subvenção ao Prêmio* (Gesmar Rosa dos Santos e Alexandre Gervásio);
- *Análise da expansão da agroindústria pelo Brasil como um vetor de desenvolvimento regional* (Gesmar Rosa dos Santos);
- *Pesquisa em biomassa energética no Brasil: apontamentos para políticas públicas* (Gesmar Rosa dos Santos);
- Acordo de Cooperação Técnica com a CONAB (Gesmar Rosa dos Santos);
- *Competências organizacionais, trajetória tecnológica e aprendizado local na agricultura* (José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho);
- *Agricultura: evolução e importância para o crescimento econômico no Brasil* (Júnia Cristina P. R. da Conceição); e
- *Expansão de área agrícola: perfil e desigualdade entre as mesorregiões brasileiras* (Rogério Edivaldo Freitas).

1.6 POLÍTICAS DE INOVAÇÃO

No âmbito desse projeto, a Diset prestou assessoria técnica à FINEP com o propósito de melhorar e acelerar a análise de projetos submetidos à agência. O modelo de *rating* de inovação proposto foi registrado na nota técnica *Rating de inovação* (de autoria de Fernanda De Negri e Luiz Ricardo Cavalcante).

Além disto, registram-se a seguir algumas publicações da Diset sobre o tema em 2013:

- TD: *Consenso difuso, dissenso confuso: paradoxos das políticas de inovação no Brasil* (de Luiz Ricardo Cavalcante);
- TD: *Liderança de mercado na indústria automobilística brasileira: o caso da Marcopolo* (de Luiz Ricardo Cavalcante e Bruno César Araújo); e
- Nota técnica: *Análise dos dados da PINTEC 2011* (de Fernanda De Negri e Luiz Ricardo Cavalcante). Elaborada imediatamente após o lançamento dos resultados da Pesquisa de Inovação (PINTEC), a nota traz uma análise preliminar dos principais resultados da edição de 2011 da pesquisa e faz uma avaliação da trajetória recente dos indicadores de inovação no Brasil, comparando-os com dados de alguns países de referência.

1.7 PROPRIEDADE INTELECTUAL

O tema da propriedade intelectual – particularmente sua relação com as transformações econômicas associadas ao dinamismo dos novos setores industriais intensivos em tecnologia e à nova divisão internacional da produção e do comércio – tem sido objeto de extensos debates, especialmente desde a década de 1990. Para diversos pesquisadores, mudanças na regulamentação trariam oportunidade para o Brasil se modernizar, fortalecendo os padrões de qualidade e a capacidade competitiva da indústria local. Isto elevaria o fluxo de transferência de tecnologia, por intermédio de um crescente número de contratos de licenciamento, e estimularia o investimento direto estrangeiro, o patenteamento local e os investimentos em P&D por empresas estrangeiras. Com o objetivo de contribuir para o debate, a Diset divulgou diversos estudos em 2013. Entre estes, cabe destacar uma edição especial do boletim, com os seguintes textos:

- *Propriedade intelectual em debate* (de Graziela Ferrero Zucoloto);
- *O Gipi e a Governança Da Propriedade Intelectual No Brasil* (de Patrícia Carvalho da Rocha Porto e Denis Borges Barbosa);
- *Os direitos de propriedade intelectual nas estratégias de ciclo de vida para medicamentos de segunda geração: resultados parciais do Inquérito Brasileiro sobre a Concorrência do Setor Farmacêutico* (de Dárcio Gomes Pereira e Eduardo P. S. Fiuza);
- *A Proteção patentária e a interação empresa-ICT no Sistema Farmacêutico de Inovação brasileiro* (de Julia Paranhos e Lia Hasenclever);
- *Apropriabilidade tecnológica e desempenho exportador das firmas industriais brasileiras* (de Graziela Ferrero Zucoloto); e
- *A globalização dos direitos de propriedade intelectual: imperativo de eficiência ou coerção econômica?* (de André de Mello e Souza).

Além disso, foi lançado o livro *Propriedade intelectual e aspectos regulatórios em biotecnologia* (Organizadores: Graziela Ferrero Zucoloto e Rogério Freitas) e foram elaborados TDs e uma nota técnica sobre o tema.

1.8 GRUPOS ECONÔMICOS

Os grupos econômicos constituem uma realidade crucial para a economia, mas seu reconhecimento enquanto tal é muito aquém da sua importância fática. Uma reflexão mais detida sobre o papel dos grupos econômicos

no desenvolvimento econômico e tecnológico deve começar por desvendar os marcos normativos e legais que, eventualmente, são acionados no trato do interesse público em relação à atuação destes grupos, enquanto agrupamento de empresas sob um comando unificado. Em 2013, foram entregues um relatório e um artigo, este último publicado no número 26 do boletim *Radar*. O relatório da pesquisa foi elaborado com o apoio de consultor, contratado através de projeto de financiamento do BID. Um projeto dando continuidade a este tema permanece no plano de trabalho 2014, com o título *Dinâmica do sistema produtivo brasileiro: perspectivas de política industrial – Grupos econômicos*.

1.9 DINÂMICA DO SETOR DE DEFESA NO BRASIL

Ao longo da última década, o setor de defesa tem obtido, de modo mais consistente, relevância na pauta das políticas públicas do governo brasileiro. O principal documento norteador desse movimento é a Estratégia Nacional de Defesa (END), que trouxe nova concepção de defesa para o país. A END estabeleceu a revitalização da indústria de material de defesa como um dos três eixos estruturantes para a defesa do país, ao lado da reorganização das Forças Armadas e da sua política de composição dos efetivos. Além da END em si, o apoio à indústria de defesa encontra-se na pauta das políticas públicas de forma mais intensa desde o começo da década, como na Política Nacional da Indústria de Defesa (PNID), de 2005, e mesmo em ações governamentais que extrapolam o Ministério da Defesa (MD), a exemplo da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), de 2008, que considerou o complexo industrial de defesa como um dos Programas Mobilizadores em Áreas Estratégicas, e do Plano Brasil Maior (PBM), nova política governamental de desenvolvimento industrial, de inovação e de comércio exterior e que sucedeu a PDP. No entanto, apesar de a revitalização se encontrar em pleno andamento, o Brasil ainda carece de um mapeamento completo de sua indústria. Alguns estudos importantes foram publicados com o objetivo de mapeá-la, mas ainda persiste a carência de informações sobre a indústria brasileira de defesa, o que é um obstáculo para a formulação, a implementação e o acompanhamento das políticas públicas voltadas para o fomento do setor.

Dessa forma, a Diset tem contribuído para a reflexão acerca do atual processo de revitalização da base industrial de defesa do Brasil, desenvolvendo uma vertente de pesquisas nesse tema. Em 2013, foram publicadas duas notas técnicas (a NT n. 10/Diset/2013 e o *Radar* n. 24) e o texto para discussão n. 1.878 (intitulado *A dinâmica recente do setor de defesa no Brasil: análise das características e do envolvimento das firmas contratadas*).

Ainda no que diz respeito a esse tema, técnicos da diretoria têm sido convidados a participar de eventos externos, tais como os encontros da SAE, o GT Interministerial Trading de Defesa e a Oficina de Trabalho sobre Indústria Nacional de Defesa (Ciclo de Oficinas de Avaliação da Dimensão Estratégica do Plano Plurianual – PPA 2012/2015 – ano-base 2013). No final de 2013, foi assinado também o convênio entre o Ipea e a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) para realização do projeto Mapeamento da Base Industrial de Defesa, que será desenvolvido ao longo do ano de 2014 no âmbito da Diset.

1.10 RECUPERAÇÃO E PERSPECTIVAS DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA: TENDÊNCIAS PARA OS PRÓXIMOS 25 ANOS

Em 2013, foi finalizado amplo estudo sobre a recuperação da indústria naval no Brasil e suas perspectivas futuras. O estudo avaliou os problemas que levaram à quase extinção da indústria na década de 1990; analisou o processo político que levou às novas políticas de fomento ao setor, avaliando as práticas de gestão atuais, em comparação às usadas na década de 1970; levantou os investimentos realizados na última década e qual a demanda futura de embarcações no mercado brasileiro; identificou a indústria de fornecedores da indústria naval, a indústria de navieças, e como foi seu desempenho frente ao da própria indústria naval; realizou comparações internacionais quanto à capacitação e ao desempenho dos principais concorrentes do Brasil e também em relação à carga e estrutura tributárias incidentes sobre a construção de embarcações; e ainda avaliou a capacitação das empresas de engenharia de projetos para a construção naval. O estudo compila as diversas análises realizadas e avalia as perspectivas da indústria naval num cenário em que as políticas de proteção e a demanda doméstica não sejam suficientes, forçando os estaleiros nacionais à concorrência internacional.

2 DETALHAMENTO DA PRODUÇÃO DA DISET EM 2013

2.1 PARTICIPAÇÃO EM CONSELHOS, COMITÊS E ÓRGÃOS COLEGIADOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS OU ATIVIDADES DE ASSESSORAMENTO GOVERNAMENTAL

- Conselho deliberativo da ABDI;
- Elaboração do *rating* de inovação a ser usado nas análises de projetos na FINEP;
- Participação no Conselho de Petróleo, Gás e Naval do Plano Brasil Maior;
- Parceria com a ABDI para estudo sobre o setor de navieças no fornecimento à indústria de construção naval;
- Parceria com ABDI, FINEP e BNDES para estudo sobre a capacitação da engenharia consultiva no Brasil;
- Revisão dos documentos de defesa (SAE/PR);
- Fortalecimento do setor cibernético brasileiro (SAE/PR);
- Fortalecimento do setor aeroespacial brasileiro (SAE/PR);
- GT Trading de Defesa;
- Oficina de trabalho sobre a indústria nacional de defesa no Ciclo de Oficinas de Avaliação da Dimensão Estratégica do Plano Plurianual (PPA) 2012/2015;
- Câmara setorial açúcar e álcool;
- Câmara setorial biodiesel e oleaginosas;
- Câmara setorial seguros do agronegócio;
- Comissão permanente de indicadores MCTI;
- Participação do grupo de estudos do Centro de Estudos e Debates Estratégicos da Câmara dos Deputados (tendo como resultado a publicação do estudo intitulado *A Revisão da Lei de Patentes – Inovação em prol da competitividade nacional*);
- Relações comerciais Brasil-China na agropecuária e agroindústria: que tipo de medidas de cooperação são importantes para o Brasil? (assessoramento ao Ministério das Relações Exteriores –MRE);
- SIPS 2013 rodada telecomunicações (avaliação dos serviços de telecomunicações no Brasil);
- Conselho editorial da revista *Desafios do Desenvolvimento*; e
- Rede Interagencial de Informações para a Saúde (assessoramento governamental).

2.2 NOVAS RELAÇÕES DE COOPERAÇÃO TÉCNICA NACIONAIS E/OU INTERNACIONAIS EM TEMAS RELACIONADOS AO DESENVOLVIMENTO

- Convênio nº 0113029800 FINEP/UFGM sobre o tema de infraestrutura de pesquisa no Brasil (publicado no DOU n. 235 de 4 dez. 2013).

- ACT com a Empresa de Planejamento e Logística, visando à elaboração da matriz origem/destino de transporte.
- Negociação de ACT com a VALEC Engenharia para o aprimoramento do modelo de concessões ferroviárias.
- ACT com o Ministério Público Federal (MPF), visando desenvolver estudo sobre grandes projetos de infraestrutura, como o trem de alta velocidade.
- Convênio com a ABDI para o projeto Mapeamento da Base Industrial de Defesa.
- Acordo com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para realização do Projeto Mapeamento de Infraestrutura de CT&I.
- ACT Ipea-CONAB (estudos em andamento).
- Participação na negociação do ACT Ipea/Inmetro para avaliação do impacto de certificações compulsórias (em andamento).
- Negociação da renovação do ACT com o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI).
- ACT Ipea-Ministério da Saúde (MS) para publicação de *Doenças transmissíveis e situação socioeconômica no Brasil: análise espacial*.
- ACT Ipea-Fundação Lemann, como parte do projeto Mercado de trabalho, estruturas de emprego e educação.

2.3 AÇÕES PARA O FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DO IPEA

- Foram realizadas dezoito reuniões de discussão de TDs e notas técnicas na Diset. Estas reuniões permitiram que os trabalhos a ser publicados fossem previamente discutidos pelos técnicos da diretoria.
- Apresentações de estudos sobre infraestrutura econômica e indústria naval em sete congressos e *workshops* setoriais.
- Convite a técnicos do Ipea para conversas temáticas na SAE/PR (três convites).
- Participação no CGTPE para assuntos relacionados à elaboração de normas para bolsas de pós-graduação e seleção dos candidatos.
- Seleção e coordenação da equipe de estatísticos da Diset.
- Participação da equipe de Coordenação de Convênios e Cooperação com outras instituições para avaliação do Plano Brasil Maior.

2.4 EVENTOS SOBRE ESTRATÉGIAS E PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO NACIONAL COM A PARTICIPAÇÃO DE ATORES SOCIAIS

- *Workshop* sobre produtividade.
- Três eventos para discussão do *rating* de inovação na FINEP.
- Participação na organização de evento para discussão dos resultados dos estudos sobre engenharia consultiva em parceria com ABDI, BNDES e FINEP.

- Apresentação dos resultados do estudo sobre a recuperação da indústria naval no Café com a Indústria – ABDI.
- Participação na organização do Seminário Estudo sobre Produtividade das MPEs em seus diversos setores (lançamento de número especial do boletim *Radar* sobre micro e pequenas empresas – MPEs).
- Lançamento do livro *Propriedade intelectual e aspectos regulatórios em biotecnologia*.
- Organização do debate sobre propriedade intelectual e aspectos regulatórios em biotecnologia, que incluiu o lançamento do livro sobre o tema.
- Encontro Nacional de Estudos Estratégicos.
- Prêmio Marechal Do Ar Casimiro Montenegro Filho.
- Seminários do Projeto Mapeamento de Infraestrutura de CT&I (jun. e dez. 2013).
- Lançamento do boletim *Radar* (sete eventos).
- Segundo seminário da rede de pesquisa Formação e Mercado de Trabalho, em 25 e 26 de abril.
- Terceiro seminário da rede de pesquisa Formação e Mercado de Trabalho, em 6 e 7 de junho.

2.5 PUBLICAÇÃO DE LIVROS SOBRE AS TEMÁTICAS DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO E FORMULAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

- Recuperação e perspectivas da indústria naval brasileira: tendências para os próximos 25 anos.
- Oportunidades e desafios da engenharia consultiva no Brasil (em parceria com a ABDI).
- Petróleo em águas profundas.
- Propriedade intelectual e aspectos regulatórios em biotecnologia.
- Impactos das parcerias tecnológicas da Petrobras com ICTs.
- Por um desenvolvimento inclusivo: o caso do Brasil (resultado de ACT Ipea/Cepal) – no prelo.

2.6 PUBLICAÇÃO DE CAPÍTULOS DE LIVROS SOBRE AS TEMÁTICAS DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO E FORMULAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

- *Hidroviás brasileiras: elevado potencial, mas por que não são implantadas?* (parceria com a FGV).
- *História da implantação da indústria naval no Brasil: aprendendo com os erros do passado.*
- *Investimento e Financiamento da indústria naval brasileira: análise das políticas públicas recentes - 2000/2013.*
- *Comportamento do setor de navieças entre 2000 e 2010 com base nos dados da PIA/IBGE.*
- *Análise das firmas de navieças com base nos resultados do questionário aplicado – Catálogo Navieças.*
- *Avaliação da capacitação da engenharia de projetos da indústria naval brasileira.*
- *Cálculo da carga tributária sobre a indústria naval no Brasil.*

- *Comparação internacional da tributação incidente sobre a construção naval: Brasil, Coreia do Sul e China.*
- *Governança e custos do sistema Infraero.*
- *Cálculo da carga tributária na indústria de construção naval brasileira.*
- *Oportunidades e desafios para a engenharia consultiva no Brasil: infraestrutura de transporte.*
- *Oportunidades e desafios para a engenharia consultiva no Brasil: construção naval.*
- *Análise da expansão da agroindústria pelo Brasil como um vetor de desenvolvimento regional (Brasil em desenvolvimento).*
- *Produção de etanol e políticas públicas: trilhando caminhos para a sustentabilidade? (Dirur).*
- *O 'processo' como processo: a relação jurídica processual e o processo produtivo de um serviço público, publicado no livro Gestão e jurisdição: o caso da execução fiscal da União (Diest)*
- *A Petrobras e a distribuição da mão de obra de pesquisa na área de biotecnologia no Brasil.*
- *Propriedade intelectual e aspectos regulatórios em biotecnologia: introdução.*
- *Propriedade intelectual e aspectos regulatórios em biotecnologia: Estados Unidos.*
- *Propriedade intelectual e aspectos regulatórios em biotecnologia: União Europeia.*
- *Propriedade intelectual e aspectos regulatórios em biotecnologia: Brasil.*
- *Propriedade intelectual e aspectos regulatórios em biotecnologia: considerações finais.*
- *Propriedade intelectual e aspectos regulatórios em biotecnologias: classes taxonômicas versus legislações nacionais.*
- *Matérias patenteáveis em biotecnologias em países selecionados.*
- *Atlas nacional de comércio e serviço, realizado por grupo formado por representantes do MDIC, IBGE, SEBRAE e Ipea. A participação do Ipea, que se responsabilizou pelas análises dos dados, foi elaborar os textos de apresentação e das análises do atlas.*
- *Multipliqui-vos e cresci? FPM, emancipação e crescimento econômico municipal (publicado no livro Brasil em Desenvolvimento).*
- *Caracterização e evolução dos aglomerados subnormais (2000-2010): em busca de um retrato mais preciso da precariedade urbana e habitacional em metrópoles brasileiras (publicado no livro Brasil em Desenvolvimento).*
- *Gastos com saúde das famílias brasileiras: um recorte regional a partir das pesquisas de orçamentos familiares 2002-2003 e 2008-2009.*
- *Parcerias público-privadas – experiências, desafios e propostas (publicado no livro Desafios do investimento público no Brasil).*
- *Estrutura do gasto público no Brasil: evolução histórica e desafios (publicado no livro A reforma esquecida: orçamento, gestão pública e desenvolvimento).*
- *Distribuição espacial da mão de obra qualificada no território nacional no período recente.*

2.7 PUBLICAÇÃO DE TEXTOS PARA DISCUSSÃO DO IPEA

- *A dinâmica recente do setor de defesa no Brasil: análise das características e do envolvimento das firmas contratadas.*
- *A distribuição de profissionais técnico-científicos pelo território brasileiro em 2000 e 2010.*
- *A economia de ecossistemas e da biodiversidade no Brasil (Teeb-Brasil): análise de lacunas.*
- *A heterogeneidade estrutural no Brasil de 1950 a 2009 (Ipea/Cepal).*
- *A inovação da agricultura brasileira: uma reflexão a partir da análise dos certificados de proteção de cultivares.*
- *A segurança e defesa cibernética no Brasil e uma revisão das estratégias dos Estados Unidos, Rússia e Índia para o espaço virtual.*
- *Agricultura: evolução e importância para o crescimento econômico no Brasil (e-pedido).*
- *Análise preliminar da relação entre apropriabilidade tecnológica e desempenho exportador das firmas brasileiras (e-pedido).*
- *Competências organizacionais, trajetória tecnológica e aprendizado local na agricultura (Ipea/Cepal).*
- *Consenso difuso, dissenso confuso: paradoxos das políticas de inovação no Brasil.*
- *Considerações sobre a alocação de riscos no projeto do trem de alta velocidade entre Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas (2014).*
- *Desenvolvimentos institucionais recentes no setor de telecomunicações no Brasil.*
- *Dimensões do acesso a medicamentos no Brasil: perfil e desigualdades dos gastos das famílias, segundo as pesquisas de orçamentos familiares 2002-2003 e 2008-2009.*
- *Energia fotovoltaica ligada à rede elétrica: atratividade para o consumidor final e possíveis impactos no sistema elétrico.*
- *Evolução da formação de engenheiros e profissionais técnico-científicos no Brasil entre 2000 e 2012 (e-pedido).*
- *Evolução dos índices de tecnologia do complexo metalomecânico no Brasil 1985-2009.*
- *Evolução recente dos indicadores de produtividade no Brasil (e-pedido).*
- *Fatores associados ao desempenho dos concluintes dos cursos de engenharia no Enade 2011.*
- *Fundo setorial de biotecnologia: uma análise de contexto, operação e resultados.*
- *Heterogeneidade estrutural na produção agropecuária: uma comparação da produtividade total dos fatores (PTF) no Brasil e nos Estados Unidos.*
- *Hidroviárias no Brasil: perspectiva histórica, estrutura de custos e institucionalidade (e-pedido).*
- *Liderança de mercado na indústria automobilística brasileira: o caso da Marcopolo.*
- *Modelo agroexportador, política macroeconômica e a supremacia do mercado: uma visão do modelo brasileiro de exportação de commodities.*
- *O poder de compras governamental como instrumento de desenvolvimento tecnológico: análise do caso brasileiro.*

- *Oportunidades e desafios para a engenharia consultiva no Brasil: infraestrutura de transporte.*
- *Oportunidades e desafios para a engenharia consultiva no Brasil: construção naval (2014).*
- *Panorama da economia criativa no Brasil.*
- *Patenteamento em biotecnologias: experiência chinesa.*
- *Política industrial em uma democracia: papel do BNDES e Petrobras.*
- *Relações universidade-empresa no Brasil: o papel da infraestrutura de pesquisa.*
- *Seguro agrícola no Brasil e o desenvolvimento do Programa de Subvenção ao Prêmio.*
- *Uma análise da heterogeneidade intrassetorial no Brasil na última década (Ipea/Cepal).*
- *Uma proposta de sistematização do debate sobre falta de engenheiros no Brasil (e-pedido 63838).*

2.8 PUBLICAÇÃO DE NOTAS TÉCNICAS E COMUNICADOS

- Trinta e seis artigos publicados no boletim *Radar*.
- Nota técnica: *Índices compostos de inovação: uma proposta de cálculo de ratings para empresas e projetos.*
- Nota técnica: *Aspectos do comportamento produtivo da indústria brasileira no terceiro trimestre de 2013.*
- Nota técnica: *Análise dos dados da PINTEC 2011.*
- Nota técnica: *Indústria naval: um cenário dos principais players mundiais.*
- Nota técnica: *Custos relacionados à defesa cibernética.*
- Nota técnica: *Relações Brasil-China.*
- Nota técnica: *Panorama da propriedade industrial no Brasil.*
- Nota técnica: *Aspectos do comportamento produtivo da indústria brasileira em 2012.*
- Nota técnica: *Aspectos do comportamento produtivo da indústria brasileira no primeiro semestre de 2013.*
- Nota técnica: *Base industrial de defesa brasileira: características das firmas e percepção dos empresários do setor.*
- Nota técnica: *Aspectos do comportamento da indústria brasileira no primeiro trimestre de 2013.*
- Nota técnica: *Tarifação e financiamento do transporte público urbano.*
- Nota técnica: *Novo plano amostral para a Sipes.*
- Dois boletins com as sínteses das discussões do 2º e do 3º seminário da rede de pesquisa Formação e Mercado de Trabalho.

2.9 PUBLICAÇÕES INSTITUCIONAIS DA DISET (RADAR)

- Sete edições do boletim *Radar: tecnologia, produção e comércio exterior* (edições 24 a 30).

**Diretoria de Estudos e Políticas Sociais
(DISOC)**

1 INTRODUÇÃO: A DISOC TAL COMO PLANEJADA EM 2013

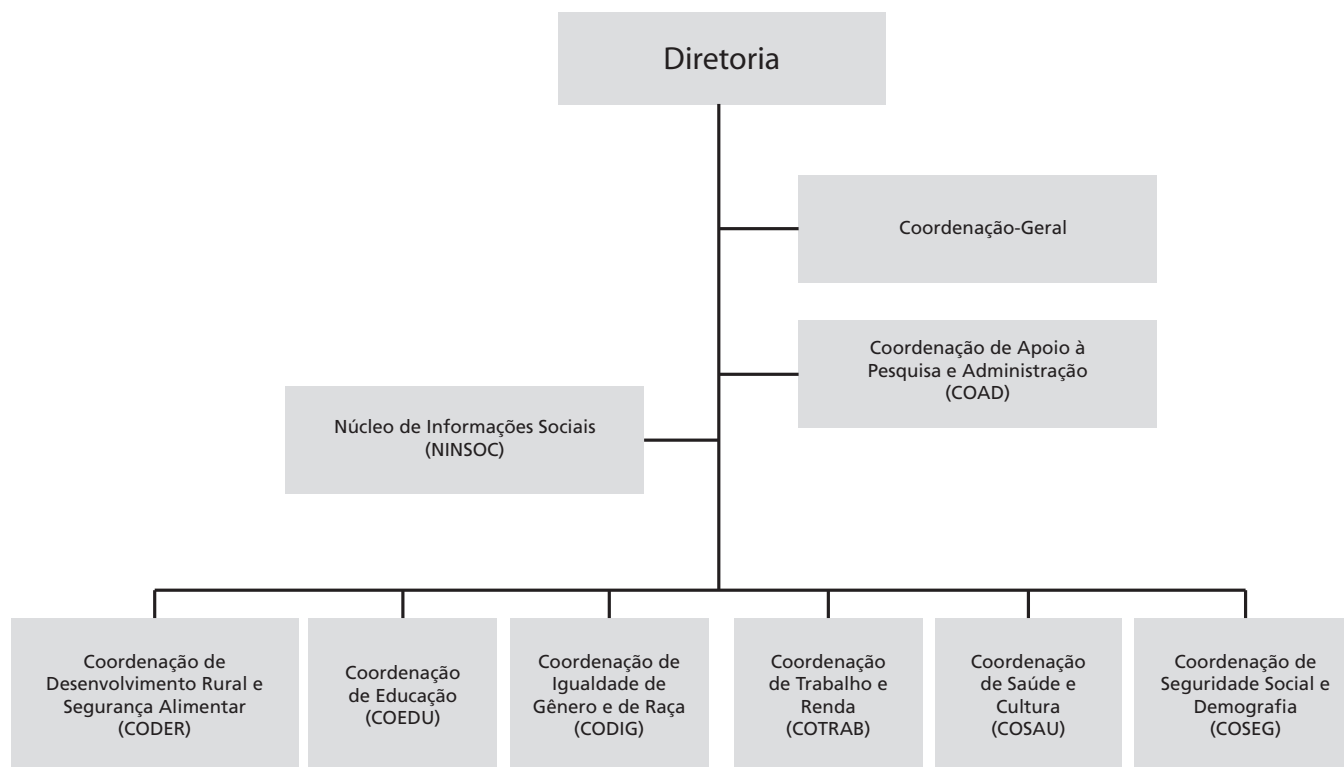
A missão do Ipea, como definida no Planejamento Estratégico vigente em 2013, é: “Produzir, articular e disseminar conhecimento para aperfeiçoar as políticas públicas para o planejamento do desenvolvimento brasileiro”. Neste planejamento está definido que a Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) é responsável pela condução do eixo estratégico do desenvolvimento: proteção social e geração de oportunidades.

Para efeito da implementação de suas responsabilidades, a Disoc adotou um conceito organizador da política social como sendo o conjunto de políticas, programas e ações do Estado, com objetivo de efetuar a *proteção e a promoção social em resposta aos direitos sociais e a outras situações não incluídas nos direitos, que dizem respeito às contingências, necessidades e riscos que afetam vários dos componentes das condições de vida da população.*

Essa definição conceitual reflete-se na própria estrutura organizacional da Disoc, como pode ser constatado na figura 1, a seguir. A diretoria tem em seu vértice superior o Gabinete do diretor, que é composto pelo diretor e pelo coordenador-geral. Numa segunda linha, está o Núcleo de Informações Sociais (NINSOC) e a Coordenação de Apoio à Pesquisa e Administração. Por fim, há seis coordenações temáticas, conforme o organograma apresentado na figura 1: Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar; Educação; Saúde e Cultura; Trabalho e Renda; Seguridade Social e Demografia; e Igualdade de Gênero e de Raça.

Conforme prevê o Decreto nº 7.142/2010, que traz o Estatuto do Ipea em seu anexo I, compete à Disoc a promoção e realização de estudos, pesquisas e demais ações necessárias ao cumprimento da missão institucional do Ipea em questões relacionadas às condições sociais e econômicas da população brasileira e ao acompanhamento e análise das políticas sociais, por meio de estudos sobre o funcionamento do mercado de trabalho, da estrutura demográfica da população e sobre a provisão de serviços sociais básicos (Art. 13).

FIGURA 1
Estrutura organizacional da Disoc (2013)



Para tanto, a diretoria desenvolve atividades de pesquisa, disseminação e assessoramento ao governo federal nas áreas de políticas sociais: proteção social (assistência social, previdência social e saúde), geração de oportunidades (trabalho, educação, desenvolvimento rural, cultura) e transversalidade (igualdade racial e de gênero, juventude e idosos). Além disto, há vários anos, têm sido mantido grupos e coordenações realizando trabalhos nos temas de desigualdade e pobreza, população e cidadania, finanças sociais, responsabilidade social, migração e segurança alimentar.

As três principais linhas de atividade intercoordenações da Disoc são: *i) acompanhamento e monitoramento das políticas sociais; ii) análise da situação social; e iii) assessoramento ao governo e avaliação de programas.*

Na primeira linha, destaca-se o acompanhamento das políticas públicas sociais federais e principais fatos relevantes em cada setor, entre outros trabalhos realizados pelas coordenações. Destaca-se também a elaboração do periódico Políticas sociais: acompanhamento e análise (BPS). A cada edição, são analisadas nove áreas temáticas da política social, no que se refere aos fatos relevantes e às políticas e programas desenvolvidos pelo governo federal, no período de referência. Eventualmente, os capítulos incorporam também a análise de algum tema em destaque ou uma seção de desafios, seguindo deliberação do seu conselho editorial. O objetivo é construir um quadro completo e periódico de informações e análises sobre as principais áreas da política social, contemplando sua conjuntura, sua evolução institucional e a implementação das principais programas e ações governamentais.

O periódico é resultado de uma atividade contínua da Disoc de diagnosticar problemas, acompanhar e avaliar os efeitos das políticas sociais federais, contribuindo para suprir a carência de análises sistemáticas e periódicas sobre a conjuntura destas políticas. Atualmente, sua periodicidade é anual e os capítulos que o compõem são: previdência social; assistência social; saúde; educação; cultura; trabalho e renda; desenvolvimento rural; igualdade racial; e igualdade de gênero. A publicação é coordenada por um conselho editorial e conta, a cada edição, com a colaboração de algumas dezenas de técnicos, que se envolvem na elaboração dos capítulos.

Além do esforço de acompanhamento e análise das políticas desenvolvidas, a produção do BPS exige um trabalho intensivo dos membros do conselho editorial e um trabalho coletivo de reflexão nas coordenações e entre estas, com a realização de seminários de discussão e troca de ideias e informações. No segundo semestre de 2013, foi elaborado o BPS de número 22, que contemplou um tema comum a todos os capítulos, ou seja, a análise de cada área da política sob o enfoque do trabalho, além do acompanhamento regular dos programas e ações e da análise de fatos relevantes ocorridos durante o ano de 2012 e primeiro semestre de 2013.

Na segunda linha de atividades da Disoc, a análise da situação social, destacam-se as publicações dos periódicos *Situação social: condições de vida e Situação social nos estados*. O primeiro tem por objetivo fornecer um panorama sobre a realidade social da população brasileira e suas interfaces com as políticas públicas. Aborda temas componentes do quadro social brasileiro (demografia, educação, trabalho, desigualdade e pobreza, habitação e saneamento, desigualdades de gênero e raça) em perspectiva temporal. Com isto, torna-se possível apreender o perfil de evolução das questões tratadas e dos resultados das políticas públicas que lhes são relacionadas. Por vezes, são feitos alguns recortes analíticos, os quais destacam certos grupos populacionais, ou situações específicas, que mereçam atenção distinta. Os estudos baseiam-se nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), divulgada anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No assessoramento ao governo e na avaliação de programas, destaca-se a realização de acordos de cooperação técnica (ACTs) com vários órgãos, os quais formalizam e publicizam a cooperação desenvolvida e são o passo inicial no estabelecimento de estudos e pesquisas (ver a relação de ACTs no apêndice A). Parte destes acordos já se consolidaram em estudos e pesquisas presentes no Plano de Trabalho e que serão detalhados a seguir: Secretaria-Geral da Presidência da República (SG), Ministério da Cultura (MinC), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), Secretaria do Patrimônio da União (SPU), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro), Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Sociedade Brasileira de Sociologia/China Youth and Children Research Center/China Youth and Children Research Associations, Universidade Federal de

Minas Gerais (UFMG) e Ministério do Trabalho e Emprego. Além disto, destacam-me também as atuais negociações para assinatura de acordo e desenvolvimento de estudos com: Ministério da Saúde, Ministério da Previdência Social, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Ministério da Educação.

Na assessoria, há também a participação em conselhos, comitês e grupos de trabalho, tais como no Observatório da Equidade, do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, no Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, além do Comitê de Acompanhamento do Plano Brasil Sem Miséria.

Para exercer essas atividades, a Disoc contava, em 31 de dezembro de 2013, com a seguinte distribuição de recursos humanos, que pode ser visualizada em detalhe na tabela 1.

- 41 técnicos de planejamento e pesquisa em atividade na casa;¹
- 1 técnico de planejamento e pesquisa afastado;
- 2 técnicos de desenvolvimento;
- 1 analista de sistemas;
- 5 servidores da área administrativa – nível médio;
- 6 especialistas em políticas públicas e gestão governamental;
- 56 bolsistas – sendo 13 graduandos (5 Ipea e 8 ACT Incra); e
- 6 auxiliares terceirizados – nível médio.

1. Dois deles são aposentados, mas em atividade como coordenadores de área (DAS 3).

TABELA 1

Recursos humanos da Disoc

	TÉCNICO DE PLANEJAMENTO E PESQUISA	ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL	TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO E ADMINISTRAÇÃO	ANALISTA DE SISTEMA	PESSOAL DE APOIO ADMINISTRATIVO DO IPEA (NÍVEL MÉDIO)	PESSOAL DE APOIO ADMINISTRATIVO - TERCEIRIZADO (NÍVEL MÉDIO)	BOLISTA PNPDP (IPEA)	BOLISTA PNPDP (ACT)	TOTAL
Gabinete ¹	3					4	1		8
Coordenação-Geral	1					2			3
Coordenação de Apoio à Pesquisa e Administração			1		5				6
Núcleo de Informações Sociais ³	1	1					10		12
Coordenação de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar ⁵	4	2					1	20	27
Coordenação de Educação	5						2	2	9
Coordenação de Igualdade de Gênero e de Raça	4	1	1	1			5		12
Coordenação de Trabalho e Renda ²	10						3	1	14
Coordenação de Saúde e Cultura	5	2					5		12
Coordenação de Seguridade Social e Demografia ⁴	9						6		15
Total	42	6	2	1	5	6	33	23	118

Notas:¹ Inclusive um técnico de planejamento e pesquisa em exercício na Presidência do Ipea e um no IPC.

² Inclusive um técnico de planejamento e pesquisa afastado.

³ Inclusive quatro bolsistas graduandos.

⁴ Inclusive um bolsista graduando.

⁵ Inclusive oito bolsistas graduandos.

Cabe destacar que, dos 56 bolsistas em atuação na Disoc, em 31 de dezembro de 2013, 23 exerciam atividades vinculadas a acordos de cooperação técnica (ACT) com três entes nacionais e um internacional, dos quais quinze estão vinculados ao ACT firmado com o Incra, para desenvolvimento da II Pesquisa Nacional sobre Educação na Reforma Agrária.

Deste modo, foram realizados diversos estudos e pesquisas e demais atividades, conforme detalhado no quadro 1.

QUADRO 1

Atividades previstas no plano de trabalho e desenvolvidas pela Disoc em 2013

1	Realização de 78 pesquisas sobre os diversos aspectos da vida econômica/social brasileira
2	Participação em onze conselhos, comitês e órgãos colegiados de políticas públicas ou atividades de assessoramento governamental.
3	Estabelecimento de seis novas relações de cooperação técnica nacional e/ou internacional em temas relacionados ao desenvolvimento.
4	Implementação de duas ações para o fortalecimento institucional do Ipea.
5	Organização de quinze eventos sobre estratégias e perspectivas para o desenvolvimento nacional com a participação de atores sociais.
6	Publicação de três livros sobre as temáticas do desenvolvimento brasileiro e formulação e aperfeiçoamento das políticas públicas.
7	Publicação de 26 textos para discussão Ipea.
8	Publicação de 31 notas técnicas e comunicados Ipea.
9	Publicação de uma edição do Boletim de políticas sociais – acompanhamento e análise e duas edições do Boletim mercado de trabalho: conjuntura e análise

Além da realização dos produtos e atividades descritos no quadro 1 e constantes do plano de trabalho de 2013, foram desenvolvidos outros estudos, pesquisas e atividades inerentes ao escopo de atuação da Disoc, conforme quadro 2.

QUADRO 2

Outras atividades desenvolvidas pela Disoc em 2013

TÍTULO	COORDENAÇÃO/ COAUTORIA (DISOC)	RESULTADO DA AÇÃO
Avaliação da situação de assentamentos da reforma agrária no estado de São Paulo – Fatores de sucesso ou insucesso	Brancolina Ferreira	Relatório
Marcha das Margaridas: perfil socioeconômico e condições de vida das mulheres trabalhadoras do campo e da floresta	Alexandre Arbex Valadares; Brancolina Ferreira; Marcelo Galiza	Relatório
O gigante invisível: território e população rural para além das convenções oficiais.	Alexandre Arbex	TD
Accidentes enfermedad MatPat – Base de dados em planilhas	Marcelo Caetano	Assessoria técnica ao governo do Equador
Seminário: Críticas al Modelo ISSPOL	Marcelo Caetano	Assessoria técnica ao governo do Equador
Seminário: Críticas sobre el modelo de Enfermedades, Paternidad y Maternidad	Marcelo Caetano	Assessoria técnica ao governo do Equador
Previdência complementar no serviço público municipal	Marcelo Caetano	Artigo para revista
A política regulatória contemporânea dos regimes de previdência do funcionalismo público no Brasil: avanços, limitações e propostas	Marcelo Caetano	TD

(Continua)

(Continuação)

Transformando crise em oportunidade: como o Brasil fez na grande depressão (anos 30) e na Crise do Petróleo (1973/83).	Marcelo Caetano	Livro – publicado pelo Instituto Nacional de Altos Estudos (INAE) e organizado por João Paulo dos Reis Velloso
O Fundo Previdenciário dos Servidores da União: resultados atuariais	Marcelo Caetano	Artigo para Revista
O Simples Nacional e a formalização das firmas no Rio de Janeiro.	Carlos Henrique L. Corseuil	Artigo para a revista PPP
Bolsa Família, informalidade e escolha ocupacional no Brasil	Ana Luiza Neves de Holanda Barbosa e Carlos Henrique Leite Corseuil	Apresentação em Seminário
Bolsa Família, occupational choice and informality in Brazil.	Ana Luiza N. de Holanda Barbosa; Carlos Henrique Leite Corseuil	Relatório
Uma análise exploratória dos efeitos da política de formalização dos microempreendedores individuais	Carlos Henrique L. Corseuil; Gabriel Ulysea	Nota técnica
Aspectos multidimensionais da agricultura brasileira	Brancolina Ferreira; Fábio Alves (organizadores)	Livro
A abordagem territorial no planejamento de políticas públicas e os desafios para uma nova relação entre Estado e sociedade no Brasil	Sandro Pereira Silva	Capítulo de livro (BD)
Considerações analíticas e operacionais sobre a abordagem territorial em políticas públicas	Sandro Pereira Silva	Capítulo de livro (BD)
Evolução da desigualdade de proficiência em recortes regionais	Luis Felipe Batista de Oliveira; Divonzir Arthur Gusso	Capítulo de livro (BD)
Evolução e descentralização territorial do emprego industrial no Brasil: algumas evidências para o debate atual	Roberto Gonzalez; Sandro Pereira Silva	Capítulo de livro (BD)
A migração como fator de distribuição de pessoas com alta escolaridade no território brasileiro	Herton Ellery Araujo; Ana Luiza M. Codes; Larissa de Moraes Pinto; Agnes França Serrano	Capítulo de livro (BD)
A questão agrária e as disputas territoriais no atual ciclo de desenvolvimento econômico	Antonio Teixeira de Lima Junior	Capítulo de livro (BD)
O IDEB à luz de fatores extrínsecos e intrínsecos à escola: uma abordagem sob a ótica do município	Paulo Roberto Corbucci; Eduardo Luiz Zen	Capítulo de livro (BD)
Cultura e educação: entre os direitos públicos subjetivos e a efetividade das políticas públicas da arte-educação.	Frederico A. Barbosa da Silva; Érica Coutinho Freire	Capítulo de livro (BD)
Bolsa Família after Brasil Carinhoso: an analysis of the potential for reducing extreme poverty.	Rafael Guerreiro Osório; Pedro H. G. Ferreira de Souza	Artigo para boletim
Encontros com o futuro: prospecções do campo museal brasileiro no início do século XXI	Frederico A. Barbosa da Silva	Livro
O perfil da pobreza no Brasil e suas mudanças entre 2003 e 2011	Pedro H. G. Ferreira de Souza; Rafael Guerreiro Osório	Capítulo de livro
Efeitos macroeconômicos do Programa Bolsa Família: uma análise comparativa das transferências	Pedro H. G. Ferreira de Souza; Fábio Monteiro Vaz	Capítulo de livro
Bolsa Família e repetência: resultados a partir do CadÚnico, projeto frequência e censo	Luis Felipe Batista de Oliveira	Capítulo de livro
Impactos do Programa Bolsa Família na Alocação do Tempo entre Escola e Trabalho de Crianças e Adolescentes de 10 a 18 anos.	Fernando Gaiger Silveira	Capítulo de livro
Bolsa Família, escolha ocupacional e informalidade no Brasil	Ana Luiza Neves de Holanda Barbosa; Carlos Henrique L. Corseuil	Capítulo de livro
“Efeito preguiça” em programas de transferência de renda?	Luis Felipe Batista de Oliveira	Capítulo de livro
Uma metodologia para explicar diferenças entre dados administrativos e pesquisas amostrais, com aplicação para o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada na PNAD	Pedro H. G. Ferreira de Souza	Artigo para revista

(Continua)

(Continuação)

As causas imediatas do crescimento da renda, da redução da extrema pobreza na Bahia, no Nordeste e no Brasil entre 2003 e 2011	Pedro H. G. Ferreira de Souza	TD
Previdência dos trabalhadores dos setores público e privado e desigualdade no Brasil	Marcelo Medeiros; Pedro H. G. Ferreira de Souza	TD
Dois décadas de desigualdade e pobreza no Brasil medidas pela PNAD/IBGE	Pedro H. G. Ferreira de Souza; Fábio Vaz	Comunicado
Entraves institucionais ao enfrentamento da violência contra as mulheres: construindo diagnósticos	Natália Fontoura	Participação em seminário
Indicadores de direito ao trabalho decente, no âmbito do Sistema Nacional de Indicadores de Direitos Humanos	Bruno Marcos Ferreira Amorim	Relatório
Decomposição do IDH pelo método do diferencial total	Matheus Stivali	Nota técnica
1º Seminário para o fortalecimento do banco de preços em saúde	Luciana Mendes Santos Servo; Edvaldo Batista de Sá	Participação em seminário
Audiência pública no Senado Federal – Financiamento da saúde no Brasil	Luciana Mendes Santos Servo; Edvaldo Batista de Sá	Palestra
Audiência Pública no Supremo Tribunal Federal – Organização do SUS e o Programa “Mais Médicos”	Luciana Mendes Santos Servo; Edvaldo Batista de Sá	Palestra
Ampliação da oferta qualificada e do papel do enfermeiro na atenção básica	Luciana Mendes Santos Servo; Edvaldo Batista de Sá e Matheus Stivali	Nota técnica
Financiamento do Sistema de Saúde no Brasil	Luciana Mendes Santos Servo; Edvaldo Batista de Sá	Nota técnica
Pesquisa Banco Nacional de Autos Findos de Ações Trabalhistas	Luciana Mendes Santos Servo	Formulário de pesquisa
SPU e Terra Legal: duas concepções diversas de políticas de regularização fundiária e acesso à terra	Alexandre Arbex	Artigo para revista
Informalidade e desempenho econômico: uma análise dos impactos micro e macroeconômicos de políticas para formalização	Gabriel Ulysea	TD
Contra-medidas em segurança da informação e vulnerabilidade cibernética: evidência empírica de empresas brasileiras	Luis Cláudio Kubota	Artigo para revista
Indústria naval: um cenário dos principais players mundiais	Luis Cláudio Kubota	Nota técnica
O Sistema Setorial de Inovação de TICs no Brasil e o surgimento de novas firmas	Luis Cláudio Kubota	Artigo para o Radar
Análise exploratória do impacto das TICs nas notas do Saeb e Enem	Luis Cláudio Kubota	Artigo

APÊNDICE A

QUADRO A.1

Relação dos acordos de cooperação técnica firmados em 2013

PARCEIROS	OBJETIVO	TÉRMINO
MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	Realizar atividades voltadas a promover e discutir estudos, eventos e pesquisas de interesse mútuo a respeito das micro, pequenas e médias empresas, dos setores de comércio e serviços, e do artesanato brasileiro.	20/07/2013
FBB – Fundação Banco do Brasil	Alocar recursos financeiros necessários ao desenvolvimento do Projeto nº 8.313, intitulado Atividades Produtivas Urbanas: Desafios da Sustentabilidade, no âmbito do Programa Trabalho e Cidadania da Fundação.	19/09/2013
MinC – Ministério da Cultura	Implementar ações conjuntas que assegurem a realização de estudos e pesquisas de interesse mútuo, principalmente a respeito de temas concernentes às políticas públicas de cultura.	04/11/2015
MinC – Redesenho	Descentralizar recursos orçamentários para o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) visando à realização de estudos que subsidiem o redesenho do Programa Cultura Viva considerando a política de continuidade e de aprofundamento, partindo dos macrotemas orientadores da nova gestão.	12/12/2013
FUNDACENTRO – Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho	Realizar estudos e pesquisas de interesse mútuo, principalmente a respeito de temas concernentes às políticas de Segurança e Saúde no Trabalho (SST).	22/12/2013
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social	Realizar estudos e pesquisas de interesse mútuo, principalmente a respeito de temas concernentes às políticas de desenvolvimento social e combate à fome.	16/09/2015
Casa Civil/BA	Desenvolver ações conjuntas de produção, articulação e disseminação de conhecimento voltado para a superação da pobreza e das desigualdades, bem como para a melhoria da gestão de políticas públicas no Estado da Bahia.	04/11/2015
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais	Implementar ações conjuntas que assegurem a realização de estudos e pesquisas de interesse mútuo, principalmente a respeito de temas concernentes ao Programa Bolsa Família e outras políticas sociais no Brasil.	14/12/2013
Incrá/SP – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/São Paulo	Realizar estudos, pesquisas, eventos e intercâmbio de informações, visando fornecer diagnósticos e propostas de políticas públicas no sentido de definir diretrizes e ações no âmbito fundiário e agrário no estado de São Paulo.	30/11/2013
UFU – Universidade Federal de Uberlândia	Desenvolver pesquisa intitulada Implicações Econômicas e Sociais dos Bicombustíveis: Mudança no Uso da Terra e Impactos sobre a Produção de Alimentos e Segurança Alimentar.	17/12/2014
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Implementar ações que assegurem a realização de estudos, pesquisas, eventos, intercâmbio de informações, diagnóstico e análise nas áreas de interesse comum, com vistas ao aperfeiçoamento dos programas e ações de reforma agrária e ordenamento fundiário nacional em benefício do público da reforma agrária, da regularização fundiária, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares.	22/11/2013
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura	Realizar estudos e pesquisas que permitam ampliar e aprofundar os conhecimentos relativos às condições sociais da população rural.	09/12/2013
SPU – Secretaria do Patrimônio da União	Realizar estudos, pesquisas, eventos, publicações, intercâmbio de informações e de técnicos dos respectivos órgãos, visando fornecer diagnósticos, aperfeiçoamento e propostas de políticas públicas.	25/06/2015

(Continua)

(Continuação)

RFB – Receita Federal do Brasil	Realizar estudos, pesquisas, eventos, intercâmbio de informações cadastrais e econômico-fiscais agregadas ou desagregadas não abrangidas por sigilo fiscal e de experiências e técnicas entre os servidores dos respectivos órgãos, quando devidamente acordado em cada caso concreto pelas respectivas instituições, para troca de experiências e nivelamento das questões relativas às áreas de interesse comum.	Indeterminado
SPM – Secretaria de Políticas para Mulheres	Desenvolver ações conjuntas de produção, articulação e disseminação de conhecimento sobre a situação das mulheres brasileiras; as relações de gênero no Brasil; o impacto do papel do Estado, por meio das suas políticas sociais, na transformação e/ou reprodução das convenções sociais de gênero; e sobre as políticas para as mulheres e/ou de gênero.	20/06/2014
SEDH – Secretaria Especial dos Direitos Humanos	Implementar ações conjuntas que assegurem a realização de estudos e pesquisas de interesse mútuo, principalmente a respeito de temas concernentes às políticas públicas de promoção e defesa dos direitos humanos.	31/12/2013
IPP – Instituto de Urbanismo Pereira Passos	Implementar ações conjuntas que assegurem a realização de estudos e pesquisas de interesse mútuo, principalmente na análise de condições de vida e políticas públicas federais, estaduais e municipais.	30/05/2014
SPU – Secretaria de Patrimônio da União	Registrar e avaliar as ações de inclusão socioterritorial, regulação fundiária de áreas da União na Amazônia Legal paraense, cujos beneficiários são comunidades tradicionais.	03/08/2014
SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República	Realizar estudos e pesquisas, intercâmbios de informações e de técnicos dos respectivos órgãos, quando devidamente acordado caso a caso, no interesse mútuo das instituições, principalmente a respeito de temas concernentes às políticas de promoção da igualdade racial.	26/02/2017
SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República	Desenvolver análise estratégica de indicadores das desigualdades raciais e de bem-estar da população negra no Brasil, com base em levantamentos sociodemográficos e registros administrativos.	21/07/2015
Secretaria de Políticas Culturais do Ministério da Cultura	Disponibilizar informações, bem como conjugar esforços, competências e conhecimentos para a realização de uma pesquisa sobre frequência de práticas culturais, de abrangência nacional.	18/06/2014
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	Visa estimular a pesquisa econômica e estabelecer condições para o intercâmbio de informações e a realização conjunta de estudos e pesquisas de interesses comuns entre o BNDES e o Ipea.	11/11/2018
SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego	Elaborar e sistematizar diagnósticos e análises sobre catadores de material reciclável e outros segmentos sociais específicos organizados sob a forma de empreendimentos econômicos solidários, a partir de bases de dados existentes, em especial da Relação Anual de Informações em Economia Solidária, visando subsidiar as políticas públicas de economia solidária e de inclusão dos catadores na Política Nacional de Resíduos Sólidos.	17/11/2014

**Diretoria de Estudos e Relações Econômicas
e Políticas Internacionais
(DINTE)**

1 AGENDA DE TRABALHO

Durante o ano de 2013, a agenda de trabalho da Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Dinte) concentrou-se na elaboração e difusão de estudos e pesquisas organizados em cinco linhas centrais, como será explicitado a seguir. Além disto, desenvolveu atividades relacionadas à coordenação do relacionamento do Ipea com organismos multilaterais e instituições de outros países.

Em primeiro lugar, deu-se continuidade a um projeto iniciado em 2012, de análise das relações econômicas e políticas dos países do grupo BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) em relação a seus vizinhos. Os dados mostram que existe – certamente nos casos da China e da Rússia, mas também de modo crescente nos casos da Índia e da África do Sul – uma intensificação dos vínculos comerciais e produtivos, que sugerem um processo de crescente regionalização das relações econômicas. Ademais, há indicações de que as preferências comerciais – no caso da China e seus vizinhos – têm afetado negativamente o desempenho exportador brasileiro para aqueles países.

Uma segunda linha de trabalho derivou dos próprios resultados iniciais do projeto sobre os países do BRICS e seus vizinhos, bem como do debate crescentemente intenso sobre as cadeias globais de valor. Diversos são os trabalhos que enfatizam o fato de que a economia brasileira participa de maneira muito marginal destas cadeias. Assim, o projeto busca identificar em que setores poderiam ser encontradas evidências de que o Brasil teria condições de aumentar seu perfil nas cadeias de valor da América do Sul. Elaboraram-se os termos de referência da pesquisa e trabalhou-se na captação de recursos para sua realização, por meio de convênio de cooperação técnica com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), que irá financiar parcialmente a pesquisa. A pesquisa propriamente dita será objeto da agenda de trabalho para 2014.

A terceira linha de trabalho relaciona-se à quantificação dos esforços de cooperação técnica empreendidos pelo Brasil. Esta iniciativa deu origem a um primeiro mapeamento desta atividade no período de 2005-2009. Durante 2012, o trabalho teve como foco o ajustamento dos termos metodológicos e quantitativos dos dados relativos ao ano de 2010, e a produção de publicações com informações relativas aos anos de 2011 e 2012. Como subproduto desta ação, tem-se o amadurecimento do quadro conceitual relativo às atividades de cooperação técnica, algo que vem ao encontro de demanda recente por parte da Agência Brasileira de Cooperação.

A quarta linha de pesquisa abrangeu temas vinculados às áreas de defesa nacional, paz e segurança internacional. O objetivo foi contribuir ao debate sobre as políticas públicas nestas áreas, fornecendo subsídios para formuladores de políticas públicas e integrantes civis e militares do governo federal.

Uma quinta linha de trabalho avaliou a dinâmica dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMD) no Brasil. Nos últimos anos, têm-se observado modificações importantes no direcionamento dos recursos destes bancos, e esta nova dinâmica de relacionamento tem gerado significativa demanda por financiamento a projetos e programas públicos, justamente em um momento de fortes restrições por parte destas instituições em termos de ampliação da capacidade de financiamento. Sobre este tema, elaborou-se um texto para discussão e promoveu-se a organização de um seminário no Ipea com a presença de especialistas que atuam na área.

Com respeito às atividades de cooperação técnica, efetivaram-se três acordos com instituições internacionais e nacionais. Além disso, foram articuladas edições de publicações conjuntas, como é o caso da publicação da versão em português e em formato digital do livro *Perspectivas para la Integración de América Latina*, em parceria com o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF).

A Dinte, representando o Ipea, cumpre também missão de pesquisa na Venezuela, no âmbito do projeto Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional. Tal missão tem como objetivo promover a cooperação internacional com foco no estreitamento das relações entre os pesquisadores nacionais e estrangeiros, voltada à realização de estudos que visam contribuir para o desenvolvimento dos países envolvidos e a melhoria das condições socioeconômicas de suas populações. Neste âmbito, foram realizados estudos e diagnósticos sobre política habitacional, integração produtiva e de infraestrutura, tendo como ênfase o norte do Brasil e o sul da Venezuela, além da realização de atividades de capacitação em políticas públicas e integração regional.

Também fez parte das atividades da Dinte em 2013 a coordenação da publicação do *Boletim de economia e política internacional*, com periodicidade quadrimestral, e da revista *Tempo do mundo*, publicada semestralmente.

Os eixos de trabalho aqui apresentados geraram, como produtos da diretoria, uma ampla lista de publicações com foco no relacionamento político e econômico do Brasil com o resto do mundo. Entre os resultados de

2013, destacam-se a elaboração de oito livros, 23 textos para discussão (TDs), a publicação de quatro edições do *Boletim de economia e política internacional* e uma edição da revista *Tempo no mundo*, além de dezenas de outros produtos, como artigos, relatórios, além da organização e da participação em eventos nacionais e internacionais.

A tabela 1 resume os principais produtos do trabalho da Dinte durante o exercício de 2013.

TABELA 1

Principais produtos do programa de trabalho – Dinte (2013)

Produtos	Total
Livros	8
Textos para discussão (TDs)	23
Notas técnicas e relatórios	7
Artigos e capítulos	49
Participação em eventos	50
Acordos de cooperação técnica	3
Participação em comitês e conselhos	12
Ações de capacitação	6

2 ESTRUTURA FUNCIONAL

Para a realização de sua agenda de atividades, a Dinte contou, ao longo do período, com uma força de trabalho presencial de 31 funcionários, entre pesquisadores da carreira de planejamento e pesquisa, pesquisadores requisitados, pessoal corporativo (nível superior e técnico) e estagiários. Ademais, contou com a colaboração de quarenta pesquisadores bolsistas, contratados no âmbito dos Programas de Mobilização da Competência Nacional para Estudos sobre o Desenvolvimento (PROMOB) e Programa de Cooperação Internacional (PROCIN), os quais cumpriram papel importante na viabilização do programa de trabalho. A tabela 2 apresenta um levantamento da estrutura de pessoal que exerceu atividades na Dinte em 2013.

TABELA 2

Estrutura funcional – Dinte (2013)

Classificação Funcional	Total
Técnico de planejamento e pesquisa	17
Pesquisador requisitado	1
Servidor administrativo	2
Funcionário terceirizado	8
Estagiário ¹	3
Bolsista ¹	40
Total	71

Nota: ¹ Refere-se ao contingente durante todo o ano de 2013.

3 PRINCIPAIS PRODUTOS DESENVOLVIDOS

Tendo como base a terminologia utilizada quando da elaboração do Programa de Trabalho, apresentam-se a seguir os principais produtos da Dinte durante o exercício de 2013.

3.1 PUBLICAÇÃO DE LIVROS

- SILVA FILHO, Edison Benedito; CINTRA, Marcos Antonio Macedo (Orgs.). *Financiamento das corporações – Perspectivas do desenvolvimento brasileiro*. Brasília: Ipea, 2013. Livro 3.
- OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado; BADIN, Michelle Rattón Sanchez (Orgs.). *Tendências regulatórias nos acordos preferenciais de comércio no século XXI: os casos de Estados Unidos, União Europeia, China e Índia*. Brasília: Ipea, 2013.
- OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado; THORSTENSEN, Vera (Orgs.). *Brazil, Russia, India, China And South Africa (BRICS) in the World Trade Organization (WTO)*. Johannesburg: SAIIA, 2013. No prelo. Versão em inglês de livro publicado pelo Ipea em 2012.
- DESIDERA, Walter (Ed.). *O Brasil e novas dimensões da integração regional*. Brasília: Ipea, 2013. No prelo.
- SOUZA, André de Mello; MORAES, Rodrigo Fracalossi; NASSER, Reginaldo Mattar (Orgs.). *Do 11 de Setembro à “guerra contra o terror”*: reflexões sobre o terrorismo no século XXI. No prelo. Brasília: Ipea, 2013.
- MORAES, Rodrigo Fracalossi; NASSER, Reginaldo Mattar (Orgs.). *O Brasil e a segurança no seu entorno estratégico: América do Sul e Atlântico Sul*. Brasília: Ipea, 2013.
- BRÍGIDO, João; CAMPOS, Rodrigo. (Orgs.). *Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional* (Cobradi). 2. ed. revisada. Brasília: Ipea, 2013.
- BRÍGIDO, João; CAMPOS, Rodrigo. (Orgs.). *Brazilian Cooperation for International Development* (Cobradi). Brasília: Ipea, 2013. (versão em inglês).

3.2 TEXTOS PARA DISCUSSÃO (TDs)

- NONNENBERG, Marcelo José Braga; AVELLAR, Ana Paula. *Exportações e processos inovativos: um estudo para a América Latina e a Europa do Leste*. Brasília: Ipea, 2013. (TD n. 1.899).
- NONNENBERG, Marcelo José Braga. *Integração produtiva, fragmentação da produção e evolução do comércio internacional: como evoluíram os países da Ásia e América Latina?* Rio de Janeiro: Ipea, 2013. (TD n. 1.905).
- SILVA FILHO, Edison Benedito. *Securitização de ativos públicos para financiamento de projetos de infraestrutura: o caso brasileiro e a experiência internacional*. Brasília: Ipea, 2013. No prelo.
- CARNEIRO, Flavio Lyrio. *Estimando a influência da taxa de câmbio sobre os fluxos de comércio exterior brasileiros*. Brasília: Ipea, 2013. No prelo.
- CARNEIRO, Flavio Lyrio. *A influência da taxa de câmbio sobre os fluxos de comércio exterior*. Brasília: Ipea, 2013. No prelo.
- CARNEIRO, Flavio Lyrio. *Comércio e protecionismo em bens intermediários*. Brasília: Ipea, 2013. No prelo.

- FORERO, Manuel; LAMPERT, Carlos. *As relações econômicas do Brasil com os principais bancos multilaterais de desenvolvimento: 1990-2012*. Brasília: Ipea, 2013. No prelo.
- BACELETTE, Ricardo. *China e seu entorno: a política externa regional chinesa*. Brasília: Ipea, 2013. No prelo.
- RIBEIRO, Elton. *As relações de investimento direto entre a Índia e seu entorno*. Brasília: Ipea, 2013. No prelo.
- RIBEIRO, Priscila Fernandes. *Taxas bilaterais de câmbio: análise de desalinhamento para países selecionados*. Brasília: Ipea, 2013. (TD n. 1.854).
- RIBEIRO, Priscila Fernandes. *Testando a cointegração entre os fundamentos e a taxa real de câmbio: evidências para países selecionados*. Brasília: Ipea, 2013. (TD n. 1.857).
- MARÇAL, Emerson Fernandes. *Estimando o desalinhamento cambial: metodologia para cálculo de bandas de precisão*. Rio de Janeiro: Ipea, 2013. (TD n. 1.891).
- MARÇAL, Emerson Fernandes. *Estimando o desalinhamento cambial brasileiro: uma análise de robustez a partir do modelo global com mecanismo de correção de erros*. Rio de Janeiro: Ipea, 2013. (TD n. 1.865).
- CASTELAN, Daniel Ricardo. *Esquerdas na América do Sul: padrões de inserção internacional e estrangulamentos aos programas de proteção social*. Brasília: Ipea, 2013. (TD n. 1.861).
- ROCHA, Marcos; MARCONI, Nelson. *Substituição de poupança interna por externa e sobreapreciações da taxa de câmbio*. Brasília: Ipea, 2013. (TD n. 1.870).
- ROCHA, Marcos; MARCONI, Nelson. *Exportação de bens primários e apreciação do câmbio real: há uma ligação?* Rio de Janeiro: Ipea, 2013. (TD n. 1.921).
- FERRAZ, Lucas P. do C. *Acordos bilaterais de comércio entre as economias do BRICS: uma abordagem de equilíbrio geral*. Brasília: Ipea, 2013. (TD n. 1.831).
- THORSTENSEN, Vera; RAMOS, Daniel; MULLER, Carolina. *O “elo perdido” entre a Organização Mundial do Comércio e o Fundo Monetário Internacional*. Brasília: Ipea, 2013. (TD n. 1.859).
- DESIDERA, Walter. *Relações do Brasil com a América do Sul após a guerra fria: política externa, integração, segurança e energia*. Brasília: Ipea, 2013. No prelo.
- DESIDERA, Walter. *O funcionamento do Mercosul como coalizão internacional no governo Lula (2003-2010)* Brasília: Ipea, 2013. No prelo.
- MORAES, Rodrigo Fracalossi. *Subsídios para a participação de policiais brasileiros em operações de paz das Nações Unidas: funcionamento, tarefas, recrutamento e oportunidades de destaque*. Brasília: Ipea, 2013. (TD n. 1.892).
- MORAES, Rodrigo Fracalossi. *Processos de obtenção de tecnologia militar*. Brasília: Ipea, 2013. (TD n. 1.877).
- AYLLON, Bruno. *A cooperação triangular e as transformações da cooperação internacional para o desenvolvimento*. Brasília: Ipea, 2013. (TD n. 1.845).
- HIRST, Monica. *A presença do Brasil na Bolívia: diálogo político, vínculos econômicos e cooperação horizontal*. Ipea, 2013. (TD n. 1.869).

3.3 PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

- *Boletim de Economia e Política Internacional*, números 13, 14 e 15.
- Revista *Tempo no mundo*, volume 4, números 1, 2 e 3 e volume 3, números 1 e 2 (em inglês).

3.4 ARTIGOS E CAPÍTULOS DE LIVRO

- BAUMANN, Renato *et al.* A relação dos estados brasileiros com o setor externo. *In: Brasil em desenvolvimento 2013 – Estado, Planejamento e Políticas Públicas*. Brasília: Ipea, 2013.
- SILVA FILHO, Edison Benedito; OLIVEIRA JUNIOR, Almir. Cooperação internacional no combate à criminalidade: o caso brasileiro. *In: Segurança no Entorno Brasileiro*. Brasília: Ipea, 2013. No prelo.
- OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado. Os acordos preferenciais e a regulação do comércio global no século XXI. *In: OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado; BADIN, Michelle Rattón Sanchez (Orgs.). Tendências regulatórias nos acordos preferenciais de comércio no século XXI: os casos de Estados Unidos, União Europeia, China e Índia*. Brasília: Ipea, 2013.
- BADIN, Michelle Rattón Sanchez. Compromissos assumidos por grandes e médias economias em acordos preferenciais de comércio: o contraponto entre União Europeia e Estados Unidos e China e Índia. *In: OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado; BADIN, Michelle Rattón Sanchez (Orgs.). Tendências regulatórias nos acordos preferenciais de comércio no século XXI: os casos de Estados Unidos, União Europeia, China e Índia*. Brasília: Ipea, 2013.
- CARVALHO, Marina Amaral Egydio; ZUQUETTE, Mariana Lucente. Regras de origem: síntese regulatória e tendências identificadas nos acordos preferenciais de comércio. *In: OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado; BADIN, Michelle Rattón Sanchez (Orgs.). Tendências regulatórias nos acordos preferenciais de comércio no século XXI: os casos de Estados Unidos, União Europeia, China e Índia*. Brasília: Ipea, 2013.
- CARVALHO, Marina Amaral Egydio; ZUQUETTE, Mariana Lucente. Medidas de defesa comercial e sua regulamentação nos acordos preferenciais de comércio. *In: OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado; BADIN, Michelle Rattón Sanchez (Orgs.). Tendências regulatórias nos acordos preferenciais de comércio no século XXI: os casos de Estados Unidos, União Europeia, China e Índia*. Brasília: Ipea, 2013.
- RORIZ, João Henrique Ribeiro; TASQUETTO, Lucas da Silva. Comércio e regras sobre propriedade intelectual nos acordos preferenciais de comércio. *In: OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado; BADIN, Michelle Rattón Sanchez (Orgs.). Tendências regulatórias nos acordos preferenciais de comércio no século XXI: os casos de Estados Unidos, União Europeia, China e Índia*. Brasília: Ipea, 2013.
- RORIZ, João Henrique Ribeiro; TASQUETTO, Lucas da Silva. O comércio de serviços regulado pelos acordos preferenciais de comércio. *In: OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado; BADIN, Michelle Rattón Sanchez (Orgs.). Tendências regulatórias nos acordos preferenciais de comércio no século XXI: os casos de Estados Unidos, União Europeia, China e Índia*. Brasília: Ipea, 2013.
- RORIZ, João Henrique Ribeiro; TASQUETTO, Lucas da Silva. Regras sobre comércio e investimentos nos acordos preferenciais de comércio. *In: OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado; BADIN, Michelle Rattón Sanchez (Orgs.). Tendências regulatórias nos acordos preferenciais de comércio no século XXI: os casos de Estados Unidos, União Europeia, China e Índia*. Brasília: Ipea, 2013.
- BADIN, Michelle Rattón Sanchez; AZEVEDO, Milena da Fonseca. Novos temas regulados pelos acordos preferenciais de comércio: inovações e problematizações. *In: OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado; BADIN, Michelle Rattón Sanchez (Orgs.). Tendências regulatórias nos acordos preferenciais de comércio no século XXI: os casos de Estados Unidos, União Europeia, China e Índia*. Brasília: Ipea, 2013.

- BADIN, Michelle Rattton Sanchez; AZEVEDO, Milena da Fonseca. A regulação de compras governamentais nos acordos preferenciais de comércio. *In: OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado; BADIN, Michelle Rattton Sanchez (Orgs.). Tendências regulatórias nos acordos preferenciais de comércio no século XXI: os casos de Estados Unidos, União Europeia, China e Índia.* Brasília: Ipea, 2013.
- BADIN, Michelle Rattton Sanchez; AZEVEDO, Milena da Fonseca. A regulação de concorrência nos acordos preferenciais de comércio. *In: OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado; BADIN, Michelle Rattton Sanchez (Orgs.). Tendências regulatórias nos acordos preferenciais de comércio no século XXI: os casos de Estados Unidos, União Europeia, China e Índia.* Brasília: Ipea, 2013.
- BADIN, Michelle Rattton Sanchez; AZEVEDO, Milena da Fonseca. A regulação de meio ambiente e questões trabalhistas nos acordos preferenciais de comércio. *In: OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado; BADIN, Michelle Rattton Sanchez (Orgs.). Tendências regulatórias nos acordos preferenciais de comércio no século XXI: os casos de Estados Unidos, União Europeia, China e Índia.* Brasília: Ipea, 2013.
- CARNEIRO, Flávio Lyrio; OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado. As relações comerciais do Brasil com o seu entorno. *In: BAUMANN, Renato; OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado (Orgs.). Os BRICS e seus vizinhos: comércio e acordos regionais.* Brasília: Ipea, 2013. No prelo.
- BADIN, Michelle Rattton Sanchez; RORIZ, João Henrique Ribeiro; CARVALHO, Marina Amaral Egydio. O perfil regulatório dos acordos regionais de comércio do Brasil com o seu entorno. *In: BAUMANN, Renato; OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado (Orgs.). Os BRICS e seus vizinhos: comércio e acordos regionais.* Brasília: Ipea, 2013. No prelo.
- CARNEIRO, Flávio Lyrio; OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado. A Rússia e seus vizinhos: comércio. *In: BAUMANN, Renato; OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado (Orgs.). Os BRICS e seus vizinhos: comércio e acordos regionais.* Brasília: Ipea, 2013. No prelo.
- BADIN, Michelle Rattton Sanchez; RORIZ, João Henrique Ribeiro; CARVALHO, Marina Amaral Egydio. O perfil regulatório nos acordos regionais de comércio da Rússia com os seus vizinhos. *In: BAUMANN, Renato; OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado (Orgs.). Os BRICS e seus vizinhos: comércio e acordos regionais.* Brasília: Ipea, 2013. No prelo.
- BAUMANN, Renato. As relações comerciais da Índia com seus vizinhos. *In: BAUMANN, Renato; OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado (Orgs.). Os BRICS e seus vizinhos: comércio e acordos regionais.* Brasília: Ipea, 2013. No prelo.
- BADIN, Michelle Rattton Sanchez; RORIZ, João Henrique Ribeiro; CARVALHO, Marina Amaral Egydio. O perfil regulatório dos acordos regionais de comércio da Índia com o seu entorno. *In: BAUMANN, Renato; OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado (Orgs.). Os BRICS e seus vizinhos: comércio e acordos regionais.* Brasília: Ipea, 2013. No prelo.
- OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado; CARNEIRO, Flávio Lyrio; BACELETTE, Ricardo Ginicolo. As relações comerciais da China e seus vizinhos. *In: BAUMANN, Renato; OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado (Orgs.). Os BRICS e seus vizinhos: comércio e acordos regionais.* Brasília: Ipea, 2013. No prelo.
- BADIN, Michelle Rattton Sanchez; RORIZ, João Henrique Ribeiro; CARVALHO, Marina Amaral Egydio. O perfil regulatório dos acordos regionais de comércio da China com os seus vizinhos. *In: BAUMANN, Renato; OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado (Orgs.). Os BRICS e seus vizinhos: comércio e acordos regionais.* Brasília: Ipea, 2013. No prelo.
- OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado; CARNEIRO, Flávio Lyrio. O comércio internacional entre a África do Sul e seu entorno. *In: BAUMANN, Renato; OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado (Orgs.). Os BRICS e seus vizinhos: comércio e acordos regionais.* Brasília: Ipea, 2013. No prelo.

- BADIN, Michelle Ratton Sanchez; RORIZ, João Henrique Ribeiro; CARVALHO, Marina Amaral Egydio. O perfil regulatório dos acordos regionais de comércio da África do Sul com o seu entorno. In: BAUMANN, Renato; OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado (Orgs.). *Os BRICS e seus vizinhos: comércio e acordos regionais*. Brasília: Ipea, 2013. No prelo.
- OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado; CARNEIRO, Flávio Lyrio. A dimensão territorial da economia política da proteção no Brasil. *Boletim de economia e política internacional*, Brasília, n. 14, 2013.
- ALVES, André G. de M. Pineli; LUCIANO, Bruno Theodoro; CERATTI, Rubem Kaipper. O Brasil retratado pela imprensa estrangeira: uma análise da cobertura de *The Economist* no período 1997-2012. *Boletim de economia e política internacional*, Brasília, n. 14, 2013.
- ALVES, André G. de M. Pineli. Como o capital chinês lida com o risco político? Os altos e baixos do investimento direto da China em Mianmar. *Boletim de economia e política internacional*, Brasília, n. 15, 2013.
- NONNENBERG, Marcelo José Braga; BERNER, Luís. Participação das exportações na produção industrial dos estados brasileiros: uma análise para o período 2000-2010. *Boletim de economia e política internacional*, Brasília, n. 14, 2013.
- MORAES, Rodrigo Fracalossi; SILVA FILHO, Edison Benedito; OLIVEIRA JUNIOR, Almir. Da guerra contra o terror à crise econômica internacional: perspectivas para a defesa brasileira em um cenário de transição nos gastos militares mundiais. *Boletim de economia e política internacional*, Brasília, n. 13, 2013.
- SILVA FILHO, Edison Benedito; RIBEIRO, Elton. Investimento externo direto no Brasil no período 2003-2012: aspectos regionais e setoriais. *Boletim de economia e política internacional*, Brasília, n. 14, 2013.
- SILVA FILHO, Edison Benedito. Financiamento e exposição cambial das firmas brasileiras após a crise de 2008: condicionantes e impactos sistêmicos. In: SILVA FILHO, Edison Benedito; CINTRA, Marcos Antonio Macedo (Orgs.). *Financiamento das corporações – Perspectivas do desenvolvimento brasileiro*. Brasília: Ipea, 2013. Livro 3.
- NONNENBERG, Marcelo José Braga. Exportações e inovação: uma análise para América Latina e sul-sudeste da Ásia. *Revista de economia política*, v. 33, n. 1(130) jan./mar. 2013.
- SILVA FILHO, Edison Benedito. Research report for G20 Think Tanks Forum. *First G20 Think Tank Forum – Great Finance, Great Cooperation, Great Governance*. Pequim, 2013.
- MORAES, Rodrigo Fracalossi; SILVA FILHO, Edison Benedito; OLIVEIRA JUNIOR, Almir. Confiança nas Forças Armadas Brasileiras: uma análise empírica a partir dos dados da pesquisa SIPS – defesa nacional. *Revista opinião pública*, Campinas, 2013. No prelo.
- OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado. A agenda econômico-comercial dos BRICS. *Conjuntura Internacional*, Belo Horizonte, v. 10, p. 12-18, 2013.
- OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado. Os acordos regionais na atualidade: o papel de Estados Unidos, UE e China. *Pontes: informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável*, v. 9, p. 4-8, 2013.
- OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado. *A política comercial externa brasileira: uma análise de seus determinantes*. São Paulo: Saraiva, 2013. v. 1. 250p.
- OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado. The political economy of Brazilian trade policy: implications for mercosur european union negotiations. In: APEXBRASIL. (Org.). *Mercosur European Union Dialogue*. Brasília: ApexBrasil, 2013. v. 1, p. 108-119.

- OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado. The G20 trade agenda: proposals for the Australian presidency. In: CALLAGHAN, Mike. (Org.). *Think20 papers 2014: policy recommendations for the Brisbane G20 Summit*. Sydney: LIIP, 2013. v. 1, p. 108-113.
- OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado. BRICS and the global economy: international trade in services in focus. In: BRICS ACADEMIC FORUM. 5. *Proceedings...* Durban, África do Sul, 2013.
- SOUZA, André de Mello; MORAES, Rodrigo Fracalossi. A relevância do terrorismo na política internacional contemporânea e suas implicações para o Brasil. In: SOUZA, André de Mello; MORAES, Rodrigo Fracalossi; NASSER, Reginaldo Mattar (Orgs.) *Do 11 de Setembro à "Guerra Contra o Terror": reflexões sobre o terrorismo no século XXI*. Brasília: Ipea, 2013.
- MORAES, Rodrigo Fracalossi; SILVA FILHO, Edison Benedito; OLIVEIRA JUNIOR, Almir. Padrões de percepção sobre a defesa nacional entre os brasileiros. In: SCHIAVINATTO, Fabio (Org.) *Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS)*. Brasília: Ipea, 2013. No prelo.
- SILVA FILHO, Edison Benedito; OLIVEIRA JUNIOR, Almir. Cooperação internacional no combate à criminalidade: o caso brasileiro. In: NASSER, Reginaldo Mattar; MORAES, Rodrigo Fracalossi (Orgs.) *O Brasil e a segurança no seu entorno estratégico: América do Sul e Atlântico Sul*. Ipea, Brasília, 2013. No prelo.
- SOUZA, André de Mello. Legislações internacionais. In: ZUCOLOTTI, Graziela Ferreira; FREITAS, Rogério Edivaldo (Orgs.). *Propriedade intelectual e aspectos regulatórios em biotecnologia*. Brasília: Ipea, 2013.
- SOUZA, André de Mello. Propriedade intelectual e aspectos regulatórios em biotecnologia: Índia. In: ZUCOLOTTI, Graziela Ferreira; FREITAS, Rogério Edivaldo (Orgs.). *Propriedade intelectual e aspectos regulatórios em biotecnologia*. Brasília: Ipea, 2013.
- LIMA, João Brígido Bezerra; CAMPOS, Rodrigo Pires de; NEVES, Juliana de Brito Seixas. O perfil da cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional na América Latina e Caribe em 2010: aportes à política brasileira de cooperação internacional. In: SOUZA, André de Mello. *Repensando a cooperação internacional*. Brasília: Ipea. No prelo.
- WEGNER, Rubbia; BARROS, Pedro Silva. Regionalismo sul-americano com base no investimento em infraestrutura: análise da integração na Ilha das Guianas. *Cadernos do desenvolvimento*, Rio de Janeiro, jan./jun. 2013.
- BARROS, Pedro Silva; CÓRDOVA, Jesús Alberto Mercado. Cassiquiare: o canal da integração fluvial entre o Brasil e a Venezuela. Brasília: Ipea. No prelo.

3.5 RELATÓRIOS E NOTAS TÉCNICAS

- HIRAO, Flávio Higuchi. *Minha Casa Minha Vida e gran Misión Vivienda Venezuela: programas irmãos, propostas distintas*. Brasília, nov. 2013. (Relatório de Pesquisa).
- BARROS, Pedro Silva. *Considerações para um plano de identificação de oportunidades e promoção da integração produtiva na Venezuela*. Brasília, ago. 2013. (Relatório de Pesquisa).
- BARROS, Pedro Silva. *Infraestrutura para a integração entre o norte do Brasil e a Venezuela*. Brasília, ago. 2013. (Relatório de Pesquisa).
- BARROS, Pedro Silva. *Política pública, desenvolvimento produtivo e integração Amazônia-Orinoco*. Brasília, 2013. (Relatório de Pesquisa).

- PINTO, Luiz Fernando Sanná; LUCAS, Gustavo Daou; MAZAR, Numa. *A evolução recente das economias da Guiana e do Suriname e de sua inserção internacional*. Brasília, 2013.
- PINTO, Luiz Fernando Sanná; MAZAR, Numa. *A evolução recente da economia da República Dominicana e sua inserção internacional*. Brasília, 2013.
- MORAES, Rodrigo Fracalossi; SILVA FILHO, Edison Benedito; SCHMIDT, Flávia de Holanda; ANDRADE, Israel de Oliveira. *Base industrial de defesa brasileira: características das firmas e percepção dos empresários do setor*. Brasília: Ipea, 2013. (Nota Técnica).

3.6 PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

- VI Fórum Acadêmico IBAS (3-4 de junho de 2013). Nova Délhi, Índia, de 3 a 5 jun. 2013. Participação: Renato Baumann.
- Reunião preparatória/V Fórum Acadêmico BRICS. Durban, África do Sul, de 8 a 13 mar. 2013. Participação: Renato Baumann e André Mello.
- II Foro de Relaciones Intenacionales del CDRI-FUNGLODE. Santo Domingo, República Dominicana, 20 maio 2013. Participação: Renato Baumann.
- IV Conclave Econômico de Délhi (Delhi Economics Conclave). Nova Délhi, Índia, de 11 a 12 dez. Renato Baumann
- Conferência “Complementaridade das economias nacionais dos BRICS e cooperação mútua”. Moscou, Rússia, de 17 a 19 out. Participação: Renato Baumann.
- 3ª Cúpula Global de Think Tank dos Brics. Pequim, China, de 28 a 29 jun. Participação: Renato Baumann
- 1ª Mesa Redonda de Think-tanks dos BRICS, Pequim, China, 25 abr. Participação: Renato Baumann.
- Encontro Intercalar do BTTC (Conselho de Think Tanks dos BRICS). Cidade do Cabo, África do Sul, de 11 a 12 nov. Participação: Renato Baumann.
- Conferência Internacional BRICS: Prospectos de Cooperação Econômica e Desenvolvimento. Moscou, Rússia, 5 dez. 2013. Participação: Participação: Renato Baumann.
- 4º Conclave Econômico de Délhi. Nova Délhi, Índia, de 11 a 12 de dezembro. Participação: Renato Baumann.
- Workshop “Das Experiências Nacionais ao Banco de Desenvolvimento dos BRICS”. Rio de Janeiro, de 30 ago. a 2 set. Participação: Renato Baumann e Manuel Forero.
- Mapping Experiences around International Development Cooperation: New Challenges and Opportunities. Nova Délhi, Índia, 5 mar. Participação: André Mello.
- South Africa and Brazil in the BRICS and Beyond, Johannesburg, Africa do Sul, 15 mar. Participação: André Mello.
- International Studies Association Annual Convention. San Francisco, Estados Unidos, de 3 a 6 abr. Participação: André Mello.
- XX Fórum Brasil-Europa: Brasil e União Europeia Construindo o Futuro. Brasília, DF, de 5 a 6 jun. Participação: André Mello.

- Development Agencies in Emerging Powers. Cidade do Mexico, México, de 19 a 21 ago. Participação: André Mello.
- 2013 Growth Transformation and Reform: Emerging Economies in the Next Decade. Haikou, China, de 1 a 2 nov. Participação: André Mello.
- X Conference of Forte de Copacabana on International Security. Rio de Janeiro, de 27 a 29 de novembro. Participação: André Mello.
- Seminário. “Comércio Intra-regional e Capacidade produtiva” e da Terceira Reunião do Grupo de Trabalho 3 da UNASUL e do Seminário Competitividad y Cadenas de Valor en América Latina, organizado pela CEPAL. Montevideu, Uruguai, de 14 a 16 ago. 2013. Participação: Marcelo Nonemberg.
- Seminário – Segundo Encontro de Diálogo de Políticas sobre Cadeias Globais de Valor e Transformação da Produção, organizado pela OCDE, pelo Ministério do Comércio Exterior da Costa Rica e KDI do governo da Coreia do Sul. San José, Costa Rica, de 15 a 16 out. 2013. Participação: Marcelo Nonemberg.
- Seminário sobre Projeto sobre Cadeias Globais de Valor na América do Sul. Ipea/CEPAL. Brasília, 14 a 15 fev. 2013.
- Missão Técnica de visita à China. À convite da Embaixada da China no Brasil. De 21 a 30 out. 2013. Participação: Flávio Lyrio Carneiro e Ricardo Bacelette.
- Seminário – Mesa na Conferência do Desenvolvimento 2013 (CODE) (19 mar. 2013): O renascimento de uma potência? A Rússia no século XXI (com Angelo Segrillo e Lenina Pomeranz). Participação: André G. de M. Pineli Alves.
- Seminário – Mesa na Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional (20 mar. 2013): Os impactos da crise mundial para as políticas regionais (com Andy Pike e Clélio Campolina Diniz). Participação: André G. de M. Pineli Alves
- Seminário – Sessão Plenária da Red Mercosur. Montevideu, Uruguai, 2 out. 2013. Participação: André G. de M. Pineli Alves
- Seminário – Debatedor no Workshop DIEST: “Capacidades Estatais para o Desenvolvimento: vantagens institucionais comparativas em países emergentes – A estratégia de desenvolvimento da China e seu impacto no Brasil”. Brasília, 5 e 6 dez. 2013. Participação: Ricardo Bacelette.
- Curso – International financial issues in emerging markets (BID e Columbia University). New York, Estados Unidos, 25-29 mar. 2013. Participação: Edison Benedito da Silva Filho.
- Seminário The First G20 Think Tank Forum - “Great Finance, Great Cooperation, Great Governance”. Beijing, China, 21-22 ago. 2013. Participação: Edison Benedito da Silva Filho.
- ANPEC 2013. Foz do Iguaçu-PR, 10-13 dez. 2013. Participação: Edison Benedito da Silva Filho e Carlos Lampert.
- Organização e participação em mesa do Seminário ‘South –South financial and monetary cooperation: Assessing Brazil’s leadership role in intra- and inter-regional arrangements’. Brasília, 20 e 21 nov., Ipea/ Center of Concern. Participação: Ivan Tiago Machado Oliveira.
- Participação como palestrante no Think20. Sydney, Austrália, 11 dez. 2013. Participação: Ivan Tiago Machado Oliveira.
- Participação como palestrante no Trade and Development Symposium, em Bali/Indonésia, 3 a 5 dez. 2013, e na delegação brasileira para a Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), de 3 a 7 dez. 2013. Participação: Ivan Tiago Machado Oliveira.

- Participação como palestrante no V Encontro Brasileiro das Empresas Comerciais Importadoras e Exportadoras – CECIEx. São Paulo-SP, 27 ago. 2013. Participação: Ivan Tiago Machado Oliveira.
- Participação como palestrante no Seminário “Os BRICS no comércio Internacional”. Belo Horizonte, 23 abr. 2013. Participação: Ivan Tiago Machado Oliveira.
- Participação como palestrante do seminário sobre política comercial. Rio de Janeiro, 23 ago. 2013. Participação: Ivan Tiago Machado Oliveira.
- Participação como palestrante do simpósio sobre política comercial dos BRICS. Rio de Janeiro, 15 maio 2013. Participação: Ivan Tiago Machado Oliveira.
- Reuniões com autoridades e membros do governo, pesquisadores de *think tanks* e acadêmicos australianos no Special Visits Program (SVP) da Austrália. Sydney, Canberra e Melbourne, Austrália, de 2 a 10 jun. 2013. Participação: Ivan Tiago Machado Oliveira.
- Participação como palestrante no seminário Emerging Poweres and Global Cooperation. Pretória, África do Sul, 1 e 2 nov. 2013. Participação: Ivan Tiago Machado Oliveira.
- Participação como palestrante nos seminários “G20 - África” e “BRICS e África”. Johannesburgo, África do Sul, 11 a 13 nov. 2013. Participação: Ivan Tiago Machado Oliveira.
- Seminário – II Semana Acadêmica de Relações Internacionais da UFRRJ – Apresentação do texto “Relações Brasil-Estados Unidos no governo Dilma: a agenda das visitas presidenciais oficiais em 2011 e 2012”. Seropédica – RJ, 18 a 20 mar. 2013. Participação: Walter Desidera.
- Congresso – IV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI) – Apresentação do texto “Relações Brasil-Estados Unidos no governo Dilma: a agenda das visitas presidenciais oficiais em 2011 e 2012”. Belo Horizonte – MG, 23 a 26 mar. 2013. Participação: Walter Desidera.
- Congresso – IV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI) – Apresentação do texto “Panorama da segurança regional sul-americana”. Belo Horizonte – MG, 23 a 26 mar. 2013. Participação: Walter Desidera.
- Congresso – IV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI) – Debatedor no painel “Internacionalização e o espaço nacional: debates e perspectivas”. Belo Horizonte – MG, 23 a 26 mar. 2013. Participação: Walter Desidera.
- Palestra: Percepção da opinião pública do Brasil sobre temas ligados à defesa/política externa Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Rio de Janeiro – RJ, 16 mai. 2013. Participação: Rodrigo Fracalossi de Moraes e Edison Benedito da Silva Filho.
- Palestra: A defesa brasileira no século XXI. FACAMP, Campinas-SP (por videoconferência). Participação: Rodrigo Fracalossi de Moraes.
- Encontro: Visões da Opinião Pública no Brasil e no Mundo sobre os Estados Unidos. Encontro da Associação Brasileira de Relações Internacionais. Belo Horizonte – MG, 23-26 jul. 2013. Participação: Rodrigo Fracalossi de Moraes.
- Seminário (como debatedor) – Seminário Brasileiro de Estudos Estratégicos Internacionais (SEBREEI). Porto Alegre – RS, 21-23 mai. 2013. Participação: Rodrigo Fracalossi de Moraes.
- Seminário (como debatedor) – Targets and indicators for conflict, violence and disaster and the post-2015 development agenda. Evento coordenado pela ONU, Nova York, Estados Unidos, 18 e 19 jun. 2013. Participação: Rodrigo Fracalossi de Moraes.

- Seminário (como debatedor) – Cooperação internacional pós-2015: perspectivas da Europa e mercados emergentes. Xangai, China, 12-13 jan. 2013. Participação: Guilherme de Oliveira Schmitz.
- Seminário (como debatedor) – Cooperação internacional para o desenvolvimento. Brasília, 18 jul. 2013. Participação: Guilherme de Oliveira Schmitz.
- Conferência – Conference of Southern Providers South-South Cooperation: Issues and Emerging Challenges. Nova Deli, 15 e 16 abr. 2013. Participação: João Brígido.
- Seminário – Cátedra Sergio Vieira de Mello – Mesa-Redonda sobre Cartagena+30: Refúgio, apatridia e reassentamento (ACNUR). Curitiba, 1 e 2 out. 2013. Participação: João Brígido.

4 AÇÕES DE CAPACITAÇÃO

- Curso “Mercosul e Negociações Internacionais”. Puerto Ordaz, Venezuela. 18 e 22 fev. Participação: Pedro Silva Barros.
- Curso “Políticas Públicas e Planejamento Participativo”. República Dominicana, abr. 2013. Participação: Pedro Silva Barros.
- Curso – Economia para Profissionais de Comunicação. Fortaleza – CE, 29 e 30 ago. 2013. Participação: João Brígido.
- Curso – Gestão da Cooperação Sul-Sul e Trilateral – ABC, PNUD/UNOSSC e JICA. Estudo de caso sobre a experiência de formulação do estudo Cobradi (20 minutos de apresentação e 30 minutos de perguntas dos participantes). Brasília, Palácio do Itamaraty, 28 nov. 2013. Participação: João Brígido. (Com representantes de quarenta países em desenvolvimento).
- Curso de Técnicas de Pesquisa. Treinamento de 25 estudantes do curso de Cooperação e Relações Internacionais da Universidade Católica de Brasília para atuarem como voluntários no levantamento de dados para a pesquisa Perfil Sociodemográfico dos Refugiados no Brasil. Brasília, Dides/Ipea, 10 jun. a 27 jul. 2013. Participação: João Brígido.
- Oficinas de Trabalho. Vinte oficinas para o treinamento e discussão da metodologia de levantamento dos registros e dados da Cobradi. Com a participação de oito a dez representantes dos órgãos da administração pública federal responsáveis pela execução das ações de cooperação internacional. Brasília, Ipea, mar./ nov. 2013. Participação: João Brígido.

5 PARTICIPAÇÃO EM COLEGIADOS E CONSELHOS

- Comitê de Gestão do Conhecimento;
- Comissão de Financiamentos Externos (COFIEEX);
- Comitê Técnico de Gestão de Pessoas (CTGPES);
- Comissão Especial para Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório para fins de Aquisição da Estabilidade dos Servidores;
- Conselho Editorial do Ipea;
- Conselho Editorial da revista *Desafios do desenvolvimento*;

- Comitê de TI – Subcomitê de bases de dados (Ipea);
- Grupo de Trabalho BRICS: Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG/MRE);
- Grupo de Trabalho – Trading Defesa. Grupo interministerial, coordenado pelo Ministério da Defesa, com o objetivo de elaborar proposta para uma possível agência estatal de intermediação de compras/vendas de equipamentos militares – Instituições participantes: MD, MRE, MF, MPOG, MDIC, Ipea;
- Grupo de Trabalho Comissão de Ética (Ipea);
- Grupo de Trabalho Direitos Autorais (Ipea); e
- Comissão Permanente de Classificação de Informação, Serviço de Informação ao Cidadão.

6 COOPERAÇÃO TÉCNICA

Com respeito às atividades de cooperação técnica, foram efetivados três acordos de cooperação técnica. O primeiro com o Ministério de Coordinación de Desarrollo Social (MCDS) do Equador. O segundo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE). Por último, foi firmado convênio de cooperação técnica com a Agência de Desenvolvimento Industrial, para o financiamento de pesquisa relacionada ao estudo de cadeias globais de valor na América do Sul.

Destacam-se o intercâmbio de missões para visitas técnicas à Rússia e à Índia; a execução de seminários em parceria com a Embaixada da Tailândia, com o International Centre for Trade and Sustainable Development (ICTSD) da Suíça, com o Sistema Económico Latinoamericano y del Caribe (SELA), bem como a recepção da Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma da China.

7 PROGRAMA DE TRABALHO 2014

O Programa de Trabalho da Dinte para 2014 prevê a execução de 38 projetos e atividades, centrado em oito eixos principais de investigação.

O primeiro deles está relacionado à avaliação da cooperação brasileira e internacional para o desenvolvimento. Neste eixo de pesquisa, será dada continuidade ao trabalho que vem sendo desenvolvido no âmbito do projeto Cobradi, dando ênfase, entretanto, a uma maior qualificação do perfil da cooperação brasileira por setores e ações desenvolvidas. Ainda neste tema, pretende-se desenvolver pesquisas de cunho analítico e metodológico, discutindo a experiência recente do Brasil e seu papel no âmbito da cooperação internacional para o desenvolvimento.

A segunda linha de trabalho tratará de avaliar os fluxos migratórios recentes de estrangeiros ao Brasil. Esta linha de pesquisa pretende: *i)* caracterizar o perfil sociodemográfico de pessoas refugiadas no Brasil em período recente; e *ii)* realizar estudos acerca da imigração de estrangeiros atraídos pelas oportunidades apresentadas no mercado de trabalho brasileiro. Em ambas as pesquisas, pretende-se fornecer suporte técnico e institucional às ações de governo com vistas à elaboração e implementação de políticas públicas específicas para refugiados e imigrantes estrangeiros.

Uma terceira linha de pesquisa está relacionada a temas vinculados à área de defesa e segurança. Pretende-se contribuir para o debate sobre as políticas públicas na área da defesa nacional, por meio de estudos na área de políticas de exportações de armamentos e disputas marítimas contemporâneas.

A análise sobre experiências de integração regional na América do Sul constitui o quarto eixo de trabalho da Dinte. Pretende-se analisar a experiência de integração comercial no Mercosul, avaliando os atuais conflitos existentes no âmbito deste bloco comercial, bem como a trajetória dos sócios menores (Paraguai e Uruguai) em suas demandas pela redução de assimetrias estruturais. Ainda neste eixo de pesquisa, será feita uma avaliação da Iniciativa para Integração da Infraestrutura na América do Sul (IIRSA), programa lançado em 2000, cujo objetivo era o de criar um ambiente mais favorável para a integração regional, por meio de ações de integração física.

O quinto eixo de trabalho estará voltado para a análise sobre o potencial de a economia brasileira participar nas denominadas cadeias globais de valor (CGV). Neste contexto, buscar-se-á identificar os instrumentos de política comercial com incidência relevante sobre o padrão de inserção de empresas brasileiras no comércio internacional, bem como analisar o potencial de complementaridade entre a economia brasileira e países selecionados da América do Sul. Em paralelo, procurar-se-á inferir o potencial de participação da economia brasileira em cadeias globais de valor.

A sexta linha de pesquisa terá como foco a agenda comercial do Brasil com o resto do mundo. Neste sentido, será realizada uma análise sobre a economia política da política comercial brasileira, bem como um acompanhamento das principais negociações comerciais no âmbito da OMC e do G20.

Uma avaliação sobre experiências comparadas de desenvolvimento constitui a sétima linha de pesquisa da diretoria. Neste eixo, serão analisados temas como a crescente interdependência entre as economias de Taiwan, China e Coreia do Sul; as recentes transformações socioeconômicas da China; a relação comercial entre os BRICS e seus vizinhos; bem como o denominado “milagre” sul-coreano.

O último eixo de pesquisa tratará de analisar o processo de mudanças das instituições financeiras internacionais, com ênfase no desenvolvimento dos sistemas bancários e de mercado de capitais.

Além dos eixos de investigação resumidos nesta seção, a Dinte desenvolverá, ao longo de 2014, um intenso trabalho de organização e acompanhamento do Conselho e Fórum Acadêmico dos BRICS, em que o Ipea desempenha a função de instituição coordenadora no Brasil. As reuniões, tanto do Conselho quanto do Fórum, serão realizadas no Brasil, entre 17 e 19 de março, e demandarão um trabalho não desprezível não somente para sua realização, mas também para o acompanhamento das decisões e linhas de ações aí definidas, uma vez que corresponderá ao Brasil a presidência *pro-tempore* do grupo no ano de 2014, o que significa que o Ipea deverá coordenar as ações conjuntas no âmbito acadêmico ao longo deste ano.

**Gabinete da Presidência
(PRESI)**

1 ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

Estruturado para coordenar os trabalhos da casa em função das orientações da Presidência, o Gabinete da Presidência coordena diretamente as assessorias e exerce parte das atividades de controle e avaliação do desenvolvimento da execução do Plano de Trabalho, do uso dos recursos neste planejados, fazendo a ponte entre as necessidades geradas no processo de trabalho das unidades do Ipea e as assessorias, bem como entre as unidades e estas com o presidente. Comanda e facilita as ações mais significativas das assessorias para a consecução da missão institucional do órgão. Realiza, ainda, acompanhamento direto dos principais itens de despesas do órgão, fazendo constante contato com as áreas administrativas e financeiras na composição de um sistema de controladoria. As atividades controladas e facilitadas pelo Gabinete estarão delineadas para cada assessoria nos relatórios distribuídos nas seções a seguir.

2 ASSESSORIA DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO DO IPEA (ASCOM)

2.1 COMPETÊNCIA E ORGANIZAÇÃO GERAL

A Assessoria de Imprensa e Comunicação (Ascom) do Ipea tem como competências: coordenar a produção editorial do Instituto, tanto em meio impresso quanto em meio digital; planejar a disseminação do conhecimento produzido no Ipea, interna e externamente, por meio de mídia impressa, eletrônica e de eventos; e intermediar o contato institucional com veículos de comunicação e com a sociedade.

As equipes que compõem a Ascom encontram-se distribuídas nos seguintes departamentos: Assessoria de Imprensa e Ambiente Web; Livraria, Biblioteca e Arquivo Central; Eventos; Reprografia; e Editorial. Em 2013, os processos voltaram-se para uma etapa de necessária modernização do trabalho e digitalização de produtos. Por exemplo, a Coordenação do Editorial empenhou-se em sua reorganização e adaptação para desenvolvimento de publicações eletrônicas. A Biblioteca, por sua vez, trabalhou para a atualização de seu sistema e evoluiu no trabalho de ingresso na Rede Virtual de Bibliotecas Integradas (RVBI).

Ao mesmo tempo, a Assessoria de Imprensa e a Coordenação de Eventos mantiveram elevado índice de atendimento a demandas internas e externas durante o ano passado. E a Livraria atravessou um momento de adaptação à tendência crescente de digitalização de publicações e redução do volume de impressos. A seguir, apresenta-se o relato das principais ações desenvolvidas pela Ascom em 2013.

2.2 ASSESSORIA DE IMPRENSA

2.2.1 Atividades da redação

Entre as principais funções da Assessoria de Imprensa do Ipea estão: cobertura jornalística de eventos e produção de notícias; coordenação de coletivas de imprensa; atendimento aos jornalistas; revisão de forma e diagramação das notas técnicas e comunicados do Ipea; edições do Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS); produção e gravação semanal do programa de TV *Panorama Ipea*;¹ contatos e articulação com outros órgãos para a organização de eventos; administração de conteúdos para as redes sociais (Facebook, Twitter, Youtube, Google+, Flickr, blogues); revisão e publicação de notícias no Portal Ipea; produção e envio de avisos de pauta para a mídia; gerenciamento de pedidos de embargo; divulgação eletrônica de coletivas e outros eventos do Ipea; criação de *sites*, *hotsites*, *e-mail marketing* e mídia digital; e gravação audiovisual de eventos, bem como produção de vídeos institucionais, documentários e matérias.

1. O programa é realizado pelo instituto em parceria com a EBC. É transmitido ao vivo pelo Portal Ipea e divulgado no canal NBR.

2.2.2 Atendimento à mídia e ao cidadão

Em 2013, a Ascom recebeu e respondeu, por mês, cerca de 250 demandas de entrevistas e solicitação de estudos e de dados, feitos por jornalistas, em sua maioria, e também por cidadãos, via *e-mail*. No ano, foram recebidos em média vinte telefonemas por dia de jornalistas e cidadãos que buscaram informações junto ao Ipea.

Em relação à exposição na mídia nacional, em 2013, o instituto foi citado 15.244 vezes, segundo dados fornecidos pela empresa Boxnet. A maior exposição ocorreu no mês de outubro, com 2.245 citações. A tabela 1 representa o número de matérias positivas e negativas em cada mídia no ano de 2013. Foram 14.956 citações positivas ao Ipea (98%) e 288 citações negativas ao instituto, o que representa 2% das matérias.

TABELA 1

Exposição do Ipea na mídia nacional, por número de citações (2013)

Mídia	Rádio	TV	Impressos	Web	Total
Citações positivas	679	336	2.532	11.409	14.956
Citações negativas	17	1	61	209	288
Total	696	337	2.593	11.618	15.244

2.2.3 Produção audiovisual

2.2.3.1 Agência Ipea

Em 2013, no Portal Ipea, foram publicados 94 vídeos de eventos do instituto. Os vídeos compreendem gravações na íntegra de coletivas e seminários, bem como entrevistas realizadas pela Agência Ipea com os técnicos de planejamento e pesquisa e outros participantes das atividades.

2.2.3.2 Panorama Ipea

Durante todo o ano de 2013, foram gravados 52 edições do programa *Panorama Ipea*, que levaram ao estúdio 104 convidados para debaterem assuntos da atualidade. Entre os temas econômicos e sociais discutidos, destacam-se: os dez anos do Programa Bolsa Família; o legado de Nelson Mandela; as manifestações de junho e julho no país; o financiamento do transporte público; a reforma política; a segurança cibernética; a criação de municípios; a situação social dos catadores de material reciclável no Brasil; a regularização fundiária das favelas; o impacto do programa Inova Empresa e políticas de inovação; as cotas para negros no serviço público; e o Plano Nacional de Resíduos Sólidos.

Resultado de uma parceria do Ipea com o canal NBR, o programa, além de ser exibido pela emissora em diferentes horários durante a semana, é transmitido ao vivo pelo portal do instituto toda quarta-feira, às 17h. Durante a gravação, os internautas podem participar ao vivo, enviando perguntas e comentários para o perfil do Ipea no Twitter.

2.2.4 Principais coberturas

Entre as principais coberturas jornalísticas do ano, destaca-se a etapa nacional da Conferência do Desenvolvimento (Code), realizada de 19 a 21 de março, em Brasília, no Centro de Eventos Brasil 21. Em sua terceira edição, a Code/Ipea foi promovida em parceria com o Ministério da Integração Nacional (MI), por meio de um acordo de cooperação técnica, e ocorreu paralelamente à I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional (CNDR).

As conferências reuniram cerca de 3 mil pessoas para um amplo debate sobre o desenvolvimento regional, que contou com representantes de todas as Unidades da Federação. Mais uma vez, o público teve a oportunidade de discutir os principais temas relacionados ao desenvolvimento do Brasil, em atividades que incluíram painéis, mesas e minicursos.

A Ascom ficou responsável pela criação de *hotsite* e blogue específicos para a conferência, por fazer a cobertura jornalística pela Agência Ipea (texto, foto, vídeo), pela montagem de estúdio no local do evento e a gravação de entrevistas com os convidados e autoridades para o programa de TV *Panorama Ipea*, além de manter o espaço da Livraria Ipea.

FOTO 1

Abertura da 3ª edição nacional da Conferência do Desenvolvimento (Code/Ipea) e da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional (CNDR), no dia 19 de março de 2013, em Brasília





Também merece destaque a divulgação, em julho de 2013, do novo *Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil*, realizado pelo Ipea, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Fundação João Pinheiro (FJP). O lançamento do atlas teve grande repercussão na mídia.

Em outubro, durante a cerimônia de celebração dos dez anos do programa Bolsa Família, no Museu da República, em Brasília, o Ipea lançou o livro *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Os artigos reunidos na publicação – uma parceria do instituto com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) – traçam um panorama histórico da evolução do programa, resgatam as principais contribuições do PBF para as políticas de assistência social e apresentam análises sobre seu impacto nos indicadores de saúde, educação e proteção social e na redução da pobreza.

FOTO 3

Lançamento do livro Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania, no Museu da República, em 30 de outubro de 2013



E em dezembro, após a cerimônia de entrega da premiação da Campanha do Milênio da Organização das Nações Unidas, concedida ao Ipea por sua contribuição para a pesquisa *Meu Mundo (My World)*, o Instituto divulgou a pesquisa *Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS) – Nossos brasis: prioridades da população*. O estudo apontou que saúde e educação são as principais prioridades dos brasileiros.

2.2.5 Panorama da comunicação e das telecomunicações no Brasil

Em setembro de 2013, o Ipea e a Federação Brasileira das Associações Científicas e Acadêmicas de Comunicação (Socicom) lançaram, no Escritório da Presidência da República, em São Paulo, a obra *Panorama da comunicação e das telecomunicações no Brasil 2012/2013*. Composta por quatro volumes,² a coletânea também foi apresentada na Universidade Católica de Brasília (UCB) em outubro. Entre os autores dos textos estão mestres e doutores de várias regiões do país, os quais foram selecionados para participar da pesquisa por meio de chamada pública.

Os dois primeiros volumes abordam temas como mercado consumidor de bens simbólicos e produtos culturais, formação e cognição, regulação e controle, cooperação e intercâmbio, mercado de trabalho, sistemas de produção e circulação dos bens simbólicos e conteúdos culturais e comunicação pública. O volume 3 retrata a atuação da sociedade científica do campo comunicacional junto a instituições nacionais e estrangeiras. E o último resgata a memória dos estudos de comunicação no país. Desde a primeira publicação da obra, em 2010, até agora, a coletânea soma três edições, com onze volumes publicados, reunindo mais de 180 textos com análises e propostas de iniciativas e políticas públicas para comunicação e telecomunicações.

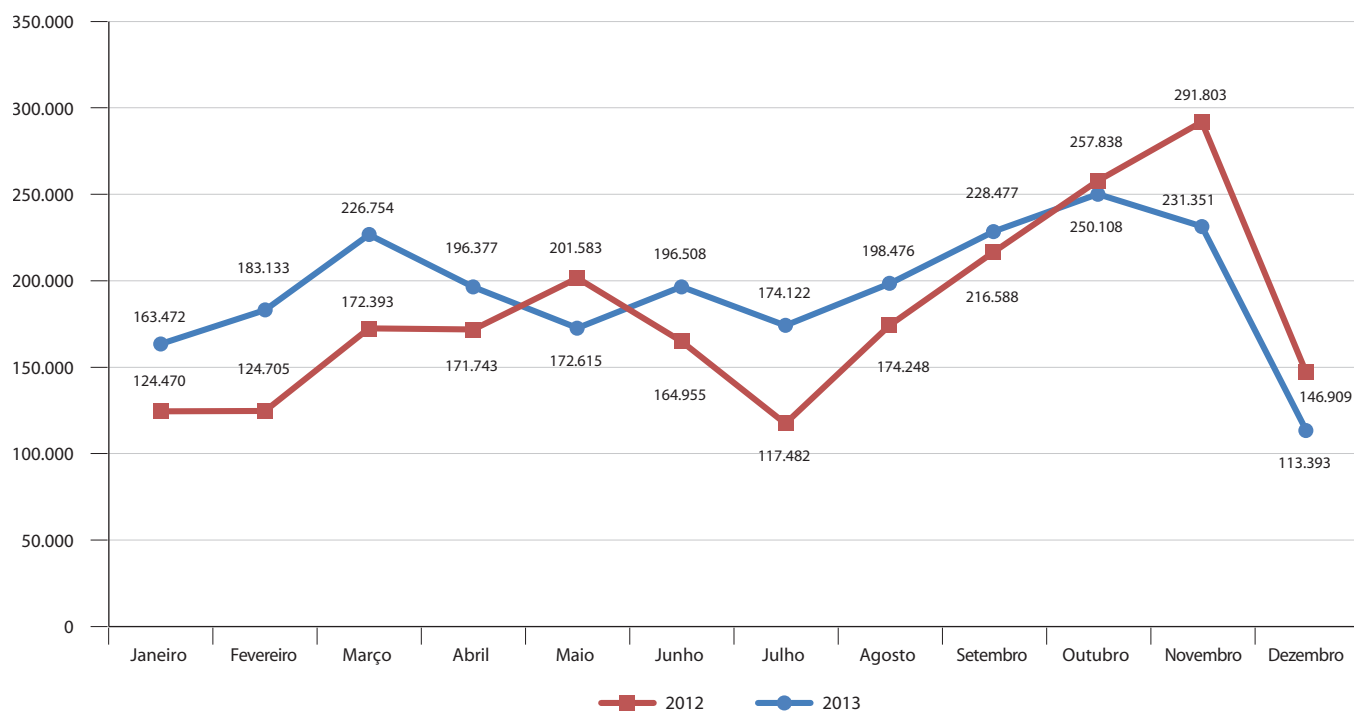
2. Volumes que compõem a publicação *Panorama da comunicação e das telecomunicações no Brasil - 2012/2013: Indicadores e Tendências I* (v. 1); *Indicadores e Tendências II* (v. 2); *Flagrantes* (v. 3); e *Memória* (v. 4).

2.3 AMBIENTE WEB

Em 2013, os acessos ao Portal Ipea cresceram cerca de 8% em comparação com o ano anterior. A quantidade de visitantes únicos – métrica que considera apenas um registro por IP – saiu de 2,16 milhões para 2,33 milhões, de acordo com dados compilados pelo *software* de análise Web AWStats. O desempenho ao longo do ano teve comportamento semelhante aos de períodos anteriores, acompanhando o ritmo de atividades e estudos gerados pelas diretorias do instituto. O maior número de acessos ficou concentrado no segundo semestre, coincidindo com a divulgação de documentos de mais ampla repercussão junto à sociedade e à imprensa (notas técnicas, comunicados, boletins etc.) e a realização de seminários importantes.

GRÁFICO 1

Evolução da quantidade de visitantes únicos ao Portal Ipea (2012 e 2013)

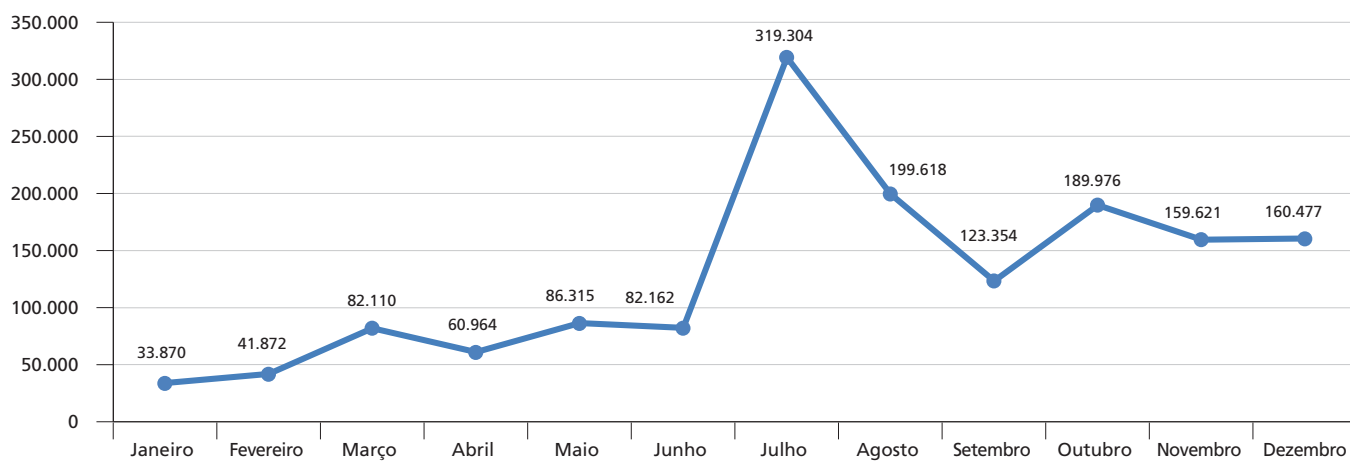


Fonte: Dados do Ipea compilados por meio do programa AWStats.
Elaboração dos autores.

Os resultados obtidos nas redes sociais (Facebook, Twitter, Google+ e blogues) foram os grandes destaques relacionados à presença digital do Ipea em 2013. O Facebook permaneceu como a principal fonte de ligações “externas” ao *site* do instituto (quando desconsiderados os motores de busca, como Google, Bing e outros), à frente, inclusive, da intranet.

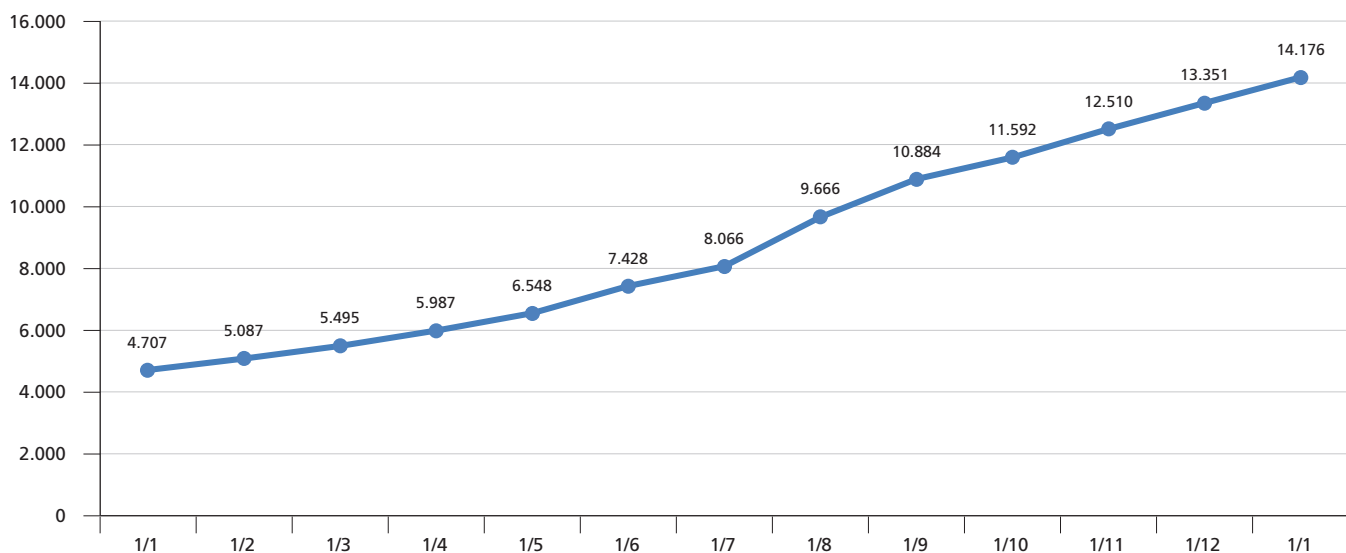
Mais relevante, porém, foi o crescimento no alcance total das postagens realizadas nessa rede social. No início de 2013, os usuários atingidos pelas mensagens do Ipea no Facebook somavam, mensalmente, cerca de 35 mil. Este quantitativo passou a manter-se na casa dos 150 mil a partir de agosto, com picos de 319 mil, superando, em alguns momentos, o fluxo registrado no Portal Ipea. Por consequência, o contingente de seguidores do Ipea triplicou: de 4,7 mil passou para 14,1 mil.

GRÁFICO 2
Facebook: usuários alcançados (2013)



Fonte: Facebook Insights.

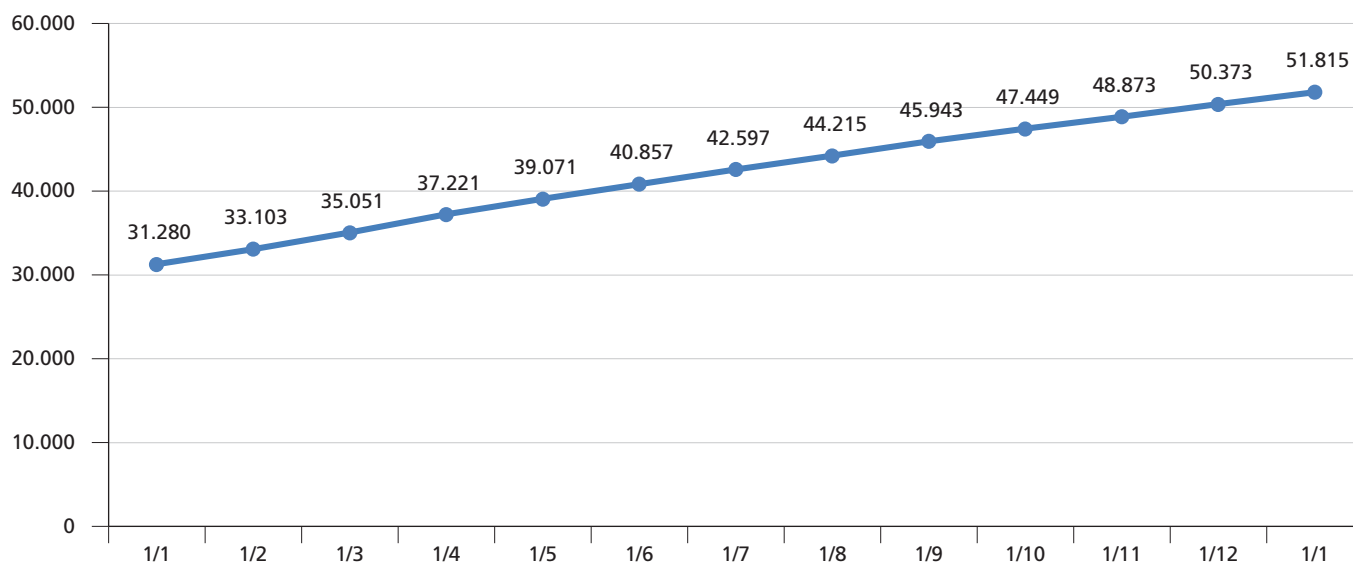
GRÁFICO 3
Facebook: total de seguidores (2013)



Fonte: Facebook Insights.

Da mesma forma, no Twitter, o desempenho foi relevante. Foram atingidos 51.815 seguidores em dezembro (em 2012, eram 31.200 mil). Além disto, no final de 2013, o Ipea reforçou sua presença nas redes com a criação de seu perfil no Google+ e com a reformulação do blogue do Instituto.

GRÁFICO 4
Twitter: total de seguidores (2013)



Fonte: Twitter Counter.

A grande melhora no desempenho do Ipea nas redes sociais pode ser explicada por uma mudança na forma de se trabalhar esses meios. Antes muito pautadas pelos conteúdos do Portal, as redes sociais passaram a ter vida própria, com conteúdos específicos (textos, vídeos, fotos e infográficos). As publicações também começaram a seguir uma rotina estabelecida, definida pelos horários de picos registrados em cada uma das redes.

Porém, mesmo com os resultados de 2013, o Portal Ipea permaneceu como carro-chefe da comunicação digital do instituto. Até porque ele é o grande repositório dos conteúdos distribuídos nas redes (vídeos, textos, infográficos) e, principalmente, a fonte original para as informações e o conhecimento que o Ipea busca disseminar para a sociedade. Por isto, buscou-se promover algumas melhorias nesta ferramenta, como a revisão e atualização geral dos conteúdos institucionais (promovidas no primeiro semestre de 2013).

2.3.1 Hotsites e conteúdos

A criação de *sites* e *hotsites* manteve, em 2013, ritmo semelhante ao do ano anterior – ou seja, uma média de uma a cada 1,3 mês.

A Ascom criou e/ou reformulou leiautes e colocou no ar nove páginas. São elas: Mapa da Defensoria Pública; IpeaGEO (reformulação); Code Nacional (reformulação); Brasil em Desenvolvimento (atualização); Pesquisa Gestão do Conhecimento; Ipea Extrator de Dados; Planejamento Estratégico; Conflito de Interesses; e blogue do Ipea (reformulação).

Por fim, houve um trabalho significativo de revisão e atualização dos conteúdos publicados na intranet. Este trabalho durou praticamente todo o ano de 2013 e envolveu as coordenações da Diretoria de Desenvolvimento Institucional (Dides). Os menus existentes foram reavaliados e, alguns deles, alterados. O objetivo foi tornar mais lógica e acessível a estrutura da página. Além disto, os novos conteúdos foram elaborados tendo como foco o servidor/colaborador da Casa, e buscaram prestar informações mais claras e sintéticas sobre processos e serviços institucionais.

2.4 LIVRARIA

A Livraria do Ipea reduziu o volume de publicações impressas movimentadas em 2013. No ano anterior, 2012, entre textos para discussão, boletins, livros e relatórios, foram distribuídos 124 mil exemplares. Este número caiu para 98 mil em 2013, o que significou uma redução de 21%. As vendas de produtos impressos também diminuíram, revertendo a alta de 2012 no comparativo com 2011.

A redução coincide com a maior dedicação do instituto à produção de arquivos digitais de suas publicações e sua movimentação pela internet. Esta tendência é concretizada por meio de projetos, como o que ampliará a elaboração de *e-books* e o que dará novo formato à comercialização de publicações pela *web*. Durante 2013, a Ascom também retomou os envios, via *mailing lists*, de boletins da Livraria Ipea, nos quais publicações mais recentes são destacadas e podem ser acessadas com apenas um clique. Tais ações devem-se também ao fato de o Ipea ser integrante do Projeto Esplanada Sustentável, do Executivo federal, por meio do qual as instituições estabelecem iniciativas voltadas ao uso racional de recursos naturais, promovendo a sustentabilidade ambiental.

Ademais, em 2013, houve, na comparação com 2012, uma quantidade menor de eventos contemplados pela Chamada de Apoio a Eventos (PROEV), do Ipea. No total, a Livraria marcou presença, em 2013, em doze eventos externos. Além dos encontros científicos apoiados pelo instituto, a equipe da Livraria participou da edição nacional da Conferência do Desenvolvimento (Code/Ipea) e de outros quatro eventos sediados em Brasília (III Conapir; Fórum Mundial dos Direitos Humanos; 7ª Reunião da ABAV).

QUADRO 1

Eventos com participação da Livraria Ipea (2013)

Evento	Local	Data
3ª Conferência do Desenvolvimento – Edição Nacional	Brasília	19/3/2013
Congresso da Sober	Belém	21/7/2013
Encontro de Pesquisa Empírica em Direito	Ribeirão Preto	18/9/2013
Encontro Anual da ANPOCS	Águas de Lindoia	23/9/2013
Encontro Nacional da ABET	Curitiba	28/10/2013
III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial	Brasília	5/11/2013
Congresso Nacional do Conpedi	São Paulo	13/11/2013
35º Encontro Brasileiro de Econometria	Foz do Iguaçu	10/12/2013
XLI Encontro Nacional de Economia	Foz do Iguaçu	10/12/2013
Fórum Mundial de Direitos Humanos	Brasília	10/12/2013
Fórum BNB	Fortaleza	18/7/2013
7ª Reunião da ABAV	Brasília	7/8/2013

A movimentação da revista *Desafios do desenvolvimento* é registrada separadamente. A maior parte das revistas sai por meio de *mailing* próprio, no qual constavam 6.939 nomes em dezembro do ano passado. Ao longo de 2013, 306 assinantes deixaram a lista, enquanto outros 454 solicitaram inclusão.

2.5 BIBLIOTECA

A migração para a Rede Virtual de Bibliotecas Integradas (RVBI), cooperativa de bibliotecas liderada pelo Senado Federal, é o carro-chefe do projeto Biblioteca do Século XXI, desenvolvido em 2013 pela equipe da Biblioteca do Ipea e que receberá financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). As providências para inserção começaram em março de 2012, e, atualmente, o processo está na etapa final de migração da base do Ipea para a base RVBI. Ao longo de 2013, foi conduzida a adequação da base do Ipea às necessidades da RVBI. Também foram revisados os registros para normalização e compatibilizados os descritores usados pelo Ipea, conforme solicitado pela coordenação da rede RVBI.

A formalização da integração à RVBI será conduzida por meio de acordo de cooperação técnica (ACT) com o Senado. A proposta de ACT já foi aprovada pela Presidência do Ipea, mas encontrava-se, ao final de 2013, em análise pela Procuradoria Jurídica do Instituto.

Também no âmbito do projeto Biblioteca do Século XXI, a equipe da Biblioteca do Ipea finalizou, em 2013, o termo de referência (TR) da nova modalidade de aquisição de livros nacionais e estrangeiros e *e-books*. Esta mudança permitirá maior flexibilidade e estabilidade à renovação do acervo. Foi elaborado, ainda, o TR de remanejamento ordenado do acervo, condição básica para a reforma das instalações da Biblioteca, prevista para 2014.

Paralelamente, a equipe da Biblioteca, em Brasília e no Rio de Janeiro, trabalhou na inserção de elementos (publicações e vídeos) no Repositório do Conhecimento do Ipea (RCIpea). O empenho permitiu que o repositório chegasse ao fim de 2013 com quase todos os seus 1.890 textos para discussão inseridos. As atividades continuarão em 2014, com a inserção de vídeos e publicações, como a revista *Pesquisa e planejamento econômico*.

Ainda em 2013, a Biblioteca continuou o processo de atualização de seu acervo, por meio da inclusão dos livros adquiridos no processo de compra de 2012 (no qual constavam 349 títulos listados por sugestão dos servidores da Casa). Em relação ao Arquivo Central, o trabalho realizado em 2013 manteve o Ipea de acordo com as normativas de documentação previstas pela Administração Pública Federal.

2.6 EVENTOS

No Ipea, entende-se evento como um instrumento institucional que tem o intuito de disseminar conhecimento para aperfeiçoar as políticas públicas e contribuir para o planejamento do desenvolvimento brasileiro, por meio de um acontecimento previamente planejado, a ocorrer em um espaço de tempo, e reunindo participantes. Os eventos realizados pelo Ipea têm sido divididos da seguinte maneira: coletivas de imprensa, cursos, apresentações, palestras, reuniões, seminários, oficinas de trabalho e a Conferência do Desenvolvimento.

TABELA 2

Total de atividades realizadas no Ipea (2012-2013)

Mês	2012	2013
Janeiro	96	98
Fevereiro	145	103
Março	189	186
Abril	188	183
Maiο	196	165
Junho	161	178
Julho	165	155
Agosto	185	224
Setembro	152	177
Outubro	181	187
Novembro	148	160
Dezembro	116	114
Total	1.922	1.930

Os eventos realizados e contabilizados em 2013 podem ser assim divididos:

TABELA 3

Eventos realizadas no Ipea, por tipo (2013)

Evento	Quantidade
Coletivas e lançamentos	45
Cursos	171
Palestras	14
Reuniões	1.225
Seminários	208
Oficinas de trabalho	183
Outras atividades ¹	84
Total	1.930

Nota: ¹ Compreende assembleias, eleições de representantes – como da Afípea, Cipa, Cooperplan, FIPECQ –, visitas, gravações de entrevistas etc.

2.6.1 Conferências do Desenvolvimento (Codes), edições estaduais

O Ipea realizou a 3ª Conferência do Desenvolvimento (Code, edição nacional) no Centro de Eventos e Convenções Brasil 21, em Brasília, de 18 a 22 de março de 2013.

A Code foi realizada paralelamente à I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional (CNDR), promovida pelo Ministério da Integração Nacional. Com entrada gratuita, a Code contou com painéis temáticos sobre temas relevantes para o desenvolvimento brasileiro, como segurança, educação, relações internacionais e sustentabilidade, além de mesas de debate, estandes e atividades culturais.

Essas atividades contaram com a presença de representantes de toda a sociedade civil, pesquisadores, gestores públicos, estudantes e autoridades, e resultaram em propostas de princípios e diretrizes para o desenvolvimento nacional.

2.6.2 Eventos próprios e sob requisição de parceiros

Além da Conferência do Desenvolvimento, o Ipea foi o organizador e/ou executor de outros grandes eventos tanto em Brasília quanto em outras Unidades da Federação. Alguns destes eventos executados em 2013 foram demandados ao Ipea por parceiros, como a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE) e a Defensoria Pública da União. Entre os eventos realizados, destacam-se alguns a seguir.

- Lançamento do *Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil 2013*: o evento contou com a participação de Marcelo Neri, ministro interino da SAE e presidente do Ipea, e de Jorge Chediek, coordenador residente do Sistema Nações Unidas no Brasil (PNUD), na mesa de abertura. Realizado no Palácio do Planalto, em 29/7.
- Lançamento da Nova Sede do IPC-IG e lançamento da edição da revista *Poverty in Focus*, sobre classe média e proteção: com a presença de Marcelo Neri, ministro interino da (SAE) e presidente do Ipea, e Jorge Chediek (PNUD). Realizado na sede do Ipea (Edifício BNDES/Ipea), em Brasília (DF), em 9/10.

- Entrega do Prêmio My World: prêmio entregue a Marcelo Neri, ministro interino da SAE e presidente do Ipea, por Jorge Chediek, coordenador residente do Sistema Nações Unidas no Brasil. Realizado na sede do Ipea (Edifício BNDES/Ipea), em Brasília (DF), em 12/12.
- Lançamento do *Brasil em Desenvolvimento 2013*: a mesa de abertura foi composta por Marcelo Neri, ministro interino da SAE e presidente do Ipea; Rogério Boueri, diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur/Ipea) e editor da publicação; e Marco Aurélio Costa, técnico de planejamento e pesquisa do Ipea e editor da publicação. Realizado no Auditório do Ipea, em Brasília, em 17/12,
- Curso de Economia Aplicada para Profissionais de Comunicação: oferecido em parceria com o Sebrae-CE. Realizado no Sebrae de Fortaleza/CE, de 26 a 29/8. O curso teve como objetivo aprofundar e atualizar o conhecimento dos profissionais da comunicação sobre temas econômico-sociais e suas análises e pesquisas nas diversas áreas: setorial, ambiental, urbana e regional, social, macroeconômica e internacional. Além disto, os participantes puderam conhecer as principais questões sobre o desenvolvimento e indicadores econômicos de seu estado.

2.7 REPROGRAFIA

A unidade atendeu com agilidade e eficiência as demandas de 2013 para os serviços de reprografia, encadernação e ampliação/redução. Também em 2013, a unidade passou a adotar um procedimento de controle mais formal de impressões e cópias, obtendo registros mensais mais precisos dos trabalhos realizados, unidades demandantes, servidor demandante, dia e horário da execução. A chegada de novas máquinas proporcionou maior agilidade ao trabalho. Em diálogo com a chefia da Ascom e consciente do projeto Esplanada Sustentável, do qual o Ipea é parte, a Reprografia deve, em 2014, adotar uma postura mais ativa e seletiva em termos das reais necessidades de impressão ou cópia de alguns documentos, visando contribuir com a conscientização do Instituto para a redução deste tipo de demanda.

2.8 EDITORIAL

Em 2013, o Ipea manteve os elevados volume e qualidade de publicações que caracterizaram o ano anterior. Foram publicados, nas formas impressa e/ou digital, 271 volumes, entre livros, revistas, boletins, notas técnicas, relatórios e textos para discussão, totalizando mais de 26 mil páginas em publicações, resultado superior ao obtido em 2012 (tabela 4).

TABELA 4

Publicações produzidas pelo Ipea, por tipo e quantidade (2012-2013)

Produtos editoriais do Ipea, por categoria	Quantidade de títulos publicados	
	2012	2013
Livros	27	36
Revistas	13	13
Boletins	86	40
Indicadores	31	0
Notas técnicas	13	26
Relatórios de pesquisa	36	27

(Continua)

(Continuação)

Produtos editoriais do Ipea, por categoria	Quantidade de títulos publicados	
	2012	2013
Relatórios institucionais	7	2
Textos para discussão	123	127
Total em títulos publicados	336	271
Total em número de páginas	24.073	26.288

Fonte: Coordenação do Editorial do Ipea.

Obs.: a lista completa dos títulos publicados pelo Ipea em 2013 pode ser consultada no apêndice A.

Ao longo de 2013, também foram executados os trabalhos preparatórios que viabilizarão a implementação, em 2014, da:

- produção de publicações em formato *ePub* (*eBooks*) por meio do Programa Diagnósticos, Perspectivas e Alternativas para o Desenvolvimento do Brasil – Ipea Pesquisa (Contrato de Empréstimo nº 1.841 – OC/BR; Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID), que atenderá a crescente demanda externa decorrente da universalização do uso de dispositivos eletrônicos de leitura portáteis, tais como *tablets*, *e-readers* e *smartphones*;
- contratação de serviços de impressão em tecnologia digital, que possibilitará ao Ipea, em sintonia com as tendências de queda na utilização de papel no mundo editorial, imprimir suas edições em pequenas tiragens (mínimo de dez exemplares, contra os atuais quinhentos), customizando, assim, o máximo possível as tiragens das suas publicações impressas e evitando desperdício de exemplares e recursos; e
- disponibilização de manual editorial em formato *on-line* (HTML), com conteúdo expandido em relação à edição do *Manual do Editorial do Ipea* (2011), que abrangerá tanto a área de revisão como a de editoração eletrônica (*ePub* inclusive).

APÊNDICE A

LISTA DE TÍTULOS PUBLICADOS PELO IPEA, POR CATEGORIA (2013)

TABELA A.1

Livros publicados pelo Ipea (2013)

	Título	Volumes	Número/Edição
1	40 anos de regiões metropolitanas no Brasil (Projeto Governança Metropolitana no Brasil)	-	1
2	As transformações no sistema monetário internacional	-	-
3	Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas	1	2013
4	Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas	2	2013
5	Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas	3	2013
6	Conferências nacionais: atores, dinâmicas participativas e efetividade	-	-
7	Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional	-	2010
8	Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional (segunda edição, revista)	-	2010
9	Dependência e superexploração do trabalho no capitalismo contemporâneo (Prêmio Mundos do Trabalho)	-	-
10	Desenvolvimento e dependência: cátedra Rui Mauro Marini	-	-
11	Direito e desenvolvimento no Brasil do século XXI (Série Desenvolvimento nas Ciências Sociais: o estado das artes)	-	1
12	Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil	-	-
13	Economia de Maceió: diagnóstico e propostas para construção de uma nova realidade	-	-
14	Financiamento das corporações: perspectivas do desenvolvimento brasileiro (Série Comércio Internacional)	3	-
15	Gestão e jurisdição: o caso da execução fiscal da União (Série Diálogos para o Desenvolvimento)	9	-
16	Igualdade racial no Brasil: reflexões no ano internacional dos afrodescendentes	-	-
17	Impactos tecnológicos das parcerias da Petrobras com universidades, centro de pesquisa e firmas brasileiras	-	-

(Continua)

(Continuação)

	Título	Volumes	Número/Edição
18	Juventude levada em conta: demografia	-	-
19	Licenciamento ambiental para o desenvolvimento urbano: avaliação de instrumentos e procedimentos	-	-
20	Mapa da Defensoria Pública no Brasil	-	-
21	Modernização sem mudanças: da contagem de cabeças à gestão estratégica de pessoas (Prêmio Mundos do Trabalho)	-	-
22	O Brasil e as operações de paz em um mundo globalizado: entre a tradição e a inovação	-	-
23	O Índice de Desenvolvimento Humano municipal brasileiro (Série Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil)	-	-
24	Panorama da comunicação e das telecomunicações no Brasil (2012/2013): memórias	4	-
25	Panorama da comunicação e das telecomunicações no Brasil (2012/2013): flagrantes	3	-
26	Panorama da comunicação e das telecomunicações no Brasil (2012/2013): indicadores e tendências I	1	-
27	Panorama da comunicação e das telecomunicações no Brasil (2012/2013): indicadores e tendências II	2	-
28	Perspectivas para la integración de América Latina (2ª edição, revista)	-	-
29	Pesquisa empírica em direito	-	-
30	Petróleo em águas profundas: uma história tecnológica da Petrobras na exploração e produção <i>offshore</i>	-	-
31	Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania	-	-
32	Propriedade intelectual e aspectos regulatórios em biotecnologia	-	-
33	Quilombo de las Américas: articulación de comunidades afro-rurales (Documento síntesis)	-	-
34	República, democracia e desenvolvimento: contribuições para pensar o Estado brasileiro contemporâneo (Série Diálogos para o Desenvolvimento)	10	-
35	Tendências regulatórias nos acordos preferenciais de comércio no século XXI: os casos de Estados Unidos, União Europeia, China e Índia	-	-
36	Território metropolitano, políticas municipais: por soluções conjuntas de problemas urbanos no âmbito metropolitano	-	-

TABELA A.2

Revistas publicadas pelo Ipea (2013)

	Título	Volume	Número
1	Desafios do desenvolvimento	9	75
2	Desafios do desenvolvimento	10	76
3	Desafios do desenvolvimento	10	77
4	Pesquisa e planejamento econômico (PPE)	42	3
5	Pesquisa e planejamento econômico (PPE)	43	1
6	Pesquisa e planejamento econômico (PPE)	43	2
7	Planejamento e políticas públicas (PPP)	-	40
8	Planejamento e políticas públicas (PPP)	-	41
9	Revista tempo do mundo (RTM)	4	1
10	Revista tempo do mundo (RTM)	4	2
11	Revista tempo do mundo (RTM)	4	3
12	The perspective of the world review (PWR)	3	1
13	The perspective of the world review (PWR)	3	2

TABELA A.3

Boletins publicados pelo Ipea (2013)

	Título	Número
1	Anais do Circuito de Debates Acadêmicos	1
2	Boletim de análise político-institucional (BAPI)	3
3	Boletim de análise político-institucional (BAPI)	4
4	Boletim de economia e política internacional (BEPI)	13
5	Boletim de economia e política internacional (BEPI)	14
6	Boletim regional, urbano e ambiental (BRU)	7
7	Carta de conjuntura	18
8	Carta de conjuntura	19
9	Carta de conjuntura	20

(Continua)

(Continuação)

	Título	Número
10	Carta de conjuntura	21
11	Comunicado do Ipea: duas décadas de desigualdade e pobreza no Brasil medidas pela PNAD/IBGE	159
12	Comunicado do Ipea: um retrato de duas décadas do mercado de trabalho brasileiro utilizando a PNAD	160
13	Comunicado do Ipea: indicadores de mobilidade urbana da PNAD 2012	161
14	Mercado de trabalho: conjuntura e análise (BMT)	54
15	Mercado de trabalho: conjuntura e análise (BMT)	55
16	Políticas sociais: acompanhamento e análise (BPS)	21
17	Radar: tecnologia, produção e comércio exterior	24
18	Radar: tecnologia, produção e comércio exterior	25
19	Radar: tecnologia, produção e comércio exterior	26
20	Radar: tecnologia, produção e comércio exterior	27
21	Radar: tecnologia, produção e comércio exterior	28
22	Radar: tecnologia, produção e comércio exterior	29
23	Radar: tecnologia, produção e comércio exterior	30
24	Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável – Região Nordeste	-
25	Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável – Região Centro-Oeste	-
26	Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável – Região Norte	-
27	Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável – Região Sul	-
28	Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável – Região Sudeste	-
29	Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável – Brasil	-
30	Temas relevantes da agenda federativa	2
31	Temas relevantes da agenda federativa	3
32	Temas relevantes da agenda federativa	4
33	Temas relevantes da agenda federativa	5

(Continua)

(Continuação)

	Título	Número
34	Temas relevantes da agenda federativa	6
35	Temas relevantes da agenda federativa	7
36	Temas relevantes da agenda federativa	8
37	Temas relevantes da agenda federativa	9
38	Temas relevantes da agenda federativa	10
39	Temas relevantes da agenda federativa	11
40	Temas relevantes da agenda federativa	12

TABELA A.4

Notas técnicas publicadas pelo Ipea (2013)

	Título	Número
1	A reforma da Lei nº 8.666/93 e do arcabouço legal de compras públicas no Brasil: contribuições do Ipea à Consulta Pública do Senado	8
2	Ampliação do acesso ao transporte público urbano: propostas em tramitação no Congresso Nacional	11
3	Análise dos dados da PINTEC 2011	15
4	As condições de saúde nos BRICS entre 1990 e 2010: diversidade e crise	9
5	Aspectos do comportamento da indústria brasileira no primeiro trimestre de 2013	12
6	Aspectos do comportamento produtivo da indústria brasileira em 2012	8
7	Aspectos do comportamento produtivo da indústria brasileira no primeiro semestre de 2013	14
8	Aspectos do comportamento produtivo da indústria brasileira no terceiro trimestre de 2013	16
9	Base industrial de defesa brasileira: características das firmas e percepção dos empresários do setor	10
10	Criação de municípios depois do PLS nº 98/2002: uma estimativa preliminar	6
11	Custo e eficiência dos novos tribunais regionais federais: uma avaliação da Emenda Constitucional 73	6
12	Estimativas de custos dos recursos humanos em atenção básica: equipes de saúde da família (ESF) e equipes de saúde bucal (ESB)	16
13	Estimativas do déficit habitacional brasileiro (2007-2011) por municípios (2010)	1
14	Estimativas do déficit habitacional brasileiro (PNAD 2007-2012)	5

(Continua)

(Continuação)

	Título	Número
15	Experiências de monitoramento dos resultados de conferências nacionais	7
16	Fatores críticos das audiências públicas do governo federal	4
17	Gasto com atenção básica das três esferas de governo: possibilidades e limitações das análises a partir de bases de dados orçamentário-financeiras	15
18	Índices compostos de inovação: uma proposta de cálculo de <i>ratings</i> para empresas e projetos	13
19	Indústria naval: um cenário dos principais <i>players</i> mundiais	7
20	Mensuração dos gastos tributários: o caso dos planos de saúde – 2003-2011	5
21	Panorama da propriedade industrial no Brasil	9
22	Subsídios à política habitacional: revalorização do Plano Nacional de Habitação a partir do Déficit Habitacional Básico 2010 e sua evolução no período 2005-2010	7
23	Tarifação e financiamento do transporte público urbano	2
24	Tecnologias e riscos: armas cibernéticas	11
25	Transporte Integrado Social – uma proposta para o pacto da mobilidade urbana	4
26	Vidas perdidas e racismo no Brasil	10

TABELA A.5

Relatórios de pesquisa publicados pelo Ipea (2013)

	Título
1	A produção para autoconsumo no Brasil: uma análise a partir do Censo Agropecuário 2006
2	Ampliação da participação na gestão pública: um estudo sobre conferências nacionais realizadas entre 2003 e 2011
3	As implicações sociais e econômicas das alterações no padrão de produção agrícola no Brasil: produção de biocombustíveis, agricultura familiar, desenvolvimento rural e segurança alimentar
4	Avaliação da situação de assentamentos da reforma agrária no estado de São Paulo: fatores de sucesso ou insucesso
5	Caracterização do público potencial do PRONAF B na região Nordeste e no estado de Minas Gerais: uma análise baseada nos dados do Censo Agropecuário 2006
6	Caracterização e análise da dinâmica da produção agropecuária na Amazônia brasileira
7	Descrição e análise do perfil socioeconômico das áreas e dos produtores de fumos em folha no Sul e no Nordeste do Brasil: um estudo baseado nos resultados do Censo Agropecuário 2006
8	Diagnóstico dos resíduos sólidos do setor agrossilvopastoril: resíduos sólidos inorgânicos

(Continua)

(Continuação)

	Título
9	Diagnóstico sobre os juizados especiais cíveis
10	Marcha das Margaridas: perfil socioeconômico e condições de vida das mulheres trabalhadoras do campo e da floresta
11	O impacto do consumo intermediário na agricultura: uma análise comparativa entre agricultura familiar e não familiar – Brasil, regiões Nordeste e Sul
12	O perfil da agroindústria rural no Brasil: uma análise com base nos dados de Censo Agropecuário de 2006
13	Planejamento e gestão governamental na esfera estadual: uma análise comparativa dos processos, conteúdos e sistemas de acompanhamento dos PPAs – Consolidado
14	Planejamento e gestão governamental na esfera estadual: uma análise comparativa dos processos, conteúdos e sistemas de acompanhamento dos PPAs – Bahia
15	Planejamento e gestão governamental na esfera estadual: uma análise comparativa dos processos, conteúdos e sistemas de acompanhamento dos PPAs – Ceará
16	Planejamento e gestão governamental na esfera estadual: uma análise comparativa dos processos, conteúdos e sistemas de acompanhamento dos PPAs – Rio Grande do Sul
17	Planejamento e gestão governamental na esfera estadual: uma análise comparativa dos processos, conteúdos e sistemas de acompanhamento dos PPAs – Espírito Santo
18	Planejamento e gestão governamental na esfera estadual: uma análise comparativa dos processos, conteúdos e sistemas de acompanhamento dos PPAs – Paraná
19	Planejamento e gestão governamental na esfera estadual: uma análise comparativa dos processos, conteúdos e sistemas de acompanhamento dos PPAs – Rio Grande do Norte
20	Planejamento e gestão governamental na esfera estadual: uma análise comparativa dos processos, conteúdos e sistemas de acompanhamento dos PPAs – Rio de Janeiro
21	Planejamento e gestão governamental na esfera estadual: uma análise comparativa dos processos, conteúdos e sistemas de acompanhamento dos PPAs – Minas Gerais
22	Planejamento e gestão governamental na esfera estadual: uma análise comparativa dos processos, conteúdos e sistemas de acompanhamento dos PPAs – Mato Grosso do Sul
23	Planejamento e gestão governamental na esfera estadual: uma análise comparativa dos processos, conteúdos e sistemas de acompanhamento dos PPAs – São Paulo
24	Pluriatividade e plurirrendimentos nos estabelecimentos agropecuários do Brasil e das regiões Sul e Nordeste
25	Potencial de efetividade das audiências públicas do governo federal
26	Relatório final (Projeto Conselhos Nacionais: perfil e atuação dos conselheiros)
27	Uma proposta de erradicação da extrema pobreza urbana via inclusão produtiva

TABELA A.6

Relatórios institucionais publicados pelo Ipea (2013)

	Título	Número/Edição
1	Plano de Trabalho Ipea	2013
2	Relatório de Atividades Ipea	2012

TABELA A.7

Textos para discussão publicados pelo Ipea (2013)

	Título	Número
1	Demanda por gasto público no Brasil no período pós-redemocratização: testes da Lei de Wagner e da hipótese de Mill de ilusão fiscal	1805
2	Fundo Setorial de Biotecnologia: uma análise de contexto, operação e resultados	1806
3	Como impulsionar a bioprospecção no Brasil: bases para uma moderna regulação do acesso a recursos genéticos e ao conhecimento tradicional associado	1807
4	Evolução e determinantes da taxa de homicídios no Brasil	1808
5	BRICS: novos competidores no comércio internacional de serviços?	1809
6	Uma proposta para atualização dinâmica dos coeficientes do FPE	1810
7	Medidas de defesa comercial e regras de origem: panorama de regulação em acordos regionais de comércio celebrados por Comunidade Europeia, Estados Unidos, China e Índia	1811
8	Energia fotovoltaica ligada à rede elétrica: atratividade para o consumidor final e possíveis impactos no sistema elétrico	1812
9	Tempo de deslocamento casa-trabalho no Brasil, 1992-2009: diferenças entre regiões metropolitanas, níveis de renda e sexo	1813
10	Commute time in Brazil (1992-2009): differences between metropolitan areas, by income levels and gender	1813a
11	O impacto do Bolsa Família sobre a repetência: resultados a partir do cadastro único, projeto frequência e censo escolar	1814
12	Arranjos institucionais e desenvolvimento: o papel da coordenação em estruturas híbridas	1815
13	As causas imediatas do crescimento da renda, da redução da desigualdade e da queda da extrema pobreza na Bahia, no Nordeste e no Brasil entre 2003 e 2011	1816
14	Modelo agroexportador, política macroeconômica e a supremacia do mercado: uma visão do modelo brasileiro de exportação de <i>commodities</i>	1817
15	O FPM e a estranha distribuição da população dos pequenos municípios brasileiros	1818

(Continua)

(Continuação)

	Título	Número
16	Heterogeneidade estrutural na produção agropecuária: uma comparação da produtividade total dos fatores (PTF) no Brasil e nos Estados Unidos	1819
17	Relação com o Estado na visão das ONGs: uma sociologia das percepções	1820
18	Os trajetos da violência, da segurança pública e da sociedade civil na cidade do Rio de Janeiro	1821
19	Determinação dos superávits do governo central brasileiro: influência da política monetária na ótica de regressões de limiar	1822
20	O sentido da integração da política pública do Brasil na América do Sul	1823
21	Contribuições teóricas para o direito e desenvolvimento	1824
22	Modelos de fomento e P&D em farmacêuticos e <i>benchmarking</i> internacional	1825
23	Evolução da política do recolhimento compulsório no Brasil pós-real	1826
24	A desagregação dos fluxos financeiros durante os eventos de parada súbita na entrada de capital externo	1827
25	Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual	1828
26	Demanda por produtos alimentares nas áreas rurais e urbanas do Brasil	1829
27	Avaliando o crescimento econômico no Brasil em múltiplas escalas espaciais com a utilização de modelos de painel espacial (1970-2000)	1830
28	Evaluating multiple spatial dimensions of economic growth in Brazil using spatial panel data models (1970-2000)	1830a
29	Acordos bilaterais de comércio entre os BRICS: uma abordagem de equilíbrio geral	1831
30	A distribuição de renda nas pesquisas domiciliares brasileiras: harmonização e comparação entre censos, PNADs e POFs	1832
31	Disparidades do produto interno bruto (PIB) <i>per capita</i> no Brasil: uma análise de convergência em diferentes escalas regionais (1970-2008)	1833
32	Os papéis das companhias brasileiras na integração e desenvolvimento produtivo continental	1834
33	Índice de vulnerabilidade das famílias (2000-2010): resultados	1835
34	A agropecuária na região Norte: oportunidades e limitações ao desenvolvimento	1836
35	Identificando a demanda e oferta de crédito bancário no Brasil	1837
36	A política regulatória contemporânea dos regimes de previdência do funcionalismo público no Brasil: avanços, limitações e propostas	1838

(Continua)

(Continuação)

	Título	Número
37	Dimensões do acesso a medicamentos no Brasil: perfil e desigualdades dos gastos das famílias brasileiras com medicamentos	1839
38	Estatuto do Idoso: avanços com contradições	1840
39	Patenteamento em biotecnologias: a experiência chinesa	1841
40	Aspectos metodológicos do Sistema Integrado de Informações	1842
41	Financiamento de longo prazo no Brasil: um mercado em transformação	1843
42	Gasto público, tributos e desigualdade de renda no Brasil	1844
43	The State and income inequality in Brazil	1844a
44	A cooperação triangular e as transformações da cooperação internacional para o desenvolvimento	1845
45	Financiamento público da saúde: uma história à procura de rumo	1846
46	Criação da Previdência Complementar dos Servidores Federais: motivações e implicações na taxa de reposição das futuras aposentadorias	1847
47	Mapa dos homicídios ocultos no Brasil	1848
48	Problemas de ação coletiva: cooperação e deserção	1849
49	A segurança e defesa cibernética no Brasil e uma revisão das estratégias dos Estados Unidos, Rússia e Índia para o espaço virtual	1850
50	Os efeitos da mídia sobre o suicídio: uma análise empírica para os estados brasileiros	1851
51	Capacidades estatais no Programa Bolsa Família: o desafio de interação com a assistência social na consolidação do SUAS	1852
52	Minha Casa Minha Vida, nosso crescimento: onde fica a política habitacional?	1853
53	Taxas bilaterais de câmbio: análise de desalinhamento para países selecionados	1854
54	Experiências de governança metropolitana internacional: os casos dos Estados Unidos e do Canadá	1855
55	Ativismo estatal e industrialismo defensivo	1856
56	Testando cointegração entre os fundamentos e a taxa real de câmbio: evidências para países selecionados	1857
57	Os desafios do desenvolvimento e da inclusão social	1858
58	O elo perdido entre a OMC e o FMI	1859
59	Rediscutindo a delimitação das regiões metropolitanas no Brasil: um exercício a partir dos critérios da década de 1970	1860

(Continua)

(Continuação)

	Título	Número
60	Esquerdas na América do Sul: padrões de inserção internacional e constrangimentos aos programas de proteção social	1861
61	Eficiência alocativa da política de investimentos do regime próprio de previdência social dos Entes Federativos brasileiros	1862
62	Políticas de inovação no Brasil e na China no século XXI	1863
63	A ver navios? A revitalização da indústria naval no Brasil democrático	1864
64	Estimando o desalinhamento cambial brasileiro: uma análise de robustez a partir do modelo de vetor autorregressivo global com mecanismo de correção de erro	1865
65	A inovação na agricultura brasileira: uma reflexão a partir da análise dos certificados de proteção de cultivares	1866
66	Consenso difuso, dissenso confuso: paradoxos das políticas de inovação no Brasil	1867
67	A construção de grandes barragens no Brasil, na China e na Índia: similitudes e peculiaridades dos processos de licenciamento ambiental em países emergentes.	1868
68	A presença do Brasil na Bolívia: diálogo político, vínculos econômicos e cooperação horizontal	1869
69	Substituição de poupança interna por externa e sobreapreciações da taxa de câmbio	1870
70	O estado desenvolvimentista no Brasil: perspectivas históricas e comparadas	1871
71	Modelos GARCH assimétricos com inovações <i>t-Student</i>	1872
72	Audiências públicas do Poder Executivo federal: fatores de efetividade	1873
73	Desenvolvimentos institucionais recentes no setor de telecomunicações no Brasil	1874
74	Carga tributária brasileira (2002-2012): estimação e análise dos determinantes da evolução recente	1875
75	Previdências dos trabalhadores dos setores público e privado e desigualdade no Brasil	1876
76	Processos de obtenção de tecnologia militar	1877
77	A dinâmica recente do setor de defesa no Brasil: análise das características e do envolvimento das firmas contratadas	1878
78	The defense industry in Brazil: characteristics and involvement of supplier firms	1878a
79	Critérios de classificação para ocupação informal: consequências para a caracterização do setor informal e para a análise de bem-estar no Brasil	1879
80	Panorama da economia criativa no Brasil	1880
81	Produto potencial como ferramenta de análise da política monetária e da capacidade de crescimento da economia brasileira	1881

(Continua)

(Continuação)

	Título	Número
82	O regime internacional de combate ao racismo e à discriminação racial	1882
83	Democracia e desenvolvimento no Brasil contemporâneo: conflitos e articulação de interesses no Projeto São Francisco	1883
84	Desenvolvimentismo, conflito e conciliação de interesses na política de construção de hidrelétricas na Amazônia brasileira	1884
85	Reservas internacionais revisitadas: novas estimativas de patamares ótimos	1885
86	Democracia, arenas decisórias e políticas públicas: o Programa Minha Casa Minha Vida	1886
87	Efeitos dos pisos salariais estaduais sobre o mercado de trabalho: uma nova abordagem empírica	1887
88	Potencial de convergência regional em educação no Brasil	1888
89	Dívidas estaduais, federalismo fiscal e desigualdades regionais no Brasil: percalços no limiar do século XXI	1889
90	Envelhecimento populacional, perda da capacidade laborativa e políticas públicas brasileiras entre 1992 e 2011	1890
91	Estimando o desalinhamento cambial: metodologia para cálculo de bandas de precisão	1891
92	Subsídios para a participação de policiais brasileiros em operações de paz das nações unidas: funcionamento, tarefas, recrutamento e oportunidades de destaque	1892
93	A volatilidade do fluxo de capital para economias emergentes: o papel da qualidade institucional do governo e do desenvolvimento do sistema financeiro doméstico	1893
94	Governos estaduais no federalismo brasileiro: capacidades e limitações no cenário atual	1894
95	Experiências de governança metropolitana internacional: os casos da França, Espanha, Inglaterra e Alemanha	1895
96	As entidades sem fins lucrativos e as políticas públicas federais: tipologia e análise de convênios e organizações (2003-2011)	1896
97	Os efeitos das desigualdades regionais sobre a desigualdade interpessoal de renda no Brasil, Estados Unidos e México	1897
98	Avanços e limites na implementação de políticas públicas nacionais sob a abordagem territorial no Brasil	1898
99	Exportações e processos inovativos: um estudo para América Latina e Europa do Leste	1899
100	Informalidade e desempenho econômico: uma análise dos impactos micro e macroeconômicos de políticas para a formalização	1900
101	Relações universidade-empresa no Brasil: o papel da infraestrutura pública de pesquisa	1901

(Continua)

(Continuação)

	Título	Número
102	A relação entre crescimento e o meio ambiente: uma reavaliação da curva de Kuznets ambiental	1902
103	Metodologia de avaliação de resultados: o caso das intervenções do PAC urbanização de favelas	1903
104	Governança das políticas ambientais no Brasil: desafios à construção de um sistema integrado de avaliação	1904
105	Integração produtiva, fragmentação da produção e evolução do comércio Internacional: como evoluíram os países da Ásia e América Latina?	1905
106	Liderança de mercado na indústria automobilística brasileira: o caso da Marcopolo	1906
107	Market leadership in the Brazilian automotive industry: the case of Marcopolo	1906a
108	Governos estaduais no ambiente federativo inaugurado pela Constituição Federal de 1988: aspectos políticos e institucionais de uma atuação constrangida	1907
109	Federalismo e autonomia fiscal dos governos estaduais no Brasil: notas sobre o período recente (1990-2010)	1908
110	O crédito imobiliário no Brasil e sua relação com a política monetária	1909
111	Seguro Agrícola no Brasil e o desenvolvimento do Programa de Subvenção ao Prêmio	1910
112	Ação coletiva e o problema de coordenação	1911
113	A economia de ecossistemas e da biodiversidade no Brasil (TEEB-Brasil): análise de lacunas	1912
114	Aglomeração econômica e migração: uma análise para o caso brasileiro	1913
115	Contradições em processo: um estudo da estrutura e evolução do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): 2000 a 2010	1914
116	Evolução de índices de tecnologia do complexo metalomecânico no Brasil (1985-2009)	1915

TABELA A.8

Textos para discussão (Cepal-Ipea) publicados pelo Ipea (2013)

	Título	Número
1	As relações comerciais do Brasil com os demais BRICS	46
2	Evolução e perspectivas do abastecimento de água e do esgotamento sanitário no Brasil	47
3	Gestão da drenagem urbana	48
4	Planejamento em saúde: encontros e desencontros	49
5	Trajectoria da taxa de câmbio e heterogeneidade estrutural na indústria brasileira	50

(Continua)

(Continuação)

	Título	Número
6	A heterogeneidade estrutural no Brasil de 1950 a 2009	51
7	A queda na heterogeneidade estrutural explica a queda da desigualdade dos rendimentos do trabalho? Uma análise preliminar	52
8	Brasil en el umbral del desarrollo – Un ejercicio de convergencia productiva	53
9	Distribuição produtiva e tecnológica da agricultura brasileira e sua heterogeneidade estrutural	54
10	Heterogeneidade estrutural na produtividade das firmas brasileiras	55
11	Heterogeneidade regional	56

3 ASSESSORIA TÉCNICA DA PRESIDÊNCIA DO IPEA (ASTEÇ)

3.1 ATRIBUIÇÕES ATUAIS

Os principais processos sendo executados pela Astec estão descritos a seguir. Ao longo de 2013, houve várias entregas para estes processos. Para 2014, espera-se consolidar as realizações desta assessoria, com a finalização de etapas remanescentes.

1. Estudos e pesquisas de interesse da Presidência do Ipea.
2. Gestão da captação e disponibilização das bases de dados do Ipea.
3. Apoio ao processo de disponibilização de dados e indicadores pelo Ipea por meio do IpeaData.
4. Coordenação da disponibilização de dados georreferenciados por meio do IpeaMapas.
5. Coordenação da construção da ferramenta IpeaGEO versão 2.0, para análises estatísticas e de dados espaciais.
6. Coordenação da disponibilização de dados do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para o público externo ao Ipea.
7. Planejamento, implantação e operacionalização da Sala de Sigilo.
8. Coordenação e implementação das coletas de dados primários para o Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS).
9. Auxílio na construção das bases de dados georreferenciadas.
10. Auxílio para a divulgação dos resultados de pesquisas.
11. Estudos de avaliação para a construção de uma ferramenta de auxílio à gestão de projetos no Ipea, com possibilidade de estruturação de análise de eficiência relativa entre unidades de pesquisa.
12. Estudos de avaliação para a construção de uma ferramenta de auxílio à gestão de publicações no Ipea.
13. Prospecção para avaliação de ferramenta para disponibilização de microdados para o público externo e para o público interno do Ipea.

14. Construção de um modelo de simulações e avaliação de políticas de uso do solo no Brasil utilizando-se dados globais.
15. Auxílio para a especificação de cursos para treinamento interno para os pesquisadores da instituição.

Como direcionamento geral, a Astec busca trabalhar em parceria com várias unidades do Ipea, o que possibilita um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis na instituição. Além disto, várias das iniciativas desta assessoria estão sendo trabalhadas juntamente com instituições externas, nacionais e internacionais.

3.2 DETALHAMENTO DAS ATIVIDADES EM 2013

Nas subseções a seguir, apresenta-se uma descrição de cada uma das atividades especificadas na subseção anterior para o ano de 2013.

3.2.1 Estudos e pesquisas de interesse da Presidência do Ipea

Ao longo do ano de 2013, a Astec tem realizado uma série de pesquisas e estudos específicos para a Presidência do Ipea. Estes estudos são realizados, em grande parte, em parcerias com as unidades de pesquisa da instituição. Quase todas as pesquisas realizadas contaram com processamento e geração de estatísticas a partir de bases de dados governamentais disponíveis.

3.2.2 Gestão da captação e disponibilização das bases de dados do Ipea

A Astec executa tarefas de negociação, aquisição, operacionalização (juntamente com a área de tecnologia da informação, a Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicações – CGTIC) de bases de dados para o Ipea. Esta operacionalização envolve carga das bases para formatos utilizados no Ipea e disponibilização destes dados em espaços em disco. A Astec também realiza a catalogação de bases SGI/BBE (Sistema de Gerenciamento de Informações e Banco de Bases de Dados Estatísticos). Para este mesmo sistema, a Astec dá permissões e controla, juntamente com a CGTIC, o acesso a bases restritas. Finalmente, há uma equipe na Astec que realiza consultas a bases de dados privados, para as quais o Ipea possui licenças. Entre as bases privadas disponíveis, inclui-se a base de dados da Bloomberg. Entre as bases adquiridas e internalizadas pelo Ipea em 2013, incluem-se: Rais Identificada, FDI Inteligence (BRICS, juntamente com a Diretoria de Estudos Internacionais – Dinte), Bloomberg, Newport (Newport Generic Deals), Reuters, Cadastro Único (MDS).

3.2.3 Apoio ao processo de disponibilização de dados e indicadores pelo Ipea através do IpeaData

Juntamente com a Diretoria de Estudos Macroeconômicos (Dimac) e com a CGTIC, a Astec vem desenvolvendo um trabalho de melhoria e manutenção do *software* IpeaData. Trata-se de uma ferramenta *web*, disponibilizada para o público externo ao Ipea, permitindo o acesso a dados e indicadores socioeconômicos de vários temas. Ao longo de 2013, o grupo da Astec trabalhou ativamente neste processo de melhoria e manutenção da ferramenta. A manutenção envolve, por exemplo, a aquisição de valores atualizados para séries histórias econômicas e sua posterior disponibilização no IpeaData.

3.2.4 Coordenação da disponibilização de dados georreferenciados através do IpeaMapas

A Astec é responsável pela manutenção e pelas melhorias da ferramenta *web* IpeaMapas, disponibilizada ao público externo. Esta ferramenta conta com uma série de recursos de georreferenciamento, que permitem uma navegação amigável pelos diversos arquivos de mapas disponibilizados no banco de dados do IpeaMapas, que, assim, ficam acessíveis a pesquisadores fora do Ipea. Ao longo de 2013, a equipe da Astec trabalhou ativamente no processo de melhoria e manutenção da ferramenta.

3.2.5 Coordenação da construção da ferramenta IpeaGEO versão 2.0, para análises estatísticas e de dados espaciais

O IpeaGEO é uma ferramenta desenvolvida no Ipea que permite ao usuário realizar tarefas de processamento de dados georreferenciados, além de diversas análises estatísticas e econométricas. Trata-se de uma ferramenta totalmente em português, que pode ser baixada gratuitamente a partir do *site* do Ipea. Ao longo de 2013, o grupo da Astec trabalhou para a finalização da versão 2.0 do IpeaGEO, bem como na confecção da documentação do *software*.

3.2.6 Coordenação da disponibilização de dados do Índice de Desenvolvimento Humano para o público externo ao Ipea

Um dos projetos de maior visibilidade do Ipea nos últimos anos foi o novo portal de disponibilização de dados do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Este projeto foi desenvolvido pela Astec, juntamente com a Assessoria de Planejamento (Aspla) do Ipea, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Fundação João Pinheiro (FJP). O projeto teve grande visibilidade, em grande parte, devido ao portal amigável e robusto desenvolvido pela equipe coordenada pela Astec.

3.2.7 Planejamento, implantação e operacionalização da sala de sigilo do Ipea

A sala de sigilo é um espaço a ser montado no Ipea, contando com controles de entrada e saída tanto de informações como de pessoas, na qual serão disponibilizadas bases de dados de caráter sigiloso. O acesso a estas informações se dará através de permissão da Astec (podendo também ser necessário a permissão das instituições cedentes dos dados). Inicialmente, o acesso à sala de sigilo será de exclusividade de pesquisadores do Ipea. Futuramente, pretende-se que não apenas os pesquisadores, mas também a sociedade possa ter acesso à sala de sigilo. Um objetivo da sala é aumentar o acervo de dados fornecidos por instituições parceiras.

Ao longo de 2013, a Astec trabalhou, juntamente com a CGTIC, com a Diretoria de Desenvolvimento Institucional (Dides) e com a Diretoria de Inovação (Diset) do Ipea, para preparar toda a infraestrutura da sala de sigilo. Ao final de 2013, o grupo de trabalho responsável pela sala de sigilo confeccionou a portaria e os formulários de regulamentação de acesso aos dados na sala, realizou a compra dos equipamentos e mobiliário e fez a instalação dos principais itens. Para 2014, espera-se finalizar a implantação e iniciar a operacionalização deste espaço.

3.2.8 Coordenação e implementação das coletas de dados primários para o SIPS

O Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS) é um projeto para coleta periódica de dados primários, de acordo com temas especificados pelos pesquisadores do Ipea. A Astec é responsável pela gestão do contrato com a Zaytech, que realiza a coleta dos dados em colaboração com os diversos coordenadores de pesquisas interessados. Os coordenadores submetem questionários e avaliam os resultados. Entre as coletas realizadas ao longo de 2013, incluem-se: avaliação do programa Minha Casa Minha Vida (em parceria com a Diretoria de Estudos Regionais, Urbanos e Fiscais – Dirur e com a Secretaria Nacional de Habitação – SNH); pesquisa sobre qualidade de vida (juntamente com a Secretaria de Assuntos Estratégicos – SAE); pesquisa sobre vitimização; pesquisa de percepção sobre imigração (juntamente com a SAE); pesquisa sobre inclusão financeira; pesquisa sobre acesso a serviços de tecnologia; pesquisa sobre acesso à cultura (juntamente com o Ministério da Cultura); e pesquisa sobre tolerância em relação à violência contra a mulher.

3.2.9 Auxílio na construção e análise de bases de dados georreferenciadas

A Astec tem um grupo de bolsistas com formação em georreferenciamento para auxiliar os pesquisadores de todas as diretorias do Ipea, bem como de algumas instituições parceiras, nas análises de dados georreferenciados. A SAE e a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) são instituições que estão contando com as análises realizadas pelo grupo de georreferenciamento da Astec.

3.2.10 Auxílio para a divulgação dos resultados de pesquisas

A atividade consiste no apoio à Assessoria de Comunicação (Ascom) do Ipea, complementar a seus esforços, na produção de textos que sirvam de insumos à divulgação de textos para discussão e artigos. Busca-se também a divulgação de seminários com potencial de gerar cobertura positiva na mídia sobre a produção de técnicos do Ipea. Este trabalho é realizado em parceria com a SAE.

3.2.11 Estudos de avaliação para a construção de uma ferramenta de auxílio à gestão de projetos no Ipea, com possibilidade de estruturação de análise de eficiência relativa entre unidades de pesquisa

A Astec, em parceria com a Dirur, com a Aspla e com a CGTIC, tem trabalhado na proposição de uma ferramenta para cadastramento e gerenciamento de projetos do Ipea. Esta ferramenta visa ao armazenamento em banco de dados dos diversos projetos a serem realizados no plano de trabalho da instituição. Armazenam-se, então, detalhes sobre custos, prazos, produtos, subetapas, participação dos servidores e demais funcionários, convênios de cooperação etc. A partir daí, podem ser construídos indicadores, com base em técnicas de envelopamento de dados, por exemplo, para mensuração da eficiência relativa das diversas unidades produtivas do Ipea. Ao longo de 2013, uma primeira versão da ferramenta foi implantada em todo o órgão, e todo o plano de trabalho de 2014 foi armazenado no banco de dados. Diversos relatórios vêm sendo gerados, permitindo, assim, maior transparência e melhor planejamento da utilização dos recursos.

3.2.12 Estudos de avaliação para a construção de uma ferramenta de auxílio a gestão de publicações no Ipea

A Astec, em parceria com a Dirur, tem trabalhado na proposição de uma ferramenta que permita o acompanhamento dos estágios de publicações internas ao Ipea. A partir daí, todo o processo de revisão e controle das publicações pode ser feito através da ferramenta. Desta forma, espera-se que pesquisadores do Ipea e colaboradores de outras instituições possam submeter as publicações diretamente através desta ferramenta que está sendo estudada. Ao longo de 2013, uma primeira versão da ferramenta foi finalizada, e espera-se que seu processo de implantação, com as posteriores melhorias, seja feito ao longo de 2014.

3.2.13 Prospecção para avaliação de ferramenta para disponibilização de microdados para o público externo e para o público interno do Ipea

Juntamente com a CGTIC, a Astec vem trabalhando na proposição de uma ferramenta que permita a geração de consultas amigáveis e flexíveis, a partir de microdados. A ferramenta que vem sendo estudada é totalmente baseada em *software* livre, e pode ser disponibilizada tanto para acesso interno ao Ipea quanto para acesso externo, via internet. Ao longo de 2013, fez-se a prospecção de alternativas, escolhendo-se uma ferramenta específica. A CGTIC fez a configuração e a disponibilização de um ambiente robusto e otimizado para a implantação da ferramenta selecionada. A ferramenta atualmente já permite a disponibilização na internet e na intranet de indicadores a partir de microdados da Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (PNAD), para os anos de 1992 a 2012. Foi construída uma página específica, para a internet, com explicações sobre a ferramenta e sobre os dados disponibilizados. Para 2014, pretende-se realizar o lançamento de um portal com disponibilização de indicadores e consultas para várias bases de dados, principalmente as bases de dados primários, a partir das coletas do SIPS.

3.2.14 Construção de um modelo de simulações e avaliação de políticas de uso do solo no Brasil, utilizando-se dados globais

Em 2012, o Ipea assinou com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) um acordo de cooperação técnica (ACT) para estudar a dinâmica de uso do solo no Brasil. Atualmente, como parte deste ACT, a Astec vem trabalhando em um modelo de simulações e avaliação de políticas públicas para uso do solo no Brasil. O modelo para o Brasil é uma adaptação do modelo Globiom, desenvolvido pelo International Institute of Applied

System Analysis (IIASA), na Áustria. Além do INPE e do IIASA, fazem parte desta iniciativa a COMIFAC (The Central African Forest Commission) e o WCMC (World Conservation Monitoring Center), este último ligado às Nações Unidas. Em 2013, vários resultados foram obtidos. Entre as realizações ao longo do projeto, um pesquisador da Astec fez uma apresentação no Global Landscape Forum – GLF, em Varsóvia, durante a Conferência sobre Mudanças Climáticas – COP 19. O modelo de uso do solo do projeto foi apresentado também na Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE).

3.2.15 Auxílio para a especificação de cursos para treinamento interno para os pesquisadores da instituição

A Astec participou da formulação de cursos para treinamento dos profissionais do Ipea ao longo de 2013. Os principais cursos propostos, com participação da Astec, foram o curso de Quantum GIS, ferramenta livre para manipulação e visualização de dados geográficos, e o Revolution R, ferramenta para manipulação de grandes bases de dados, com base no *software* estatístico livre R.

4 ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL DE PROJETOS E PESQUISAS (ASPLA)

À Assessoria de Planejamento e Articulação Institucional de Projetos e Pesquisas (Aspla) compete coordenar, com todas as unidades, a elaboração e o acompanhamento do planejamento estratégico da Instituição, bem como promover a articulação intraorganizacional (entre as unidades do próprio Instituto) e interorganizacional (entre o instituto e outras organizações) para a realização de projetos e pesquisas estratégicos. Em 2013, o Ipea adotou importantes modificações em seus processos de elaboração e acompanhamento da estratégia, com o suporte de consultoria especializada contratada e de sistema de informação de gestão de projetos – Ipea Projetos. Adicionalmente, em 2013, a Aspla conduziu o levantamento dos macroprocessos da instituição e modificou seus processos de acompanhamento financeiro do planejamento e de acompanhamento de bolsas e auxílios à pesquisa. Por fim, no último ano, a instituição avançou nas iniciativas de pesquisa envolvidas pela Plataforma Ipea de Pesquisa em Rede – Rede Ipea.

Em 2013, o Ipea realizou seu planejamento estratégico, contratando consultoria especializada para orientá-lo. Como consequência, novos diagnósticos e análises foram realizados, foram revistos os elementos de identidade da organização (missão, visão e valores), assim como seus públicos-alvo e benefícios esperados. Além disto, três diferentes níveis de planejamento foram elaborados: decenal (2014-2023), plurianual (simultâneo aos planos plurianuais do governo federal) e anual.

A elaboração do Plano Estratégico do Ipea envolveu diretamente mais de cinquenta servidores da instituição, além de vários outros servidores que estiveram presentes em etapas específicas, dando suas contribuições. O processo foi concebido e conduzido segundo um modelo de trabalho, governança e gestão que apregoava o estreito relacionamento entre a consultoria e o Ipea em todos os momentos, desde os primeiros trabalhos de análise dos insumos até os processos de tomada de decisão. Ao mesmo tempo, o processo foi desenhado para permitir e estimular a contínua ampliação da participação dos servidores. A partir de aproximações sucessivas, com níveis crescentes e mais densos de consenso e de envolvimento dos servidores da casa, os diversos elementos do Plano Estratégico foram sendo construídos, debatidos e aprimorados, até alcançarem a sua forma final, aprovada pelo corpo diretor.

Os trabalhos partiam de insumos que serviram de base para as reflexões iniciais sobre os ambientes externo e interno, valores e modos de atuação do Ipea, além de aportarem ideias para a definição de estratégias. Tais insumos eram submetidos à apreciação do Núcleo Executivo, formado pelos diretores adjuntos do Ipea, para que pudessem propor melhorias e validá-los.

Na sequência, eram realizadas oficinas de trabalho com a Equipe Técnica de Contrapartida, composta por representantes de todas as diretorias do Ipea. Estas oficinas tinham o objetivo de, tomando os insumos como referência, produzir as versões iniciais dos elementos do Plano Estratégico (primeira versão de missão, de visão de futuro e assim por diante). Coube a este grupo o papel de assimilar as metodologias e ferramentas, transferidas pela consultoria, que foram utilizadas ao longo de todo o projeto.

Os resultados gerados nas oficinas de trabalho retornavam às diretorias para serem apreciados por grupos mais amplos, envolvendo um número maior de servidores, que, por sua vez, opinavam e faziam sugestões de melhorias. Este material era então remetido à consultoria, que avaliava sua consistência, propunha aprimoramentos e o submetia à apreciação em reuniões com a Presidência e Diretoria Colegiada, para que estes fossem devidamente debatidos e validados em sua instância final.

Foi também oferecido a todos os servidores do Ipea a oportunidade de acompanhar o andamento do projeto e participar encaminhando contribuições e sugestões por meio de um *hotsite* criado especialmente para este fim.

Outro importante elemento de inovação no planejamento em 2013 foi o desenvolvimento e a implantação de sistema informatizado de gestão de projetos, o Ipea Projetos, desenvolvido pela Astec, suportado pela CGTIC e disponibilizado a todos os servidores. O sistema foi essencial para o sucesso do novo processo de planejamento e garantiu enorme agilidade e transparência na manipulação da grande quantidade de informações relacionadas às dezenas de estudos, às pesquisas, às atividades e aos projetos desenvolvidos pela Casa.

O levantamento de macroprocessos do Ipea, realizado pela Aspla de março a maio de 2013, teve como principal objetivo fornecer uma visão ampla da instituição através do mapeamento das atividades de todas as unidades administrativas, tal como efetivamente realizadas, mesmo que divergentes das registradas no regimento interno, em nível geral (os macroprocessos). A partir do entendimento dos macroprocessos, a instituição pode, então, melhor gerenciá-los, especialmente através de indicadores, e também identificar oportunidades de melhoria que levem ao redesenho dos processos, à aplicação de melhores práticas e à redefinição de estruturas organizacionais e equipes.

Nesse ano em que a estratégia foi revisada, é muito importante ressaltar como a gestão de processos se integra ao planejamento estratégico. O conhecimento dos macroprocessos serve de insumo para a identificação de formas de como alinhar as atividades da instituição à sua estratégia. Por seu turno, a escolha de quais processos devem ser prioritariamente melhorados ou para quais processos indicadores devem ser implantados depende de quais áreas a instituição, em seu planejamento estratégico, decidiu investir.

O levantamento dos macroprocessos no Ipea foi conduzido pela equipe da Aspla, que já possuía experiências anteriores em gestão de processos. Em colaboração com os representantes das diretorias, foram realizadas entrevistas e consultas a documentos institucionais (estatuto, regimento interno, planos, relatórios), elaboraram-se os artefatos necessários (diagramas, documentos, análises, indicadores etc.) e, principalmente, todos os artefatos foram validados com as diretorias.

Foram realizadas 76 reuniões, com excelente dedicação e envolvimento dos representantes designados de cada diretoria e dos próprios diretores e coordenadores-gerais. Em decorrência, foram elaborados os seguintes produtos:

- um mapa de macroprocessos e processos essenciais do Ipea, reconhecido pela própria Instituição como representativo de suas atividades mais importantes, e contendo mais de 22 macroprocessos, detalhados em mais de 120 processos, que compõem mais de 190 páginas de informações;
- um conjunto de indicadores gerenciais sugeridos pelas diretorias e que permite acompanhar os resultados dos macroprocessos e processos selecionados, quando implantados. O conjunto contém 97 indicadores das diretorias finalísticas, 112 indicadores da Diretoria de Desenvolvimento Institucional e 94 indicadores do Gabinete da Presidência, assessorias, Procuradoria, Auditoria e Ouvidoria; e
- um conjunto de oportunidades de melhoria, contendo 221 itens, sendo 72 das diretorias finalísticas, 89 da Dides e sessenta do Gabinete da Presidência, assessorias, Procuradoria, Auditoria e Ouvidoria.

Acredita-se nos efeitos positivos produzidos pelo trabalho realizado, principalmente, por mérito do envolvimento dos próprios participantes, que tiveram a oportunidade de fazer uma revisão das atividades de suas áreas, discuti-las e, em alguns casos, observar oportunidades de melhoria e mudanças que já estão sendo realizadas. A documentação produzida também servirá para nivelamento dos membros das diferentes equipes sobre todas as atividades realizadas pelas diretorias, além de servir de referência para consultas futuras.

A Aspla modificou seus processos de acompanhamento financeiro do planejamento e de acompanhamento de bolsas e auxílios à pesquisa. Quanto ao acompanhamento financeiro do planejamento, buscou-se identificar o máximo possível o impacto financeiro de todos os recursos necessários para a realização dos projetos planejados. Para tanto, foram coletadas diversas informações financeiras, fornecidas pelas diversas unidades, mas principalmente pela Diretoria de Desenvolvimento Institucional (Dides). Com as informações disponíveis e, mais uma vez, com o suporte do sistema de informação de gestão de projetos (Ipea Projetos), foi possível produzir análises sobre a dimensão financeira das estratégias, projetos e atividades planejados. Por sua vez, o processo de acompanhamento de bolsas e auxílios à pesquisa foi levantado em detalhes pela Aspla.

A Aspla participou, ainda, do processo de controle e gestão das bolsas, fazendo a conciliação entre a solicitação das unidades e o Plano de Trabalho desenvolvido para dar suporte à avaliação do Gabinete.

5 REDE IPEA

Tal como havia sido observado no ano anterior, nos projetos que lograram êxito em avançar e obter seus primeiros resultados, a experiência de uso de redes externas para o desenvolvimento de projetos tem sido importante e tem se traduzido num processo de aprendizagem no qual não apenas os aspectos da gestão da Rede e das pesquisas vão sendo mais bem compreendidos e aperfeiçoados, mas também no qual se busca ampliar a articulação entre essas diversas iniciativas, buscando ampliar a sinergia entre as equipes estaduais e do Ipea e buscar a complementação entre as agendas de pesquisa.

Em alguns desses projetos, os resultados já obtidos estão sendo utilizados como insumo para o desenho e a avaliação de políticas públicas, além de estarem gerando novas demandas e criando novas linhas de pesquisa.

Contudo, como parte das dificuldades e desafios que envolvem empreendimentos deste vulto, alguns projetos não foram implementados, por decisão da direção do Ipea, como foi o caso do projeto Rede Urbana do Brasil. Outros foram cancelados em decorrência de problemas relativos à disponibilização das bases de dados, como foi o caso do projeto Matriz Insumo-Produto Regional, que vinha apresentando importantes avanços na construção de uma metodologia adequada para a construção de tabelas de recursos e usos (TRUs) compatíveis para os diversos estados do país.

Neste relatório de atividades, apresentam-se o balanço dos acordos de cooperação técnica, da participação das instituições nas pesquisas, das atividades realizadas, bem como dos produtos já obtidos, além de trazer outros informes gerais sobre a gestão da rede.

O quadro 2 traz um balanço das instituições participantes dos seis projetos ancorados na Plataforma Ipea de Pesquisa em Rede e que foram propostos, inicialmente, pelo Ipea.

QUADRO 2

Instituições participantes dos projetos ancorados na Plataforma Ipea de Pesquisa em Rede

Projeto	Instituições participantes
Economias Baseadas em Bioma – projeto em execução, com atividades previstas até jun./2014.	Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (IDESP) – PA Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC) – MA Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) – AP
Governança Metropolitana no Brasil – projeto em execução, com a publicação de seu primeiro livro e com atividades previstas até dez./2015.	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) – PR Fundação de Apoio e Desenvolvimento da UFMT/Secretaria das Cidades (Uniselva) – MT

(Continua)

Projeto	Instituições participantes
<p>Governança Metropolitana no Brasil – projeto em execução, com a publicação de seu primeiro livro e com atividades previstas até dez./2015.</p>	<p>Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) – MG</p> <p>Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano de São Paulo (Emplasa) – SP</p> <p>Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (IDESP) – PA</p> <p>Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece) – CE</p> <p>Fundação CEPERJ – RJ</p> <p>Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan) – DF</p> <p>Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) – ES</p> <p>Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) – PE</p> <p>Secretaria de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Goiânia (SDRMG) – GO</p> <p>Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia/Sedur (SEI/Sedur) – BA</p> <p>Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE) – RS</p> <p>Secretaria de Planejamento do Estado do Amazonas/Secretaria Metropolitana (Seplan) – AM</p> <p>Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC) – MA</p>
<p>Planejamento e Gestão Governamental na Esfera Estadual – projeto finalizado em 2013, com todos os produtos previstos entregues.</p>	<p>Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece) – CE</p> <p>Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia (SEMAC) – MS</p> <p>Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal de Viçosa (UFV) – MG</p> <p>Fundação CEPERJ – RJ</p> <p>Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (Unicentro) – PR</p> <p>Universidade de Santa Cruz do Sul – RS</p> <p>Fundação Ceciliano Abel de Almeida (FCAA) – ES</p> <p>Fundação Prefeito Faria Lima (Cepam) – SP</p> <p>Universidade Federal do Rio Grande do Norte – RN</p> <p>Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) – BA</p>

(Continuação)

Projeto	Instituições participantes
Coordenação e Cooperação Federativa em Áreas que Recebem Grandes Investimentos – projeto em execução, com atividades previstas até dezembro de 2014.	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece) – CE Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (Condepe/FIDEM) – PE Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) – RJ Fundação Ceciliano Abel Almeida da UFES (FCAA) – ES Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) – RN
Mercosul e Regiões de Fronteira – projeto finalizado, com seus produtos entregues.	Fundação de Apoio e Desenvolvimento da Universidade Federal do Mato Grosso (Uniselva) – MT Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia (SEMAC) – MS Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE) – RS Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes) – PR
O que Podem os Governos Estaduais no Brasil? – projeto em execução, com atividades previstas até jun./2014.	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes) – PR Fundação de Apoio e Desenvolvimento da Universidade Federal do Mato Grosso (Uniselva) – MT Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) – RJ Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia (SEMAC) – MS Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (IDESP) – PA Universidade do Contestado (UnC) – SC Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE) – RS Secretaria de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás (Seplan) – GO Departamento de Economia da Universidade Federal de Sergipe (UFS) – SE Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade Federal de Alagoas (FEAC/Ufal) – AL Universidade Federal de Roraima (UFRR) – RR Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) – RN

Além destes, entre os projetos apresentados pelas instituições proponentes, cinco estão em processo de desenvolvimento.

As instituições proponentes e seus respectivos projetos estão apresentadas no quadro 3.

QUADRO 3

Novos Projetos – Rede Ipea

Nome da instituição proponente	Nome do projeto
Fundação João Pinheiro (FJP) – MG	Instituições Participativas no Âmbito da Segurança Pública Brasileira: Programas Impulsionados por Organizações Policiais
Fundação João Pinheiro (FJP) – MG	Projeções Multirregionais de Mão de Obra Qualificada no Brasil
Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes) – PR	Migrações Internas nos Décênios 1990 e 2000 em UFs Selecionadas: Mudanças e Continuidades
Fundação Seade – SP	Mapeamento da Vulnerabilidade Social nas Regiões Metropolitanas Brasileiras
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) – RJ	Democratização do Acesso à Justiça e Efetivação de Direitos: a Justiça Itinerante no Brasil

Além destes cinco projetos de pesquisa, a Rede Ipea também ancora o grupo Regionalização da Saúde no Brasil, que já realizou um encontro em 2013 e planeja a transformação de suas reflexões na estruturação de um trabalho a ser implementado por meio de uma nova chamada pública.

O quadro 4 traz as solicitações de apoio técnico que estão sendo apoiadas pelo Ipea, conforme a demanda e o plano de trabalho proposto pelas instituições solicitantes.

QUADRO 4

Solicitações de apoio técnico – Rede Ipea (2013)

Nome da instituição proponente	Nome do projeto
Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes) – PR	Indicador de Desenvolvimento Sustentável por Bacias Hidrográficas do Estado do Paraná
Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia (SEMACE) – MS	Indicador de Desenvolvimento Sustentável do Mato Grosso do Sul (IDS/MS)
Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia (SEMACE) – MS	Rede de Planejamento e Desenvolvimento Socioeconômico de Mato Grosso do Sul – Rede Plade
Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí (Cepro) – PI	Avaliação de Indicadores e dos Impactos das Políticas Sociais nas Áreas de Extrema Pobreza no Estado do Piauí
Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) – PE	Impactos e Sustentabilidade dos Grandes Projetos Econômicos no Solo Urbano da Região Metropolitana do Recife

A implementação da Rede Ipea tem seu ponto de partida na celebração de acordos de cooperação técnica (ACTs) firmados entre o Ipea e as instituições participantes.

O quadro 5 traz o balanço do processo de celebração dos ACTs.

QUADRO 5

Situação dos ACTs da Rede Ipea (dez./2013)

Instituição	Situação
Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Belo Horizonte (RMBH) – MG	ACT vigente
Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (Condepe/ Fidem) – PE	ACT vigente
Centro de Pesquisas “Judiciário, Justiça e Sociedade”, da Escola Superior da Magistratura da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (Ajuris)	ACT vigente
Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan) – DF	ACT vigente
Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (Emplasa) – SP	ACT vigente
Fórum Brasileiro de Segurança Pública	ACT vigente
Frente Nacional dos Prefeitos (FNP) – Observatório dos Consórcios Públicos e do Federalismo (OCPF)	ACT vigente
Fundação Ceciliano Abel de Almeida (FCAA)/Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	ACT vigente
Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí (Cepro) – PI	ACT vigente
Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (CEPERJ) – RJ	ACT vigente
Fundação de Apoio e Desenvolvimento da Universidade Federal de Mato Grosso (Uniselva)	ACT vigente
Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação de Mato Grosso do Sul (FADEMS)	Até o momento não houve possibilidade de inserção da instituição no projeto Rede Ipea.
Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE) – RS	ACT vigente
Fundação João Pinheiro (FJP) – MG	ACT vigente
Fundação Joaquim Nabuco – PE	ACT vigente
Fundação Prefeito Faria Lima (CEPAM) – SP	ACT vigente
Fundação Seade – SP	ACT vigente
Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC) – MA	ACT vigente

(Continua)

(Continuação)

Instituição	Situação
Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (IDESP) – PA	ACT vigente
Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba (Ideme) – PB	ACT vigente
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece) – CE	ACT vigente
Instituto de Tecnologia e Pesquisa (ITP) – SE	ACT vigente
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Tocantins – Campus Gurupi (IFTO) – TO	ACT vigente
Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) – ES	ACT vigente
Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes) – PR	ACT vigente
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) – RJ	Assinado
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) – RS	ACT vigente
Secretaria de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Goiânia (SDRMG)	ACT vigente
Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Bahia (SEDUR) – BA	Aguardando o envio das vias assinadas pelo representante da SEDUR.
Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia (SEMACE) – MS	ACT vigente
Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (Seplan) - AM	ACT vigente
Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico de Alagoas (Seplande) – AL	Processo esta no GABIN, para decisão quanto à assinatura.
Secretaria de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás (Seplan/GO) – GO	ACT vigente
Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) – BA	ACT vigente
Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) – RS	ACT vigente
Faculdade de Direito de Ribeirão Preto (FDRP) da Universidade de São Paulo (USP) – SP	O processo foi cancelado.
Núcleo de Apoio à Pesquisa Observatório da Inovação e Competitividade (NAP-OIC) do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP) – SP	ACT vigente
Universidade do Contestado (UNC) – SC	ACT vigente
Universidade Estadual de Maringá (UEM) – PR	ACT vigente

(Continua)

(Continuação)

Instituição	Situação
Centro de Apoio à Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo – SP	Na Presidência, aguardando assinatura do presidente do Ipea.
Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro) – PR	ACT vigente
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico (PPGDE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR) – PR	ACT vigente
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) – MS	ACT vigente
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade Federal de Alagoas (FEAC-UFAL) – AL	ACT vigente
Universidade Federal de Goiás (UFG) – GO	ACT vigente
Universidade Federal de Roraima (UFRR) – RR	Na Presidência, aguardando assinatura do presidente do Ipea.
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – SP	ACT vigente
Departamento de Economia da Universidade Federal de Sergipe (DEE/UFS) – SE	ACT vigente
Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal de Viçosa (IPPDS-UFV) – MG	ACT vigente
Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) – AP	ACT vigente
Universidade Federal do Amazonas (UFAM) – AM	ACT vigente
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – RJ	Aguardando proposta da área técnica.
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) – RN	ACT vigente
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) – RJ	Aguardando as vias assinadas pela instituição.

Há, portanto, sete processos de assinatura de ACTs pendentes, conforme balanço disponibilizado pela Divisão de Apoio à Pesquisa (DVPEQ), sendo que três deles aguardam assinatura do presidente do Ipea e um deles encontra-se sob análise na DVPEQ.

Os ACTs cuja vigência está se encerrando estão em processo de renovação, conforme nova minuta de acordo do Proredes elaborada pela DVPEQ e validada pela coordenação da Rede Ipea.

5.1 BALANÇO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS PROJETOS DA REDE IPEA EM 2013

Em 2013, a implementação dos projetos “ativos” da Rede Ipea, envolvendo a realização de encontros e de produtos previstos no Plano de Trabalho, apresenta o seguinte balanço, conforme detalhado no quadro 6.

QUADRO 6

Atividades desenvolvidas pelos projetos da Rede Ipea (2013)

Projeto	Coordenador	Evento	Produto gerado
Economias Baseadas em Biomas	João Paulo Viana	Oficina para apresentação dos resultados preliminares – jun./2013.	1 relatório: Relatório das cadeias de comercialização da Região de Integração do Rio Capim
Governança Metropolitana no Brasil	Marco Aurélio Costa	<p>Realização de oficina de trabalho – abr./2013.</p> <p>Organização e participação em Sessão Livre da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR) – maio/2013. Quantidade de participantes: 40.</p> <p>Realização de seminário de lançamento do livro <i>40 anos de regiões metropolitanas no Brasil</i> – set./2013. Quantidade de participantes: 60.</p> <p>Realização de oficina de trabalho – set./2013 – 25 participantes.</p> <p>Participação em audiência pública na Câmara Federal – set./2013. Quantidade de participantes: 20.</p> <p>Participação em duas reuniões técnicas da Comissão Especial do Estatuto da Cidade, na Câmara Federal (out./2013).</p> <p>Participação, a convite, em seminários e eventos regionais para discussão da questão metropolitana no Brasil, em Florianópolis, Porto Alegre, Ilhéus e Belo Horizonte, nos meses de outubro e novembro (após o lançamento do livro).</p>	<p>14 relatórios finais do componente 1.1 da pesquisa;</p> <p>14 relatórios preliminares do componente 1.2 da pesquisa;</p> <p>Livro: <i>40 anos de regiões metropolitanas no Brasil</i>;</p> <p>14 relatórios finais do componente 1.2 da pesquisa; e</p> <p>5 apresentações de PPT em eventos, a convite.</p>
Planejamento e Gestão Governamental na Esfera Estadual: Uma Análise Comparativa dos Processos, Conteúdos e Sistemas de Acompanhamento dos Planos Plurianuais – PPAs	Roberto Rocha Coelho Pires	Seminário Desafios da Interlocação Federativa para o Planejamento Plurianual – 16 out. 2013. Quantidade de participantes: 470.	11 relatórios (10 relatórios estaduais e 1 relatório consolidado/comparativo) – publicados eletronicamente (CD-Rom + <i>site</i> Ipea + <i>site</i> MP). Obs.: os relatórios estão disponíveis na página do projeto no site da Rede Ipea.
Coordenação e Cooperação Federativa em Áreas que Recebem Grandes Investimentos	Paulo de Tarso Linhares	Oficina realizada nos dias 12 e 13 dez. 2013 – São Luís/MA. Quantidade de participantes: 15.	Capítulo do BD 2013: Cooperação e coordenação federativa em áreas de grande investimentos – bases metodológicas.

(Continua)

(Continuação)

Projeto	Coordenador	Evento	Produto gerado
Mercosul e Regiões de Fronteira	Rodrigo Fracalossi de Moraes	Pesquisa de campo em municípios do Mato Grosso do Sul, conduzida pelos integrantes da equipe do projeto naquele estado.	<p>Artigo escrito por autor externo ao Ipea sobre segurança em áreas de fronteira, a ser publicado no livro <i>O Brasil e a segurança em seu entorno estratégico</i>, organizado pelo Ipea;</p> <p>Relatório final por parte da FEE, abrangendo investimentos produtivos e infraestrutura em regiões de fronteira; e</p> <p>Relatório final por parte do Iparde, abrangendo questões relativas ao trabalho em regiões de fronteira.</p>
O que Podem os Governos Estaduais no Brasil? Experiências Comparadas	Aristides Monteiro Neto	Oficina de Trabalho – 3 jun. 2013. Quantidade de participantes: 5.	<p>TD nº 1.889 – <i>Dívidas estaduais, federalismo fiscal e desigualdades regionais no Brasil: percalços no limiar do século XXI</i>. Autores: Alexandre Manoel A. da Silva (Dirur), Aristides Monteiro Neto (Dirur) e José Carlos Gerardo (Ministério da Fazenda);</p> <p>TD nº 1.894 – <i>Governos estaduais no federalismo brasileiro: capacidades e limitações no cenário atual</i>. Autor: Aristides Monteiro Neto (Dirur);</p> <p>TD no prelo – <i>Governos estaduais no ambiente federativo inaugurado pela Constituição Federal de 1988: aspectos políticos e institucionais de uma atuação constrangida</i>. Autor: Ricardo Ismael (Bolsista/Consultor PNPd, PUC-RJ);</p>

(Continua)

(Continuação)

Projeto	Coordenador	Evento	Produto gerado
O que Podem os Governos Estaduais no Brasil? Experiências Comparadas	Aristides Monteiro Neto	Oficina de Trabalho – 3 jun. 2013. Quantidade de participantes: 5.	<p>TD no prelo – <i>Federalismo e autonomia fiscal dos governos estaduais no Brasil: notas sobre o período recente (1990-2010)</i>. Autor: José Raimundo Vergolino (bolsista/consultor PNPD);</p> <p>Relatório de pesquisa – Relações intergovernamentais na China: características e trajetória recente. Autor: Robson Dias da Silva (bolsista/consultor PNPD, UFRRJ);</p> <p>Relatório de pesquisa – Federalismo sem pactuação: governos estaduais na antessala da Federação. Autor: Aristides Monteiro Neto (Dirur); e</p> <p>Texto de contribuição externa – <i>Sobre desenvolvimento, planejamento e desafios para a pactuação multiescalar no federalismo brasileiro</i>. Autor: Carlos Antonio Brandão (IPPUR/UFRJ);</p> <p>Texto de contribuição externa – <i>A guerra fiscal no Brasil: breve caracterização e análise das disputas interestaduais por investimentos em período recente</i>. Autor: Danilo Jorge Vieira (UFMG); e</p>
O que Podem os Governos Estaduais no Brasil? Experiências Comparadas	Aristides Monteiro Neto	Oficina de Trabalho – 3 jun. 2013. Quantidade de participantes: 5.	<p>Texto de contribuição externa – <i>Capacidades nodais do Estado e estratégias de desenvolvimento: uma perspectiva latino-americana</i>. Autores: Víctor Ramiro Fernández e María Jimena García Puente (Universidad Nacional del Litoral, Santa Fé, Argentina).</p>

(Continua)

(Continuação)

Projeto	Coordenador	Evento	Produto gerado
Instituições Participativas no Âmbito da Segurança Pública Brasileira: Programas Impulsionados por Organizações Policiais	Almir de Oliveira Junior	<p>Reunião dos coordenadores em Cuiabá, por ocasião do Encontro Anual do Fórum Brasileiro de Segurança Pública – 17 jul. 2013. Quantidade de participantes: 6.</p> <p>Apresentação dos resultados parciais da pesquisa no Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), em Águas de Lindoia – 24 set. 2013. Quantidade de participantes: 20.</p> <p>Oficina de trabalho realizada no Ipea-Rio, com todos os coordenadores e bolsistas – 13 dez. 2013. Quantidade de participantes: 12.</p>	Relatório parcial para apresentar com produto.
Projeções Multirregionais de Mão de Obra Qualificada no Brasil	Rafael Henrique de Moraes Pereira	<p>2ª Oficina realizada em Belo Horizonte – abr./2013. Quantidade de participantes: 12.</p> <p>3ª Oficina realizada em Belo Horizonte – set./2013. Quantidade de participantes: 6.</p>	<p>Plano de trabalho e termo de referência (revisados);</p> <p>Relatório descritivo da distribuição espacial da mão de obra qualificada no Brasil;</p> <p>Relatório sobre a projeção espacializada da expansão do ensino superior nos cursos analisados com resultados até 2020 para o Brasil (parcialmente entregue);</p> <p>Relatório sobre a projeção espacializada das taxas de mortalidade e aposentadoria das pessoas com ensino superior nos cursos analisados com resultados até 2020 para o Brasil;</p> <p>Relatório sobre a projeção espacializada dos fluxos migratórios das pessoas com ensino superior nos cursos analisados com resultados até 2020 para o Brasil (parcialmente entregue).</p>

(Continua)

(Continuação)

Projeto	Coordenador	Evento	Produto gerado
Migrações Internas nos Décênios 1990 e 2000 em UFs Seleccionadas: Mudanças e Continuidades	Herton Hellery Araújo	Reunião com as instituições envolvidas para avaliação do andamento de seus respectivos trabalhos e preparação da estratégia de apresentação destes na CODE 2013. Quantidade de participantes: 9. Reunião de trabalho para afinar os prazos e conteúdos dos textos para o livro que será publicado. Quantidade de participantes: 10. Reunião para apresentação dos trabalhos e definição de prazos para entrega dos produtos finais (mar./2014). Quantidade de participantes: 9. VIII Encontro Nacional sobre Migrações. Quantidade de participantes: 9.	1 texto da Codeplan. 2 textos da SEI. 2 textos do Ipardes. 2 textos da FEE. 2 textos do Ipea.
Mapeamento da Vulnerabilidade Social nas Regiões Metropolitanas Brasileiras	Marco Aurélio Costa	Participação dos parceiros do projeto no seminário Índice de Pobreza Multidimensional, promovido pelo PNUD, em mar./2013. Quantidade de participantes: 45. Realização de oficina de trabalho do projeto, no Ipea, em mar./2013. Quantidade de participantes: 15. Participação dos parceiros do projeto no Workshop Construção do Índice de Desenvolvimento Municipal da Anipes, promovido pela Fundação Seade, em jun./2013. Quantidade de participantes: 40.	Relatório parcial com notas metodológicas sobre o projeto e resultados preliminares (dez./2013).
Democratização do Acesso à Justiça e Efe-tivação de Direitos: a Justiça Itinerante no Brasil	Bernardo Abreu de Medeiros	2ª Oficina de trabalho – Treinamen-to dos pesquisadores – 20 a 22 fev. 2013, no Rio de Janeiro. Quantidade de participantes: 8. 3ª Oficina de trabalho – Apresentação e discussão dos resultados parciais – 3 e 4 dez. 2013 – Aracaju, SE/UNIT. Quantidade de participantes: 8.	Formulários de coletas de dados, produzido pela TI do Ipea em formato digital. Relatórios de pesquisa, em elaboração.

Além dos projetos apresentados no quadro 6, vale apresentar um balanço do projeto Matriz Insumo-Produto Regional, por se tratar de projeto que apresentou grandes avanços metodológicos, mas cuja continuidade ficou comprometida pela falta de um arranjo institucional que permitisse às equipes acessarem os dados fornecidos pelas instituições estaduais ao IBGE.

Projeto descontinuado

Projeto: Matriz insumo-produto regional

Coordenador: Gabriel Coelho Squeff

Eventos:

Curso de capacitação em contas nacionais e em matriz insumo-produto – 14 jan. 2013 – MIP Regional. Quantidade de participantes: 36.

Debate com pesquisadores da Rede para discutir detalhes metodológicos a serem adotados por todos os participantes do projeto MIP Regional – 11 e 12 mar. 2013. Quantidade de participantes: 8.

Reunião no Ipardes, instituição participante do projeto Matriz Insumo-Produto Regional (Proredes), sobre a metodologia sugerida por este instituto para elaboração das matrizes dos demais estados participantes do referido projeto – 4 e 5 jun. 2013. Quantidade de participantes: 8

Produto gerado:

Relatório de atividades (arquivo “MIP Regional - 1º Relatório Parcial de Atividades”).

A partir das informações apresentadas, o balanço de produção dos projetos da Rede Ipea mostra a realização de 33 eventos, com a participação de 905 pessoas e produção de 62 relatórios de pesquisa (entre preliminares e finais), quatro TDs, 26 capítulos de livro e textos de contribuição externa e um livro.

Informações complementares acerca da implementação das bolsas e auxílios constam das planilhas de acompanhamento elaboradas pela DVPEQ e podem ser solicitadas à Secretaria Executiva da Rede Ipea.

5.1 OUTRAS INFORMAÇÕES

Ainda como parte das atividades da Rede Ipea, cumpre salientar a atividade permanente de atualização da página da Rede Ipea e a articulação das iniciativas de Pesquisa da Rede Ipea com outras pesquisas que estão sendo conduzidas na Casa.

Destaca-se, nesse sentido, o projeto Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, iniciativa também ancorada na Rede Ipea, que apresenta uma profícua articulação com os projetos Mapeamento da Vulnerabilidade Social nas Regiões Metropolitanas Brasileiras e Governança Metropolitana no Brasil.

O lançamento da plataforma *web* do *Atlas do desenvolvimento humano no Brasil*³ e de sua primeira publicação, em julho de 2013, conformou-se no evento de maior repercussão do Ipea na mídia nacional e tem gerado um número expressivo de acessos à plataforma.

Para 2014, está previsto o lançamento do *Atlas metropolitano* e de uma nova versão da plataforma *web*, além de novas publicações associadas ao projeto.

6 AUDITORIA INTERNA DO IPEA (AUDIN)

A unidade de Auditoria Interna (Audin) do Ipea foi criada com a edição do Decreto nº 7.142, de 29 de março de 2010 (Art. 5º - Inciso “b” e art. 8º do anexo I), que dispõe sobre o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto. A Audin também é mencionada na redação do Art. 21 do Regimento Interno do Ipea, conforme previsto no anexo à Portaria nº 112, de 3 de dezembro de 2010, da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR).

3. Disponível em: <www.atlasbrasil.org.br>.

A força de trabalho da Audin é composta pelo auditor e por uma técnica de nível superior do quadro efetivo do instituto, que, além de contribuir para o desenvolvimento das ações previstas no plano de trabalho da unidade, também substitui o titular da Audin em suas ausências e impedimentos. Cabe acrescentar que, até outubro de 2013, cabia também ao auditor o exercício das competências previstas no Art. 40 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei do Acesso à Informação).

Tendo em vista que o Ipea encontra-se vinculado à SAE/PR, de acordo com o inciso III do Art. 2º do anexo I ao Decreto nº 6.517, de 28 de julho de 2008 (Estrutura Regimental da SAE/PR), a sua unidade de Auditoria Interna atua sob a orientação e supervisão técnica da Secretaria de Controle Interno da Secretaria Geral da Presidência da República (CISSET/SG/PR).

6.1 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

No tocante ao exercício de 2013, encontram-se destacadas a seguir as principais atividades e produtos desenvolvidos pela Audin, tendo em vista a programação estabelecida no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT) deste exercício, e demais demandas formuladas no decorrer do exercício:

- assessoramento, orientação e supervisão de atividades relacionadas à elaboração e encaminhamentos de ofícios e notas pelo presidente do Ipea aos órgãos de controle (CGU, CISSET, TCU), bem como a prestação de esclarecimentos de questões relativas ao controle junto a diversas unidades do Ipea;
- acompanhamento de cobranças, diligências, solicitações e relatórios de auditorias – CISSET, CGU e/ou do TCU –, bem como de outras demandas emanadas da Secretaria de Controle Interno, com vistas ao seu adequado atendimento;
- realização de auditorias previstas no PAINT ou de outras eventualmente agendadas e consideradas necessárias para atendimento de questões específicas e relevantes, acompanhadas dos respectivos processos de monitoramento de providências a cargo do gestor, com vistas ao saneamento das pendências apontadas pela Audin e dos demais Órgãos de Controle Interno e Externo da União (CISSET, CGU e TCU); e
- exercício das competências de que trata o Art. 40 da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), até o mês de outubro de 2013, correspondente ao período em que o auditor permaneceu responsável por acompanhar e assegurar o cumprimento da LAI no âmbito do Ipea, por força da Portaria Ipea nº 137, de 15 de maio de 2012. Entretanto, é de se ressaltar que esta atividade foi realocada para a Ouvidoria do Ipea a partir da publicação da Portaria Ipea nº 229, de 22 de outubro de 2013, publicada na seção 2 do *Diário Oficial da União* (DOU), de 31 de outubro de 2013.

6.2 EXAME DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL – EXERCÍCIO 2013

De acordo com o disposto na Decisão Normativa (DN) nº 132, de 2 de outubro de 2013, do Tribunal de Contas da União (TCU), e em seu anexo I, ficou definido que o Ipea integrará o rol das unidades jurisdicionadas da Presidência da República, cujos responsáveis terão as contas de 2013 julgadas por essa Corte de Contas, com processo constituído até 30 de julho de 2014.

Adicionalmente, caberá também ao Ipea a apresentação do Relatório de Gestão até 31 de março de 2014, em observância ao previsto na DN TCU nº 127, de 15 de maio de 2013, dentro das condições e na forma estabelecida pela Instrução Normativa (IN) TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010.

6.3 PARTICIPAÇÃO EM CURSOS

Em relação à participação em eventos e projetos de capacitação e de atualização de conhecimentos previstos no PAINT de 2013, compete destacar os comparecimentos pelos servidores lotados na Audin, conforme o quadro 7.

QUADRO 7

Participação em eventos de capacitação – Audin (2013)

Cursos	Período	Participantes
Curso Certified Internal Auditor (CIA) e Certification in Control Self-Assessment (CCSA) – IIA – Módulo IV, realizado no Centro de Desenvolvimento e Capacitação da Presidência da República em Brasília	1º a 3/4/2013	José Sebastião C. dos Santos
7ª Reunião do Comitê Técnico de Auditoria da Presidência da República – CTA/PR, realizado em Belém/PR	18 e 19/4/2013	José Sebastião C. dos Santos
Curso Siafi Gerencial, realizado no Ipea em Brasília	25 a 28/6/2013	José Sebastião C. dos Santos e Queise Leocádia C. Mandim
34º Congresso Brasileiro de Auditoria Interna – CONBRAI, realizado na cidade de Fortaleza	22 a 25/9/2013	Queise Leocádia C. Mandim e Nilson Pereira de Moura

6.4 AUDITORIAS REALIZADAS PELA AUDIN

No decorrer deste exercício, foram realizados três exames de auditoria em cumprimento à programação prevista no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINTE/2013, conforme se pode observar no detalhamento descrito itens “1”, “2” e “4” a seguir.

Além do programado no PAINTE/2013, cabe esclarecer que foi realizado outro procedimento de auditoria, com o intuito de averiguar denúncia encaminhada pela Diligência COAUD nº 2013/143, da Coordenação-Geral de Auditoria da Secretaria de Controle Interno da Secretaria-Geral da Presidência da República (CISSET/SG/PR), pertinente à Denúncia nº 24529-53, postada em 7 de agosto de 2012 (item “3”).

1. Auditoria de projeto financiado com recursos externos, oriundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID): conforme previsto no item 2 do PAINTE/2013, este exame teve por objetivo central propiciar conhecimentos para a equipe da Audin no tocante aos processos de seleção, contratação e execução de projetos a cargo de empresas prestadoras de serviços de consultoria na área de desenvolvimento institucional, custeados parcialmente com recursos externos – BID, de acordo com o Contrato de Empréstimo nº 1.841/OC-BR – Programa Ipea Pesquisa, observando as normas de contratação e acompanhamento estabelecidas por este organismo estrangeiro, bem como a verificação do cumprimento dos normativos brasileiros. Entre a análise documental, destacou-se a verificação do contrato sob o nº 019/2012, de 30 de novembro de 2012, firmada entre o Ipea e a Marcoplan – Prospectiva, Estratégia & Gestão S/S Ltda., no valor de R\$ 875.137,70, com vigência a partir de 30/11/2012 a 17/12/2013, cujo objeto se destina à “prestação de serviços de consultoria técnica para fornecer ao Ipea apoio técnico e metodológico em seu processo de planejamento estratégico e desenvolvimento institucional”.
2. Auditoria de eventos do Ipea: preliminarmente, a equipe de auditoria procurou inteirar-se da sistemática adotada pela área de gestão de eventos no tocante ao arcabouço de viabilização destas ações. Após esta etapa, buscou-se avaliar o processo de seleção e contratação de empresa(s) prestadora(s) de serviços de apoio a eventos internos e externos conduzidos pelo Ipea, para divulgação de produtos e serviços da Instituição, assim como a execução destes trabalhos, em atenção ao disposto no item 3 do PAINTE/2013. Para tanto,

foram averiguados os certames licitatórios de seleção e contratação das empresas prestadoras de serviços, bem como o cumprimento dos contratos firmados junto à empresa Alvo Eventos Ltda. para atuação no apoio a eventos realizados pelo Ipea nas regiões Norte e Sul do país (Contrato nº 017/2012) e perante à Agência de Eventos, Negócios e Serviços Ltda., com sede em Brasília (DF), para suporte a eventos localizados nas regiões Nordeste, Sul e Centro-Oeste (Contrato nº 018/2012), com vistas a verificar a conformidade com os normativos vigentes e a aderência dos objetos ao Plano de Trabalho do Instituto.

3. Auditoria para apuração de denúncia de supostas irregularidades ocorridas na gestão do Contrato nº 47/2011 – Diligência Ciset/COAUD nº 2013/143: em atendimento ao Ofício nº 505/2013/COAUDD/Ciset/SG-PR de 5 de junho de 2013. O Ipea encaminhou à Ciset/SG/PR, por meio do Ofício nº 135/PRESI/Ipea, de 05 de julho de 2013, cópia do Relatório de Auditoria nº 003/2013, elaborado por esta unidade de Auditoria Interna, contemplando informações e posicionamento da Audin a respeito da procedência ou não da denúncia, bem como manifestação da administração no tocante a providências a serem adotadas.
4. Auditoria de contrato de terceirização de apoio administrativo: em resposta ao item 4 do PAINT aprovado para 2013, e considerando a necessidade de averiguar se a execução do contrato subsequente de prestação de serviços de apoio administrativo está sendo conduzido sem os mesmos problemas detectados no contrato anterior objeto da denúncia (Empresa Prestacional Ltda.), esta Audin resolveu selecionar o Contrato nº 04/2013 (empresa Plansul – Planejamento e Consultoria Ltda.), para exame de sua execução a partir de sua vigência (fevereiro 2013). Este procedimento de auditoria envolveu o estudo das peças contidas no conjunto de volumes do Processo Ipea nº 03019.000914/2012-10, apensadas até 8 de agosto de 2013.

6.5 CONSTATAÇÕES APONTADAS E RECOMENDAÇÕES

Em relação às três auditorias programadas no PAINT/2013, constam das respectivas conclusões e recomendações, os seguintes apontamentos, observações e constatações, cuja transcrição dos referidos relatórios estão acompanhadas das correspondentes justificativas do gestor, conforme detalhado nos boxes de 2 a 4 a seguir.

BOX 2

Relatório de Auditoria nº 001 (4 abr. 2013)

Auditoria de projeto financiado com do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no âmbito do Programa Diagnósticos, Perspectivas e Alternativas para o Desenvolvimento Brasileiro. Detectou-se, no decorrer da análise do Contrato nº 019/2012 (Processo Ipea nº 03018.000002/2012-40), entre o Ipea a empresa Marcoplan Ltda., alguns pontos acerca dos procedimentos de seleção e contratação da referida empresa que suscitaram alguns questionamentos desta Audin junto à área responsável, culminando nas seguintes constatações:

Constatações: (1) Inobservância da proporcionalidade pactuada entre as fontes de recursos (BID e União/contrapartida nacional) nos desembolsos ocorridos no decorrer da execução; (2) Divergência entre período de abrangência do Planejamento Estratégico previsto no TR (2012 a 2015) e o firmado no Contrato Ipea/Macroplan (2013 a 2022); (3) Existência de normativo interno para regular a seleção de consultores individuais (e sua adequação/Compatibilidade com as normas correlatas do BID) em contraponto à ausência de normativo do Ipea para a seleção de pessoas jurídicas (empresas de consultoria); (4) Atrasos no cumprimento do cronograma sem justificativas ou providências adotadas pelo Ipea. (5) Existência de dois registros com informações contratuais (Contrato de Empréstimo nº 1841/OC-BR) divergentes na página Intranet do Ipea (Rede corporativa interna). (6) Chamou também a atenção desta Audin a parte final do Volume 9 do Processo Ipea nº 03018.000002/2012-40 (Fls. 2.201 a 2.215), onde se encontra documentação acerca de tratativas para a possível celebração de Termo Aditivo ao Contrato nº 019/2012 (Ipea e Macroplan – Prospectiva, Estratégia & Gestão S/S Ltda.), para o fornecimento por essa empresa de sistema informatizado de monitoramento operacional a ser utilizado pela Assessoria de Planejamento e Articulação institucional de Projetos e Pesquisas – Aspla deste Instituto.

(Continua)

Justificativa do gestor: em resposta a SA nº 01/2012-Audin, o gestor encaminhou o Memorando nº 007/2013/UCP/Dides, de 26/03/2013, com a seguinte justificativa: (1) “Não obrigatoriedade de proporção fixa, tanto nos contratos firmados no âmbito do programa quanto nos exercícios financeiros. A obrigação da proporcionalidade somente se dará ao final do contrato, onde o total de recursos de contrapartida não poderá ser inferior a 18,75% do valor total do contrato de empréstimo nº 1841/OC-BR. Variabilidade entre os componentes do Programa Ipea Pesquisa: no Componente I, a proporção deve ser 84% BID para 16% Contrapartida; no Componente II, 94% BID para 6% Contrapartida; e no Componente III, 85% BID para 15% Contrapartida. Disponibilidade orçamentária e financeira no momento de cada contratação.” (2) “As especificações iniciais do Termo de Referência para prestação de serviços de consultoria não são estanques: admite-se que as firmas consultoras especifiquem, detalhem e inovem metodologicamente. Os termos finais que constam do contrato são o resultado da combinação entre Termo de Referência enviado aos licitantes, Proposta da empresa vencedora, e ajustes realizados na fase de Negociação. A empresa Macroplan inovou ao propor um horizonte de tempo maior do que aquele inicialmente pensado pela Administração do Ipea, e essa inovação foi aceita e até mesmo valorizada pelo Comitê de Seleção.

O contrato assinado com a empresa Macroplan contempla tanto a “Realização de estudos, concepção, metodologia e revisão do Plano Estratégico do Ipea para o horizonte dos próximos 10 anos (2013-2022)” quanto o “Detalhamento da estratégia em planos de médio prazo (horizonte quadrienal: 2013-2016)”. Logo, entende-se que o contrato supriu as exigências estabelecidas no TR e incrementa o período de planejamento estratégico inicialmente previsto, sem prejuízo para o escopo dos serviços. Outro fator que contribuiu para alterar o período de abrangência foi o prazo dispensado na assinatura do contrato com a empresa Macroplan, que se deu apenas em 30/11/2012, inviabilizando que se abrangesse o ano de 2012.” Cabe destacar ainda que a minuta do contrato foi submetida previamente à aprovação do BID, que a considerou em conformidade com as normas de aquisições do Banco.” (3) “Para a contratação de consultor individual existe somente um método de contratação, estabelecido no item V da GN 2350-7, que se baseia nas qualificações dos consultores. Além das políticas de aquisições do BID, existem ainda normas nacionais que regulamentam a contratação de consultores individuais, como o Decreto nº 5.151 de 22/07/2004 e a Portaria MRE nº 717 de 09/12/2006. Para possibilitar a aplicação tanto dos dispositivos normativos nacionais quanto internacionais e padronizar os processos internos, o Presidente do Ipea editou a Portaria Ipea nº 403 de 20/12/2011. A inexistência de normativo interno para contratação de pessoas jurídicas se deve ao fato de não existir somente um procedimento, mas sim seis (SBQC, SBQ, SOF, SBMC, SQC, e contratação direta – CD), que dependerá da especificidade de cada projeto/contratação e respectivo valor. Entende-se que os dispositivos das GN 2350-7 para cada um desses procedimentos são suficientemente detalhados e esgotam a necessidade de regulamentação adicional. Além disso, o volume de processos de contratação de firmas consultoras anualmente é bastante reduzido.”

(4) “Anexamos documento encaminhado pelo fiscal do contrato Ipea/Macroplan, que informa o andamento do cronograma de execução e justificativas para eventuais atrasos.” O documento anexado ao Memorando nº 007/2013/UCP/Dides intitulado “Andamento do Projeto – Contrato de Prestação de Consultoria nº 019/2012 – 21/03/2013”, de autoria da empresa Macroplan S/S Ltda. apresenta as justificativas de atraso das Atividades 1, 2, como sendo principalmente por dificuldades no agendamento de reuniões e entrevistas e pela decisão de implantar um hot site em substituição a um boletim mensal via e-mail, influenciando em atraso das Atividades 5 e 6. No entanto, não foram apresentadas justificativas para os atrasos nas atividades 3 e 4, tendo apenas sido declarado o compromisso de seu cumprimento ainda no mês de abril. Nas “Considerações Finais” do Relatório o Gerente do projeto da Macroplan acrescenta que “Entretanto, apesar desses atrasos iniciais, os prazos finais previstos no cronograma serão mantidos, não havendo necessidade de reprogramação.”

(5) “A UCP sempre mantém atualizada a sua página na rede corporativa do Ipea. O segundo caminho encontrado pela auditoria interna era desconhecido por esta Unidade. As medidas necessárias já foram tomadas por meio de solicitação à assessoria de comunicação do Ipea – ASCOM para exclusão da informação divergente, que estava desatualizada.”

(Continua)

Recomendações: Quanto às constatações de números 1 a 5, esta Audin considerou satisfatórias as justificativas apresentadas. No entanto, quanto ao item 6 que trata de “possível celebração de Termo Aditivo ao Contrato no 019/2012” a Auditoria Interna do Ipea posicionou-se contrária à formalização desse aditivo, recomendando a adoção de outro processo seletivo, caso a Administração queira adquirir o produto.

Posição da Audin: A recomendação foi acatada uma vez que a aditivação não foi realizada, conforme informado no Memorando no 56/2013/Dides/Ipea, de 21/10/2013.

BOX 3

Relatório de Auditoria nº 002 (17 jun. 2013)

A auditoria nos contratos no 017/2012 e 018/2012, firmados entre o Ipea e as empresas Alvo Eventos Ltda. e Agência de Eventos, Negócios e Serviços Ltda. (realização de eventos internos e externos de interesse do Ipea), levou a Audin a questionar alguns aspectos e a solicitar ao gestor esclarecimentos por parte dos representantes da DVCOC/Dides e da Ascom (SA/Audin 002/2013).

Constatações: (1) Ausência da Portaria de designação do servidor Sr. Washington Luis Alves Sousa como pregoeiro no processo, conforme solicitado pelo titular da DVCOC e autorizado pelo Diretor da Dides em despacho de 24/02/2012; (2) Falta de assinatura pela autoridade competente do Ipea em algumas versões do original do TR, em observância ao art. 14 da IN SLTI/MP no 02/2008, e conforme apontado no Parecer no 20/2012-PROFE/Ipea, de 03/02/2012, pela Procuradoria Federal junto ao Ipea – PROFE/Ipea; (3) – Inexistência de manifestação pela equipe da ASCOM nas respostas às diligências da DVCOC/Dides no tocante à qualificação de empresas interessadas no certame; (4) insuficiência de informações relativas à clientela de participantes nas Conferências Estaduais de Desenvolvimento Regional – CODEs e demais eventos realizados com o suporte das empresas contratadas, dada a falta de dados de participantes (quantitativo de presentes) nas respectivas ordens de serviços e documentação anexa; (5) Duplicidade no encaminhamento das faturas pelas empresas contratadas em relação aos seguintes eventos com valores divergentes (não constam no processo o respectivos documentos de lançamentos no SIAFI: a) Conferência Distrital de Desenvolvimento Regional do Distrito Federal – CODE/DF;

b) Conferência Estadual de Desenvolvimento Regional de Goiás – CODE/GO; e c) Seminário Desafios Federativos: “Mecanismos para a solução de controvérsias”; (6) Não anexação do pedido que originou o evento pela unidade interessada (formalizada mediante preenchimento de formulário específico em sistema informatizado do Ipea - “e-pedidos de eventos” ou, quando externo, por outro documento) deve constar no processo; (7) – Ausência de justificativas para a realização de dois eventos: a) Evento realizado no período de 17 a 21/09, no Ipea sede – 16º andar Brasília (DF), para a Presidência do Ipea, ao custo de R\$ 850,00 (Recepcionista) – omitidos o nome do evento e sua finalidade; b) Evento denominado “Dia dos Pais” realizado em período integral em 10/08/2012, ao custo de R\$ 1.970,00 (Lanche e copeiragem), no Auditório do Ipea – Ed. Sede Subsolo Brasília; considerando que a legislação ampara apenas a realização de eventos vinculados ao plano de trabalho do órgão ou aqueles de natureza institucional; (8) Falta de acompanhamento pela Administração do andamento de pedidos de adesão por órgãos da Administração Pública Federal interessado em aderir à Ata de Registro de Preços nº 01/2012: a) especificar os procedimentos de controle dos limites previstos nos anexos dos contratos em relação a cada item contratado; b) No caso de adesão por outro órgão da Administração, explicitar como o Ipea está controlando esses limites; c) Informar os órgão que efetivaram a adesão, considerando que nos autos do processo não foram encontrados documentos confirmando a adesão pelos órgãos interessados (SAE/PR, ANAC, Marinha, INPI e SDH).

(Continua)

Justificativa do gestor: o gestor encaminhou à Audin o Memorando nº 037/Dides, de 27/05/2013, informando: (01) “em fls. 528 e 529 do volume 3 consta Portaria mencionando o servidor Washington Luis Alves Sousa como pregoeiro.” (2) “constam assinaturas da autoridade competente na primeira versão do TR em fls 18 do volume 1 e na última versão, após adequações decorrentes de pareceres da PROFE, em fls. 614 do volume 4, na minuta de edital.”; (3) “consta manifestação da ASCOM conforme segue: AMBP Promoções e Eventos Ltda – EPP (...) Não chegamos a examinar a documentação de qualificação, porque a licitante não passou da fase de propostas.

(4) O gestor anexou a documentação contendo relação de quantitativo de participantes, resumo de cada evento e demais informações solicitadas; (5) “houve duplicidade no encaminhamento das faturas no 0255, 0256 e 0299 em virtude de divergência nos cálculos, conforme segue:- Fatura no 0255 ref. Conferência Distrital de Desenvolvimento Regional do Distrito Federal (fls. 3968 vol. 20). A mencionada fatura não foi paga, (...), tendo sido substituída pela fatura em fls. 4134 vol. 21.- Fatura no 0256 ref. Conferência Estadual de Desenvolvimento Regional de Goiás – CODE/GO (fls. 3973 vol. 20). A mencionada fatura não foi paga, (...) tendo sido substituída pela fatura em fls. 4139 vol. 21.- Fatura no 0299 ref. Seminário Desafios Federativos: “Mecanismos para a solução de controvérsias” (fls. 3997 vol. 20). A mencionada fatura não foi paga, (...), tendo sido substituída pela fatura em fls. 4144 vol. 21.”

(6) O gestor anexou documentação contendo pedidos em e-mails das áreas demandantes – item 6 do anexo ao Memo no 037/Dides. (7.A) - Conforme item 7a. Anexo ao Memo, o gestor identificou e detalhou os eventos realizados no período mencionado. (7.B) “conforme esclarecimentos prestados obtidos na ASCOM e CGPES, a realização do evento está inserida no Programa Qualidade de Vida no Trabalho, em consonância com o Plano de Metas institucionais Globais e Intermediárias do Ipea. O gestor anexou cópia do e-mail de 23/07/2012, onde o titular da Dides solicitou a realização do evento informando fazer parte do Programa de Qualidade de Vida do Ipea. (8) “as adesões ocorreram em 2012, época em que não havia limites para a quantidade de adesões, haja face o disposto no Decreto no 7.892/2013. Quando do pedido do órgão, solicitamos que os mesmos declarassem no ofício o quantitativo a ser utilizado. De qualquer forma, de acordo com nossos registros, apenas 06 (seis) órgãos públicos manifestaram interesse em aderir, dos quais apenas 02 (dois) aderiram, conforme segue:

Secretaria de Direitos Humanos – SDH/PR – conforme documentos em anexo, manifestou interesse em aderir, tendo confirmado a adesão, (...).

Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC – conf. Fls. 3637 vol.18 manifestou interesse, tendo confirmado a adesão, (...).

Fundação Palmares – conf. Fls. 4159 vol. 21 manifestou interesse, mas não aderiu, conforme documentos em anexo.

Comando do 7o Distrito Naval – conf. Fls. 3785 vol. 19 manifestou interesse, mas não aderiu, conforme documentos em anexo.

Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI - conf. Fls. 3914 vol. 19 manifestou interesse, mas não aderiu, conforme documentos em anexo.

Secretaria de Assuntos Estratégicos – SAE/PR - conf. Fls. 3621 vol. 18 manifestou interesse, mas não aderiu, (...).

Informamos ainda que nossa licitação foi realizada de forma que todos os itens foram registrados com valor unitário e quantitativo, o que impede, pelo sistema SIAFI, que seja, por exemplo, pago um item a mais do que o registrado pelo Ipea quando da realização do pregão, além de impedir também pagamentos com valores diversos do registrado.

“O gestor do contrato também se utiliza de planilhas para realizar a gestão interna quanto a sua utilização.” Foram anexados cópias dos e-mails comprobatórios (item 8 do anexo ao Memo 037/Dides) das informações prestadas pelo gestor.

Recomendações: Considerando a necessidade de aperfeiçoamento da governança do processo, esta Unidade de Auditoria sugere à administração do Instituto as seguintes iniciativas: a) avaliar a possibilidade de definição de cronograma prévio contemplando, se possível, todos os eventos que vierem a ser realizados, de forma a distribuí-los de maneira equitativa por todo o exercício, visando propiciar transparência e previsibilidade ao processo, evitar sobrecargas de trabalho às equipes envolvidas (Ascom e Dides) e a adoção de soluções de última hora; b) abster-se de promover eventos, custeados com recursos públicos, de natureza genérica envolvendo datas comemorativas que não guardem vinculação institucional com o Ipea; c) promover regularmente ações educativas junto aos servidores das unidades demandantes, no sentido de atentarem para importância de adoção das recomendações "a" e "b" deste Relatório, promovendo melhor integração entre as áreas responsáveis (Ascom e Dides) e as demais áreas interessadas e d) iniciar gestões junto à área de TI do Ipea de modo a avaliar a possibilidade de implantação de sistema informatizado específico destinado à gestão do processo, bem como o armazenamento das informações pertinentes e do monitoramento das aquisições de órgãos não participantes que aderirem a atas de registro de preços vinculados a esses contratos.

Posição da Audin: A Audin considerou satisfatórias as justificativas, tendo apenas recomendado melhorias no processo de governança na execução desses eventos.

Relatório de Auditoria no 003, de 28/06/2013 – na apuração da Denúncia sobre supostas irregularidades ocorridas na Gestão do Contrato no 47/2011, foram examinados os seguintes documentos:

- Processo Ipea no 03019.000523/2011-01 a 15 (licitação e contratação da Empresa Prestacional Construtora e Serviços Ltda.);
- Processo Ipea no 03019.000028/2012-88 (fiscalização do Contrato no 47/2011);
- Processo Ipea no 03019.000029/2012-22 (movimentação de Recursos da Conta Vinculada ao Contrato 47/2011);
- Processo Ipea no 03019.000055/2012-31 (consulta de saques sobre a conta Vinculada da contratada); e
- Processo Ipea no 03019.000073/2013-13 (relatório de Execução).

Posição da Audin: Após o exame da documentação retromencionada, a Audin apresentou as seguintes conclusões: a) A Empresa Prestacional Construtora e Serviços Ltda., ao não proceder aos recolhimentos das obrigações de FGTS e de outros encargos sociais de seus empregados, descumpriu dispositivos previstos na legislação e na Cláusula 12a do Contrato no 047/2011; b) A fiscal/gestora do Contrato no 047/2011, apesar de ter conhecimento da inadimplência do recolhimento do FGTS, desde abril de 2012, bem como de outras irregularidades por parte da Contratada, limitou-se apenas a expedir ofícios e notificações de cobrança para regularização das pendências; e c) Detectada a persistência dos inadimplementos por parte da Contratada, após reiteradas notificações, a fiscal/gestora do Contrato no 047/2011 não adotou as penalidades previstas na Cláusula 15a do Contrato e as sanções administrativas, de que trata o § 4o do art. 34 da IN SLTI/MP no002/2008, bem como o art. 87 da Lei no 8.666/1993. Isto posto, esta Audin considera parcialmente procedente a denúncia, tendo em vista que os autos da documentação analisada comprovam a inadimplência no recolhimento do FGTS e descumprimento de outros dispositivos contratuais e que a gestora do Contrato no 047/2001, apesar de ter conhecimento dessa situação, absteve-se de adotar as sanções previstas no instrumento contratual e na legislação vigente. No tocante às providências a cargo do Ipea, a Dides informou que o processo de regularização das verbas rescisórias, incluindo o FGTS em atraso, está sendo conduzido pela 11a Vara do Trabalho de Brasília.

Relatório de Auditoria nº 004 (17 set. 2013)

Auditoria para avaliação do processo de seleção, contratação e execução do Contrato nº 04/2013 “Firmado entre o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea e a empresa Plansul – Planejamento e Consultoria Ltda., para prestação de serviços de Auxiliar de Escritório, Assistente Administrativo, Auxiliar de Eventos e Organizador de Eventos”, de que trata os documentos contidos no Processo Ipea nº 03019.000914/2012-10. O exame abrangeu os papéis apensados ao processo até o Memorando nº 014/Gestor/Ipea/Plansul (fls 1.731 a 1.733, volume 9), de 29/07/2013, último documento abarcado por esta auditoria.

Constatações: por meio da S.A. nº 004/2013, de 29/08/2013, a equipe da Audin/Ipea solicitou os seguintes esclarecimentos ao gestor: (1) Permanência na lista de pagamentos de empregados apresentada pela empresa Plansul do nome Carlos Augusto Brito de Paula, apesar de não pertencer ao quadro de terceirizados do Ipea, conforme consta no 1 – Conforme destacado pelo gestor do Contrato nº 04/2013, no Memorando nº 014/GESTOR/Ipea/Plansul, de 29/06/2013, item “a” do quarto parágrafo, a despeito de não integrar o somatório de pagamentos. (2) Ausência de documentos que indiquem o acatamento às recomendações proferidas pela Procuradoria do Ipea contidas no Parecer nº 263/2013/PF-Ipea/PGF/AGU, de 02/08/2013 (fls. 1.721 a 1.729) a respeito da aditativa do Contrato nº 04/2013, de 13/02/2013; (3) Designação de “Cogestores” ao contrato, conforme Memorando nº 014/GESTOR/Ipea/Plansul, item “e” sem a menção da base legal e especificação do grau de responsabilização destes e (4) Insuficiente detalhamento a respeito das medidas adotadas pela Administração no acompanhando da contratada, quanto ao cumprimento pontual de suas obrigações de recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas de seus empregados prestadores do serviço ao Ipea (FGTS, INSS, etc.).

Justificativa do gestor: a seguir as informações apresentadas pelo gestor: (1) “Ratificamos o informado no Memorando nº 014/GESTOR/Ipea/Plansul, de 29/06/2013, item “a”, onde informa que o empregado Carlos Augusto Brito de Paula, não faz parte do quadro de funcionários do Ipea. À propósito, é necessário informar que o citado empregado atua como “reserva”, ou seja, na ausência justificada de algum colaborador integrante do quadro de terceirização deste Ipea, o mesmo, atua como substituto. Dessa forma, a substituição é prevista na planilha de formação de preços da contratada, não acarretando, portanto, nenhuma despesa adicional para este Instituto.”; (2) “Com relação à proposta de acréscimo de 18% (dezoito por cento) ao valor global do Contrato Administrativo nº 04/2013, informamos que o mencionado acréscimo não prosperou devido a determinação contida no Decreto nº 8.062 de 29 de julho de 2013, bem como na Portaria nº 268/2013 – MPOG, Portaria nº 346 de 04 de junho de 2013 e nº 444 de 06 de agosto de 2013, ambas do Ministério da Fazenda, referentes a restrições e cortes orçamentários para o Governo Federal.”; (3) Segundo o gestor, os Cogestores seriam designados para auxiliar e subsidiar o Fiscal do Contrato no acompanhamento e na fiscalização das folhas de frequência dos empregados prestadores de serviço da Plansul no Ipea e “não tem vínculo algum, ou qualquer grau de responsabilidade com o contrato nº 004/2013/Ipea/Plansul, haja vista, como bem lembrado no item 3.1, a existência de servidores já indicados para essa função por meio das portarias Dides nºs 51, de 22/02/2013 (fiscal do contrato), e 59, de 13/03/2013, (acompanhamento de serviços na área de eventos)” . Além disso, o gestor cita a Lei nº 8.666, de 21/06/1993, em sua resposta no item 3.2, indicando o Art. 67 desse diploma legal: “Art. 67. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.”. Quanto ao item 4, o gestor esclarece que: “ao final de cada mês este gestor (fiscal do contrato) escolhe aleatoriamente na planilha de registro de empregados, 3 (três) empregados para apresentar comprovante (cópia) de recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas depositados pela contratada em suas respectivas contas.”

Recomendações: Embora não tenha prosperado a proposta de acréscimo no quantitativo de empregados, esta Audin recomendou, em futuros procedimentos dessa natureza, que a Administração avalie com cautela a real necessidade desses incrementos, haja vista que esta auditoria apurou que o número de Auxiliares de Escritório pagos mensalmente, nos meses de março, abril e maio, não havia ultrapassado ao limite previsto no Contrato nº 004/2013 (34 postos).

Outra recomendação foi no sentido da realização de controle, por amostragem, por parte do fiscal do contrato, do cumprimento de obrigações trabalhistas bem como do recolhimento regular do FGTS de tal forma que abranja todos os empregados no decorrer de um ano.

Por fim, a Audin também recomendou o apensamento dos comprovantes acompanhados da Nota Fiscal nº 031131 ao Processo nº 03019.000914/2012-10, em virtude da ausência desses documentos durante o exame documental.

(Continua)

(Continuação)

Posição da Audin: esta Audin considerou o Contrato nº 004/2013 em consonância com a legislação pertinente. Também não foram detectadas inadimplências nos recolhimentos dos encargos sociais e trabalhistas por parte da Contratada até o mês de junho de 2013, período abrangido pelo exame documental do Processo Ipea nº 03019.000914/2012-10. No tocante à questão dos cogestores (item 3), embora esta Audin entenda que o referido disposto legal não se aplica especificamente ao caso por não envolver contratação de terceiros, esta Unidade de Auditoria Interna não se opôs a tal iniciativa, uma vez que não resulta em ônus adicional para o Ipea, permanecendo a responsabilidade de fiscalização sob a pessoa do gestor do contrato. Quanto ao cumprimento do art. 7º do Decreto nº 7.203/2011 (necessidade de constar do edital e do contrato, vedação à contratação de prestadores de serviços de familiares de ocupantes de cargo em comissão), a Administração incluiu dispositivos no Edital do Pregão Eletrônico nº 23/2012 (item 2.4) e no Contrato nº 04/2013 (Subcláusula única da Cláusula Primeira).

6.6 AÇÕES DE MONITORAMENTO DA GESTÃO – ACOMPANHAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DA AUDIN, CGU E TCU

As ações de monitoramento da gestão, de que trata o item 1 do PAINT/2013, foram realizadas mediante o acompanhamento das principais solicitações, diligências e orientações advindas da Ciset/SG/PR e da própria Audin, com destaque para os itens relacionados a seguir.

O primeiro expediente de monitoramento emitido pela Audin foi o Memorando nº 058/Audin/Ipea, de 19 de abril de 2013, tendo obtido resposta do gestor, por intermédio do Memorando nº 035/2013-Dides, de 20 de maio de 2013, conforme resumo na última coluna do quadro 8.

QUADRO 8

Monitoramento da gestão – Audin

Assunto	Justificativa do gestor	Pendência	Resposta do gestor
Itens 2 e 3 do Relatório de Auditoria Interna/Ipea, nº 003, de 30/09/2011 – registro atualizado de responsáveis pelos itens patrimoniais. Memo Dides nº 69/2012, 06/07/2012 – Cadastro Único.	Informação do gestor: “No momento a ferramenta informatizada encontra-se em revisão adequando-se norma proposta. O intuito é que a portaria seja publicada após os devidos ajustes no sistema que deverá, juntamente com a publicação, entrar em funcionamento, o que deve ocorrer nos próximos 40 dias.” E em resposta ao Memo de monitoramento 052/Audin/Ipea de 23/11/2012, no Memo nº 95/2012/Dides, de 28/12/2012, o gestor comunicou que a minuta da Portaria estava sob a apreciação da Presidência do Ipea.	Cópia da portaria publicada relativa à implantação do Cadastro Único ou as devidas justificativas para o seu adiamento ou cancelamento.	Segundo e-mail de 15/05/2013 da DVPPi à COFIN, a Administração institucionalizou o SRHWeb, mas ainda não obteve a adesão do Ipea, restando pendente a questão da inserção no referido sistema do cadastro Sisbolsa.
Ofício nº 604/2011/COAUD-CISET-SG-PR - Nota Técnica no 12/2011-COAUD/CISET/SG-PR – OS no 285/2010 – Fato sete - Rio de Janeiro. Memo Dides nº 69/2012, 06/07/2012.	Relativamente à proposta de solução para unidade Rio de Janeiro, o gestor informou que a proposta de solução havia sido encaminhada à SAE, conforme Ofício nº 334/Presi/Ipea, de 26/12/2012.	Informações acerca do andamento da questão.	A SAE/PR encaminhou ao MP proposta da alteração do Estatuto do Ipea, por meio do Aviso no 03/2013 – GAB/SAE/PR de 24/04/2013. Desde então, aguarda-se posicionamento daquela Pasta.

(Continua)

(Continuação)

Assunto	Justificativa do gestor	Pendência	Resposta do gestor
Relatório de Auditoria nº 001/2012, de 30/05/2012. Governança de TI.	De acordo com o gestor: "Faz-se necessário, entretanto, crescer o quadro de servidores concursados para que seja possível fazer a adequada gestão deste novo modelo ou até mesmo executar internamente parte das atividades por quadro próprio".	Medidas a serem adotadas visando aperfeiçoar o modelo de governança de TI, face às sugestões do Relatório Audin nº 001/2012. Recomendações item 5.1 do Relatório: reforçar o quadro de pessoal e adotar medidas para reaver profissionais da área, atualmente afastados do setor. Informações sobre o andamento do processo de aprovação e implementação do PDTI para o biênio 2013/2014.	O gestor encaminhou cópia do PDTI do Ipea para o exercício de 2013/2014 proposto e aguardando aprovação do Presidente da Instituição. No resumo executivo da referida proposta de PDTI, o gestor reconhece a situação crítica da falta de pessoal e inclui no item 9 do PDTI (Plano de Gestão de Riscos), foi estabelecido como plano de ação a realização de concurso público e ou a expansão dos serviços terceirizados.

Em continuidade ao trabalho de monitoramento, a Auditoria do Ipea encaminhou à administração do Ipea o Memorando nº 069/Audin/Ipea, de 10 de outubro de 2013, solicitando informações mais atualizadas acerca de diversas pendências (detalhadas nas três primeiras colunas do quadro 9. Em resposta, o gestor emitiu o Memorando nº 56/2013/Dides/Ipea, de 21 de outubro de 2013, apresentando suas considerações transcritas na quarta coluna do referido quadro.

QUADRO 9

Resumo das pendências e respectivas respostas do gestor

Assunto	Justificativa anterior do gestor	Resumo da pendência	Resposta do gestor (transcrição)
Relatório de Auditoria nº 001/2012, de 30/05/2012. Governança de TI.	O gestor assim se manifestou: "Faz-se necessário, entretanto, crescer o quadro de servidores concursados para que seja possível fazer a adequada gestão deste novo modelo ou até mesmo executar internamente parte das atividades por quadro próprio".	Implementações adotadas para o aperfeiçoamento do modelo de governança de TI ou informações a respeito, face às sugestões do Relatório nº 001 de 2012 da Audin (Recomendações item 5.1): reforço do quadro de pessoal e providências para reaver os profissionais da área que se encontram afastados do setor.	"Como o Ipea não obteve sucesso na aprovação da realização do concurso público para analistas de sistemas em 2014, estamos elaborando edital para contratação de serviços especializados de TI, situação agravada pelo desligamento de vários técnicos, por aposentadoria, e também pelo contingenciamento orçamentário sofrido em 2013. Houve também solicitação de ATIs, do quadro do MP, à SLTI, mas também sem lograr êxito."

(Continua)

(Continuação)

Assunto	Justificativa anterior do gestor	Resumo da pendência	Resposta do gestor (transcrição)
<p>Ofício nº 604/2011/COAUD-CISET-SG-PR - Nota Técnica no 12/2011-CO-AUD/CISET/SG-PR – OS no 285/2010 – Fato sete - Rio de Janeiro. Memo Dides no 69/2012, 06/07/2012.</p>	<p>Relativamente à necessidade de regularização da unidade Rio de Janeiro, o gestor informou que a proposta de solução havia sido encaminhada pela SAE/PR ao MP, por intermédio do Aviso nº 035/2013-GAB/SAE/PR, de 24/04/2013, contendo minuta de decreto que altera o Estatuto do Ipea.</p>	<p>Informações acerca do andamento da questão.</p>	<p>“Aguardando posição do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no sentido da aprovação da minuta do decreto apresentado e encaminhamento do mesmo à Casa Civil para providências de assinatura e publicação.”</p>
<p>Proposta de Termo Aditivo ao Contrato nº 019/2012 firmado entre o Ipea e a Empresa Macroplan, examinada pela Audin durante auditoria de Projeto financiado com recursos do BID (Relatório Audin 001/2013).</p>	<p>Proposta de aquisição de sistema de apoio ao monitoramento do processo de gestão estratégica do Ipea junto à própria Macroplan, por se tratar de alternativa mais vantajosa para a Administração Pública, segundo avaliação das áreas envolvidas (ASPLA e Dides).</p>	<p>Providências tomadas em face à recomendação realizada por esta Audin/Ipea no relatório retromencionado.</p>	<p>“A decisão da Administração do Ipea foi no sentido do não aditamento ao Contrato no 019/2012.”</p> <p>Isto posto, a Administração acatou a recomendação da Auditoria Interna presente no Relatório Audin 001/2013.</p>
<p>Relatório de Auditoria nº 002/2013, de 17/06/2013 (Gestão de Eventos no Ipea).</p>	<p>-</p>	<p>Informações quanto a ações realizadas relativas às sugestões contidas no referido Relatório, item IV: a) estabelecer cronograma prévio de eventos; b) abster-se de promover eventos com recursos públicos sem vinculação institucional; c) promover ações educativas junto aos demandantes conscientizando-os das ações “a” e “b”; d) estudar a possibilidade de construção de sistema informatizado para gestão de eventos.</p>	<p>“A Coordenação de Eventos não possui autonomia exclusiva para distribuir de maneira equitativa, ao longo do exercício, os eventos demandados pelas diretorias. Estes dependem de disponibilidade de agenda dos palestrantes/convidados, ou de disponibilidade do local desejado para a atividade, ou estão vinculados a efemérides específicas, cuja alteração de data tornaria a atividade incoerente. Ao mesmo tempo, as unidades do Ipea não possuem o hábito de programar eventos com um ano de antecedência.</p>

(Continua)

Assunto	Justificativa anterior do gestor	Resumo da pendência	Resposta do gestor (transcrição)
<p>Relatório de Auditoria nº 002/2013, de 17/06/2013 (Gestão de Eventos no Ipea).</p>	-	<p>Informações quanto a ações realizadas relativas às sugestões contidas no referido Relatório, item IV: a) estabelecer cronograma prévio de eventos; b) abster-se de promover eventos com recursos públicos sem vinculação institucional; c) promover ações educativas junto aos demandantes conscientizando-os das ações "a" e "b"; d) estudar a possibilidade de construção de sistema informatizado para gestão de eventos.</p>	<p>Quando o fazem, não têm condições de apresentar, com tal precedência, detalhes sobre a atividade – como o público, os palestrantes, infraestrutura necessária, ou local adequado. Acreditamos que o Plano de Trabalho alinhado ao Planejamento Estratégico do Instituto amenizará esse problema, permitindo a previsão de ao menos parte dos eventos, com grau aceitável de precisão, com maior antecedência. Paralelamente à instituição de tal planejamento, a partir de dezembro de 2013, a Coordenação de Eventos dará início a uma campanha de comunicação junto às diretorias e assessorias, com o Plano de Trabalho 2014 em mãos, para obter uma relação de eventos previsíveis. Por sua vez, a elaboração do sistema de gestão de eventos requer a contratação de mais servidores de TI para a área específica de desenvolvimento. Com o término do contrato com a empresa Poliedro, demandas de desenvolvimento de sistemas geradas pela Ascom desde 2012 permanecem represadas."</p>
<p>Relatório de Auditoria no 003/2012, de 28/06/2013, em atendimento à Diligência COAUD nº 2013/143 da Ciset/SG/PR (denúncia de suposta omissão da fiscal do Contrato nº 47/2011 diante de possível descumprimento contratual da empresa contratada).</p> <p>No curso da Auditoria a Audin constatou a procedência parcial da denúncia (inadimplemento do FGTS) e emitiu a SA nº 003/2013 indagando acerca das providências em relação ao caso, a serem tomadas pela Administração.</p>	<p>Em resposta à SA nº 003/2013, o gestor informou: "O Ipea ingressou com ação civil pública (Processo nº 0000329-24.2013.5.10.0011) visando resgatar os direitos destes colaboradores face a inadimplência da referida empresa. Assim, conforme determinação do MM. Juiz Titular da Vara da Justiça do Trabalho de Brasília, o Ipea transferiu para conta judicial todo o saldo restante do contrato (valor depositado em conta vinculada e saldo contratual remanescente retido), estando a cargo da Justiça do Trabalho a resolução desta pendência inclusive quanto ao FGTS devido."</p>	<p>Informações acerca do andamento das providências relativas ao processo de regularização das verbas rescisórias pendentes dos ex-empregados da contratada.</p>	<p>Em resposta ao Memo nº 069/Audin/Ipea, o gestor assim se pronunciou: "O assunto encontra-se ainda pendente de resolução por parte da Justiça do Trabalho."</p>

Em relação ao exercício anterior (2012), dois fatos que ocorreram até a elaboração final deste relatório merecem destaque no tocante à capacidade operativa da unidade, a saber: *i*) a aposentadoria de um servidor lotado na Audin, ocupante de cargo efetivo do instituto, o que veio a resultar na redução em cerca de um terço da força de trabalho da Auditoria Interna; e *ii*) o retorno ao ouvidor do Ipea das atribuições contidas no Art. 40 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), no âmbito do Ipea, a partir de 1º de novembro de 2013.

Em que pese a redução no quantitativo de colaboradores da Auditoria Interna ter sido compensada pela transferência das atividades concernentes ao Art. 40 da LAI da Audin para a Ouvidoria do Ipea, cabe registrar que esta unidade mantém o compromisso de prosseguir com gestões junto à administração no sentido de reforço da sua estrutura de recursos humanos, ainda que mediante a seleção e acolhimento de estagiário de nível superior para atuação e reforço da equipe da referida área.

6.8 CONCLUSÃO

O presente relatório procurou demonstrar que as demandas programadas ou encaminhadas à unidade, seja na forma de auditorias específicas, seja na forma de apurações mais sucintas ou de diligências, foram satisfatoriamente atendidas, tendo os casos pendentes sido tratados mediante o monitoramento de recomendações, com vistas a sensibilizar e orientar o gestor para a necessidade de resolução das questões.

As recomendações dos órgãos externos de controle (TCU, CGU etc.), quando existentes, têm sido integralmente implementadas, e aquelas que ainda não foram solucionadas estão na dependência de medidas a serem adotadas fora do âmbito do Instituto, a exemplo da regularização da situação da representação regional do Ipea no Rio de Janeiro, ainda sob exame do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP).

Aliada a essa atitude permanente de acompanhamento junto à administração do instituto, foram empreendidos esforços no sentido de proporcionar aos servidores da Audin a participação em vários eventos de treinamento e de intercâmbio de experiências na área, no decorrer do ano de 2013.

Na medida do possível, a Audin também buscou aprimorar seus procedimentos de prospecção de eventuais problemas, de planejamento de atividades e de avaliação de seus resultados, procurando integrar melhor suas ações ao plano de trabalho do instituto, de modo a interagir mais tempestivamente com a administração do Ipea no deslinde de questões mais delicadas.

Por fim, cumpre concluir que os conteúdos dos relatórios editados por esta Audin evidenciaram o esforço e a firmeza de propósito desta unidade em continuar cumprindo com sua função principal de contribuir para aprimorar a gestão do Ipea, mediante a utilização racional de seus recursos organizacionais e da estrita observância à legislação.

7 OUVIDORIA DO IPEA (OUVID)

A exemplo do que ocorre todos os anos, a Ouvidoria publicará um relatório completo e substanciado sobre suas atividades em 2013 em sua página do portal do Ipea.⁴

4. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria/index.php?option=com_content&view=article&id=735&Itemid=59>.

8 PROCURADORIA FEDERAL (PROFE)

8.1 RECURSOS HUMANOS

A composição da Procuradoria Federal (Profe) junto ao Ipea é apresentada no quadro 10.

QUADRO 10

Procuradores federais em exercício

Função	Nome
Procuradora-chefe	Carolina Scherer Bicca
Procuradora-chefe substituta	Ana Dorinda Carballeda Adsuara
Procuradora	Luzia de Fatima Pereira de Carvalho
Procurador	Ediwagner de Almeida Martins

A atuação da Profe ao longo de 2013 é apresentada resumidamente nos itens a seguir.

1. A Profe/Ipea emitiu 378 manifestações jurídicas em 2013, abrangendo pareceres e notas, em face dos processos administrativos enviados a este órgão jurídico para análise e manifestação. As referidas manifestações jurídicas trataram de assuntos variados, entre os quais se destacam: licitações, contratos, acordos de cooperação técnica, termos de cooperação técnica, matéria de pessoal, processos administrativos disciplinares e outras consultas sobre questões jurídicas de interesse da entidade.
2. Foram emitidas 131 manifestações sobre licitações e contratos; dezessete manifestações sobre contratação direta (sem licitação); 54 pareceres sobre acordos de cooperação técnica e termos de cooperação; 45 manifestações sobre aditivos contratuais; dez manifestações sobre consultas jurídicas de assuntos variados; 117 manifestações sobre matéria de pessoal; e quatro manifestações sobre processos administrativos disciplinares.
3. A Profe junto ao Ipea teve participação fundamental (assessoramento jurídico formal e informal) em algumas questões importantes para a entidade, merecendo destaque os seguintes assuntos:
 - a. verificação da regularidade do enquadramento na carreira de planejamento e pesquisa do Ipea;
 - b. aquisição do Ed. BNDES;
 - c. cessão do Ed. Darcy Vargas, localizado no Rio de Janeiro, para o Ipea;
 - d. contratos de terceirização com problemas decorrentes do descumprimento contratual por algumas empresas contratadas;
 - e. aquisição de *softwares* para pesquisas relevantes do Ipea;
 - f. contratação de bases de dados para pesquisas do Ipea;
 - g. autorização para concurso a ser realizado pelo Ipea;
 - h. modificação do Estatuto do Ipea;
 - i. devolução ao Ipea dos valores depositados à FIPEQc para fins de complementação da aposentadoria dos seus empregados, anteriormente à instauração do Regime Jurídico Único;

- j. questões envolvendo direitos autorais; e
 - k. questionamentos acerca da necessidade de registro junto ao Conselho de Economia por determinados integrantes do Ipea.
1. Na seara judicial, foi ajuizada na Justiça do Trabalho de Brasília uma ação civil pública contra empresa terceirizada contratada pelo Ipea, a fim de garantir os direitos trabalhistas dos funcionários e evitar a responsabilização subsidiária do Ipea, tendo a ação sido julgada procedente.
 2. Foram também revertidos alguns bloqueios judiciais efetuados pela Justiça do Trabalho de créditos de empresas contratadas pelo Ipea, a fim de que tais valores fossem utilizados para o pagamento dos salários e verbas rescisórias dos terceirizados junto ao Ipea.
 3. A Procuradoria Federal junto ao Ipea prestou, ainda, subsídios às Procuradorias Regionais Federais da 1ª, 2ª e 3ª Região, e auxiliou-as tecnicamente na representação judicial do Ipea (ações ordinárias, recursos, mandados de segurança, entre outros).

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

EDITORIAL

Coordenação

Cláudio Passos de Oliveira

Supervisão

Everson da Silva Moura

Reginaldo da Silva Domingos

Revisão

Clícia Silveira Rodrigues

Idalina Barbara de Castro

Laeticia Jensen Eble

Leonardo Moreira de Souza

Marcelo Araujo de Sales Aguiar

Marco Aurélio Dias Pires

Olavo Mesquita de Carvalho

Regina Marta de Aguiar

Barbara Pimentel (estagiária)

Karen Aparecida Rosa (estagiária)

Tauânara Monteiro Ribeiro da Silva (estagiária)

Editoração

Bernar José Vieira

Cristiano Ferreira de Araújo

Daniella Silva Nogueira

Danilo Leite de Macedo Tavares

Diego André Souza Santos

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

Leonardo Hideki Higa

Capa

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

*The manuscripts in languages other than Portuguese
published herein have not been proofread.*

Livraria do Ipea

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo.

70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 3315-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Missão do Ipea

Produzir, articular e disseminar conhecimento para aperfeiçoar as políticas públicas e contribuir para o planejamento do desenvolvimento brasileiro.